

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA METODISTA DE
DOURADOS-MT (1955-1977)**



DOURADOS – MS

2026

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA METODISTA DE
DOURADOS-MT (1955-1977)**

Tese apresentada como requisito ao título de
Doutora em Educação, no Programa de Pós-
Graduação em Educação, da Universidade
Federal da Grande Dourados – UFGD.

Área de Concentração: História, Políticas e
Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação,
Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra Cristina
Furtado

DOURADOS – MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B126r	Backes Silva, Mariza Salete. Representações da cultura escolar na Escola Metodista de Dourados-MT (1955-1977). / Mariza Salete Backes Silva. – Dourados, MS: UFGD, 2026. Orientadora: Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Cultura escolar. 2. Ensino confessional protestante. 3. História das instituições escolares. 4. Representações. 5. Sujeitos. 6. Furtado, Alessandra Cristina. I. Título.
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA METODISTA DE
DOURADOS-MT (1955-1977)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação. Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Data da Defesa: 30 de março de 2026.

**BANCA EXAMINADORA DE DEFESA FINAL
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM EDUCAÇÃO**

Prof.^a Dr.^a. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Presidente da Banca - Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento
Universidade de Tiradentes (UNIT-SE)
Membro Titular Externo

Prof.^a Dr.^a. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO)
Membro Titular Externo

Prof.^a Dr.^a. Eurize Caldas Pessanha
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Titular Interno

Prof.^a Dr.^a. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Titular Interno

DOURADOS – MS

março de 2026

*“E tudo quanto fizerdes,
fazei-o de todo o coração,
como para o Senhor”
(Colossenses 3-23).*

Deus...

Eu me lembro! Eu me lembro!

- Era pequeno!

E brincava na praia; o mar bramia!

E, erguendo o dorso altivo, sacudia!

A branca espuma para o céu sereno.

E eu disse a minha mãe nesse momento:

“Que dura orquestra!

Que furor insano!

“Que pode haver maior do que o oceano,

“Ou que seja mais forte do que o vento?!”

- Minha mãe a sorrir olhou pros céus!

E respondeu:

- “Um Ser que nós não vemos”

É maior do que o mar que nós tememos,

“Mais forte que o tufão”!

Meu filho é - Deus!

Casimiro de Abreu

*Dedico este trabalho à minha
mãe e primeira professora,
Teresinha Ana Backes.*

*Menção honrosa aos primeiros
missionários metodistas
no Sul de Mato Grosso e
fundadores da Escola Metodista,
Reverendo Francisco Brianezi (in memoriam) e
Professora Áurea Batista Brianezi (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Tecer as minhas considerações, apreços e agradecimentos, extrai o peso do rigor acadêmico, para dar vazão à emoção e aos sentimentos de gratidão pela conclusão desta Tese. Devo confessar que foi um ato de coragem, fé e resiliência adentrar ao PPGEdu, para cursar o Doutorado. No entanto, exponho que nunca estive tão preparada para vencer os obstáculos, e por certo foram muitos, mas superados. Quanta honra fazer parte do seleto grupo de doutores formados pela Universidade Federal da Grande Dourados.

Minha eterna gratidão a Deus por me guiar e conduzir neste percurso tão desafiador da construção da pesquisa. Sei que tudo o que tenho e tudo o que vier a ser, vem d'Ele. De uma forma extraordinária confiou-me escrever cada linha deste trabalho.

Ao meu amado esposo, Celso, que sempre se faz presente com incentivo em tudo aquilo à que me proponho realizar. Obrigada pelo amor, paciência e compreensão diante das minhas ausências. Seu encorajamento foi essencial.

À minha princesa, Leticia. Mais do que uma filha, é a “alegria”, um presente de Deus em nossas vidas. Por você, ressignifiquei a minha trajetória profissional.

Aquela que me gerou e me conduziu à docência, minha preciosa mãe, Teresinha, exemplo de vida para mim.

Ao meu saudoso pai, Edemar (*in memoriam*). Como o senhor me faz falta. Tenho certeza de que ficaria orgulhoso pelas minhas conquistas. Muito do que sou devo ao legado que deixou para a nossa família.

Às minhas irmãs: Beatriz, Marinete, Marlize. Ao cunhado, Mário. Obrigada pelo cuidado, disposição e suporte. Extensivos aos meus queridos sobrinhos: Eduardo, Tatiane, Rafael, Andressa, Gabriel, Miguel, Lorenzo e Theo. Família abençoada e abençoadora, meu porto seguro.

À Professora Dra. Alessandra Cristina Furtado, por orientar a construção deste trabalho. Muitas das minhas conquistas profissionais são frutos de quase uma década de parceira. Gratidão por me acolher durante todos esses anos. Extensivos às participantes da Banca Examinadora da Tese, Professoras Doutoradas: Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (UNIT-SE), Eurize Caldas Pessanha (UFGD), Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC-GO) e Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD), pelo aceite do convite para compor a Banca de Defesa.

A vida é feita das marcas significativas que podemos deixar em alguém; por isso, sou grata por fazerem parte da minha formação docente e por contribuírem com esta Tese. Meu

reconhecimento a cada uma (Orientadora e membros da Banca Avaliadora) por suas contribuições e pelos direcionamentos para a conclusão da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na pessoa de cada um dos professores, coordenadores, secretárias e colegas de Turma, pelo aprendizado e pelos direcionamentos ao longo dessa trajetória.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT)*, pelo fomento para realizar esta pesquisa. Sem tal benefício seria muito difícil consolidar este trabalho.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), pelos diálogos e reflexões acerca das pesquisas em História da Educação, e ao espaço do Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória da Faculdade de Educação (LADHEME), pela estrutura física disponibilizada para a realização da pesquisa.

Ao Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD), à Delegacia Regional de Ensino (DREC/UFGD), à Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD) e à Secretaria Estadual de Educação (SED/CRE-5), pela liberação dos acervos necessários à realização da pesquisa documental, e à Biblioteca Central da UFGD, pelo empréstimo dos livros.

Aos ex-alunos da Escola Metodista: Áureo Batista Brianezi, Leonir Gnutzmann Campos e Miriam de Oliveira dos Santos, bem como às ex-professoras: Maria da Silva Monteiro e Neiva Azambuja Silva, e à ex-diretora: Maria Benedita dos Santos Cardoso, que cederam seu tempo e suas memórias para compor a escrita desta Tese.

Ao Professor Dr. Wesley Fernando de Andrade Hilário, mais do que revisor técnico, um amigo presente nas alegrias e adversidades. Sou grata pela dedicação e pelo comprometimento comigo e com esta pesquisa.

À Professora Dra. Cristiane Pereira Peres, por ceder parte dos periódicos do Jornal Expositor Cristão e da Revista Bem-Te-Vi, doados pela UMEP, fundamentais para a composição deste trabalho.

Ao professor Dr. Justino Pereira Magalhães, docente catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pela generosidade e gentileza em compartilhar o arquivo do Livro Tecendo Nexos. Tal obra constituiu-se uma referência para a discussão teórica da Tese.

À Eliza Sanches Silva, cujo profissionalismo e competência foram esclarecedores. Mesmo distante, fez-se presente.

À professora aposentada Myriam da Consolação Carneiro Pereira, por ceder seu tempo e mediar contatos em prol desta pesquisa. Sua dedicação, generosidade e apoio à finalização do trabalho foram impagáveis.

À professora Marcia Monteiro Chaves, por me reconectar com a Universidade durante o Curso de Especialização na FAED-UFGD.

Às “filhas de Alessandra”, Adriana Mendonça, Karina Martins e Lídia Antunes, com agradecimentos extensivos às preciosas Edna Ferreira e Pâmilla Hellmann. Trilhar este percurso ao lado de vocês tornou a jornada mais leve e repleta de boas memórias.

Aos amados amigos e irmãos da Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD), lugar singular em minha caminhada cristã, recebam meu afeto e gratidão, em especial: Carlos e Teresinha Martins, Cecília Costa, Marcio e Monique Garcia, Nadia Ranzi, Jane e Wellen Mendonça – este, que, junto a Eduardo Martins Irala, idealizou e executou comigo o Projeto do Memorial da Escola Metodista.

Às líderes Deborah Moreira, Eracilda Souza e Marcia Rodrigues. Gratidão é a palavra que melhor expressa meus sentimentos a cada uma pelo cuidado dispensado a mim e à minha família. Nos momentos mais difíceis da minha caminhada cristã, vocês não me deixaram sozinha. As palavras, as orações e os abraços fizeram toda a diferença para que eu pudesse superar a solidão ministerial e prosseguir.

Aos alunos que tive e tenho o privilégio de lecionar ao longo da minha trajetória docente, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Mesmo diante dos desafios, é sempre significativo e oportuno mediar o aprendizado de vocês.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste trabalho, meu reconhecimento e gratidão pelo incentivo e apoio a mim e à pesquisa. Esta Tese foi construída com muitas mãos acolhedoras, por isso, essa vitória é de todos nós.

*A presente Tese foi realizada com apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) – Código de Financiamento (chamada Fundect n. 32/2021).

RESUMO

BACKES SILVA, Mariza Salete. **Representações da cultura escolar na Escola Metodista de Dourados-MT (1955-1977)**. Orientadora: Alessandra Cristina Furtado. 2026. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2026.

A presente Tese investiga a História das Instituições Escolares, tendo como objeto de pesquisa a Escola Metodista, situada no Município de Dourados-MT, no Sul de Mato Grosso, implantada a partir da iniciativa de missionários protestantes de origem metodista. O recorte temporal delimitado compreende sua criação, em 1955, e o ano de 1977, último de seu funcionamento. O objetivo geral consiste em analisar as representações e os vestígios da cultura escolar na Instituição. O problema central busca compreender quais representações da cultura escolar, desenvolvidas no cotidiano institucional, legitimaram a influência protestante e contribuíram para a expansão da escolarização no Sul de Mato Grosso. O trabalho fundamenta-se nos pressupostos da Nova História Cultural, na perspectiva da Cultura Escolar e da História das Instituições Educativas, especialmente nos conceitos de representação e cultura escolar, ancorando-se em autores como: Chartier, Magalhães, Benito Escolano e Viñao Frago, entre outros. Trata-se de uma pesquisa de natureza histórica, caracterizada por procedimentos metodológicos próprios da investigação bibliográfica e documental. Para a construção da narrativa, utilizaram-se fontes provenientes dos seguintes acervos: Centro de Documentação Regional (CDR), Delegacia Regional de Ensino (DRE) da UFGD, Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD) e Secretaria Estadual de Educação (SED), além de registros iconográficos e fontes orais coletadas ao longo da pesquisa, por meio de Entrevistas realizadas com ex-alunos, ex-professoras e ex-diretora, dialogadas com a perspectiva da História Oral Temática. Os resultados apontam que a Escola Metodista de Dourados não teve apenas o propósito de instruir crianças, mas também de consolidar e difundir preceitos religiosos como parte constitutiva de sua cultura escolar, inseridos nas práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos, a exemplo da contação de histórias bíblicas, dos cultos de Ação de Graças, dos momentos de oração antes do início das aulas e da musicalidade cristã. A articulação entre atividades pedagógicas e formação religiosa permite compreender que as representações da cultura escolar constituíam o fazer institucional, por meio dos modos de escolarizar e evangelizar os sujeitos que integravam a Escola. A Tese sustenta que a Escola Metodista de Dourados foi criada com a finalidade de atender às elites locais, mobilizando a educação por meio da consolidação de uma cultura escolar difundida em suas práticas pedagógicas, vinculadas ao protestantismo. Essa forma de representação incidiu sobre múltiplas dimensões da vida escolar, influenciando não apenas o currículo e as práticas de ensino, mas também as atividades esportivas, as cerimônias de formatura, a comercialização de artigos religiosos e os desfiles cívicos, configurando, assim, um projeto educativo articulado a valores confessionais protestantes.

Palavras-chave: cultura escolar; ensino confessional protestante; história das instituições escolares; representações; sujeitos.

ABSTRACT

This Thesis investigates the history of school institutions, focusing on the Methodist School located in the municipality of Dourados-MT, in southern Mato Grosso, established through the initiative of Protestant missionaries of Methodist origin. The defined time frame encompasses its creation in 1955 and the year 1977, its last year of operation. The general objective is to analyze the representations and vestiges of school culture within the institution. The central problem seeks to understand which representations of school culture, developed in daily institutional life, legitimized Protestant influence and contributed to the expansion of schooling in southern Mato Grosso. The work is based on the assumptions of the New Cultural History, from the perspective of School Culture and the History of Educational Institutions, especially the concepts of representation and school culture, drawing on authors such as Chartier, Magalhães, Benito Escolano, and Viñao Frago, among others. This is a historical research study, characterized by methodological procedures typical of bibliographic and documentary research. To construct the narrative, sources from the following collections were used: the Regional Documentation Center (CDR), the Regional Education Office (DRE) of UFGD, the Central Methodist Church of Dourados (IMCD), and the State Department of Education (SED), in addition to iconographic records and oral sources collected throughout the research through interviews with former students, former teachers, and the former principal, discussed from the perspective of Thematic Oral History. The results indicate that the Methodist School of Dourados not only aimed to instruct children but also to consolidate and disseminate religious precepts as a constitutive part of its school culture, embedded in the pedagogical practices developed with the students, such as the telling of biblical stories, Thanksgiving services, moments of prayer before the start of classes, and Christian musicality. The articulation between pedagogical activities and religious formation allows us to understand that the representations of school culture constituted the institutional practice, through the ways of educating and evangelizing the individuals who comprised the school. The Thesis argues that the Methodist School of Dourados was created to serve the local elites, mobilizing education through the consolidation of a school culture disseminated in its pedagogical practices, linked to Protestantism. This form of representation impacted multiple dimensions of school life, influencing not only the curriculum and teaching practices, but also sports activities, graduation ceremonies, the sale of religious articles, and civic parades, thus configuring an educational project articulated with Protestant confessional values.

Keywords: School Culture. Protestant Confessional Education. History of School Institutions. Representations. Subjects.

RESUMEN

Esta Tesis investiga la historia de las instituciones escolares, centrándose en la Escuela Metodista ubicada en el municipio de Dourados-MT, al sur de Mato Grosso, fundada por iniciativa de misioneros protestantes de origen metodista. El periodo de estudio abarca desde su creación en 1955 hasta 1977, su último año de funcionamiento. El objetivo general es analizar las representaciones y vestigios de la cultura escolar dentro de la institución. El problema central busca comprender qué representaciones de la cultura escolar, desarrolladas en la vida institucional cotidiana, legitimaron la influencia protestante y contribuyeron a la expansión de la escolarización en el sur de Mato Grosso. El trabajo se fundamenta en los postulados de la Nueva Historia Cultural, desde la perspectiva de la Cultura Escolar y la Historia de las Instituciones Educativas, especialmente en los conceptos de representación y cultura escolar, recurriendo a autores como Chartier, Magalhães, Benito Escolano y Viñao Frago, entre otros. Se trata de un estudio de investigación histórica, caracterizado por procedimientos metodológicos propios de la investigación bibliográfica y documental. Para la construcción de la narrativa, se utilizaron fuentes de las siguientes colecciones: el Centro Regional de Documentación (CDR), la Dirección Regional de Educación (DRE) de la UFGD, la Iglesia Metodista Central de Dourados (IMCD) y la Secretaría de Educación del Estado (SED), además de registros iconográficos y fuentes orales recopiladas a lo largo de la investigación mediante Entrevistas con exalumnos, exprofesores y el exdirector, analizadas desde la perspectiva de la Historia Oral Temática. Los resultados indican que la Escuela Metodista de Dourados no solo buscaba instruir a los niños, sino también consolidar y difundir preceptos religiosos como parte constitutiva de su cultura escolar, integrados en las prácticas pedagógicas desarrolladas con los estudiantes, tales como la narración de historias bíblicas, servicios de Acción de Gracias, momentos de oración antes del inicio de clases y la musicalidad cristiana. La articulación entre las actividades pedagógicas y la formación religiosa permite comprender que las representaciones de la cultura escolar constituían la práctica institucional, a través de las formas de educar y evangelizar a los individuos que conformaban la escuela. La Tesis sostiene que la Escuela Metodista de Dourados fue creada para servir a las élites locales, movilizandó la educación mediante la consolidación de una cultura escolar difundida en sus prácticas pedagógicas, vinculadas al protestantismo. Esta forma de representación impactó múltiples dimensiones de la vida escolar, influyendo no solo en el currículo y las prácticas docentes, sino también en las actividades deportivas, las ceremonias de graduación, la venta de artículos religiosos y los desfiles cívicos, configurando así un proyecto educativo articulado con los valores confesionales protestantes.

Palabras clave: Cultura escolar. Educación confesional protestante. Historia de las instituciones escolares. Representaciones. Temas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Banco de Dados de Teses e Dissertações
CAND	Colônia Nacional Agrícola de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
COGEIME	Instituto Metodista de Serviços Educacionais
CDR	Centro de Documentação Regional
CRE-5	Coordenadoria Regional de Educação
CEIN	Curso de Educação Integrada Noturno
DRE	Delegacia Regional de Ensino
DRED	Delegacia Regional de Ensino de Dourados
EIC	Escola Imaculada Conceição
FAED	Faculdade de Educação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade
GO	Goiás
HIE	História das Instituições Educacionais
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil
IMCD	Igreja Metodista Central de Dourados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LADHEME	Laboratório de Documentação História da Educação e Memória
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MEC	Missão Evangélica Caiuá
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RID	Reserva Indígena de Dourados

RM	Região Militar
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SED	Secretaria Estadual de Educação
SE	Sergipe
SCIELO	Scientific Electronic Library <i>On-line</i>
SNES	Serviço Nacional de Educação Sanitária
SMS	Sociedade Metodista de Senhoras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFU	Universidade Católica de Petrópolis
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIT	Universidade de Tiradentes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Seleção Documental nos Acervos em 2023	60
Figura 2 – Memorial da Escola Metodista (1955-1977) em 2026.....	61
Figura 3 – Reverendo John Benjamin Wesley (1703-1791)	68
Figura 4 – Kingswood School na Inglaterra em 1851	70
Figura 5 – Monumentos históricos em Londres em 1820	73
Figura 6 – Reverendo Francisco e professora Áurea (1944-1997).....	82
Figura 7 – Reverendo Francisco em 1956	94
Figura 8 – Igreja Metodista em Dourados em 1956	97
Figura 9 – Igreja Metodista em Dourados em 1972	101
Figura 10 – Escola Metodista em 1965	119
Figura 11 – Escola Metodista em 1966	121
Figura 12 – Escola Metodista em 1975	123
Figura 13 – Planta Baixa da Escola Metodista em 1975	126
Figura 14 – Sala da Secretaria e Diretoria da Escola Metodista em 1975.....	129
Figura 15 – Sala de Aula da Escola Metodista em 1975	132
Figura 16 – Ex-alunos da Escola Metodista em 2023	137
Figura 17 – Alunos da Escola Metodista em 1968.....	148
Figura 18 – Mapa do Movimento Geral das lotações de professores.....	157
Figura 19 – Ex-professoras e ex-diretora da Escola Metodista em 2023-2025.....	161
Figura 20 – Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Professores Primários, 2º Ciclo em 1970.....	168
Figura 21 – Cartilhas: Caminho Suave, Sodré, Vamos Estudar em (1940-1948-1965).....	180
Figura 22 – Exemplos da Revista Bem-Te-Vi (1957-1959-1967)	185
Figura 23 – Conteúdos de Português em 1959	186
Figura 24 – Time de futebol da Escola Metodista em 1966.....	188
Figura 25 – Conteúdo de Educação Moral e Cívica em 1957	193
Figura 26 – Conteúdo de Ensino Religioso em 1967	196
Figura 27 – Conteúdos de Ciências em 1957	200
Figura 28 – Atas de Resultados Finais da Escola Metodista em 1969	203
Figura 29 – Boletim da Escola Metodista em 1966	204
Figura 30 – Rei e Rainha da Escola Metodista em 1966.....	211
Figura 31 – Convite da Formatura do Jardim de Infância e do Curso Primário em 1968.....	214

Figura 32 – Formatura do Jardim de Infância em 1968	215
Figura 33 – Formatura do Jardim de Infância em 1968	217
Figura 34 – Convite da Formatura da 4ª série em 1968	218
Figura 35 – Formatura da Turma da 4ª série em 1968	219
Figura 36 – Formatura e Diploma da 4ª série em 1968	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de alunos da 1ª série no período de 1972 a 1976.....	142
Gráfico 2 – Quantitativo de alunos da 2ª série no período de 1972 a 1976.....	143
Gráfico 3 – Quantitativo de alunos da 3ª série no período de 1972 a 1976.....	144
Gráfico 4 – Quantitativo de alunos da 4ª série no período de 1972 a 1976.....	145
Gráfico 5 – Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do percentual global do metodismo em 1960.....	72
Mapa 2 – Mapa da localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e Dissertações da produção na UFGD com o uso de impressos metodistas (2011-2022)	37
Quadro 2 – Artigos na área da educação sobre a educação metodista (1988-2019)	38
Quadro 3 – Teses e Dissertações na área da educação sobre as escolas	41
Quadro 4 – Consulta aos Repositórios Institucionais de Teses e Dissertações na área de Educação de MS	47
Quadro 5 – Grade Curricular do 1º grau nível 1ª a 4ª série em 1976	176
Quadro 6 – Calendário Escolar da Escola Metodista em 1976	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento da produção na UFGD com o uso de impressos e periódicos metodistas (2011- 2022)	36
Tabela 2 – Levantamento da produção da pesquisa na área de educação em Periódicos/Congressos (1988-2019).....	38
Tabela 3 – Levantamento da produção científica na área da educação sobre	40
Tabela 4 – População Censitária de 1940 a 1960	89
Tabela 5 – Quantitativo de alunos da 1ª a 4ª série no período de 1972 a 1976	140
Tabela 6 – Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976.....	152

SUMÁRIO

NOTAS SOBRE A AUTORA	23
1 INTRODUÇÃO	31
1.1 A tessitura de um caminho de investigação: tema, objeto de estudo, delimitação temporal e espacial, justificativa, objetivos	31
1.2 O Estado do Conhecimento: as pesquisas sobre as escolas confessionais com ênfase na perspectiva metodista	35
1.3 O percurso teórico-metodológico da pesquisa: os conceitos e as fontes	48
1.4 A organização da Tese: tecendo as seções	62
2 ENTRE A ESCOLARIZAÇÃO E A EVANGELIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DA ESCOLA METODISTA E A INFLUÊNCIA PROTESTANTE	65
2.1 A história do Metodismo e a influência wesleyana: a expansão missionária e as estratégias para estabelecer igrejas e escolas	66
2.2 O movimento Metodista no Brasil e em Mato Grosso: o advento dos primeiros missionários norte-americanos e a instalação de instituições religiosas e educativas	74
2.3 O início da história: o Município de Dourados como espaço estratégico para os metodistas	84
2.4 O estabelecimento da Igreja Metodista no Município de Dourados e sua relação com a criação da Escola: indícios e resistências	90
2.5 A instalação da Escola Metodista em Dourados: ensino, assistencialismo e religiosidade	102
3 OS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS E SEUS SUJEITOS: O MODO DE SER DA INSTITUIÇÃO	114
3.1 O espaço escolar: as instalações e as intervenções protestantes	115
3.2 A arquitetura da Escola Metodista: aspectos e representações	124
3.3 O corpo discente: as influências da cultura escolar	136
3.4 O Curso de Educação Integrada: O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e seus alunos	149
3.5 O corpo docente e a direção escolar: relatos e memórias	155
4 O COTIDIANO EDUCACIONAL: OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR	172
4.1 Elementos da cultura escolar a partir da organização curricular: o Curso Primário da Escola Metodista	173
4.1.1 A matéria de Conhecimentos Gerais: os componentes de Português, Educação Artística e Educação Física	179
4.1.2 A matéria de Estudos Sociais: os componentes de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso	191
4.1.3 A matéria de Iniciação às Ciências: os componentes de Matemática, Ciências e Programas de Saúde (Puericultura)	198
4.2 Entre festas cívicas, escolares e religiosas: eventos que compuseram a cultura escolar da Escola Metodista	205
4.3 As formaturas do Jardim de Infância e do Curso Primário	214
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	231

NOTAS SOBRE A AUTORA

*[...] Aprender a conhecer, aprender a fazer,
aprender a viver juntos, aprender a ser
(Magalhães, 2004, p. 17).*

O caminho trilhado

O percurso que antecede uma pesquisa pode ser simultaneamente, prazeroso e marcado por obstáculos e desafios. Ainda assim, devemos nos manter na condição de aprendentes, conforme Magalhães (2004) assinala. Nesse sentido, apresento parte de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, que antecedeu o ingresso no Curso de Doutorado, na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Desde a infância, o encantamento pelos estudos mostrou-se latente, pois o universo do letramento possibilita vivenciar experiências que marcam e transformam ao longo da vida.

Nasci em uma pequena propriedade rural situada no Município de Capitão Leônidas Marques, no interior do Estado do Paraná, onde meus pais, avós paternos e alguns tios se dedicavam à produção agrícola familiar, vinculada à chamada economia de subsistência. Sou a terceira filha de um agricultor e de uma professora leiga.

Em meados de 1972, próximo de completar um ano de idade, meus pais, em busca de melhores oportunidades financeiras, migraram para o antigo Sul de Mato Grosso, passando a trabalhar em uma fazenda próxima ao distrito de Itahum. Anos mais tarde, em razão da localização rural distante, enfrentamos dificuldades para frequentar uma escola regular. Dessa forma, eu e minhas duas irmãs mais velhas iniciamos os estudos primários em idade superior à considerada ideal para a faixa etária, em virtude da extensa distância entre o local de residência e a instituição escolar mais próxima, situada no Município de Dourados.

Minha mãe, que havia exercido o magistério leigo em um pequeno povoado do interior do Estado do Rio Grande do Sul antes de se casar, assumiu a condução do nosso processo de alfabetização. Essa iniciativa foi fundamental para garantir o acesso ao ensino, ainda que em condições limitadas, especialmente no que se refere à escolarização informal realizada no espaço doméstico, em uma área rural afastada do núcleo urbano.

Após um período aproximado de cinco anos, e já com mais uma filha nascida em terras mato-grossenses, meus pais decidiram retornar ao Estado do Paraná. Assim, no início do ano letivo de 1979, iniciei meus estudos primários na 1ª série, em uma escola regular, já estando alfabetizada por minha mãe.

As lembranças desse período da minha infância emergem também a partir de memórias marcadas pela aproximação com os espaços rurais e pela presença da docência

leiga, vinculadas à minha mãe e à minha tia paterna, Maria Vivaldina Bonfanti, que, naquele período, lecionava em uma “escolinha” composta por apenas uma sala multisseriada. Essa escola estava localizada no Município paranaense de Capitão Leônidas Marques, onde nasci e mantive o convívio familiar até a adolescência.

Quando tínhamos a oportunidade de passear no sítio onde minha tia paterna morava, e nas proximidades de cuja propriedade rural estava edificada essa escola, eu me sentia, de alguma forma, encantada pelo lugar e pelo ambiente de ensino, ainda que não soubesse explicar exatamente a razão. Ao iniciar os estudos primários, passei a observar as professoras lecionando, o que me fascinava, pois percebia toda a organização e a dinâmica envolvidas na condução de uma classe, aspecto que me impressionava bastante.

Na infância, percebia-me como uma aluna aplicada: debruçava-me nos livros, e minha leitura e escrita eram elogiadas pelas professoras que tive ao longo dos anos iniciais de escolarização. Lembro-me de minha primeira docente no Curso Primário, a professora Claudete Pinheiro Perinazzo, quando iniciei a 1ª série na Escola Estadual Tenente Carlos Argemiro Camargo, instituição na qual estudei até a 8ª série. Posso afirmar que esses foram os anos escolares mais expressivos, responsáveis por marcar meu desenvolvimento e desempenho educacional ao longo da vida.

Nessa instituição escolar, além das aulas específicas das disciplinas que compunham a estrutura curricular, aprendi trabalhos manuais e artesanato nas aulas de Educação Artística e o manuseio da terra nas atividades práticas de Horticultura. Tínhamos, ainda, a oportunidade de apresentar e recitar poemas e poesias desenvolvidos nas aulas de Língua Portuguesa. Também fui atleta mirim e juvenil, representando a escola e o município em competições dentro e fora da cidade, na modalidade de handebol, esporte desenvolvido nas escolas paranaenses à época, por meio das habilidades trabalhadas nas aulas de Educação Física.

Relembrar faz-se necessário

Ao relembrar minha infância e trajetória profissional, estabeleço um paralelo que me permite compreender que minha história de vida esteve, desde cedo, vinculada à região sul-mato-grossense. Na adolescência, aos dezesseis anos, retornamos ao então recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, pois meu pai veio trabalhar na construção civil, setor que estava em expansão nesta região no ano de 1988.

Nesse período de mudança, precisei interromper meus estudos, pois não consegui vaga em nenhuma escola próxima à nossa residência, situação que me causou tristeza. Estudar

sempre foi importante para mim e, somado a isso, a necessidade de iniciar o trabalho no comércio local, para auxiliar nas despesas da família, dificultou a continuidade da escolarização. Apesar desses obstáculos, retornei aos estudos e concluí o 2º grau, atual Ensino Médio. Contudo, não tive a oportunidade de ingressar imediatamente no Ensino Superior, uma vez que as condições financeiras eram limitadas e eu precisava manter o trabalho em período integral.

A retomada dos estudos ocorreu após um intervalo de oito anos da conclusão do 2º grau, quando prestei vestibular para ingressar em uma faculdade no Município vizinho de Fátima do Sul, o que possibilitou conciliar as rotinas de trabalho, então desenvolvidas fora de Dourados.

Foram longos percursos por estradas estaduais e federais de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e do interior de São Paulo. Ainda assim, não desisti de retomar os estudos. Recordar esse percurso permite-me reconhecer que, ao decidir estudar em condições adversas, abriram-se novas possibilidades, viabilizadas pelo acesso à educação e pelo ingresso no Ensino Superior. Os desafios enfrentados contribuíram de forma decisiva para minha qualificação profissional.

Quando recomeçar é possível

Minha entrada no Ensino Superior ocorreu com o ingresso no Curso de Pedagogia, nas Faculdades Integradas de Fátima do Sul-MS, com posterior integração de créditos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande. Registro que, ao concluir a Graduação em Pedagogia, no ano de 2000, realizei todas as etapas de estágio; contudo, não houve a exigência de um trabalho científico como forma de conclusão de curso, como ocorre atualmente, o que limitou o acesso à pesquisa acadêmica naquele momento.

Após a graduação, permaneci atuando no ramo comercial. O exercício do magistério ocorreu onze anos mais tarde, quando já estava casada e com uma filha pequena. A docência reforçou vínculos familiares relacionados à educação e ao magistério e despertou em mim um envolvimento significativo com a profissão, mesmo diante dos desafios que a caracterizam.

Minha inserção no campo da pesquisa ocorreu anos após a formação em Pedagogia, a partir do exercício da docência, iniciado em 2011. Nesse período, no ano de 2012, candidatei-me ao processo seletivo para o curso de Especialização em Formação de Profissionais da Educação, *Lato Sensu*, na FAED/UFGD, na Linha de Pesquisa Educação e Diversidade. Tendo sido aprovada, no curso, desenvolvi e defendi, em 2014, a monografia intitulada

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e suas múltiplas implicações no contexto escolar, com abordagem voltada às dificuldades comportamentais e cognitivas dos alunos (Silva, 2014).

O retorno ao meio acadêmico por meio da Especialização motivou-me a dar continuidade aos estudos. Assim, preparei-me ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu*, para o curso de Mestrado, em 2017. Nessa ocasião, optei pela Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, e apresentei um pré-projeto vinculado à história de uma instituição escolar rural situada no distrito de Indápolis, do Município de Dourados. Com a aprovação, dei continuidade à pesquisa sob a orientação da Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

Meu ingresso no Mestrado viabilizou-me novas possibilidades, abrindo horizontes para além das disciplinas cursadas e da pesquisa, como a inserção no Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), o acesso ao Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME), que dispõe de acervo documental e bibliográfico para a pesquisa em História da Educação, a participação em congressos da área da Educação e, de modo específico, da História da Educação, com apresentação de trabalhos, bem como o desenvolvimento de palestras e oficinas. Somam-se a essas experiências a escrita e a publicação de capítulos de livros e artigos científicos em revistas acadêmicas da área da Educação.

Nesse percurso, desenvolvi e defendi a dissertação de Mestrado intitulada *História e Memórias: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro do distrito de Indápolis-MS (1973-1988)* (Silva, 2019), cujo objetivo foi analisar o processo de criação e institucionalização dessa Instituição escolar situada no meio rural de Dourados. O desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma aproximação pessoal com a educação rural, pois, conforme já mencionado, sou filha de uma professora leiga e de um pai agricultor, e as escolas rurais fizeram parte do meu contexto de infância, quando ainda residia na região norte do Estado do Paraná. Ademais, a investigação proporcionou aprofundamento no fazer e no escrever a pesquisa em História da Educação, especialmente quanto à história das instituições escolares rurais, que contribuíram e contribuem de forma significativa em diversos contextos, aspecto perceptível na região do Sul de Mato Grosso do Sul.

O legado a mim confiado

Apresento aqui um relato sobre a trajetória na atuação leiga da minha primeira mestra e mãe, considerando seu legado e a relevância de sua atuação ao me conduzir ao exercício da docência. Teresinha Ana Backes nasceu em Tapera, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 4 de março de 1944, sendo a sexta filha entre onze irmãos. Estudou até a 4ª série primária, concluído no Colégio Interno das Irmãs, em São Borja-RS, onde permaneceu por um ano sem retornar à casa dos pais, em razão da distância geográfica. Nesse colégio, estudava em meio período no ensino regular e, no outro, auxiliava nos afazeres domésticos do internato, a fim de custear as despesas com os estudos, pois sua família não possuía condições financeiras para arcar com as mensalidades. Após concluir essa etapa, realizou o Exame de Admissão para lecionar, retornando ao convívio familiar em Alto Alegre-RS.

Com essa mudança, passou a deslocar-se diariamente em um trajeto de mais de cinco quilômetros, montada em um cavalo pertencente à família, para lecionar na Colônia de Aparecidinha-RS, um vilarejo que contava apenas com uma escola e uma igreja. Nessa instituição de ensino, atuava em uma sala multisseriada, exercendo não apenas a função de professora, mas também as de diretora, merendeira e auxiliar nos serviços gerais de manutenção da escola. Contava, inclusive, com a ajuda dos alunos mais velhos para retirar água do poço. Em suas memórias, relata que as pessoas se mostravam admiradas ao verem uma jovem professora realizando todo aquele percurso sozinha, tendo como meio de transporte um “piticinho”, como ela e os irmãos chamavam o pequeno quadrúpede.

A lembrança desses fatos desperta em mim, enquanto pesquisadora, um sentimento de reconhecimento pelas contribuições dessa professora, não apenas na condição de mãe, mas como profissional da educação que não mediu esforços, mesmo atuando como docente leiga, para transformar o contexto em que vivenciava no interior do Estado do Rio Grande do Sul. O processo migratório que minha mãe precisou enfrentar, tanto para estudar quanto para constituir família, remete aos movimentos realizados por muitos brasileiros no período da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), quando deixaram suas origens e seguiram novos caminhos em busca de outras possibilidades. Destaco esse aspecto porque ela transitou por três Estados brasileiros – possivelmente quatro (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), se considerada a configuração territorial anterior à divisão de Mato Grosso do Sul¹.

¹ Em 11 de outubro de 1977, o Estado de Mato Grosso foi dividido em dois: Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT), por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, e do art. 5º do Decreto-Lei n. 1, de 1º de janeiro de 1979. Desse modo, ao longo do texto, utilizo a denominação *Sul de Mato Grosso* em referência ao então Estado de Mato Grosso. Disponível em:

Após casar-se com meu pai, Edegar Albino Backes (*in memoriam*), em 15 de novembro de 1966, migraram para o interior do Paraná. Minha mãe interrompeu a atuação na docência regular, passando a se dedicar exclusivamente ao cuidado familiar, especialmente com o nascimento das quatro filhas. Ressalto, contudo, que em nenhum momento ela deixou de auxiliar e contribuir para o avanço de nossos estudos. Atualmente, dedica parte de seu cotidiano doméstico à leitura, seja de revistas informativas ou à prática de palavras cruzadas, hábitos que favorecem o exercício intelectual e a manutenção de uma mente ativa.

Apresentar essa sinopse histórica de minha mãe integra algumas das memórias afetivas mais significativas da minha base educacional e está diretamente relacionada à trajetória percorrida até o Mestrado, especialmente no campo da investigação sobre o ensino rural. Tal aproximação ocorre tanto pela vivência docente da minha primeira mestra e mãe no meio campestre quanto pela dimensão religiosa, uma vez que minha família sempre buscou, na base cristã, os princípios que orientaram a condução da vida familiar.

A relevância do ensino confessional protestante

Essas vivências possibilitaram a elaboração de um pré-projeto de pesquisa, apresentado ao PPGEdu/UFGD para o processo seletivo em nível de Doutorado, voltado à história das instituições educativas, com ênfase na educação confessional² protestante. O pré-projeto apresentado refere-se à história da Escola Metodista do Município de Dourados, no Sul de Mato Grosso, no período de 1955 a 1977.

Com a aprovação no processo seletivo, dei continuidade à proposta de investigação, aprofundando a análise do ensino confessional protestante de origem metodista, conforme foi desenvolvido ao longo desta pesquisa.

Desenvolver um trabalho sobre a história desse espaço educacional implica enfrentar o desafio da escrita acerca de uma instituição de ensino protestante marcada por um silenciamento histórico de quase cinquenta anos, cuja relevância social se expressa na necessidade de dar voz aos sujeitos que integraram o contexto histórico da Escola.

Cabe pontuar que minha aproximação com o metodismo ocorreu pela primeira vez ao final da adolescência, aos dezessete anos de idade. Após seis meses do retorno da minha

<https://aefnews.com.br/a-divisao-do-territorio-do-estado-de-mato-grosso-em-1977-antecedentes-historicos-motivacoes-e-oficializacao/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

² Refere-se à escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. Para esse tipo de escola, o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos é o objetivo primeiro do trabalho educacional. Dessa forma, se a escola leiga constrói sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, a confessional procura ter um embasamento filosófico-teológico (Menezes; Santos, 2002).

família ao Mato Grosso do Sul, fui convidada para uma festa de aniversário realizada no Salão Social da Igreja Metodista Central em Dourados. Alguns anos depois desse evento, tive a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada e frequente o trabalho missionário desenvolvido pela Igreja, por meio da atuação junto aos jovens e da participação na Escola Dominical, espaço destinado ao estudo bíblico, às rodas de conversa, às apresentações, os cultos, entre outras atividades.

Antes de frequentar esse espaço religioso, fui criada dentro dos princípios da religião católica, que, à época, não apresentava as mesmas dinâmicas vivenciadas posteriormente na instituição evangélica metodista. Foi nesses momentos de estudo que tive contato com a história do metodismo no Brasil, seus preceitos, doutrinas e missão, a partir do legado deixado por John Benjamin Wesley, precursor e fundador da Igreja Metodista na Inglaterra.

Quanto à influência do metodismo em minha formação cristã, destaco que, ao longo dos anos, atuei em diferentes funções como membro da comunidade, entre elas: Integrante do Ministério de Louvor, Presidente da Sociedade de Jovens, Superintendente e professora da Escola Dominical e Agente Local na divulgação de dois periódicos – No Cenáculo e a Revista Voz Missionária. Nesta última, exerci o cargo de Secretária Correspondente da Sociedade Metodista de Mulheres na Igreja em Dourados, contribuindo com a escrita e a organização de matérias sobre eventos e notícias da comunidade local desenvolvida pelas mulheres, destinadas à publicação na “Seção Aconteceu” do periódico.

Um olhar para o objeto que se apresenta

Durante muitos anos, estive envolvida com as atividades da denominação religiosa, seja na Escola Dominical, na Sociedade de Jovens, seja no Grupo de Música e Canto da Igreja, nomenclatura utilizada à época. Contudo, uma mudança significativa em minha perspectiva como profissional da educação ocorreu após me tornar mãe e, posteriormente, ser convidada a assumir a Superintendência da Escola Dominical no segundo semestre do ano de 2005.

Embora fosse formada em Pedagogia, naquele momento, eu não possuía uma compreensão mais aprofundada sobre como orientar o ensino cristão no âmbito da Igreja. No entanto, diante desse novo desafio e após alguns anos de experiência na coordenação e na docência cristã, senti-me impelida a deixar de atuar no comércio local e iniciar uma nova trajetória profissional no segundo semestre do ano de 2011.

Passei, então, a retomar os estudos e a lecionar em escolas regulares, processo iniciado com atuações como professora substituta nas redes pública municipal e privada confessional. Posteriormente, estive vinculada como professora regente contratada, tanto na rede privada quanto na rede pública. Essas experiências possibilitaram também o desenvolvimento de atividades na educação pública estadual, em uma escola do campo, retomando as origens do percurso investigativo ao qual me dediquei no Mestrado, bem como o exercício da docência na educação superior privada, com aulas ministradas em um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Essa oportunidade, por sua vez, abriu caminhos para o ingresso no Doutorado. Presentemente, atuo no Ensino Superior (UEMS) e na Educação Básica (SEMED).

Vale ainda destacar um fato relacionado à minha ligação pessoal com o objeto de estudo desta pesquisa, o qual eu desconhecia e que somente anos depois, já como membro da Igreja Metodista no Município de Dourados, me foi apresentado: a extinta unidade educativa denominada Escola Metodista. Esse episódio ocorreu após a conclusão do Mestrado, quando um senhor da comunidade local me parabenizou pela defesa e fez um pedido, indagando sobre a possibilidade de eu escrever um artigo ou produzir um memorial sobre a “escolinha da dona Áurea”, fundada por sua mãe, e que funcionava nos fundos da Igreja, por volta de 1955. Naquele momento, sinalizei que refletiria com atenção sobre a proposta.

Meses após essa conversa, iniciei uma busca ainda incipiente por informações, a fim de verificar a viabilidade de reunir material para a escrita, uma vez que não possuía clareza quanto às fontes disponíveis para fundamentar o estudo. Nesse processo de levantamento documental, localizei informações orais, registros iconográficos e acervos de Atas nos arquivos da Igreja e na Secretaria Estadual de Educação, relacionados à referida escola. A partir desse contato inicial com as fontes, no segundo semestre de 2019, o pré-projeto de pesquisa foi delineado e se consolidou com o ingresso no Doutorado, no segundo semestre de 2021.

Embora eu mantenha aproximação com a denominação religiosa metodista, tal vínculo não constituiu impedimento ao rigor acadêmico nem à vigilância intelectual exigida pela pesquisa. Como pesquisadora, procurei sustentar um distanciamento crítico, de modo que a investigação se desenvolvesse sem apologias ou proselitismos em favor da crença protestante, ainda que os princípios cristãos integrem a minha conduta pessoal.

Ponto ainda, como pesquisadora, que a participação em eventos da área da Educação foi essencial para a divulgação e o avanço desta pesquisa, além de ter proporcionado contribuições para a História da Educação e, de modo mais específico, para a História da Educação em Mato Grosso do Sul. Entre as apresentações e publicações realizadas em

colóquios, congressos e seminários, destacam-se aquelas vinculadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Região Centro-Oeste (ANPED-CO), ao Colóquio Internacional Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais (HISTEDBR), ao Congresso de Educação da Grande Dourados (UFGD), ao Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana (CIHELA), ao Congresso Internacional em Educação (UFPI), ao Encontro de História da Educação do Centro-Oeste (EHECO), ao Seminário Internacional de História e Educação (UFPPF), entre outros.

A partir da compilação e da interpretação dos dados coletados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, resultou a escrita desta Tese, cujo objetivo é analisar as representações da cultura escolar na Escola Metodista instalada em Dourados-MT, no período de 1955 a 1977, configurando-a como um relevante espaço educacional confessional protestante de origem metodista para a região.

1 INTRODUÇÃO

*Em História, tudo começa com o gesto de separar,
reunir e transformar em “documentos” certos
objetos distribuídos de determinada maneira
(Certeau, 1982, p. 73).*

Nesta Seção, apresento as motivações epistemológicas que orientaram a escolha do tema e do objeto da Tese. Dialogo com pesquisas cujos objetos se aproximam desta investigação, considerando o recorte temático e temporal adotado. Exponho, ainda, os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a pesquisa. Por fim, descrevo as seções e seus desdobramentos, articulados aos respectivos percursos investigativos.

Conforme Certeau (1982), o ponto de partida para a compreensão histórica de um documento reside no ato de selecionar, agrupar e convertê-lo em um novo instrumento de análise, a partir de uma organização distinta daquela que possuía originalmente. A partir dos indícios e vestígios, busquei pistas que permitissem desvelar e compreender as representações e a cultura escolar da Escola Metodista, sendo imperativo para o desenvolvimento desta Tese. À luz dessa perspectiva, debruçei-me sobre a composição de cada etapa da escrita investigativa do trabalho.

A Seção foi organizada em quatro subseções. A primeira explicita o enunciado da pesquisa, os objetivos, a temática e a justificativa, entre outros elementos. A segunda trata das pesquisas identificadas por meio de um Estado do Conhecimento, que se aproximaram do objeto investigado, voltado à compreensão das representações e da cultura escolar de uma instituição confessional protestante metodista. A terceira aborda o referencial teórico-metodológico estabelecido para a construção da Tese. A quarta e última subseção apresenta os apontamentos relativos à organização e à articulação das seções que compõem o trabalho.

1.1 A tessitura de um caminho de investigação: tema, objeto de estudo, delimitação temporal e espacial, justificativa, objetivos

A escrita de um trabalho acadêmico não é uma tarefa simples; é necessário manejar bem os materiais, coletar e analisar dados e transcrever, de forma criteriosa, cada detalhe selecionado. Esta Tese se inscreve nas investigações voltadas para a História das Instituições Educacionais (HIE), no campo da História da Educação, e tem como objetivo analisar as representações e os vestígios da cultura escolar da Escola Metodista de Dourados-MT, para a expansão da educação neste Município e região, no período de 1955 a 1977.

O recorte temporal se assenta no período em que o referido Município ainda pertencia ao Estado de Mato Grosso (Uno), cuja divisão territorial ocorreu somente em 1977, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse recorte temporal se justifica por dois momentos históricos referentes à Escola: o ano de 1955 marca a sua criação, após a aprovação na plenária do Concílio Regional da Igreja Metodista, realizada entre os dias 21 e 25 de janeiro de 1953, no Município de Lins-SP, sob a direção do Bispo Isaías Fernandes Sucasas, (Jornal expositor Cristão, 1957, Ed. n. 8, p. 13), que deliberou pela vinda do primeiro missionário ao Sul de Mato Grosso; já o ano de 1977 refere-se ao seu último ano de funcionamento, conforme registrado no Livro Ponto n. 15 (1977, p. 61)³, documento localizado na Secretaria Estadual de Educação (SED).

No marco temporal estabelecido para a análise (1955-1977), a Escola Metodista de Dourados atendeu às faixas etárias iniciais, com oferta do Jardim de Infância e do Curso Primário para crianças e, também, do Curso de Educação Integrada (Mobral)⁴ destinado aos adultos.

As pesquisas acerca da História das Instituições Escolares têm se revelado profícuas nas últimas décadas e se configurado como um campo inovador da História da Educação. Gatti Júnior (2002, p. 22) aponta que estudos direcionados à história das instituições educacionais “[...] são a ponta-de-lança da possibilidade de escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e singularidades locais e institucionais”, abrindo possibilidades para o estudo das instituições escolares confessionais protestantes.

Para além do interesse pessoal pela investigação da Escola Metodista de Dourados, a pesquisa justifica-se pela relevância dos estudos sobre instituições escolares confessionais de origem metodista para a historiografia regional e para a História da Educação, uma vez que essas instituições educativas “[...] corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização”, conforme aponta Magalhães (2004, p. 62). Tais aspectos possibilitam a ampliação de pesquisas sobre esses objetos, que ainda carecem de estudos, em face das lacunas identificadas durante os levantamentos de dados.

A relevância social e científica da realização da pesquisa reside na importância de investigar a história de uma Instituição educacional confessional, como a Escola Metodista de

³ Segundo consta no Livro Ponto n. 15 (1977, p. 61), “a partir do dia 15/04/1977 os professores e funcionários (vespertino/noturno) passaram a assinar ponto na Escola Estadual Antonia Silveira Capilé e o período matutino desde o dia 01/4/1977”. Ainda segundo os registros, “a professora Neiva Azambuja Silva assinou o Livro Ponto até o dia 31/03/1977, atuando na 3ª série” (1977, p. 59).

⁴ O Mobral foi criado para erradicar o analfabetismo no Brasil. No entanto, o Mobral constituiu um contraponto ao método de Paulo Freire com referência à alfabetização no país na época (Oliveira; Souza, 2012).

Dourados, não apenas em razão do acesso das pessoas e da comunidade à escrita, mas também por assegurar a preservação das fontes históricas, possibilitando a construção historiográfica. Sarat e Furtado (2016, p. 265) advertem: “[...] a contribuição da educação protestante à história da educação brasileira é inegável”, embora ainda haja necessidade de maior aprofundamento investigativo. Essa lacuna decorre do reduzido quantitativo de arquivos e acervos das instituições protestantes e também da organização desses documentos.

Pesquisar as representações e a cultura escolar da Escola Metodista de Dourados permite compreender a conjuntura regional e nacional que a influenciou, como o processo de criação das primeiras escolas protestantes no Brasil; o contexto político, sociocultural e econômico brasileiro na segunda metade do século XX; a política de expansão demográfica para o Centro-Oeste brasileiro e seus efeitos migratórios; a vinda dos missionários protestantes para o Sul de Mato Grosso; bem como as estratégias de legitimação e as disputas e tensões entre segmentos religiosos educacionais na região, sobretudo entre protestantes e católicos.

Segundo Valentin (2010, p. 69), a educação do “[...] ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício consciente e crítico da cidadania constitui o principal objetivo das escolas confessionais”. Assim, as instituições confessionais protestantes promoveram, na educação brasileira e em diferentes partes do mundo, a difusão do conhecimento pautado na articulação entre ensino e caráter religioso. De acordo com o autor, esses espaços contribuíram para a preservação da tradição e dos valores da fé cristã como parte da formação integral dos estudantes, fundamentada em princípios éticos e morais.

Os protestantes de origem metodista, presbiteriana, batista, entre outras denominações, colaboraram para o avanço educacional brasileiro, haja vista que a relação direta do protestantismo com a educação se pautou, principalmente, na formação de leitores capazes de compreender e interpretar as Sagradas Escrituras, entendidas como fundamentais para a salvação. Para isso, era necessária a instrução básica, especialmente nos domínios da leitura e da escrita. Estabelecia-se, assim, uma relação estreita entre a necessidade de uma educação geral e mais abrangente, voltada à difusão institucional, e a atenção direcionada ao conhecimento dos textos bíblicos. Tal dinâmica foi “[...] inegavelmente o grande responsável pela emergência da maioria das Igrejas Metodistas nacionais”, pois “a fundação de escolas seria simplesmente parte de uma estratégia para criação da Igreja” (César, 2003, p. 61).

Segundo César (2003, p. 66), “as escolas se destinavam à formação das elites que, assumindo papéis de liderança na sociedade, a transformariam conforme aqueles valores democráticos”. Os primeiros missionários e educadores, motivados pelo compromisso com a

obra de Deus e com seus semelhantes, marcaram esses espaços educativos a partir do legado do precursor do metodismo, John Benjamin Wesley, ao idealizar o ensino confessional como meio capaz de alcançar e transformar a vida pessoal e moral dos indivíduos.

Acerca da educação confessional no Brasil, é possível destacar que as estratégias usadas pelos missionários metodistas norte-americanos⁵ estavam pautadas em instalar as escolas em locais que mantinham tanto posição geográfica e política que permitissem possibilidades de avanço econômico e social. Esse fato foi pensado quando as primeiras escolas metodistas foram criadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, as quais emergem na condição de “[...] uma intensa busca de integração às sociedades que as acolhiam, fazendo dos princípios orientadores fundantes e dos interesses das sociedades abrangentes uma teia de interdependência cultural” (Almeida, 2003, p. 29) e social para pensar a educação.

O problema central que norteia este trabalho consiste em compreender em que medida as representações e a cultura escolar desenvolvidas na Instituição legitimaram a consolidação da influência protestante e contribuíram para a expansão do ensino na região, por meio de uma instituição confessional de origem metodista, situada no Município de Dourados-MT, no antigo Sul de Mato Grosso, no período de 1955 a 1977.

Dessa maneira, outros questionamentos desdobraram-se dessa problemática, entre os tais: como ocorreu o processo de criação e institucionalização da Escola Metodista em Dourados? Qual foi a relação entre a abertura dessa Escola e a Missão da Igreja Metodista? A instalação e o funcionamento dessa Escola legitimaram e consolidaram a influência protestante? Essa influência contribuiu para a expansão do ensino no Sul de Mato Grosso e, de forma mais específica, no Município de Dourados? Quais práticas educativas e representações permearam a atuação dessa Escola no Município? Quem foram os sujeitos que fizeram parte dessa instituição? Quais motivos levaram ao fechamento da Escola em 1977?

Esse conjunto de indagações é respondido ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que se aborda o processo de criação e a dinâmica de funcionamento da Escola Metodista de Dourados enquanto espaço educacional confessional protestante. Ao compreender sua inserção na história regional, com base na investigação da cultura escolar ali construída, tais questões foram sendo progressivamente esclarecidas.

Para responder ao problema de pesquisa e aos questionamentos suscitados, definiu-se como objetivo geral *analisar as representações e os vestígios da cultura escolar na Escola*

⁵ Devido ao contexto histórico e cultural da pesquisa, nos valeremos apenas da influência por parte dos missionários metodistas oriundos do Norte dos Estados Unidos.

Metodista de Dourados-MT (1955-1977). Como objetivos específicos, propus-me a: compreender o processo missionário e a implantação do sistema educacional metodista no Sul de Mato Grosso e suas contribuições para a expansão educacional de Dourados-MT; investigar elementos da estrutura arquitetônica e o perfil dos sujeitos que fizeram parte da Instituição no período focalizado; e examinar vestígios da cultura escolar a partir da organização curricular, das práticas educativas e das normas de funcionamento da Escola.

Diante do exposto, a Tese defendida nesta investigação é a de que a *Escola Metodista de Dourados-MT, no período de 1955 a 1977, teve, em sua cultura escolar, práticas pedagógicas vinculadas ao protestantismo. Esse modo de representação influenciou diferentes dimensões da vida escolar, como formaturas, desfiles cívicos e venda de artigos religiosos. Além disso, outras práticas foram compostas em meio às representações de cultura escolar na Instituição, de modo que o currículo, as atividades pedagógicas, o calendário, a arquitetura e os próprios sujeitos foram constituídos e constituíram o fazer institucional da Escola Metodista.*

1.2 O Estado do Conhecimento: as pesquisas sobre as escolas confessionais com ênfase na perspectiva metodista

Este Estado do Conhecimento⁶ em torno da temática pesquisada foi realizado considerando o período de 1982 a 2023. O recorte temporal inicial, delimitado ao fim da ação, justifica-se pela localização da primeira produção científica encontrada nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. A delimitação temporal final, por sua vez, corresponde ao último ano das pesquisas mapeadas junto às bases de dados consultadas.

O levantamento foi efetuado, inicialmente, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no *Scientific Electronic Library On-Line* (SciELO), a partir dos seguintes descritores: “educação *and* metodista”; “escolas *and* protestantes”; “protestantes *and* história da educação”; “metodismo *and* escolas”; “protestantes *and* metodismo”. Nessas bases, foram localizadas algumas produções, em razão das dificuldades encontradas na filtragem dos trabalhos que pudessem auxiliar diretamente a presente investigação.

⁶ Segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o conceito de “Estado do Conhecimento” refere-se à identificação, ao registro e à categorização de produções científicas que possibilitam a reflexão e a síntese acerca de uma determinada área do conhecimento, em um recorte temporal específico, congregando periódicos, Teses, Dissertações e livros sobre uma temática delimitada.

As limitações decorreram, sobretudo, do uso de filtros que agregavam produções de áreas afins, e não apenas da educação, como era o foco central da busca. A opção por direcionar as buscas no Banco de Dados para um formato mais específico proporcionou maior clareza no mapeamento das produções, permitindo a seleção dos trabalhos a partir dos descritores: “escola *and* metodista” e “colégio *and* metodista”. Segundo afirmam Gatti Júnior e Gatti (2015, p. 341), “o conhecimento das instituições escolares é fundamental para a compreensão dos contornos específicos de qualquer sociedade, ainda que não se esgote em si mesmo, mas na compreensão da articulação que tais instituições comportam em termos societários”.

O que busco afirmar, à luz do entendimento dos autores, é que o ensino e o modo de ser das instituições escolares, expressos em suas representações, revelam nuances da sociedade em que aquelas estão inseridas. Desvelar o conhecimento desses espaços escolares e de suas práticas educativas permite evidenciar a materialidade institucional que os constitui.

Os resultados das buscas apontaram que as pesquisas desenvolvidas na área da educação discorrem sobre o metodismo e a influência missionária na educação brasileira, incluindo duas Dissertações e uma Tese defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Esses trabalhos contemplam aspectos relacionados ao protestantismo, aos impressos, à missão indígena e à ação missionária, entre outros. Todavia, as três produções localizadas não se aproximam diretamente do interesse desta Tese, que consiste em analisar o que foi produzido acerca das escolas metodistas no Brasil, no campo específico da educação e, de modo mais particular, no Sul de Mato Grosso. Ainda assim, com o intuito de evidenciar as lacunas existentes na produção acadêmica, organizei e compilei todos os artigos, Dissertações e Teses mapeadas durante o levantamento de dados, apresentando-as em tabelas e quadros para análise, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Levantamento da produção na UFGD com o uso de impressos e periódicos metodistas (2011- 2022)

Ano	2011	2014	2022	Total
Dissertações	1	1		2
Teses			1	1

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

A Tabela 1 destaca três pesquisas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD e evidencia lacunas que nos instiga a prosseguir na busca por fontes que

possam contribuir para a escrita da história da Escola Metodista em Dourados-MT. O Quadro 1, por sua vez, apresenta as produções localizadas.

Quadro 1 – Teses e Dissertações da produção na UFGD com o uso de impressos metodistas (2011-2022)

Autor	Título	Natureza do trabalho	Instituição	Ano
Paula Nudimila de Oliveira Silva	Os impressos protestantes como fonte para a história da educação: inferências educativas no Sul de Mato Grosso (final do século XIX, início do século XX).	Dissertação	UFGD	2011
Rodrigo dos Reis	Jornal Expositor Cristão: educação e civilização, um olhar para o sul de Mato Grosso (1925-1946).	Dissertação	UFGD	2014
Cristiane Pereira Peres	Educação e religiosidade na reserva indígena de Dourados/MT (1929-1969): práticas, representações e apropriações.	Tese	UFGD	2022

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

Silva (2011) defendeu a Dissertação intitulada “Os impressos protestantes como fonte para a história da educação: inferências educativas no Sul de Mato Grosso (final do século XIX, início do século XX)”, na qual apontou a relevância do uso dos impressos cristãos para o desenvolvimento educacional e analisou como se estabeleceram as relações relacionadas à disseminação do protestantismo na região.

No âmbito dos estudos voltados aos impressos protestantes, Reis (2014) abordou, em sua pesquisa, o uso de periódicos, defendendo a Dissertação intitulada “Jornal Expositor Cristão: educação e civilização, um olhar para o sul de Mato Grosso (1925-1946)”. Neste trabalho, o autor analisou o jornal metodista Expositor Cristão no período de 1925 a 1946, ampliando a discussão para a Imprensa Protestante, compreendida como importante meio de divulgação e consolidação do protestantismo no Brasil, tomando o Sul de Mato Grosso, especialmente Dourados-MS, como delimitação espacial. Dessa forma, a pesquisa evidenciou não apenas características do trabalho metodista no país, mas também os percursos da educação protestante nas diferentes regiões brasileiras, associados a um projeto de civilização e a um modo de vida fundamentado na cultura norte-americana.

Peres (2022), por sua vez, na Tese intitulada “Educação e religiosidade na reserva indígena de Dourados/MT (1929-1969): práticas, representações e apropriações”, analisou as representações e as práticas escolares e não escolares, bem como a influência religiosa no cotidiano da Reserva Indígena. Para tanto, utilizou como fontes de pesquisa jornais e revistas protestantes e, entre esses, alguns impressos metodistas, como o Expositor Cristão, a Revista Bem-te-vi e a Revista Voz Missionária.

Observa-se, portanto, uma proximidade entre esses trabalhos defendidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, na medida em que se evidencia o uso da imprensa protestante na divulgação da influência e da contribuição do protestantismo para a educação no Sul de Mato Grosso. O jornal *Expositor Cristão*, por exemplo, constitui-se como uma fonte relevante para esta pesquisa, uma vez que integra a comunicação oficial da Igreja Metodista há mais de um século, produzindo matérias e documentários sobre instituições metodistas no Brasil, tanto no campo educacional quanto no religioso.

No que se refere às contribuições dos protestantes metodistas para a educação brasileira, foram compilados, durante a busca de dados, alguns artigos, entre os quais se destacam os trabalhos de: Boaventura (2005), Hilsdorf (2002), Mesquida (1988; 2005), César (2003) e Brasil (2019). Esses autores desenvolvem pesquisas inseridas nessa vertente histórica, voltadas à análise da contribuição do metodismo para a educação brasileira. Os dados referentes a essas produções encontram-se sistematizados na Tabela 2.

Tabela 2 – Levantamento da produção da pesquisa na área de educação em Periódicos/Congressos (1988-2019)

Ano	1988	2002	2003	2005	2019	Total
Artigos	1	1	1	2	1	6

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

A Tabela 2 apresenta os artigos localizados no levantamento historiográfico acerca da contribuição do metodismo para a educação brasileira. Inicialmente, foram identificados seis trabalhos no levantamento de dados, dos quais os selecionei para análise em razão da proximidade com a temática da educação metodista. Desse conjunto, quatro correspondem a artigos publicados em periódicos e dois a textos veiculados em anais de eventos, conforme a organização no Quadro 2.

Quadro 2 – Artigos na área da educação sobre a educação metodista (1988-2019)

Autor	Título	Natureza do trabalho	Instituição	Ano
Peri Mesquida	Metodismo e Educação no Brasil: Formar Elites e Civilizar a Nação	Artigo	Revista de Educação do Cogeime	1988
Maria Lúcia Spedo Hilsdorf	Educadoras metodistas no século XIX: uma abordagem do ponto de vista da História da Educação	Artigo	Revista de Educação do Cogeime	2002
Ely Eser Barreto César	O projeto de escola metodista confessional sob a luz da espiritualidade wesleyana	Artigo	Revista de Educação do Cogeime	2003
Elias Boaventura	Educação Metodista e o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932	Texto Anais	IX Simpósio Internacional Processo Civilizador	2005
Peri Mesquida;	Mulheres Missionárias Metodistas e a Educação no Brasil, de 1880 A	Artigo	Revista Diálogo Educacional	2005

Luciana Tavares	1920: A Educação da Elite Republicana			
Taciana Brasil	O Ensino Religioso na educação confessional: considerações sobre o Colégio Metodista Izabela Hendrix	Texto Anais	4º Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária	2019

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

O Quadro 2 apresenta os seis trabalhos localizados nos Banco de Dados, publicados entre 1988 e 2019. Em síntese, os autores analisam a chegada do protestantismo ao Brasil e a inserção da educação nos moldes do metodismo norte-americano. Boaventura (2005) examina a proposta educacional metodista, introduzida na segunda metade do século XIX, bem como o papel da educação formal no cumprimento da missão cristã em solo brasileiro. Hilsdorf (2002), por sua vez, focaliza a participação das mulheres metodistas na educação brasileira a partir do século XIX, destacando a atuação da pioneira Martha Watts, que desempenhou relevante papel missionário ao deixar seu país de origem para atuar no ensino no Brasil.

Mesquida (1988; 2004) enfatiza a participação das missionárias norte-americanas na conquista e na influência da elite⁷ brasileira por meio da educação confessional. César (2003) realiza uma abordagem de perspectiva social acerca da confessionalidade, no contexto das celebrações dos 300 anos do nascimento de John Wesley, analisando o movimento metodista e sua prática pedagógica voltada à mudança dos indivíduos e à transformação da sociedade.

Brasil (2019, p. 658) apresenta e caracteriza o Ensino Religioso ofertado pelo Colégio Metodista Izabela Hendrix, pautado na Proposta Pedagógica da instituição confessional protestante, situada em Belo Horizonte-MG. A autora ressalta que “[...] O Ensino Religioso escolar é uma área polêmica da educação brasileira”, sendo “[...] considerado parte integrante da formação básica do ser humano” e, ao mesmo tempo, apontado como um elemento que “[...] ataca à laicidade de Estado e à liberdade religiosa”.

Os artigos e textos publicados em anais de eventos contribuíram de maneira significativa para a reflexão acerca do nosso objeto de pesquisa, uma vez que os autores analisados abordam, para além dos fundamentos do metodismo, a influência e o papel da mulher metodista na educação brasileira, bem como a abertura de escolas a partir da ação missionária preconizada pela educadora Martha Hile Watts. À luz dessa relevância atribuída à atuação feminina, é possível identificar aproximações com a experiência da Escola Metodista em Dourados, criada sob a influência da normalista Áurea Batista Brianezi.

⁷ O conceito de elite pode ser compreendido como referente a um grupo restrito de pessoas que detêm poder, influência e recursos em determinada sociedade. Essa influência pode manifestar-se em diferentes áreas, como a política, a econômica, a cultural e a social. Historicamente, a noção de elite remonta à Antiguidade, quando as sociedades se estruturavam em hierarquias definidas, baseadas no nascimento, na riqueza e no reconhecimento social (Lucidarium, 2025).

Para concluir o levantamento bibliográfico, após elencar dois novos descritores, a saber, “escola *and* metodista” e “colégio *and* metodista”, priorizei as investigações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu*. Nessa filtragem, foi possível totalizar doze pesquisas que tiveram aproximação com o objeto de estudo proposto, oriundas de defesas realizadas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Após os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, por meio da seleção das bases de dados e da utilização dos descritores, identifiquei produções que abordam a temática analisada, totalizando sete Dissertações e cinco Teses. Essas pesquisas tiveram como objetivo investigar a educação protestante, o ensino confessional e as escolas metodistas, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Levantamento da produção científica na área da educação sobre

Ano	1982	2004	2005	2006	2008	2010	2012	2014	2015	2020	Total
Dissertações	1	1			1	1	1	1	1		7
Teses			1	1	1			1		1	5

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

A Tabela 3 permite evidenciar que o número de trabalhos sobre a educação e as escolas metodistas ainda é escasso, o que possibilita ressaltar a relevância da produção científica na área e a necessidade de investigações que contribuam para a escrita da história das instituições escolares metodistas. A busca realizada nos Banco de Dados, com a utilização dos descritores iniciais e, posteriormente, a partir do emprego dos descritores “escolas *and* metodistas” e “colégio *and* metodista”, possibilitou a identificação total de doze trabalhos.

A escassa difusão dessa produção científica pode estar associada ao fato de essa temática ainda integrar um número restrito de investigações acadêmicas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação na área da Educação, especialmente quanto à educação confessional protestante de origem metodista. Sobre essa escassez, faço o destaque em deferência ao ínfimo número de publicações encontradas durante as consultas ao Banco de Dados, sobre o tema, quer sejam, em artigos, capítulos de livros, Dissertações ou Teses, tornando oportuna e relevante a investigação.

O Quadro 3 elenca os trabalhos identificados em ordem cronológica, considerando os anos de suas defesas.

Quadro 3 – Teses e Dissertações na área da educação sobre as escolas

Autor	Título	Natureza do trabalho	Instituição	Ano
Edni Oscar Schroeder	Análise da proposta educacional das escolas metodistas	Dissertação	FGV-RJ	1982
Raquel Alves de Carvalho	Os missionários metodistas da região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)	Dissertação	UNIMEP-SP	2004
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento	Educar, Curar, Salvar: Uma Ilha de Civilização no Brasil Tropical	Tese	PUC-SP	2005
Cesar Romero Amaral Vieira	Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos - 1890	Tese	UNIMEP-SP	2006
Ismael Forte Valentin	A educação metodista sob a égide do educar e evangelizar	Tese	UNIMEP-SP	2008
Bruno Martins Raposo	Escotismo e educação integral em Juiz de Fora: o Grupo Cayuás do Instituto Metodista Granbery (1927 – 1932)	Dissertação	UFJF-MG	2008
Vanessa Barbosa Leite Ferreira	Granbery: um colégio americano no Brasil. A prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora (1889-1930)	Dissertação	UFMG-MG	2010
Ana Gloria Prates Gris da Silva	As diretrizes para a educação nas instituições metodista de ensino: um estudo das práticas educativas do Colégio Piracicabano de 1995 a 2011	Dissertação	UNIMEP-SP	2012
Reginaldo Leandro Plácido	Uma leitura do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonte no início do século XX: implantação, fixação e consolidação	Tese	UNIMEP-SP	2014
Thais Gonsales Soares	Representações de uma escola protestante na imprensa: Colégio Piracicabano (1881- 1886)	Dissertação	UNIMEP-SP	2014
Andréa Lopes Pinheiro	O Granbery em Juiz de Fora: primórdios da educação metodista no Brasil (1889 a 1905)	Dissertação	UMESP-SP	2015
Tamiris Alves Muniz	Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos Institutos Samuel Graham - Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)	Tese	UFU-MG	2020

Fonte: Elaborado a partir das buscas no Banco de Dados pela autora.

O levantamento da produção historiográfica acerca das escolas protestantes no Brasil, realizado nos Banco de Dados, constatou que os trabalhos localizados concentram-se, majoritariamente, em universidades privadas situadas na região Sudeste do país, especialmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Inserem-se nesse contexto a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP-SP), a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP-SP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

Identifiquei, ainda, três pesquisas defendidas fora do eixo Rio-São Paulo, desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-MG), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG) e na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Localizei também uma pesquisa defendida na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a

qual, embora não apresente aproximação direta com o objeto investigado, foi incluída no *corpus* de análise, cuja justificativa será apresentada ao longo do texto.

A partir da elaboração do Quadro 3, foi possível identificar que o maior número de pesquisas encontradas, relacionadas ao objeto proposto sobre a educação e as escolas protestantes, refere-se aos Colégios Granbery, Izabela Hendrix e Piracicabano. Esse mapeamento permitiu observar que, entre as Dissertações e Teses analisadas, predominam estudos que investigam as relações entre educação e a influência dos missionários metodistas norte-americanos na disseminação do ensino e da cultura escolar nas diferentes instituições implantadas em distintas regiões brasileiras.

Plácido (2014, p. 12-13) explicita que

[...] foi possível verificar, com base na produção do PPGE- UNIMEP, que as instituições escolares metodistas no Brasil têm sido alvo de estudos por pesquisadores de história da educação como: Elias Boaventura, César Romero Amaral Vieira, Peri Mesquida, Maria Lúcia Hilsdorf, José Barbosa, dentre outros. Entretanto, estas pesquisas, geralmente, se concentravam em tecer considerações sobre as instituições metodistas do Estado de São Paulo e quando havia alguma reflexão sobre instituições escolares metodistas no Estado de Minas Gerais, o foco estava centrado no Colégio Granbery.

Alguns dos autores citados por Plácido (2014) tiveram seus artigos coletados e analisados anteriormente, por apresentarem aproximação significativa com o objeto de pesquisa. Segundo o autor, “[...] A educação foi parte integrante da evangelização metodista e pode ser caracterizada como uma estratégia no projeto de inserção dos protestantes de missão, [...] estabelecidas em todas as regiões do Brasil com escolas, colégios, faculdades e universidades que nasceram nos primeiros anos do trabalho missionário” (Plácido, 2014, p. 17). No entanto, em relação aos “dentre outros”⁸ pesquisadores mencionados pelo autor, não foi possível localizar e averiguar parte dessas produções. Boaventura (2005, p. 1), por sua vez, destaca que “os educadores metodistas nas três primeiras décadas do século XX” exerceram influência sobre o sistema educacional brasileiro, concentrada “apenas na Região Sudeste do

⁸ No que se refere à expressão “dentre estes outros”, citada por Plácido (2014, p. 12-13), podemos mencionar pesquisadores que defenderam Teses, Dissertações ou publicaram livros sobre a temática, tais como: Jéther Pereira Ramalho, com *Colégios protestantes no Brasil: uma interpretação sociológica da prática educativa de colégios protestantes no Brasil no período de 1870 a 1940* (1976); Vasni de Almeida, com *A educação, a ordem e a civilidade: práticas educacionais do metodismo em Ribeirão Preto* (2003); Maria Lúcia Spedo Hilsdorf Barbanti, com *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens* (1977); James L. Kennedy, com *50 anos do metodismo no Brasil*; José Gonçalves, com *História do Metodismo no Brasil* (1982); e Duncan Alexander Reily, com *História Documental do Protestantismo no Brasil* (2003). Destacamos que essas pesquisas seriam importantes para a análise, porém não foi possível acessá-las na íntegra.

Brasil e mais precisamente em Juiz de Fora-MG, com o Instituto Granbery, e em Piracicaba-SP, com o Colégio Piracicabano”.

Foi possível observar a escassa produção científica, nos Programas de Pós-Graduação em Educação, sobre a temática das escolas metodistas. Essa limitação pode estar associada ao fato de que os trabalhos localizados foram produzidos, em sua maioria, em universidades privadas situadas na região Sudeste do Brasil. Tal cenário configura uma lacuna a ser preenchida por novas produções acadêmicas, especialmente no que se refere à pesquisa proposta, cujo foco recai sobre uma instituição confessional metodista localizada na região do Sul de Mato Grosso. Assim, o tema e o objeto investigados contribuem para o avanço das pesquisas sobre instituições escolares.

No campo da História da Educação, pesquisadores, sobretudo aqueles vinculados a Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, têm se dedicado a investigações sobre as produções historiográficas das instituições escolares. Por meio dessas pesquisas, torna-se possível compreender as relações entre os agentes sociais da Instituição, os processos de ensino, a cultura material, bem como as origens e o funcionamento das escolas.

Ao tecer considerações sobre as pesquisas encontradas, destaco que Schroeder (1982) analisou, em sua Dissertação intitulada “Análise da proposta educacional das escolas metodistas”, a relação entre a educação e a estrutura eclesial da Igreja Metodista. O autor recorreu à “[...] pesquisa e análise dos estatutos, prospectos, anuários, programas de ensino, organização curricular, revistas educacionais, artigos, discursos, documentos de arquivo, etc, provenientes do Instituto Porto Alegre (IPA)” (Schroeder, 1982, p. 8). O autor debruçou-se, ainda, sobre a análise da evolução histórica da Igreja e das escolas metodistas, bem como sobre a influência exercida por seus fundadores, os missionários norte-americanos, nas diretrizes e na forma de organização e funcionamento dessas Instituições no Brasil, independentemente do Estado em que foram implantadas.

Vieira (2006, p. 7), em sua Tese intitulada “Protestantismo e educação: a presença liberal norte-americana na reforma Caetano de Campos – 1890” analisa a inserção do protestantismo norte-americano no Brasil e sua influência na constituição do pensamento republicano brasileiro. O autor examina de modo particular, os impactos dessa presença na reforma educacional de 1890, desenvolvida na Escola Normal Caetano de Campos, adotando como categoria de análise o conceito de força simbólica no campo educacional.

Na mesma vertente analítica, Valentin (2008, p. 53), na Tese intitulada “A Educação Metodista sob a Égide do Educar e Evangelizar”, teve como objetivo investigar as relações entre as propostas educacionais da denominação metodista e o ensino cristão desenvolvido

nas igrejas, especialmente por meio da evangelização e da atuação da Escola Bíblica Dominical. O autor destaca que “[...] com a expectativa de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade brasileira, a Igreja Metodista consolida sua presença no país através das suas escolas e paróquias no início do século XX”.

A partir das contribuições de Vieira (2006) e Valentin (2008), compreendo que a influência do metodismo nas questões educacionais e religiosas esteve historicamente pautada na visão de seu fundador, John Wesley, que ainda no século XVIII, “percebia a diferença que o ensino proporcionava na transformação de uma sociedade” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1). Brasil (2019, p. 659) ressalta que “[...] era comum na época, os missionários protestantes norte-americanos criar escolas no Brasil, como uma atividade paralela e complementar à fundação de igrejas”. Tal estratégia contribuiu para a expansão missionária protestante em diferentes regiões do país, inclusive no Sul de Mato Grosso.

Ferreira (2010) analisou, em sua Dissertação, “Granbery: um colégio americano no Brasil. A prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora (1889-1930)”, a instalação do Colégio Granbery, fundamentada na educação e nas práticas educativas estadunidenses introduzidas em Minas Gerais, no Município de Juiz de Fora. Essas práticas encontraram diversos conflitos com a tradicional educação católica, predominante na região.

Silva (2012), por sua vez, examinou, em sua Dissertação “Diretrizes para a educação na Igreja Metodista: Um estudo das práticas educativas do Colégio Piracicabano de 1995 a 2011”, o Colégio Piracicabano e as relações estabelecidas entre as Diretrizes para a educação da Igreja Metodista e o Projeto Pedagógico do Colégio, trazendo à tona a discussão acerca da transição de uma educação liberal para uma educação libertadora e progressista. A autora problematizou o modelo a partir do qual a escola foi constituída, considerando a influência norte-americana no ensino desde sua implantação na região.

Em sua Tese intitulada “Uma leitura do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonte no início do século XX: implantação, fixação e consolidação”, Plácido (2014, p. 8) analisou a influência do Colégio Metodista Izabela Hendrix na capital mineira e as estratégias utilizadas, desde a criação da escola, para a inserção do protestantismo na cidade, destacando tratar-se de “[...] a primeira instituição a trabalhar com a educação pensada para as mulheres com o propósito de prepará-las à docência”.

Nesse viés, Soares (2014, p. 7), em sua Dissertação intitulada “Representações de uma Escola Protestante na Imprensa: Colégio Piracicabano (1881-1886)”, analisou as relações entre o Colégio Piracicabano e as representações veiculadas pela imprensa local e nacional, especialmente no que se refere aos debates e às disputas entre católicos e protestantes no

âmbito educacional da sociedade piracicabana. Pinheiro (2015), na Dissertação de Mestrado intitulada “O Granbery em Juiz de Fora: primórdios da educação metodista no Brasil (1889 a 1905)”, investigou a instalação e a relevância educacional do Colégio Granbery em Juiz de Fora, com destaque para a ação missionária. A autora debruçou-se sobre o papel da Instituição na educação mineira, enfatizando o pioneirismo metodista que buscava, por meio dos processos de formação e desenvolvimento, potencializar e contribuir para a transformação política, social e cultural brasileira do século XIX.

Muniz (2020), em sua Tese intitulada “Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos Institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)”, analisou, por meio de um estudo comparado, como duas escolas de vertente protestante, embora distintas em alguns aspectos, se instalaram e se consolidaram no campo educacional do interior do Estado de Goiás.

Raposo (2006, p. 34), em sua Dissertação intitulada “Escotismo e Educação Integral em Juiz de Fora: o Grupo Cayuás do Instituto Metodista Granbery (1927-1932)”, investigou a importância do trabalho escoteiro e a inserção de uma proposta de educação integral para os alunos, conduzida “[...] pela moral, pelo intelecto e pela força física”, por meio da atuação do Grupo de Escoteiros Cayuás, fundado no Instituto Metodista Granbery em 1927.

Carvalho (2004, p. 7), na Dissertação intitulada “Os missionários metodistas da região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)”, buscou compreender o processo migratório dos missionários que atuaram na educação dos indígenas “[...] Nandéva e Kaiowá da Missão Evangélica Caiuá na região de Dourados”, a partir da análise dos periódicos *Jornal Expositor Cristão* e *Revista Voz Missionária*.

A Tese de Nascimento (2005), intitulada “Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical” buscou compreender, a partir de dois eixos, “as estratégias de implantação de um projeto civilizador por missionários presbiterianos norte-americanos” e os “fragmentos da história do Instituto Ponte Nova”, ambos vinculados à Missão Central do Brasil, que “pretendiam transformar o interior brasileiro numa região civilizada” por meio da criação de instituições de ensino, hospitais, entre outros empreendimentos.

A autora menciona o trabalho colaborativo interdenominacional, voltado “a investigar a prática educativa inserida por grupos protestantes norte-americanos no Brasil, principalmente pelos metodistas, batistas e presbiterianos” (Nascimento, 2005, p. 23). Embora não se trate de um estudo direcionado à educação escolar metodista, constitui-se como uma referência relevante para a compreensão do ensino confessional protestante presbiteriano no Brasil.

A partir da análise das pesquisas localizadas e organizadas no Quadro 3, referentes às instituições metodistas de ensino, é possível destacar que os autores se dedicaram a diferentes aspectos, tais como: o início da história do metodismo na Inglaterra, por meio da biografia de seu fundador, John Wesley; a chegada dos primeiros missionários norte-americanos ao Brasil; a instalação de escolas protestantes em pontos estratégicos voltados ao alcance da elite brasileira; e a expansão missionária protestante. Esses estudos possibilitam compreender como a Escola Metodista de Dourados também se valeu de diretrizes semelhantes para sua criação e funcionamento, considerando que a visão missionária é recorrente como estratégia norteadora na abertura de escolas, independentemente do local em que foram implantadas.

Não foi possível localizar publicações ou menções específicas acerca da Escola Metodista de Dourados e de seu papel na escolarização da infância na região do Sul de Mato Grosso. Contudo, as pesquisas identificadas, a partir dos descritores “escola *and* metodista” e “colégio *and* metodista”, foram analisadas em razão de sua proximidade temática com esta investigação. Sua leitura permitiu constatar que orientam e fundamentam a presente pesquisa, pois se configuram como contribuições relevantes para a História da Educação. Assim, recorri a estudos desenvolvidos em outras regiões brasileiras para subsidiar as análises do objeto.

Entre os doze trabalhos localizados, os autores analisam a influência norte-americana nas instituições escolares pesquisadas, bem como o papel da Igreja no desenvolvimento das ações missionárias e educacionais implementadas nessas escolas. Tais análises mostram-se oportunas para compreender como processos semelhantes ocorreram na Escola Metodista em Dourados. Destaco que outras pesquisas foram localizadas em áreas afins; contudo, não apresentaram proximidade com o foco a que me propus analisar ao realizar as consultas no Banco de Dados. Assim, optei por não catalogá-las nem anexá-las a esta investigação.

A proposta para não anexar pesquisas desenvolvidas em áreas afins, parte do pressuposto que a intenção investigativa esteve pautada somente em mapear publicações realizadas com especificidade na área da educação. Tal ação vem ao encontro de priorizar produções que descrevessem acerca do ensino confessional protestante metodista no Sul de Mato Grosso.

Valendo-me dos mesmos descritores e com o objetivo de localizar outros trabalhos, de modo a conferir maior fidelidade ao mapeamento, direcionei buscas aos Programas de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Essas buscas concentraram-se prioritariamente na área da educação, em razão do escopo desta pesquisa, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Consulta aos Repositórios Institucionais de Teses e Dissertações na área de Educação de MS

Instituição	Localização	Dissertações (Ano)	Teses (Ano)	Catálogo
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Campo Grande-MS	Quantitativo (434) 1996-2023	Quantitativo (72) 2013-2023	x
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Campo Grande-MS	Quantitativo (149) 2017-2023	x	x
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Campus Paranaíba-MS	Quantitativo (184) 2011-2023	x	x
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Campo Grande-MS	Quantitativo (170) 2011-2023	Quantitativo (183) 2014-2019	x

Fonte: Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

Ao observar o Quadro 4, percebi um quantitativo expressivo de pesquisas localizadas. No entanto, ao examiná-las com maior atenção, foi possível compreender que, embora muitas estejam inseridas no contexto confessional, a maioria se orienta pela perspectiva católica ou não se aproxima do objeto de estudo proposto nesta investigação.

Mapear as pesquisas produzidas nesses Programas, com especificidade no Estado de Mato Grosso do Sul, tornou-se oportuno para compreender a abrangência das produções sobre a temática e, ao mesmo tempo, evidenciar a relevância social de estudos voltados à educação confessional de matriz metodista no Sul de Mato Grosso. A escassez identificada durante as buscas nos Banco de Dados reforça esse argumento. Tal constatação aponta para a importância desta investigação acerca do ensino metodista, campo que carece de maior aprofundamento, especialmente em uma região marcada pela presença protestante a partir da segunda metade do século XX.

Vieira e Nascimento (2016, p. 15) apontam que “[...] O interesse pela pesquisa sobre a educação protestante no Brasil parece ter tomado ares de um tímido crescimento”. Segundo os autores, os estudos sobre o ensino confessional de tradição protestante vêm ganhando visibilidade, ainda que de forma discreta e restrita a determinados grupos ou regiões. Há, portanto, o reconhecimento de que a temática desperta interesse acadêmico no campo das pesquisas sobre escolas e práticas educacionais vinculadas às denominações protestantes brasileiras. No entanto, esse avanço ainda não se consolidou de maneira efetiva, o que evidencia um campo de pesquisa em desenvolvimento e indica possibilidades para novos estudos, como o proposto nesta investigação.

Diante do exposto, concluí que o mapeamento do Estado do Conhecimento foi imprescindível para identificar pesquisas com maior proximidade ao objeto de estudo, bem

como para compreender quais Programas de Pós-Graduação desenvolvem investigações sobre instituições escolares confessionais protestantes de origem metodista.

Entre os trabalhos analisados, sejam artigos, Dissertações ou Teses, destaco que os referenciais mobilizados abordam, entre outros aspectos, as representações da atuação das mulheres norte-americanas na educação brasileira, a relevância dos impressos protestantes para a História da Educação e as práticas religiosas enquanto elementos constitutivos da cultura escolar no contexto educacional.

Ressalto que a busca de dados manteve como foco a localização de pesquisas com aproximação direta ao objeto desta investigação, que se propõe a analisar *as representações e os vestígios da cultura escolar* da Escola Metodista, situada no Sul de Mato Grosso. Localidade esta, que foi marcada pelo processo de colonização denominado Marcha para o Oeste, fomentada durante o governo do presidente Getúlio Vargas, na década de 1940, e configura-se, ainda, como um espaço geográfico de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Cumprе destacar que o estudo sobre a Escola Metodista configura-se como a primeira Tese dedicada ao ensino confessional protestante metodista no Sul de Mato Grosso, desenvolvida em uma Instituição de Ensino Superior pública sul-mato-grossense: a UFGD.

O ineditismo do presente trabalho, ao desvelar as representações e a cultura escolar de um relevante espaço institucional, contribui para: a História da Educação de Mato Grosso do Sul, a historiografia regional da Educação no Centro-Oeste, a História da Educação Brasileira. Essa contribuição incide, especialmente, sobre o ensino confessional protestante metodista, área que, diante das lacunas identificadas, carece de aprofundamento investigativo.

1.3 O percurso teórico-metodológico da pesquisa: os conceitos e as fontes

O objetivo desta subseção foi apresentar o percurso de desenvolvimento da pesquisa, com foco no quadro teórico-metodológico construído. Situo teoricamente esta Tese no âmbito da Nova História Cultural, ancorada nos conceitos de *representação* (Chartier, 1990; 1991; 2002; 2010; 2011) e de *cultura escolar* (Escolano Benito, 1998; 2001; 2017; Viñao Frago, 1995; 1998; 2001), e em reflexões sobre *instituições educativas* (Magalhães, 2004; 2007).

A partir da década de 1980, novos objetos, temas e procedimentos de análise passaram a integrar a pesquisa histórica, em decorrência do fortalecimento de novas correntes historiográficas, especialmente da Nova História Cultural. Segundo Chartier (2002, p. 14), essa perspectiva emergiu da “[...] emergência de novos objetos no seio das questões históricas

[...] os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.”, considerados fundamentais para compreender como se constitui uma instituição educacional.

Por meio das contribuições da Nova História Cultural, as investigações sobre as instituições escolares, desenvolvidas no campo da História da Educação, ampliaram suas abordagens, considerando aspectos socioculturais, tais como a formação dos professores, a organização do currículo e as formas pelas quais as disciplinas são pensadas e aplicadas, entre outros. Ademais, a influência da Nova História Cultural na História da Educação conduziu a pesquisa nessa área a novos caminhos interpretativos, conforme aponta Carvalho (2007),

[...] penetrar a caixa preta escolar, apenando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise - como gênero - e recortar temas - como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (Carvalho, 2007, p. 115).

À luz da Nova História Cultural, foram registrados progressos importantes nos avanços da escrita da educação, especialmente no campo da História da Educação. Isso possibilitou a exploração de temas menos investigados pelos pesquisadores, como as instituições escolares protestantes de origem metodista, porquanto tais temáticas “[...] ganham a preferência dos historiadores da educação, dando origem a novos campos de pesquisa, articulados em torno de investigações sobre práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos” (Carvalho, 2007, p. 117), contribuindo para o avanço de estudos em áreas pouco exploradas.

Chartier (2010, p. 33) destaca que, nos “[...] últimos anos, tal como demonstram as numerosas obras que se esforçam por delimitar os objetivos e os métodos, a história cultural se tornou um dos campos mais vigorosos e debatidos do âmbito histórico”. As contribuições da Nova História Cultural permitem, sobretudo, explorar questões teórico-metodológicas relacionadas à pesquisa histórica. Essa abordagem toma como base fontes diversas, como documentos oficiais, impressos e jornais, e “vêm redesenhando as fronteiras e redefinindo os métodos e objetos da história da educação no Brasil” (Carvalho, 2007, p. 116).

No entendimento de Chartier (2002, p. 16-17), as representações permitem “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e “as representações do mundo social, assim construídas, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”. A partir dessas reflexões, compreendemos que determinados espaços e sujeitos mobilizam pensamentos e ações e que tais relações, em determinadas circunstâncias, buscam moldar o outro por meio dos discursos produzidos, os quais são atravessados pela posição ocupada por quem os enuncia.

Ainda acerca das “representações”, Chartier (2002, p. 177) pontua que, por meio delas, “[...] os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. Essa compreensão permite analisar como ocorreu a oferta da educação escolar na Escola Metodista, a partir dos vestígios presentes em sua cultura escolar, bem como o modo pelo qual os protestantes metodistas legitimaram seu lugar de permanência no campo educacional no Sul de Mato Grosso.

Os estudos de Magalhães (2004, p. 135), no que se refere às instituições escolares, constituem referência para a pesquisa sobre a Escola Metodista. Segundo o autor, a compreensão da existência histórica de uma instituição escolar ocorre não apenas por sua integração efetiva na comunidade educativa, mas “pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região e ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade confere, no seu entendimento, um sentido histórico”.

Assim, busco compreender o processo histórico de instalação e funcionamento da Instituição, uma vez que as contribuições desse autor possibilitam explicar a realidade histórica em que ela se constituiu.

O autor sugere, ainda, que, para desvelar a história de uma instituição escolar, é necessário perpassar pelo conhecimento dos elementos das práticas e das representações, bem como das “[...] condições materiais, espaços, tempo, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas”, que englobam as “instâncias basicamente objetivas e de funcionamento” (Magalhães, 2004, p. 139). Esses elementos relacionam-se aos diferentes segmentos do cotidiano escolar e permitem perceber suas singularidades, fundamentais para compreender como se materializam nesse ambiente educativo.

Sobre a cultura escolar, Viñao Frago (1995, p. 100) a descreve como “[...] os modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas no resto do recinto escolar”. A partir desse conceito, é possível compreender como se estabeleciam as relações educativas na Instituição, fundamentadas nas reformas e nos projetos educacionais orientados pela Lei n. 4.024/1961 e pela Lei n. 5.692/1971, que promoveram mudanças no âmbito educacional, especialmente nos currículos escolares, em consonância com o contexto histórico vivido pelo Brasil durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Por sua vez, Escolano Benito (2017, p. 202) possibilita compreender a cultura escolar a partir da arquitetura predial, para além de sua dimensão física, ao evidenciar simbolismos que expressam uma tradição cultural e tornam o espaço uma representação da identidade do grupo que o utiliza. No entendimento do autor, “[...] a escola foi uma das instituições culturais

de maior impacto no mundo moderno”. Neste trabalho, o conceito de cultura escolar é mobilizado para compreender as práticas pedagógicas presentes no cotidiano escolar, bem como para analisar os aspectos arquitetônicos da Escola Metodista.

A cultura escolar é importante para refletir sobre como eram concebidas, na Escola Metodista, as práticas pedagógicas, assim como sobre o modo e a influência protestante nas ações cotidianas. Ao pensar a escolarização, torna-se necessário compreender as relações entre os sujeitos e a instituição escolar. O capital intelectual que os alunos trazem do contexto familiar também contribui para compreender como essas experiências podem ser materializadas no espaço escolar e transformadas em aprendizagem (Weber, 2004).

As instituições escolares são orientadas e regidas por instâncias curriculares, leis, regimentos e normativas, entre outros dispositivos, aspecto imprescindível para compreender as representações empregadas em sua cultura escolar. Além disso, a instituição apresenta elementos visíveis de sua materialidade, como arquitetura predial, infraestrutura, mesas, carteiras, quadro-negro, livros e cadernos, que estabelecem a organização e a disposição do ambiente interno e externo.

Nessa perspectiva, a cultura escolar influencia o modo como os sujeitos se relacionam em seus ciclos de amizade, a resolução de problemas, as práticas cordiais entre discentes e docentes e a direção escolar, atravessadas pelas relações pessoais do cotidiano escolar. Tais dimensões se expressam em atividades pedagógicas, datas comemorativas, formaturas, desfiles cívicos e crenças religiosas, sendo fundamentais para compreender como essas práticas permeiam a cultura escolar da instituição confessional protestante metodista.

Para desenvolver a investigação sobre a história da Escola Metodista, foi necessário recorrer, também, a referenciais ligados à história, à historiografia da educação, à história de Mato Grosso e ao ensino confessional, entre outros campos de estudo.

A pesquisa documental foi realizada a partir da documentação localizada nos seguintes arquivos: Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR/UFGD), Delegacia Regional de Ensino (DRE), Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD), Secretaria Estadual de Educação (SED). Esses acervos possibilitaram o levantamento e a coleta de dados sobre a criação da Escola, listas de matrículas, atas, relatórios, pastas de professores, registros iconográficos, entre outros documentos que contribuíram para a elaboração da pesquisa, uma vez que “[...] Toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico” (Chartier, 1991, p. 178). Trata-se, portanto, de um trabalho do pesquisador voltado à catalogação e à análise das fontes localizadas.

Para a composição do *corpus* da pesquisa documental, também foram consultados os arquivos da Secretaria Estadual de Educação, órgão responsável pela guarda dos documentos das Escolas Recolhidas, como é o caso da Escola Metodista de Dourados. Apesar de termos seguido rigorosamente os procedimentos éticos da pesquisa documental, mediante protocolo de solicitação formal direcionado à SED, em Campo Grande-MS, recebemos, inicialmente, devolutivas negativas quanto ao acesso à parte da documentação. Tal situação remete às reflexões de Certeau (2014, p. 40), ao apontar que ações e espaços institucionais são definidos “[...] segundo seus interesses próprios e suas regras próprias”. Mesmo após o cumprimento das normas e exigências estabelecidas para a condução da pesquisa no acervo da SED, no caso a elaboração de um Ofício, encontrei, em um primeiro momento, obstáculos que impediram o acesso a esse conjunto documental.

Mediante autorização de acesso ao almoxarifado, coletei dados para compor o *corpus* deste trabalho. Esse itinerário de pesquisa foi condicionado a normas específicas, pois não foi autorizado o escaneamento dos documentos encontrados, com exceção da Planta Baixa e de alguns registros iconográficos da parte interna e externa da instituição. Esses escaneamentos foram realizados por um funcionário da SED, que salvou as imagens e as encaminhou via *WhatsApp*, critério acordado com a Coordenadoria Regional de Educação (CRE-5) para o acesso às imagens iconográficas da Escola Metodista.

Após a liberação do acesso ao acervo da SED, adotei como critério a catalogação manual dos documentos em uma agenda, para posterior análise e inserção na escrita da Tese. Tal procedimento demandou tempo e trabalho significativos. Ainda assim, segui rigorosamente as deliberações estabelecidas pelo órgão para a realização da pesquisa documental no espaço destinado aos documentos das Escolas Recolhidas (SED, 2023).

No total, produzi dezesseis páginas de transcrições documentais, com os seguintes dados: atas de resultados finais, calendário escolar, livros de ponto, ofícios, pastas de alunos, quadro de funcionários, quantitativos de alunos, registros iconográficos, entre outros. Sobre esse conjunto documental, debrucei-me na identificação de vestígios relacionados às representações, às práticas e às materialidades dos sujeitos que fizeram parte da Escola.

Os acervos das Escolas Recolhidas (SED, 2023), guardados na CRE-5, estão organizados de forma criteriosa e mantidos com a devida segurança. Contudo, o local apresenta condições físicas limitadas, por se tratar de ambiente abafado e com pouca ventilação. Diante dessas restrições, fui direcionada a outro espaço, adjunto ao setor administrativo, onde disponibilizaram mesa e cadeira adequadas ao trabalho, em ambiente climatizado e com acolhimento por parte dos servidores que ali atuam. Ressalto que o apoio e

a atenção dos profissionais, durante todas as visitas ao acervo, foram fundamentais para a coleta de dados e para a execução da pesquisa.

Durante a coleta de dados no acervo das Escolas Recolhidas (SED, 2023), ao manusear os registros iconográficos localizados referentes às instalações e ao mobiliário da Escola Metodista, observei, a exemplo da Biblioteca, que as caixas dispostas nas prateleiras estavam etiquetadas. Considerei pertinente registrar essas informações, pois nelas constam os nomes das professoras e a identificação de materiais escolares.

As prateleiras estavam nomeadas da seguinte forma: Sueli; Anita; Neiva; Maria Aparecida; e Nadir. Possivelmente, os cadernos e livros ali dispostos eram utilizados para a preparação dos planejamentos das aulas. Nas caixas, constavam as descrições: miudezas escolares; carbono e estêncil; diploma; foto de 1974; ficha de alunos; boletim; fio elétrico e prego; atestados de saúde; lápis, canetas e borrachas. Esses materiais integravam o contexto escolar e era utilizado tanto para a organização administrativa e a manutenção da Escola Metodista quanto para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O acervo da Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD, 2023) constituiu-se como um espaço relevante para a coleta de documentos referentes à criação da Instituição confessional de ensino investigada. Nesse local, foi possível identificar um número expressivo de atas, livros de registros e envelopes, os quais foram catalogados e analisados ao longo da investigação. Tal procedimento é compreendido por Certeau (1998) como um trabalho investigativo de grande relevância para o pesquisador, que envolve localizar, selecionar e organizar os arquivos encontrados, visando à posterior análise dos dados.

Ainda nesse acervo, encontrei documentos relacionados à Igreja Metodista em Dourados, tais como: registros da Escola Dominical, das Sociedades de Homens, Senhoras/Mulheres, Jovens, Juvenis e Crianças, bem como anotações com informações sobre membresia, relatórios financeiros, batismos, casamentos, obituários e registros iconográficos, entre outros. Dentre a documentação consultada, localizei cinquenta e três pastas elásticas (verdes e vermelhas). Dessas, inicialmente, apenas uma foi selecionada para análise, por apresentar aproximação com o objeto da pesquisa; contudo, ao longo da verificação documental, não foi aproveitada. Também separei cento e setenta e oito envelopes de papel pardo que, em razão do conteúdo, não foram analisados. Além disso, identifiquei setenta e oito atas, das quais quatorze foram inicialmente selecionadas para verificação de elementos e, posteriormente, apenas dez permaneceram para leitura, catalogação e análise.

Os documentos localizados que continham dados sobre a Escola Metodista foram lidos, escaneados e manuscritos; contudo, poucas informações precisas acerca da criação e do

funcionamento da Instituição foram identificadas. A documentação apresenta ausência de organização sistemática e parte dos documentos encontrava-se em condições desfavoráveis de conservação, alguns inclusive empoeirados e com folhas rasgadas. O espaço no momento inicial da pesquisa dispunha de pouca ventilação, o que exigiu o deslocamento dos materiais para outra sala, climatizada e com mesa adequada, a fim de possibilitar a catalogação e o manuseio dos documentos e dos registros iconográficos.

Tais registros constituem fontes históricas datadas do período de implantação do metodismo no Sul de Mato Grosso, em 1955. Na fase conclusiva desta pesquisa, o espaço destinado aos armários que guardam os arquivos passou por reforma, com a implantação de sistema de climatização. Nesse ambiente mais favorável, concluí a pesquisa documental.

Algumas Atas apresentavam folhas soltas e rasgadas, por se tratar de materiais com aproximadamente 70 anos e que não passaram por restauração ao longo desse período. Magalhães (2004, p. 137) afirma que “[...] o historiador, mergulhado num arquivo ainda que não organizado, deverá, previamente a qualquer intervenção, proceder a um registro rigoroso da documentação, organização e estado de conservação, tal como o encontra”, pois essa é a prática habitual da instituição guardadora desses arquivos.

O acervo é muito rico em materiais do início da instalação da Igreja no Município de Dourados, sendo importante, para a preservação documental, organizá-los para pesquisas futuras. Diante desse fato, sugeri a criação do “Espaço da Memória Metodista em Dourados”⁹. Magalhães (2007, p. 74) descreve que “[...] o arquivo é representação, expectativa, projecção”, e, a partir desse entendimento apresentado pelo autor, apontei a relevância social da organização desses arquivos como forma de preservação do patrimônio histórico, documental e cultural da Instituição.

Após diversas tentativas sugeridas para a organização desse espaço, inclusive por meio de Ofício, datado de 19 de abril de 2024, recebi uma devolutiva em 16 de junho de 2025 com a autorização para a viabilização do projeto, seguindo os trâmites estabelecidos pela liderança da IMCD. O referido projeto foi executado. No dia 8 de março de 2026, ocorreu um momento simbólico referente à instalação da Placa, durante a Escola Dominical, com transmissão via

⁹ A sugestão para a criação do Espaço da Memória Metodista surgiu ainda durante as aulas da disciplina Tese I, quando os discentes se reuniam para ler, analisar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa dos pares. Nesses momentos, foi sinalizada a importância de organizar um espaço destinado à preservação de documentos, registros iconográficos, objetos e outros materiais localizados. A mesma indicação de resguardo documental e iconográfico também ocorreu durante a apresentação oral desta pesquisa em eventos da área da Educação, realizados no Brasil e no exterior. O intuito é que esse espaço se configure como local acessível à visitação externa e à realização de futuras pesquisas sobre escolas confessionais metodistas. O projeto foi executado e instalado no *hall* de entrada da Igreja Metodista Central em Dourados.

canal Oficial da IMCD pelo *Youtube*, em que tive a oportunidade de expor um breve relato sobre o referido Memorial.

Ressalto, ainda, que, mesmo fazendo parte do *roll* de membros da Igreja local há mais de trinta anos, não obtive “privilégios” para o acesso aos arquivos. Assim como ocorreu em outros órgãos, segui rigorosamente os trâmites institucionais, com comunicação formal via Ofício e agendamento prévio de horários para a realização da pesquisa documental, mantendo o rigor metodológico e o distanciamento necessário em relação ao objeto. Destaco que esse foi um dos acervos com maior dificuldade para o agendamento das visitas, uma vez que a Igreja Metodista não dispõe de funcionários específicos para esse fim, com expediente regular em todos os dias e horários da semana.

Realizei também comunicação para entrevistar o atual Bispo e Presidente do Colégio Episcopal Metodista da 5ª Região Eclesiástica. Contudo, não foi possível efetivar o agendamento, inicialmente em razão de incompatibilidade de agenda, conforme informado pela secretária do referido órgão, e, posteriormente, por motivos de afastamento para tratamento de saúde. O interesse em entrevistá-lo esteve pautado no entrecruzamento e na verificação dos dados coletados acerca do início do metodismo no Sul de Mato Grosso, considerando que o Centro de Memória Metodista, vinculado à Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo, inaugurado em 2 de setembro de 2010, com sede no Edifício Alfa, no campus Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo-SP, encontra-se fechado para atendimento presencial ou mesmo para reuniões *On-Line*.

Ainda como parte da coleta de dados, as Entrevistas tiveram um papel importante neste trabalho, por meio dos relatos, valendo-me dos conceitos da História Oral Temática, para consolidar a pesquisa. Meihy e Holanda (2007, p. 14) apontam que “[...] A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista” que visa angariar informações por meio dos relatos de cada sujeito que fez o seu depoimento, com a premissa de resguardar suas memórias.

Optei por realizar a pesquisa a partir do conceito da História Oral Temática, na perspectiva da Entrevista, à luz dos objetivos propostos, que consistem em analisar *as representações os vestígios da cultura escolar* da Escola Metodista por meio das memórias dos sujeitos que estiveram diretamente envolvidos com a instituição protestante, como ex-discentes, ex-docentes e ex-diretora. Essa metodologia de pesquisa baseia-se na busca por relatos e memórias dos fatos ocorridos no passado “[...] quase sempre usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogos com outros documentos” (Meihy, 2005, p. 162).

Assim, ao transcrever uma entrevista, o pesquisador busca dar voz aos depoentes que, por vezes, tiveram suas histórias e trajetórias silenciadas pelo tempo.

Dessa forma, a prática da História Oral Temática visa conhecer e preservar a memória coletiva e individual de um determinado grupo ou lugar, desempenhando papel fundamental no registro de fatos vivenciados e na salvaguarda dessas experiências. Tal perspectiva possibilita que, futuramente, outras pessoas tenham acesso às lembranças de si mesmas ou de outros sujeitos. Além disso, essa prática valoriza a diversidade de vozes, promovendo uma inclusão frequentemente ausente nas fontes históricas convencionais.

Para Sarat e Santos (2010, p. 51), “A História Oral é vista por uma grande maioria de pesquisadores como uma metodologia ou método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista para registrar as narrativas das experiências das pessoas, histórias que há muito as pessoas sabiam e contavam”. Os autores destacam que esses relatos, construídos a partir das memórias, muitas vezes “estavam à margem da documentação produzida pela História Oficial”.

Meihy (2005, p. 53) ressalta que a História Oral é mais do que um arquivo de gravação, pois se constitui na elaboração de um documento “[...] que pode ser num primeiro momento a transcrição do testemunho e, em outra etapa, a sua análise”. Nesse sentido, tornou-se fundamental recorrer às Entrevistas. Ainda segundo o autor, não há documento nem reconhecimento do trabalho do narrador se sua fala não for transcrita. Contudo, a História Oral pressupõe o compromisso de, ao transcrever os depoimentos, não impor a eles uma descrição textual excessivamente distante das falas e das ideias originais.

A intenção na investigação não esteve pautada em entrevistar um número elevado de sujeitos, mas em localizar depoentes que, além da aproximação com o objeto de estudo, pudessem colaborar com a pesquisa por meio de seus relatos, memórias e registros iconográficos, pois “[...] favorecem a aproximação do historiador ao grau de envolvimento dos agentes e dos sujeitos” (Magalhães, 2004, p. 156). Em face do recorte temporal proposto, enfrentei situações adversas na localização desses sujeitos, como local de moradia, idade avançada, obituários, entre outros. Os critérios pré-estabelecidos para a definição dos entrevistados partiram pelo tempo de vínculo com a referida Instituição. Assim, foram selecionados seis sujeitos: três ex-alunos, duas ex-professoras e uma ex-diretora.

As Entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas, elaborado conforme o grau de atuação do(a) entrevistado(a) na Instituição educativa. As Entrevistas foram gravadas, recorrendo-se à técnica do gravador, que, de acordo com Queiroz (1991, p. 56), “[...] permite acompanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o

diálogo entre o informante e o pesquisador” e, ainda, possibilita o seu registro para posterior guarda e interpretação. Todos(as) os(as) entrevistados(as) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁰, autorizando a utilização dos dados coletados nas Entrevistas e dos registros iconográficos para fins de pesquisa e posterior publicação. Os acervos também foram liberados mediante consulta prévia ou Ofício. A pesquisa obteve aprovação e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP)¹¹.

A entrevista buscou, na memória individual dos(as) depoentes, as experiências do passado, estabelecendo um diálogo com o presente, pois, conforme Bosi (1994, p. 55), “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagem e ideia de hoje, a experiência do passado, memória não é um sonho é trabalho”, o que possibilita recordar o que foi vivenciado.

Alberti (2005, p. 67) compreende que “[...] a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é identidade”. Desse modo, o caráter seletivo da memória faz com que determinados acontecimentos, por sua relevância, sejam lembrados e, ao serem rememorados, revelem aspectos da existência individual em determinados períodos históricos. Almeida (2009, p. 40) assinala que “[...] As memórias se transformam com o tempo, são modificadas pelas experiências vividas pelo sujeito e pelas suas circunstâncias da vida no momento atual, no presente”. Nesses processos inerentes à memória individual, os sujeitos atribuem sentido às suas vivências, tanto no passado quanto no presente, bem como identificar suas formas de atuação e as relações de pertencimento estabelecidas nesse espaço escolar.

Ancorei-me em Alberti (2005) para compreender que a memória, seja individual ou coletiva, possibilita permanecer longos períodos sem ver uma pessoa ou um ente querido, mas, ao reencontrar aqueles que, de alguma forma, fizeram parte de nossa história, as memórias e lembranças vêm à tona e podem ser narradas por nós mesmos ou por outras pessoas, como ocorre nas Entrevistas. Assim, por meio desta metodologia, foi possível considerar como esses sujeitos validaram sua passagem pela Instituição e de que modo às

¹⁰ Sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), destaco que os depoentes autorizaram o uso integral de seus nomes, bem como dos nomes de seus familiares, na transcrição das Entrevistas e nos registros iconográficos, convites, boletins escolares, entre outros elementos em que constem essas informações, inclusive para a organização do Memorial da Escola Metodista. Esse procedimento também foi adotado para a catalogação e organização das fontes localizadas nos arquivos pesquisados, respeitando o enquadramento previsto pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para finalidade acadêmica e científica. Mesmo com a anuência dos entrevistados, as imagens fotográficas foram convertidas para baixa resolução, conforme as orientações do CEP/UFGD, pela autora.

¹¹ Aprovação do Comitê de Ética em 06 de julho de 2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

lembranças e as memórias vivificadas nesse espaço se tornaram imperativas para a análise dos relatos.

A partir da análise das Entrevistas, é possível compreender como esses sujeitos se viam e se percebiam enquanto parte da Escola. Suas memórias permitem analisar os vestígios da organização do ensino escolar e a forma como tais práticas eram efetivadas, pois “[...] A escrita da história se constrói em função de uma instituição” (Certeau, 1982, p. 66), tal como ela se configurava nesse espaço. Essa perspectiva mostra-se oportuna para refletir sobre as relações estabelecidas entre as pessoas que integraram esse ambiente escolar.

Busquei também materiais produzidos sobre a contribuição do metodismo na educação douradense, em jornais e revistas que circularam a época, considerando a cultura, o espaço, o tempo e os valores estabelecidos pela sociedade, à luz da dinâmica das relações sociais. Dentre essas fontes utilizadas, podemos citar: o Jornal O Progresso de Dourados, fundado em 21 de abril de 1951, o Jornal Expositor Cristão (impresso; *On-Line*), fundado em dezembro de 1886 e a Revista Voz Missionária, fundada em 18 de setembro de 1929. Os dois últimos periódicos citados fazem parte da comunicação geral da Igreja Metodista no Brasil.

No CDR/UFGD (2023), foi possível acessar todas as edições do Jornal *O Progresso* escaneadas no período de 1955 a 1977, recorte temporal da pesquisa. O local tem organização rigorosa e condições adequadas de atendimento por parte das técnicas que nele atuam. Localizei aproximadamente dez mil páginas do periódico, considerando que cada edição mensal possui, em média, quarenta a cinquenta páginas. Para facilitar a localização e as leituras, foi necessário o uso dos descritores “escola *and* metodista” e “colégio *and* metodista”, tal como na busca realizada nos Banco de Dados.

A partir deste levantamento de fontes, selecionei 61 páginas contendo matérias sobre a Escola Metodista e a Igreja Metodista em Dourados. Para a seleção das matérias foi necessário adotar o procedimento de “printar a tela do computador” e, posteriormente, salvar os arquivos em um *pendrive*, sendo esse o único modo disponível para a coleta das informações armazenadas nos computadores. Tratou-se de um trabalho árduo, em razão da extensão do inventário do CDR. Magalhães (2007, p. 74) descreve que “[...] o arquivo constitui um referencial básico para o entendimento e a construção do sentido evolutivo de uma instituição educativa” e, mesmo diante do numeroso acervo, a organização dos dados mostrou-se essencial para a configuração da pesquisa.

No acervo da DRE/CDR (2023), localizei as caixas com os Cadernos dos documentos das Escolas Recolhidas, sendo separadas apenas as caixas de números 1 a 10. Na Caixa 1, selecionei para catalogação os Cadernos de números 1, 2, 3 e 4. Já na Caixa 10, escolhi os

Cadernos de números 1, 2 e 5, ambos contendo informações sobre a Escola e escaneados para fins de análise.

Ainda como parte das fontes, analisei periódicos doados pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) à pesquisadora Cristiane Pereira Peres (2022). Entre esses materiais, constam vinte exemplares do Jornal Expositor Cristão (1931 a 1997) e vinte e oito exemplares da Revista Bem-Te-Vi (1925 a 1969), cedidos pela referida pesquisadora para a composição desta investigação. Após a finalização da Tese, todo esse conjunto documental foi entregue como doação para integrar o acervo do LADHEME/UFGD.

Desse conjunto, foram selecionadas cinco edições do Jornal Expositor Cristão (1957; 1961; 1966; 1968; 1978) e três exemplares da Revista Bem-Te-Vi (1957; 1959; 1967). Também tive acesso a edições da Revista Voz Missionária (1940 a 1970), pertencentes ao acervo pessoal da colecionadora Myriam da Consolação Carneiro Pereira, as quais foram consultadas parcialmente com vistas à obtenção de informações, mas não integram o *corpus* documental desta pesquisa.

Utilizei ainda fotografias como fontes, analisadas à luz de Vidal e Abdala (2005, p. 178), segundo as quais “[...] apreciar uma fotografia é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares que conhecemos e que nos trazem à recordação aspectos de nosso passado”. Parte do material iconográfico catalogado pertence à ex-aluna Santos (Entrevista, 2023), enquanto outros registros integram os arquivos da Igreja Metodista em Dourados (IMCD, 2023) e da SED/CRE-5 (2023).

Ao analisar os registros iconográficos da Escola, denotei o quanto essas imagens evidenciam o funcionamento e a dinâmica escolar, os eventos, a arquitetura e a forma como os sujeitos ali inseridos se constituíam. Vidal e Abdala (2005, p. 178) afirmam que “[...] a foto não esgota a sua utilidade ou função pela simples contemplação estética”, podendo “desvelar outras possibilidades de investigação”. Nesse sentido, os registros iconográficos são relevantes para circunscrever e historiar a cultura escolar da Instituição.

Na busca pelas fontes, tive a oportunidade de estabelecer contato, via *WhatsApp*, com uma profissional da educação residente em Londres, Inglaterra, por meio do qual obtive informações sobre os monumentos históricos e o Museu que homenageia o precursor do metodismo, John Benjamin Wesley, inclusive com a realização de uma “visita teleguiada” a esses espaços. Tais orientações foram importantes para a pesquisa, pois o reverendo anglicano é apontado como referência no cenário cristão inglês e influenciador da educação no século XVIII.

O processo de organização do *corpus* documental demandou percorrer as etapas de “[...] localização, identificação, descrição, catalogação, informação”, conforme aponta Magalhães (2007, p. 74). Assim, a partir da busca e da localização das fontes, realizei a identificação e a descrição e, posteriormente, a catalogação das informações. Foi necessário selecionar, com cuidado e critérios, quais e quantas fontes seriam utilizadas na composição textual do trabalho, organizando-as por temas e períodos, a fim de facilitar a seleção e as análises posteriores. Optei, ainda, pelo uso integral das fontes, inclusive preservando erros ortográficos presentes na escrita da época, embora em desacordo com a norma culta vigente.

Todo o trabalho de busca das fontes foi devidamente registrado por meio de imagens fotográficas, evidenciando o percurso investigativo realizado nos diferentes acervos durante a coleta de dados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Seleção Documental nos Acervos em 2023



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mesmo em face às intempéries na coleta das fontes documentais para o desenvolvimento da pesquisa, foi possível localizar um quantitativo expressivo de

documentos e registros iconográficos. Em alguns acervos, os arquivos mantêm uma organização rigorosa, enquanto em outros, isso não ocorre, o que implica na preservação do patrimônio histórico-documental, sobretudo no que se refere à documentação dos sujeitos que fizeram parte desses espaços educacionais, como estudantes, docentes e demais funcionários.

Cabe ainda mencionar que todo o esforço e empenho destinados à elaboração e à execução do Projeto do Memorial da Escola Metodista traduzem o compromisso acadêmico com esta pesquisa, tanto no que se refere à acessibilidade e à visibilidade junto à comunidade cristã quanto à comunidade científica, por meio da visita ao painel expositivo instalado no *hall* de entrada da Igreja Metodista Central em Dourados. Soma-se a isso o resguardo do patrimônio documental e iconográfico coletado ao longo de todo o processo investigativo da Tese, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Memorial da Escola Metodista (1955-1977) em 2026



Fonte: Acervo pessoal da autora.

*Elaborado a partir dos acervos documentais e iconográficos dos depoentes e arquivos pesquisados pela autora.

Organização: Irala (2026)

Esse Memorial da Escola Metodista (1955-1977) reúne registros iconográficos referentes aos 70 anos do metodismo no Sul de Mato Grosso. As imagens e os textos revelam informações sobre os primeiros missionários e fundadores da Igreja e da Escola. Nas fotografias, é possível observar os sujeitos que fizeram parte da Instituição em diferentes momentos ao longo dos 22 anos de sua existência e funcionamento. As fontes documentais localizadas nos diferentes acervos foram catalogadas ao longo do itinerário e do desenvolvimento da pesquisa, conforme será tratado no decorrer da investigação.

Posto isto, destaco que o percurso teórico-metodológico da pesquisa foi apresentar autores que fundamentam a pesquisa e os conceitos de *representação e cultura escolar*, que foram basilares para a escrita da Tese sobre a Escola Metodista de Dourados.

Ressalto a relevância do itinerário da pesquisa, que envolveu a visita aos acervos para a realização de investigação documental em arquivos, bem como a identificação e localização dos depoentes entrevistados, a fim de recolher, em suas memórias, narrativas relativas ao período em que integraram a instituição confessional protestante.

O percurso mostrou-se árduo, diante das dificuldades encontradas tanto no acesso às fontes documentais quanto na realização da pesquisa de campo. Ainda assim, ao longo da coleta de dados nos arquivos e da condução das Entrevistas, foram obtidas informações fundamentais, que foram decisivas para a consolidação e a escrita final do trabalho.

1.4 A organização da Tese: tecendo as seções

A escrita deste trabalho foi organizada em cinco seções. A primeira Seção corresponde à Introdução, na qual apresento o recorte temporal e espacial da pesquisa. Nela, destaco as investigações já desenvolvidas sobre a temática, por meio da elaboração de um Estado do Conhecimento. Apresento o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a hipótese e a Tese defendida. Exponho, ainda, o referencial teórico-metodológico e temático adotado, bem como os procedimentos de localização das fontes nos arquivos, os critérios utilizados para a catalogação documental e a realização das Entrevistas com os depoentes identificados ao longo da pesquisa.

O Estado do Conhecimento revelou-se fundamental para compreender a relevância do ensino confessional protestante, desde o século XVIII, na Inglaterra, e seus desdobramentos na atuação dos primeiros missionários no Brasil, especialmente na criação de escolas em pontos estratégicos para a expansão e a propagação do Evangelho por meio do ensino escolar.

A localização das fontes documentais nos arquivos possibilitou analisar e categorizar os materiais coletados, os quais foram utilizados não apenas como fontes de pesquisa, mas também como instrumentos de problematização e análise. As Entrevistas, por sua vez, foram essenciais para compreender as práticas e as representações da cultura escolar presentes no cotidiano educacional.

A segunda Seção abordou a história do metodismo desde sua origem na Inglaterra, o processo de chegada dos primeiros missionários ao Brasil e, mais especificamente, ao Mato Grosso, com ênfase no Sul de Mato Grosso. Discuti as representações relacionadas à criação e à institucionalização da Igreja e da Escola Metodista no Município de Dourados-MT. Apresento aspectos da história de Dourados e do processo de criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), bem como as estratégias que legitimaram a inserção do metodismo, pautada no evangelismo e na escolarização da infância residente na região.

Ainda nessa Seção, analiso os indícios da atuação metodista da Inglaterra e as estratégias empregadas pelos primeiros missionários que chegaram ao Brasil e ao Sul de Mato Grosso, culminando na instalação da Escola Metodista. Para compreender essas questões, recorri aos acervos documentais, com a coleta de atas, relatórios e outros registros, buscando compreender como se deu a implantação das escolas confessionais protestantes em território brasileiro. À luz das Entrevistas, também foi possível articular as memórias dos depoentes, de modo a perceber o processo de instalação da Igreja e da Escola em Dourados, bem como os conflitos estabelecidos com outros grupos religiosos, especialmente católicos, no contexto da expansão educacional e missionária.

A terceira Seção voltou-se à caracterização do perfil dos sujeitos que integraram a instituição metodista de Dourados, incluindo discentes, docentes e a direção escolar. Foram analisados, ainda, aspectos relacionados à arquitetura predial, aos espaços escolares, ao mobiliário da Instituição e aos quantitativos de alunos matriculados. Por meio das Entrevistas, examinei os relatos dos depoentes que, a partir de suas memórias e experiências vividas nesse espaço, contribuíram para entender de que maneira a Escola norteou suas trajetórias educacionais e profissionais.

Também discuti nessa Seção a influência da estrutura arquitetônica, do mobiliário e de outros elementos do espaço confessional protestante no processo de escolarização dos estudantes e no fazer pedagógico docente. As fontes documentais dos arquivos foram essenciais para captar os modos de ser e as representações que constituíram a cultura escolar no cotidiano dos sujeitos. Os relatos de memória coletados durante as Entrevistas foram indispensáveis para a análise do espaço confessional metodista.

A quarta Seção abordou os vestígios da organização curricular, das práticas educativas e das normas institucionais. Discuti aspectos do currículo da Escola, analisei atividades comemorativas, festas escolares e normas que integraram a cultura escolar dessa instituição confessional protestante. A partir dessas análises, verifiquei como os primeiros missionários mobilizaram a cultura escolar como estratégia para a expansão educacional.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por meio do uso de periódicos, como a Flâmula Juvenil e a Revista Bem-Te-Vi, os momentos de oração antes das aulas e a contação de histórias bíblicas evidenciam o interesse dos missionários protestantes em disseminar o Evangelho por meio das atividades escolares. Observei, também, as relações estabelecidas entre a Igreja e a Escola Metodista nas práticas pedagógicas, nas festividades, nas formaturas e nos desfiles cívicos.

A Quinta e última Seção foi destinada às Considerações Finais.

A partir da articulação entre as seções que estruturam este trabalho, sustento a Tese de que *a Escola Metodista de Dourados-MT, no período de 1955 a 1977, apresentou, em sua cultura escolar, práticas pedagógicas intrinsecamente vinculadas ao protestantismo. Tal orientação configurou diferentes dimensões da vida escolar, incidindo sobre eventos como a comercialização de artigos religiosos, desfiles cívicos e também formaturas. Além disso, outras práticas foram constituídas no interior dessas representações de cultura escolar, de modo que o currículo, as atividades pedagógicas, o calendário letivo, a arquitetura e os próprios sujeitos envolvidos integraram e, simultaneamente, produziram o fazer institucional da Escola Metodista.*

2 ENTRE A ESCOLARIZAÇÃO E A EVANGELIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DA ESCOLA METODISTA E A INFLUÊNCIA PROTESTANTE

[...] pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui sentido (Chartier, 2002, p. 9).

Nesta Seção, explico a influência do metodismo no ensino escolar confessional, com ênfase na chegada dos primeiros missionários norte-americanos ao Brasil, focalizando a trajetória daqueles que se deslocaram para o Sul de Mato Grosso, influenciados pelo movimento de colonização recente.

A esse movimento debruçei-me para nortear as discussões sobre o processo migratório que marcou a vinda de migrantes e imigrantes para a Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), instalada em 28 de outubro de 1943, bem como a ação conjunta dos protestantes (metodistas e presbiterianos) na Missão Evangélica Caiuá (MEC). Abordei, ainda, a despeito da educação como estratégia para legitimar a expansão missionária no Município de Dourados, frente aos embates com outros grupos religiosos, como os católicos, por meio da criação da Igreja e da Escola Metodista, como parte das representações entre a fé e o ensino confessional protestante de origem metodista.

A epígrafe que abre esta Seção relaciona-se com a abordagem desenvolvida na pesquisa, uma vez que trato da influência do metodismo na educação escolar brasileira a partir do pressuposto de conhecer os sujeitos que por ela circularam e legitimaram o seu modo de ser, bem como a influência que o ensino confessional protestante configurou por meio da representação nas “relações” (Chartier, 2002).

Para o desenvolvimento desta Seção, foi necessário recorrer aos arquivos documentais da 5ª Região Eclesiástica Metodista no Brasil (*On-Line*), da Igreja Metodista Central em Dourados (IMCD, 2023), do Jornal Expositor Cristão e O Progresso, além de escritos sobre o processo migratório no Município de Dourados-MT e a implantação da CAND, a fim de compreender como ocorreu o processo de criação e institucionalização da Igreja e da Escola Metodista, pela influência protestante no ensino confessional douradense.

Para delimitar o objetivo da Seção, ela foi dividida em cinco subseções. A primeira aborda a história do metodismo na Inglaterra. A segunda aponta para o movimento de expansão missionária no Brasil e no Sul de Mato Grosso. A terceira explicita a história do Município de Dourados. A quarta e a quinta tratam da instalação da Igreja e da Escola Metodista de Dourados, respectivamente.

2.1 A história do Metodismo e a influência wesleyana: a expansão missionária e as estratégias para estabelecer igrejas e escolas

Para abordar a expansão protestante no Brasil, faz-se necessário retomar a história desde os primórdios do metodismo, ainda no século XVIII. A partir do diário do fundador da Igreja Metodista na Inglaterra, John Benjamin Wesley, busquei encontrar, em sua biografia, vestígios para compreender a história dos metodistas e, conseqüentemente, suas raízes na trajetória de atuação no campo religioso e educacional, pois “[...] o movimento wesleyano do século XVIII não emergiu de uma reflexão de análise abstrata” (César, 2003, p. 60).

O metodismo faz parte do movimento protestante, sendo herdeiro da Reforma¹² e advindo da Igreja Anglicana¹³, cujos 39 Artigos formam a base religiosa da denominação, tendo o Livro de Oração Comum exercido grande influência na liturgia congregacional das igrejas. Ele aceitou as três colunas principais da Reforma: a autoridade das Escrituras, a Justificação pela Fé e o Sacerdócio Universal dos crentes, simbolizados pelos “Três P”: Palavra, Perdão e Povo (Portal Nacional *On-Line* da Igreja Metodista, 2013). Mendonça (2007, p. 168) destaca que “[...] o diferencial da doutrina wesleyana é o tríptico da conversão: aceitação da graça pela fé, regeneração/justificação e santificação” e, a partir desses três preceitos, oportuniza-se ao cristão ser lapidado em sua conduta moral e espiritual, “visando à mudança de pessoas e à transformação da sociedade” (César, 2003, p. 64).

Para Mesquida e Tavares (2005, p. 2-3), a influência do metodismo não foi meramente opositora à Igreja Anglicana ou mesmo revolucionária, porém “[...] um movimento reformador e educacional intimamente ligado à Reforma Protestante, que se propunha transmitir e difundir uma nova visão de mundo e construir um novo senso comum”, criando, assim, “uma nova cultura visando a uma reforma intelectual e moral”, no contexto histórico vivenciado pela Inglaterra no século XVIII, em meio à pobreza e a princípios éticos e morais que Wesley combatia veementemente.

Nesse contexto, a partir de uma experiência pessoal vivenciada em uma reunião na Rua Aldersgate, em Londres, Wesley mudou toda a sua perspectiva espiritual, o que marcou

¹² O século XVI foi marcado por uma série de transformações na sociedade, como a ascensão burguesa, a intensificação do comércio, a expansão colonialista e a explosão das ideias humanistas. Outro acontecimento importante que contribuiu para mudar a história ocidental é identificado como “Reforma Protestante”. O marco inicial da Reforma Protestante aconteceu em 31 de outubro de 1517, quando o monge Martinho Lutero afixou suas 95 Teses na porta da catedral de Wittenberg. A intenção de Lutero era apontar as falhas e contradições na Igreja Católica. A partir dessa iniciativa, outros líderes promoveram ações que foram consideradas reformistas, como as Reformas Calvinista, Anglicana e a Anabatista (Valentin, 2010, p. 61).

¹³ A Igreja Anglicana é a denominação oficial da Inglaterra e da monarquia britânica. Foi fundada pelo rei Henrique VIII após seu desligamento da Igreja Romana, motivado pela negativa do papa Clemente VII ao pedido de anulação de seu casamento (Pinto, s. d.).

um novo tempo em seu relacionamento íntimo com Deus. Certamente esse “reencontro” foi o prenúncio para a mudança no modo de ver o cristianismo, ao ponto de torná-lo um novo pregador do evangelho, não no formato tradicional como o fazia, mas sob inspiração divina, gerando grande transformação na maneira de conduzir “os sermões”. Em seu diário, escreveu o significado que aquele momento lhe proporcionou, quando sentiu o “coração aquecido” ao ler o Prefácio de Lutero na Epístola aos Romanos (10.17): “E, assim, a fé vem pelo ouvir, e o ouvir, pela palavra de Cristo” (Portal Nacional *On-Line* da Igreja Metodista, 2013, p. 1).

Para César (2003, p. 62), a experiência do “coração aquecido” não pode ser meramente vista como um momento espiritualizado vivenciado por Wesley, mas, sim, como parte fundante para compreender como o metodismo foi implantado a partir desse fato, pois “[...] a longa vida de desafios, estudos, reflexão, organização e ação de John Wesley, registrada por ele mesmo em seu diário, exige, por si só, uma abordagem mais abrangente”.

O reverendo anglicano e teólogo britânico John Benjamin Wesley foi o precursor e fundador da Igreja Metodista. “Nasceu em Epworth, na Inglaterra, no dia 17 de junho de 1703, filho de um sacerdote anglicano, Samuel, e da dona de casa Suzana, sendo o décimo quinto filho de uma família de dezenove irmãos” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1).

Devido às atividades pastorais e políticas que impediam o Reverendo Samuel de dar a devida assistência ao lar, à esposa, Suzana, assumiu a administração financeira da família e a educação dos filhos e filhas. Disciplinava-os com rigidez, “mantendo um horário para cada atividade e reservando um tempo de encontro com cada filho” para conversar, estudar e orar. Ainda na infância, com cinco anos de idade, Wesley foi salvo de um incêndio que destruiu a sua casa. A partir daí, sua mãe dedicou-lhe atenção especial, pois entendeu que “Deus havia poupado sua vida para algo muito especial” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2023, p. 1).

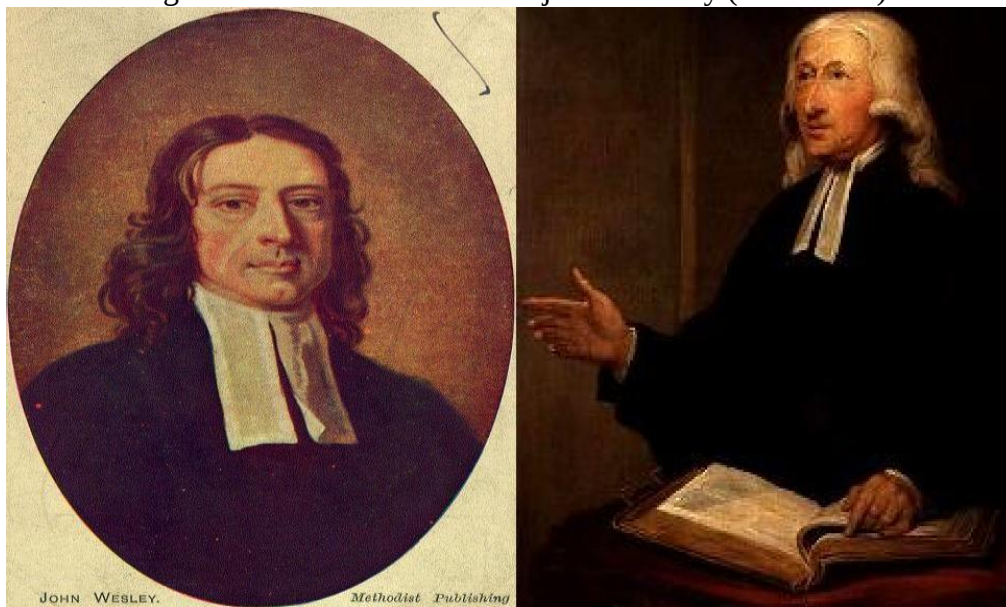
Após o incidente do incêndio, aos cinco anos de idade, a mãe de John Wesley deu início ao seu processo de alfabetização. Ela ensinava todos os filhos a ler por meio da Bíblia, usando uma metodologia muito simples, a partir do método de decorar os versículos bíblicos baseados nos Salmos; assim, a Bíblia era a sua apostila de leitura com os filhos. John estudou com sua mãe até os onze anos, indo, então, para uma escola pública, onde ficou como aluno interno por seis anos. Aos dezessete anos, foi para a Universidade de Oxford.

Ao que tudo indica a mãe de Wesley, ao criar um método para ensinar cada um de seus filhos a ler e a escrever, influenciou-o diretamente, pois ele sempre valorizou a educação e a premissa de fundar igrejas e escolas paroquiais conjuntas, a fim de que o maior número possível de pessoas pudesse alcançar o conhecimento da leitura e da escrita pela ministração

da palavra de Deus. Para ele, “[...] As crianças são transformadas nas suas formas e maneiras de agir. São ensinadas a ler e escrever” e, nesse contexto histórico-cultural, “[...] O interesse de João Wesley por crianças fê-lo abrir escolas onde fosse possível” (Jornal Expositor Cristão, 1957, Ed. n. 1, p. 10, sic).

Cabe ainda registrar que ele estudou durante seis anos na Escola de Charterhouse, em Londres, e, em 1720, ingressou no Christ Church College, em Oxford, onde, em 1726, foi eleito membro do Lincoln College. Ordenado diácono para o Ministério Anglicano, em 1728, passou a acompanhar seu pai na direção da Igreja Anglicana. A Figura 3 apresenta duas imagens do reverendo John Wesley.

Figura 3 – Reverendo John Benjamin Wesley (1703-1791)



Fonte: Frazão (2023).

As duas imagens apresentadas remetem ao Reverendo. Percebe-se a semelhança entre o vestuário, o corte de cabelo e a expressão facial, embora a diferença temporal entre as fotos possa situar-se, em média, entre 40 e 50 anos. Em Oxford, John Wesley passou a se reunir com um grupo de estudantes, entre eles seu irmão Charles Wesley e o pastor Jorge Whitefield, com a finalidade de estudar as Escrituras e praticar a religião com fidelidade. Devido a essa ênfase no estudo metódico, o grupo ficou conhecido como “Associação dos Metodistas”, e o lema utilizado para firmar esse propósito era: “Dai-me cem homens que nada temam senão o pecado, e que nada desejam senão a Deus, e eu abalarei o mundo”.

Desse modo, a denominação “metodista” assenta-se na ideia de método, sendo uma doutrina pautada na “disciplina e regularidade em que concebe a religião e seu dever social” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1). Naquela época, a Inglaterra vivia a Revolução

Industrial, e o número de desempregados e mendigos era elevado, levando John, o irmão Charles, o pastor Jorge Whitefield e todo o grupo a se interessarem pela questão social e pela miséria em que o país se encontrava.

Foi nessas tensões que os irmãos Wesley, o pastor Whitefield e outros adeptos do “movimento metodista” firmaram o propósito de “mudar a nação”. A esse respeito, Mesquida (1988, p. 36) faz uma crítica ao “ministério” de John Wesley, pois “ele não levou em consideração o modo de produção” e o quanto isso influenciou nas “consequências sociais, políticas e econômicas” no cotidiano dos ingleses. Ou seja, os camponeses e os operários permaneceram em situação ainda maior de pobreza.

John e seu irmão Charles romperam com a Igreja Anglicana e passaram a organizar pequenas sociedades e classes. Ao declarar a frase “Considero o mundo inteiro como a minha paróquia”, contextualizava o momento de “crise” que enfrentava durante o seu ministério, quando já não podia mais utilizar os “púlpitos” das paróquias para pregar o Evangelho.

Ao longo de sua trajetória ministerial, John Wesley deixou registradas várias frases que se tornaram emblemáticas para as comunidades cristãs. Dentre tantas, uma das mais célebres é esta: “Faça todo o bem que puder, por todos os meios que puder de todas as maneiras que você puder, em todos os lugares que você puder, em todas as vezes que você puder, para todas as pessoas que você puder, enquanto você puder sempre” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1), fazendo menção ao cuidado com as vidas alheias e à importância dos recursos financeiros para a expansão da obra missionária no Reino de Deus.

Ainda sobre as frases deixadas pelo pastor anglicano, Mesquida (1988, p. 39) infere que a expressão de Wesley, “O mundo é a minha paróquia”, deve ter sido internalizada na consciência dos metodistas norte-americanos, a ponto de passarem a ver o mundo como uma paróquia dos Estados Unidos, o que influenciou inclusive o cenário político estadunidense à época.

Paes (2015, p. 111) aponta que a conduta de ser dos americanos era incutida também na maneira como os missionários atuavam em qualquer local a que fossem designados, pois “cultivavam, em suas práticas, modos de provar a sua superioridade cultural, demonstrando aos seus seguidores que deveriam abdicar de seus costumes, valores e de sua identidade cultural e passar a valorizar os costumes e valores da cultura estadunidense”, extensivos aos campos educacionais ou religiosos, ao “importarem” o sistema cultural americano.

O autor cita que os missionários americanos “importaram” todo esse modo de ser, da cultura estadunidense ao implantar escolas e igrejas no Brasil, sendo-as presentes no cotidiano familiar, educacional e principalmente na expressão da religiosidade.

A influência do metodismo na educação inglesa é marcada, inicialmente, pelas escolas paroquiais¹⁴, instaladas adjuntas às igrejas. Para Wesley, a disseminação do ensino por meio das “escolas paroquiais” era imprescindível para diminuir as desigualdades sociais, pois o acesso aos livros, cartilhas e revistas deveria existir para todas as pessoas, especialmente as crianças (Jornal Expositor Cristão, 1957, Ed. n. 1, p. 10).

O ápice da criação de escolas adjuntas às igrejas ocorreu com a fundação, em 1748, da Kingswood School, em Bristol, a primeira instituição escolar oficialmente metodista, estrategicamente pensada “pelo momento social e cultural da Inglaterra do século XVIII”, no qual os metodistas “atribuíram valor significativo à educação” (Valentin, 2008, p. 8).

A Figura 4 destaca a imagem da Kingswood School, na Inglaterra, a instituição educacional metodista mais antiga do mundo.

Figura 4 – Kingswood School na Inglaterra em 1851



Fonte: Disponível em: <https://www.methodistheritage.org.uk/>.

Na imagem, podemos observar a Kingswood School, com sua arquitetura do século XVIII, localizada em meio a uma grande área verde, onde funciona um internato particular misto e são atendidas mais de mil crianças, entre nove meses e dezoito anos. Como a instituição educacional metodista mais antiga do mundo, foi “criada inicialmente para atender as crianças pobres, filhos dos mineiros, mas também dos ministros metodistas, entre pastores

¹⁴ As escolas paroquiais desempenharam um papel importante na observância religiosa e programas sociais. Embora não fossem devidamente contempladas em inquéritos estatísticos, cresceram substancialmente a partir dos anos de 1920, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Estas escolas foram às margens da rede pública de ensino e representou uma iniciativa importante em face da ineficiência do governo na educação. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Escolas-Paroquiais-Metodistas-Elias-Boaventura/0c59b8015ebf937a51f498e714d0a8adc255b838>. Acesso em: 10 dez. 2023.

e líderes” (Portal Nacional *On-Line* da Igreja Metodista, 2013, p. 1). A esse respeito, Mesquida (1988, p. 32) aponta que “[...] O trabalho de Wesley em Bristol começa com a fundação e construção de uma escola. Uma escola que irá ser, ao mesmo tempo, templo e local de ensino”, o que reforça o propósito do metodismo em unificar o ensino com a religião.

John Wesley, ao abrir a Escola na Inglaterra, destinada inicialmente aos filhos dos mineradores que trabalhavam nas minas de carvão e não tinham acesso à educação, acabou por tornar esse projeto um dos principais objetivos do metodismo, qual seja, “[...] difundir uma nova visão de mundo, construir um novo senso comum e criar uma cultura, visando uma reforma intelectual e moral. A educação, na visão dele, era uma constante evolução na direção da perfeição cristã e da salvação” (Valentin, 2008, p. 18), sendo possível perceber o ensino presente na representação pela disseminação dos princípios religiosos da fé.

O ensino representava, assim, a oportunidade para a difusão do evangelho, pois, ainda na visão nuclear de Wesley, a educação também era a premissa para que as camadas mais “pobres” tivessem contato com o letramento e fossem alcançadas pela mensagem de “salvação”. Para ele, a educação era transformadora; o cidadão necessitava ser ensinado e doutrinado, mas precisava também ter senso crítico, pois todo aquele “[...] que não lê não cresce” (Jornal Expositor Cristão, 1957, Ed. n. 1, p. 10), o que evidencia as consequências em uma sociedade em que o acesso ao ensino não era universal.

No século XVIII, a educação na Inglaterra era um privilégio dos ricos. Compreendendo a importância do ensino na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente para as crianças pobres e sem condições de estudar, John Wesley criou uma instituição educacional. Ele acreditava que o ensino era fundamental para desenvolver a sociedade de forma mais homogênea e abrangente e, assim, dedicou-se a “atender os filhos pobres dos operários excluídos dos processos educacionais formais”. César (2003, p. 64-65) descreve que, “[...] para além de seu objetivo inicial”, qual seja o de “[...] atender os filhos de pregadores e das lideranças metodistas”, a escola evoluiu e passou a alcançar as camadas sociais menos favorecidas.

Convém registrar que até o fim da sua vida, ele lutou com empenho, em campanhas sobre questões sociais, como a reforma das prisões e a educação universal na Inglaterra, promovendo também a criação de hospitais, asilos e escolas. Levou o povo a exercitar a fé e a obter a mudança de hábitos para uma vida “santificada”, longe dos prazeres mundanos que eram práticas rotineiras nas cidades inglesas (Mesquida, 1988).

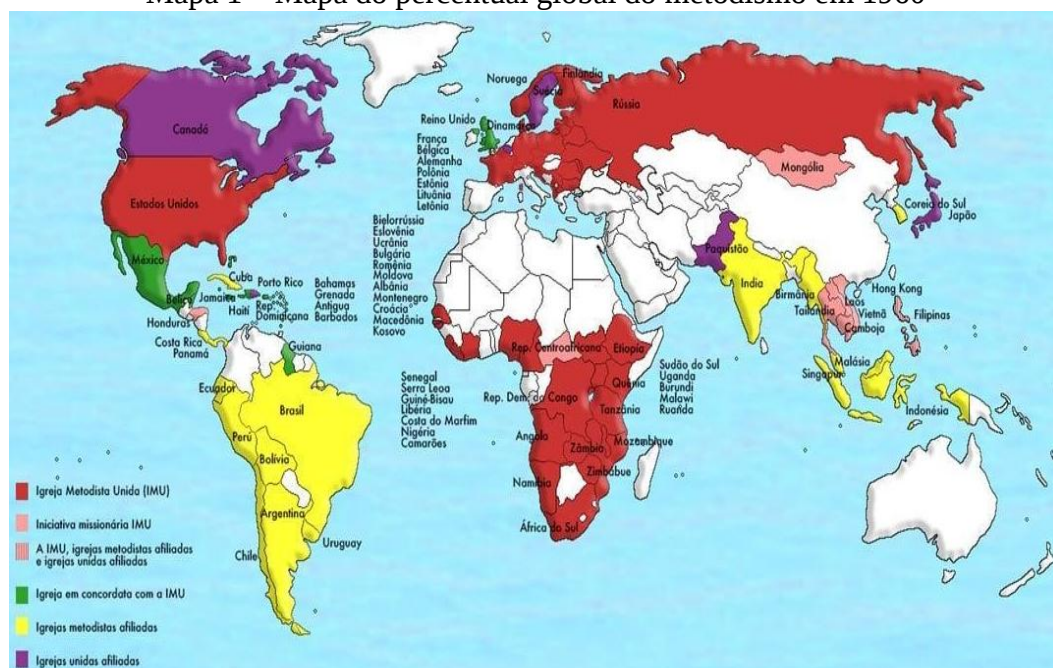
A partir de 1784, as sociedades metodistas passaram a atuar independentemente, sendo difundidas em vários países, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Foi somente

após a morte de John Wesley, em 1791, que a Igreja Metodista da Inglaterra se organizou como denominação religiosa, pois nunca havia sido a intenção dele fundar uma igreja, mas transformar uma nação inteira por meio da palavra de Deus (Mesquida; Tavares, 2005), tendo como convicção “Reformar a Nação, particularmente a Igreja e espalhar a santidade bíblica sobre a face da terra” (Plano Nacional Missionário, 2006, p. 7).

O precursor do metodismo e outros seguidores próximos contribuíram para que a Inglaterra experimentasse uma nova dimensão, tanto intelectual quanto religiosa. A vida e o ministério do Reverendo John Benjamin Wesley provocaram grande impacto na sociedade britânica e também em vários países da Europa e nos Estados Unidos. É fato que, quando de seu falecimento, aos oitenta e oito anos, deixou um rebanho significativo na Inglaterra, na Europa e nos Estados Unidos, com milhares de “convertidos” ao cristianismo e à denominação protestante metodista.

O Mapa 1 apresenta o quantitativo da expansão metodista mundial.

Mapa 1 – Mapa do percentual global do metodismo em 1960



Fonte: UM&Global/Gustavo Vasquez (2020).

O Mapa 1 permite observar que, na década de 1960, o metodismo já havia se expandido para vários países do mundo, abrangendo Europa, América, África e Ásia. Na Europa, parte dessa expansão também é fruto das numerosas viagens missionárias de Wesley por muitos desses países. Viagens que ele realizava de carruagem ou a cavalo, percorrendo mais de seis mil quilômetros para pregar e alcançando a marca expressiva de cerca de quarenta mil sermões proferidos em igrejas, mas principalmente em campo aberto, praças,

ruas e carvoarias, onde fez questão de dedicar um tempo especial aos trabalhadores. A partir do conceito de representação de Chartier (2002), podemos compreender que Wesley buscava, em seu modo de ser, construir representações em suas pregações de maneira a alcançar o maior número possível de conversões por onde passava.

César (2003, p. 64) destaca que uma das marcas do ideário metodista era justamente a premissa de levar a palavra de Deus ao maior número possível de pessoas e lugares, sendo “[...] elementos visíveis nas raízes do século XVIII do movimento, que o acompanham durante toda a sua expansão missionária nos séculos seguintes, sendo marca de visibilidade da Igreja Metodista contemporânea em qualquer ponto do globo” e que chegou ao Brasil no final do século XIX por meio dos missionários norte-americanos.

As contribuições e influências do metodismo para o cristianismo em muitas nações, com maior especificidade na Inglaterra, incluem a criação da “Wesley’s Chapel and Museum of Methodism London”, da Capela de Wesley e do Museu do Metodismo de Londres, em homenagem ao precursor. A parte reservada ao Museu corresponde ao local onde funcionava a casa em que o próprio Wesley residia no século XVIII. Nesse espaço é mantido o acervo pessoal do religioso, com livros, mobiliário, vestuário, louças, dentre outros pertences. Ao lado do Museu fica a Capela, onde os metodistas se reuniam para cultuar. A Figura 5 apresenta alguns dos monumentos erguidos há mais de dois séculos na cidade londrina para homenageá-lo.

Figura 5 – Monumentos históricos em Londres em 1820



Fonte: TripAdvisor (2024).

Ao observar as imagens da Figura 5, em homenagem ao fundador do metodismo, o Reverendo John Benjamin Wesley (1703-1791), é possível perceber que ambas as estátuas foram reproduzidas com as mesmas características físicas do religioso, possivelmente retratadas representando-o mais jovem, com especificidade para aquela em que ele está montado em um cavalo. Esse animal foi seu companheiro fiel nas longas viagens missionárias que realizou pela Inglaterra, Grã-Bretanha, Escócia, entre outros lugares. Ao fundo da imagem central, localiza-se o Museu, em Londres, datado de 1791, que serviu de moradia para o religioso, onde se encontra seu acervo pessoal, como livros, mobiliário, vestuário, louças, dentre outros pertences.

Diante dos elementos trazidos à tona neste subitem, menciono que, desde o século XVIII, com o surgimento do movimento metodista na Inglaterra, por meio de seu precursor, o Reverendo Anglicano, fundamentou-se a crença religiosa nos ensinamentos bíblicos e, em consonância com isso, propagou-se o Evangelho em um período histórico em que Londres se encontrava imersa na pobreza “moral e espiritual”. O religioso valeu-se da influência que exercia para estabelecer escolas e igrejas paroquiais de forma estratégica, ao passo que entendia que a educação mudaria a perspectiva de vida das pessoas. O ensino bíblico levaria a um encontro pessoal com Cristo, transformando-as em cidadãos de moral e conduta condizentes com a palavra de Deus.

O caráter missionário de Wesley não apenas transformou os trabalhadores humildes das carvoarias, mas também estabeleceu um movimento que impactou a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales, os Estados Unidos, dentre outros países. É nesse movimento que os primeiros missionários chegam ao Brasil e ao Sul de Mato Grosso para ocupar espaços, legitimar e estabelecer a permanência do ensino e da religião, o que poderá ser compreendido de forma mais aprofundada no próximo subitem.

2.2 O movimento Metodista no Brasil e em Mato Grosso: o advento dos primeiros missionários norte-americanos e a instalação de instituições religiosas e educativas

O movimento metodista teve início no Brasil “[...] por volta do século XIX (1835-1836), com a chegada dos primeiros missionários norte-americanos, sendo eles: Fountain E. Pitts, Justin Spaulding e Daniel P. Kidder, estabelecendo-se no Rio de Janeiro” (Carvalho, 2004, p. 28). Essa missão, porém, manteve-se somente até o ano de 1841, devido a fatores ligados à organização da Igreja Metodista, bem como à crise econômica nos Estados Unidos, sua mantenedora financeira oficial (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1). Houve,

assim, a necessidade de reorganização para a expansão missionária do metodismo em solo brasileiro, sendo “[...] necessário desenhar uma estratégia de ação que auxiliasse o metodismo a penetrar na sociedade brasileira e a cumprir sua missão” (Mesquida; Tavares, 2005, p. 6), haja vista que a maior parte da população se encontrava vinculada à Igreja Católica.

Após essa tentativa inicial de expansão missionária, em agosto de 1867, chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado de imigrantes americanos, “o pastor metodista Junius Newman, que era Superintendente Distrital, e se estabeleceram nas proximidades de Saltinho, Limeira, Piracicaba, Santa Bárbara d’Oeste e Americana, no interior de São Paulo” (Carvalho, 2004, p. 30). Nessas localidades, houve a abertura de uma igreja destinada a acolher e orientar as atividades dos compatriotas protestantes anteriormente estabelecidos em terras brasileiras. Conforme assinala Hilsdorf (2002, p. 96-97), “[...] não foi mera coincidência que, chegando ao Brasil desde 1859, missionários americanos presbiterianos e metodistas logo iniciaram seus trabalhos de evangelização em São Paulo”, mas, sobretudo, em virtude de se tratar de um espaço geográfico profícuo para a criação e a expansão de igrejas e escolas protestantes.

Nos primeiros tempos da implantação da Igreja Metodista no Brasil, a educação cristã e as orientações teológicas eram ministradas nas próprias congregações e comunidades. Identificou-se que, somente diante da necessidade de proporcionar uma formação teológica formalizada aos pastores, passou-se a conceber a criação de Institutos, Seminários e Faculdades, iniciativa que se vinculou aos princípios religiosos do fundador John Wesley. Segundo essa perspectiva, compreende-se que a educação contribuía para a formação intelectual e religiosa dos cidadãos na sociedade em que se encontravam inseridos (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1).

No processo de expansão e consolidação metodista no Brasil, em 1878, chegou ao país o missionário John James Ransom. Nesse contexto, foi fundada a primeira Igreja Metodista no Rio de Janeiro, e o metodismo tornou-se emancipatório para as regiões Sul e Sudeste, que, concomitantemente, consolidaram instituições educacionais como parte das estratégias de “difusão do metodismo”. Entre as ações pastorais de John James Ransom, destacou-se a iniciativa de trazer colaboradores para contribuir com a missão; entre eles, sobressai a presença de Martha Hile Watts, cuja atuação foi significativa para a implantação e a propagação do ensino no país, a exemplo do Colégio Piracicabano (Carvalho, 2004).

A missionária fundou a primeira Escola Metodista no país, o Colégio Piracicabano, em 1881, no interior do Estado de São Paulo, no Município de Piracicaba. Posteriormente, foi inaugurado o Colégio Metodista de Petrópolis, em 1889, no Rio de Janeiro, seguido do Colégio Izabela Hendrix, em 1904, em Belo Horizonte, capital mineira (Oliveira, 2004).

A atuação docente da missionária estadunidense permite concordar com Louro (2004, p. 460) “[...] que a função de dirigente tenha se revestido, ao menos inicialmente, de um caráter extraordinário e até perturbador para as mulheres”. Deste modo, segundo a autora “[...] Essas primeiras diretoras estavam, de algum modo, rompendo com a ‘representação’ construída por expectativas habituais que as colocavam em posições inferiores no trabalho”.

Segundo Oliveira (2004, p. 11), “a história de Martha Watts encontra-se registrada nas entrelinhas de uma história maior, que diz respeito à imigração americana no Brasil no final do século XIX, com a chegada do protestantismo às terras brasileiras”. No entendimento da autora, o ensino confessional metodista consolidou-se ao longo dos anos por meio da ação docente dessa missionária, especialmente quando “[...] os metodistas instalaram simultaneamente, em setembro de 1881, sua terceira Igreja no país e um colégio para meninas. O empreendimento é exemplar para os propósitos” (Hilsdorf, 2002, p. 96-97). Essa narrativa reafirma o ideário de John Wesley: implantar igrejas e escolas em locais estratégicos como forma de representação para o avanço do protestantismo no Brasil.

Mesquida e Tavares (2005, p. 11) destacam que a influência da missionária Watts na educação brasileira foi bem-sucedida “na formação de uma elite de mulheres e homens brasileiros nos moldes dos princípios e dos valores que a Igreja Metodista norte-americana sustentava e divulgava”, difundindo modos de ser e pensar associados à cultura estadunidense. Tais processos buscaram influenciar outros países, especialmente o Brasil, em um contexto de carência de referenciais educacionais e de Escolas voltadas à formação de cidadãos. Segundo Boaventura (2005, p. 9), as influências dessa missionária no campo educacional sofreram mudanças, pois “o que se vai perceber na maioria dos colégios metodistas é o empenho na prática da coeducação”, alterando o contingente inicial.

Importa destacar que, “[...] Entre 1880 e 1920, em toda a América Latina havia escolas e colégios protestantes nas cidades mais importantes, fundados principalmente por metodistas, presbiterianos, batistas, congregacionais e quackers. México, Brasil e Cuba foram países privilegiados” (Nascimento, 2005, p. 27). Com base nisso, é possível perceber que o legado educacional deixado pelo precursor do metodismo, John Wesley, abriu precedentes estratégicos para o avanço do protestantismo, com especificidade em solo brasileiro.

A presença marcante do metodismo na educação brasileira remonta ao fim do século XIX e ao início do século XX, com a chegada dos primeiros missionários norte-americanos ao país, “fundando as primeiras escolas em solo brasileiro, alicerçado por sua tradição, qualidade de ensino e valores ético-cristãos, exercendo influência e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1).

Schroeder (1982, p. 35) destaca que “[...] as escolas metodistas reproduziam, pela influência dos missionários, um modelo de educação norte-americano, que representava a aspiração das camadas médias brasileiras”, por considerarem esse padrão como um ideal de modernidade social. De maneira semelhante, o ensino confessional de orientação metodista influenciou e contribuiu para o avanço da escolarização no Sul de Mato Grosso, por meio de estratégias voltadas ao alcance da elite douradense, como forma de legitimar a presença protestante na educação e consolidar as práticas educativas difundidas na Escola Metodista. Ao matricular alunos pertencentes às classes sociais privilegiadas, a instituição imprimia modos de ser, fazer e pensar influenciados pela cultura estadunidense.

Com a expansão das instituições educacionais em todo o país, em 1967 foi criado o Instituto Metodista de Serviços Educacionais (COGEIME), integrando a educação metodista do Brasil às demais Instituições educacionais, em qualquer nível ou especialização. Assim, escolas, institutos e faculdades passaram a fazer parte da Rede Metodista de Educação (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016). Boaventura (2005, p. 6) aponta que a “[...] preocupação se percebe na educação metodista e seu propósito de ser uma educação para a vida prática”, influenciando o ensino de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Essa inserção de escolas e universidades metodistas no Brasil, iniciada no fim do século XIX, soma mais de quarenta Instituições educacionais, integrando a Educação Metodista entre escolas, seminários, centros teológicos e universidades, instalados em diversas cidades brasileiras, com destaque para a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e para a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), ambas com Programas de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016).

A esse respeito, Mesquida e Tavares (2005, p. 12) apontam que “[...] as mulheres metodistas estão na origem de uma rede de instituições educacionais, da educação básica à superior”, como parte da influência do protestantismo na educação brasileira, na “formação das elites” para disseminar a cultura norte-americana.

A origem da UNIMEP está interligada ao Colégio Piracicabano, fundado em 1881 pela missionária norte-americana Martha Hile Watts. A qualidade, o pioneirismo e o diferencial no ensino possibilitaram, em 1964, a criação dos primeiros cursos de nível superior: Economia, Administração e Ciências Contábeis, inicialmente reunidos como Faculdades Integradas. Tal “expansão resultou no reconhecimento, pelo Ministério da Educação, como a primeira Universidade Metodista da América Latina, em 1975” (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1).

A UMESP tem sua história vinculada à implantação da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, em 1938. Cabe registrar que, nesse período, a Igreja Metodista havia fundido dois centros de ensino teológico, localizados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Identificou-se que era de seu interesse que o curso superior recém-criado, sendo o primeiro instalado no Município de São Bernardo do Campo, se situasse em uma região que se configurava como um dos principais centros de transformações sociais, políticas e econômicas do país: o ABC paulista. Assim, em 1970, foi criado o IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior. A Rede Metodista de Educação, à qual a UNIMEP se vincula, integra um universo de mais de setecentas instituições metodistas em sessenta e sete países (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016).

No caso de Mato Grosso, a expansão missionária protestante para o Sul do Estado teve início na década de 1920, mais precisamente em 1929, sendo organizada por metodistas e presbiterianos. Consideramos que, dadas as circunstâncias do deslocamento para o extremo sul mato-grossense, essa expansão se concretizou com a criação da Missão Evangélica Caiuá (MEC), pois “desde o início da formação dos primeiros metodistas, acreditavam que a educação era o caminho para o aperfeiçoamento social e moral da humanidade. Essa concepção orientou todo o projeto missionário instalado na região de Dourados” (Paes, 2015, p. 111), voltado à civilização dos indígenas.

Carvalho (2004, p. 31) destaca que os protestantes metodistas mantinham “a preocupação do ensino das crianças, pois irá marcar o trabalho metodista na Missão Caiuá, em Dourados no Sul de Mato Grosso, com a vinda dos primeiros missionários para trabalhar com os indígenas na Reserva Indígena”. Esse apontamento demonstra as diretrizes estratégicas do metodismo para influenciar o sistema educacional brasileiro, tanto pela difusão do ensino por meio da evangelização junto aos indígenas quanto pela atuação em escolas elitistas fundadas em pontos estratégicos, voltadas às camadas mais privilegiadas.

Essa incursão iniciou-se com a aliança entre líderes religiosos pertencentes às denominações das Igrejas Metodista, Presbiteriana e Presbiteriana Independente, a qual definiu o grupo evangelizador que viria a Mato Grosso, composto pelo “[...] reverendo Albert Sidney Maxwell, missionário norte-americano; a esposa Mabel Davis Maxwell, Nélon de Araújo, Esthon Marques, João José da Silva, Guilhermina Alves da Silva, o filho Erasmo, ainda criança” (Gonçalves, 2011, p. 195). Essa foi à primeira equipe designada para iniciar o trabalho na Missão, envolvendo as três Igrejas. Entre esses integrantes, destacavam-se o Reverendo Albert Sidney Maxwell e sua esposa, Mabel Davis Maxwell, representantes da East Brazil Mission, que permaneceram na área de Dourados entre 1928 e 1941.

A aliança entre as três Igrejas, segundo Gonçalves (2011, p. 265) perdurou até meados das décadas de 1940 e 1950, quando os metodistas se retiraram do trabalho na Missão. Associado ao trabalho na MEC, os presbiterianos fundaram a “Igreja Presbiteriana do Brasil (1936), a Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1939) e o Hospital Evangélico (1946)”. Para o autor, ainda se observa pouca difusão acadêmica sobre o processo de implantação de denominações de origem protestante na região.

Gonçalves (2011, p. 265) reforça que, para além da aliança entre as três Igrejas históricas que participaram da criação da Missão Evangélica Caiuá, posteriormente “[...] instalaram-se em Dourados as igrejas Batista, Assembléia de Deus e Adventista. A história da implantação e atuação das demais igrejas (históricas, as pentecostais, e mais recente, as neopentecostais) em Dourados é um assunto ainda não estudado no âmbito acadêmico”.

Diante dessas informações, apresento um breve histórico sobre a atuação dos missionários metodistas que vieram para o Sul de Mato Grosso, trabalhar na MEC. O Engenheiro Agrônomo Prático e Pastor Provisionado metodista Francisco Brianezi nasceu em Jacutinga-MG, em 27 de julho de 1917. Residia em Cambará, no Estado do Paraná, quando chegou à Missão, em 1941, aos 24 anos. Integrava a equipe de missionários da Igreja Metodista, oriundos de diferentes partes do Brasil, que vieram atuar na referida Missão, juntamente com “presbiterianos e metodistas” (Gonçalves, 2011).

A professora mineira, de denominação presbiteriana, Áurea Batista do Nascimento, posteriormente Áurea Batista Brianezi, veio para a Missão em 1931, aos 17 anos. Nasceu em Lambari-MG, em 18 de janeiro de 1914. Chegou à MEC para auxiliar o casal de missionários americanos, o reverendo Albert Sidney Maxwell e sua esposa, Mabel Davis Maxwell, “como intérprete, pois além do português, ela também falava espanhol, inglês, e, depois aprendeu o guarani para facilitar a comunicação, o evangelismo e o ensino para os indígenas” (Brianezi, Entrevista, 2023). O uso do dialeto facilitou a aproximação e a comunicação entre indígenas e missionários, uma vez que “[...] A professora Áurea Batista já é uma boa intérprete do português para o guarani. Os índios ouvem a mensagem do Evangelho na própria língua, e isso com alegria. Cantam hinos evangélicos e muitos freqüentam a escola” (O Expositor Christão, 1940b, p. 8, apud Paes, 2015, p. 120).

O livro “História, Fatos e coisas Douradenses” (Capilé Júnior; Capilé; Souza, 1995, p. 109), pertencente ao acervo pessoal da professora Áurea Batista Brianezi, menciona a chegada de missionários estadunidenses ao Brasil:

Por volta de 1927, seguindo o curso do rio Xingu, afluente do rio Amazonas, veio parar aqui, nesta região, o Reverendo Albert Sidney Maxwell e sua esposa, Da. Mabel. Vieram com a idéia fixa de catequizar os índios Caiuás e Guaranis, que falavam a mesma língua, o que era diferente da Região Norte, em cada tribo falava uma língua diferente, dificultando sobremaneira a catequese, além do que, esses índios moravam mais perto uns dos outros. Estes missionários vieram com a pretensão de trabalhar primeiramente entre os índios Caiuás, que eram a maior tribo. Como não havia lugar ainda para eles, entre os índios, vinham hospedar-se no patrimônio e, aqui, a 15 de abril de 1929, foi realizado o 1º culto evangélico pelo Rev. Maxwell e alguns obreiros da 1ª equipe da Missão Caiuá. Aí mesmo, neste local, passou a funcionar uma Escola Dominical.

O excerto anterior destaca o trajeto percorrido pelo Reverendo Albert Sidney Maxwell e por sua esposa, Mabel, para chegar ao Sul de Mato Grosso e instalar a Missão. Diante das dificuldades apresentadas para atuar entre os indígenas da Região Norte do país, embrenharam-se pelo curso dos rios Xingu e Amazonas e chegaram ao Município de Dourados (antigo Patrimônio), onde, em 1929, realizaram um culto cristão evangélico junto aos demais integrantes da primeira equipe de missionários designada para trabalhar na MEC. Observa-se que, diante dos obstáculos à realização do trabalho inicialmente previsto entre os povos originários do Amazonas, tornou-se necessário o deslocamento para essa região, em razão da maior facilidade de locomoção terrestre pelas aldeias e da acessibilidade de comunicação, considerando que o dialeto utilizado pelas etnias era o guarani.

Ainda segundo Paes (2015, p. 107), “[...] no decorrer do século XX, vários estados brasileiros tiveram a presença das igrejas e escolas metodistas” e “[...] tais agentes da fé ou missionários, também, marcaram sua presença no então Estado de Mato Grosso, ou mais especificamente na região de Dourados”. Trata-se, nesse caso, da instalação da Escola na Missão para atender indígenas, uma vez que “A região de Dourados foi grandemente influenciada pelos evangélicos que, começando pelo trabalho de catequese dos índios Caiuás, aqui aportaram, pessoas consagradas, desprendidas e de grande visão, decisivas na história de Dourados” (Capilé Júnior; Capilé; Souza, 1995, p. 109).

Quanto à exatidão da chegada da missionária e professora Áurea Batista à Missão, Peres (2022, p. 137) localizou, no Livro do Quadro de professores que trabalharam na Missão Evangélica Caiuá, um registro que constava o nome dela, sem mencionar se a docente possuía a formação de normalista. A informação sobre o período de trabalho remonta a 1937; entretanto, o filho e ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023) confirmou que a data oficial da chegada de sua mãe à MEC correspondia a 1931.

A esses fatos soma-se a localização da Certidão de Casamento do Reverendo Francisco e da professora Áurea. Nela constam as profissões, conforme descritas anteriormente, o ano e o local de nascimento, bem como a filiação. O casamento ocorreu em 18 de janeiro de 1944, exatamente no dia do aniversário de 30 anos da missionária, que passou a assinar “Áurea Batista Brianezi” (Certidão de Casamento, Acervo pessoal, Brianezi, Entrevista, 2023). Para assegurar a precisão desses dados, localizei uma carta escrita pela própria normalista, na qual constam as seguintes informações:

Nota: Esta história faz parte do meu livro: “Meus treze anos vividos na Missão Evangélica Caiuá” em Dourados e Amambai. Parte da história da Missão – as fitas foram gravadas entregues ao Bispo da Quinta Região Eclesiástica da Igreja Metodista, o qual me deixou um documento assinado sobre as fitas que levava para encaminhar à Unimep e as transformar num livro (Acervo Pessoal, Áurea Batista Brianezi, p. 10).

Com base nas informações descritas, suponho haver coerência nas datas apresentadas. A missionária chegou à Missão em 1931, onde permaneceu por 13 anos. Casou-se em 1944 e, nesse mesmo ano, ela e o esposo, o Reverendo Francisco, foram enviados ao Município de Amambai para iniciar o trabalho na Reserva Indígena daquela região. Quanto a isso, Peres (2022), em uma de suas Entrevistas com a esposa do Reverendo Benjamim Benedito Bernardes, ao ser “questionada sobre os documentos da Missão, relatou que, na década de 1980, uma funcionária da secretaria da Missão colocou fogo nos documentos ao realizar uma limpeza”. A autora também abordou a questão dos “cuidados que precisam ocorrer quanto à organização e ao arquivamento dos documentos escolares, uma vez que os registros presentes em documentos e fotografias nos permitem escrever sobre a história dos sujeitos e das instituições escolares” (Peres, 2022, p. 39).

Sobre o descuido com as fontes, apontamos que “todos” os documentos e as fitas gravadas pela professora Áurea, conforme descrito no excerto da carta acima, com o trabalho que foi desenvolvido no tempo em que atuou na Missão, foram “extraviados”¹⁵, segundo as informações repassadas por um antigo Bispo da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista no Brasil. Em face à situação do “extravio” documental produzido pela docente, reporto-me a Certeau (1982, p. 73), uma vez que “produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar,

¹⁵ Em nota, o Jornal Expositor Cristão (*On-Line*, 2013) publicou uma matéria com o Reverendo responsável pelo Projeto Metodista Tapeporã (1978), na qual mencionou que o livro sobre a história do trabalho da professora Áurea Batista Brianezi, realizado junto à missão indígena, encontrava-se em elaboração e era aguardado com grande expectativa, com previsão de socialização em breve. No entanto, a obra não foi concluída, em razão do extravio dos materiais. Disponível em: <https://www.metodista.org.br/missao-metodista-tapepora-660>. Acesso em: 10 dez. 2023.

transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” legitimam o estado de pertencimento daqueles que os produziram e vivenciaram experiências e fatos em determinado momento histórico.

Acerca do resguardo de registros documentais e iconográficos, apresento, na Figura 6, duas imagens do casal, o Reverendo Francisco e a professora Áurea.

Figura 6 – Reverendo Francisco e professora Áurea (1944-1997)



Fonte: Acervo pessoal de Brianezi (Entrevista, 2023).

O registro iconográfico do casal faz alusão a duas fotografias: uma que nos “remete a uma pintura a óleo”, quando ainda eram jovens, provavelmente no período em que se conheceram na Missão ou após o matrimônio; e outra posada em “um painel de estúdio”, já em idade avançada, no Estado do Pará, onde viveram até a velhice e foram sepultados (Brianezi, Entrevista, 2023).

Vidal e Abdala (2005, p. 179) ressaltam “a importância de contextualizar historicamente o registro fotográfico”, pois, ao considerar a simbologia por meio das imagens, esse processo constitui, por vezes, um “duplo desafio ao historiador em seu trabalho com a fotografia como fonte”, ao buscar localizar indícios de como os sujeitos se apresentam ao serem fotografados, tais como a postura, o olhar e o vestuário.

O ex-aluno, na condição de filho do casal de missionários, por meio das fotografias, preservava em sua memória os traços e as características físicas dos pais, revelando uma representação dos laços de afetividade e de boas lembranças relacionadas aos entes queridos.

No entendimento de Vidal e Abdala (2005, p. 179), são necessários para “[...] o historiador dispor de um conhecimento histórico da época estudada, bem como da própria

história da fotografia” para compreender alguns elementos que podem não estar tão aparentes em uma imagem iconográfica, a exemplo de como posavam para os retratos, a maneira de se vestir, o olhar fixo, dentre outras circunstâncias.

Levando em consideração o contexto da primeira fotografia do casal, o Reverendo Francisco e a professora Áurea, fotografados ainda jovens, provavelmente na MEC, cumpre esclarecer que “[...] A Missão foi um dos projetos protestantes mais importantes do sul do Estado e foi originário da Associação Evangélica de Catequese dos Índios”, atuando em várias esferas no atendimento às populações que habitavam esse espaço geográfico, visando para eles o acesso “[...] nos campos da educação, da saúde, do espiritual e da assistência social, com objetivos de desenvolver a “civilidade” dos indígenas da Reserva para integrá-los à sociedade não indígena e ao trabalho. Para isso, era preciso cuidar do corpo, da alma e do intelecto” (Peres, 2022, p. 75-78).

A Missão foi criada em 1929, no Sul de Mato Grosso, com o objetivo de civilizar os indígenas com práticas culturais parecidas com as do homem branco. Por certo, ao se deslocarem de diferentes estados brasileiros para atuarem na Missão, “[...] As professoras missionárias pela crença religiosa, faziam da profissão uma missão” (Peres, 2022, p. 106).

Os primeiros missionários metodistas enviados para trabalhar na MEC, por meio da ação conjunta entre denominações religiosas. Posteriormente, após o desligamento desse projeto, começaram a estabelecer estratégias para a implantação de igrejas e escolas no Sul de Mato Grosso, a partir da mudança da família Brianezi para o Município de Amambai.

O movimento metodista chegou ao Brasil pela influência protestante norte-americana, com a abertura de igrejas e das chamadas escolas paroquiais, voltadas à propagação do Evangelho por meio do ensino religioso. Essa dinâmica e organização institucional foram percebidas ao longo dos anos, tanto na esfera eclesiástica quanto no campo educacional.

Conforme aponto nesta subseção, a ação missionária metodista, inicialmente organizada para atuar na Missão Evangélica Caiuá, logrou êxito. Com o passar dos anos, porém, as igrejas que constituíam a Aliança conjunta tiveram divergências não explicadas oficialmente e, assim, a Igreja Metodista retirou-se do trabalho unificado na MEC. Por sua vez, os missionários retornaram aos seus lugares de origem ou foram enviados para outros campos de evangelismo, como ocorreu com o casal Francisco e Áurea, que, após o desligamento e seguindo os trâmites burocráticos definidos pelos Concílios Geral e Regional, passou a atuar de forma autônoma e iniciou a abertura de igrejas e escolas na região.

Na subseção a seguir, será abordado o Município de Dourados, sua extensão territorial, a implantação da CAND e as estratégias dos protestantes metodistas para fundar igrejas e escolas na região.

2.3 O início da história: o Município de Dourados como espaço estratégico para os metodistas

Magalhães (2004) assinala que a compreensão da existência histórica de uma Instituição educativa deve ser relacionada ao contexto em que ela emerge. Isso implica compreender e analisar seu desenvolvimento conforme as expansões e mudanças ocorridas na sociedade, bem como considerar a história de um povo e de sua cultura. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o contexto histórico em que a Escola Metodista emergiu no Município de Dourados.

Dourados, atualmente, é o segundo maior Município do Estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de 4.086.387 km² e sendo constituído por nove distritos: Guassú, Indápolis, Itahum, Panambi, Picadinha, Vila Formosa, Macaúba, Vila de São Pedro e Vila Vargas. Além disso, o Município compreende uma área de reserva indígena.

Fundado como Colônia Militar em 10 de maio de 1861, sob o comando do Tenente Antônio João Ribeiro, no contexto da invasão paraguaia¹⁶, o local foi elevado a Distrito da Paz de Dourados em 15 de junho de 1914, pela Lei n. 658. Posteriormente, permaneceu subordinado a Ponta Porã até 20 de dezembro de 1935, quando ocorreu sua emancipação político-administrativa, por meio do Decreto n. 30, assinado pelo

[...] governador do Estado de Mato Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes de Dourados sobre a necessidade de ser elevado aquelle districto a município, e considerando que o districto de Dourados, possuindo uma população superior a 15 mil almas, vem assinalando o seu crescente desenvolvimento pela exportação em grande escala de herva-matte, gado-vacum, cereaes e outros productos, considerando que, o referido districto, além de sua situação geographica, está ainda dotado de elementos necessários à sua elevação a município, considerando que ao poder público cabe prover as necessidades dos núcleos de população para a sua pronta expansão formando os municípios como cellula da grandeza do Estado, usando das faculdades de que são conferidas por lei. DECRETA: Art. Único – Fica criado o Município de Dourados.

¹⁶ O conflito de maior duração e proporção de toda a história da América do Sul, sendo “[...] mais conhecida como Guerra do Paraguai, que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai, entre os anos de 1864-1870” (Josgrilbert, 2020, p. 23).

O Distrito da Paz de Dourados foi elevado à categoria de Município em 1935, durante o período da Segunda República (1930-1945) no Brasil. Observa-se que, inicialmente, seu crescimento foi lento, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte.

Mesmo diante das limitações e da precariedade de recursos básicos para habitação, a região de Dourados chamou a atenção de muitas pessoas que buscavam riqueza e novas terras, sobretudo em razão da qualidade do solo, cuja fertilidade contribuiu para que o Município se tornasse um polo em ascensão, com expressivo aumento populacional (Campestrini; Guimarães, 1991).

Esse período de crescimento populacional em Dourados foi marcado, durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente entre 1937 e 1945, na fase denominada Estado Nova, pelo lançamento da Campanha Marcha para o Oeste, política voltada ao incentivo ao povoamento da região oeste do país. De acordo com Arakaki (2008),

[...] campanha se assentava nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de ‘espaço vital’. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro (Arakaki, 2008, p. 26).

Entre os objetivos dessa política estava a nacionalização das fronteiras, pois o governo varguista pretendia fortalecer o poder do Estado e, para isso, combater as oligarquias regionais, promovendo maior integração entre as regiões do Brasil, o que culminaria no fortalecimento da economia. No caso específico de Mato Grosso, onde o Município de Dourados se situava na parte Sul do Estado, um dos eixos da Marcha para o Oeste consistia no povoamento da região, tendo como finalidade enfraquecer o monopólio da Empresa Mate Laranjeira, instalada em 1881 por Thomas Laranjeira, empresário gaúcho que atuou na exploração dos ervais por quase setenta anos.

Assim como ocorreu em outras áreas do Brasil marcadas pela colonização, na parte Sul de Mato Grosso, onde se localizava o Município de Dourados, no período em que Getúlio Vargas articulou esse processo, a região não era desabitada, pois já possuía um contingente populacional, sobretudo indígena (Iwamoto, 2016). Desse modo, as áreas de colonização no país, seja por meio de companhias de terras, seja por estímulo governamental, como no caso do Sul de Mato Grosso, muitas vezes propiciaram a ocupação de territórios já habitados.

Além de promover o povoamento na região do Sul de Mato Grosso, Getúlio Vargas buscava enfraquecer o monopólio econômico da Empresa Mate Laranjeira. A empresa obteve rápido êxito no Brasil e, a partir de 1883, ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim

Murtinho e Francisco Murtinho, uma vez que a união de capital resultou na constituição da Companhia, responsável pela produção e exportação exclusiva da erva-mate para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires. Com o ingresso de novos sócios, foram estudadas novas formas de escoamento da produção, resultando na construção do Porto Murtinho. Além disso, passaram a serem utilizados os canais de navegação dos cursos d'água que desaguavam no rio Paraná, como os rios Amambáí, Brilhante, Dourados, Iguatemi e Ivinhema.

A Companhia Mate Laranjeira foi formalmente constituída na cidade do Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1891, com 15.000 ações, no valor total de 3 mil contos de réis. Na mesma data, foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, tornando-se o mantenedor da Companhia. A partir de então, a atuação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomas Laranjeira e de outros sócios consolidou-se como empreendimento empresarial. A extração da erva-mate configurava-se como o negócio mais lucrativo do Sul do Estado de Mato Grosso, pois contava com um mercado consumidor estável, o que atraiu imigrantes e migrantes, alguns com o intuito de explorar ervais, outros de fornecer mão de obra, especialmente paraguaios.

Contudo, a Companhia Mate Laranjeira manteve seu domínio sobre os ervais do Sul de Mato Grosso até meados da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas deixou de renovar o contrato de exploração da erva-mate na região. Essa não renovação deve ser compreendida no contexto das políticas do Estado Novo, uma vez que a Marcha para o Oeste tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento do Centro-Oeste. No caso do Sul de Mato Grosso, onde a Companhia atuou por décadas, a exploração da erva-mate ocorreu sem preocupação sistemática com a fixação populacional.

A política de Getúlio Vargas foi “[...] parte integrante de um projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, maior controle da fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia” (Oliveira, 2013, p. 23), favorecendo, ainda, o aumento populacional da região e desencadeando o desenvolvimento econômico, não mais marcado pela exploração de monopólios, como ocorreu com a atuação da Companhia Mate Laranjeira.

O projeto de colonização idealizado por Getúlio Vargas estruturava-se, entre suas diretrizes, pela criação de colônias. Esse projeto político vinculava-se diretamente à fixação do homem no campo, por meio da implantação da pequena propriedade, tendo em vista a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção (Oliveira, 1999).

No caso do Sul de Mato Grosso, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi criada pelo Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943. Contudo, sua efetiva implantação

ocorreu somente em 20 de julho de 1948, com a demarcação, pelo governo federal, por meio do Decreto-Lei n. 87, de seus limites, reservando-se uma área não inferior a 300.000 hectares. Essa demarcação ocorreu em duas etapas: na primeira, foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares; na segunda, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos (Ponciano, 2006). O Mapa 2 apresenta a localização da CAND.

Mapa 2 – Mapa da localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Fonte: Gressler; Swensson (1988, p. 88).

O Mapa de localização da CAND permite verificar que o Núcleo Colonial ocupou uma extensa área do Município de Dourados, atualmente constituída por distritos e municípios situados em seu entorno. Sobre o território da CAND, Queiroz (2008) registra que ele englobava os atuais Municípios de Dourados (os distritos de Vila São Pedro, Vila Vargas, Vila Formosa, Panambi e Indápolis), Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis. A área total delimitada pelo governo Federal era de 300.000 hectares, mas acabou sendo reduzida para 267.000 hectares, divididos em duas zonas: uma à esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha, e outra, à direita do rio, com 199.000 ha.

O projeto colonizador no Sul do então Estado de Mato Grosso foi viabilizado pelo governo por meio de intensa propaganda na imprensa, uma vez que havia homens e mulheres dispostos a enfrentar os desafios da migração para outras regiões do país, na tentativa de melhorar as condições de vida. Assim, dispunha-se de uma força de trabalho numerosa, sobretudo barata e desqualificada (Oliveira, 1999).

Muitas famílias deslocaram-se para a Colônia, atraídas pelas propagandas veiculadas pelo governo Vargas nos meios oficiais de comunicação ou por informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação das terras, apressaram-se em avisar seus

parentes. A distribuição dos lotes seguiu critérios específicos: eram destinados a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que se declarassem pobres e se comprometessem a residir nos lotes rurais. Esses lotes não poderiam “[...] ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse” (Oliveira, 2013, p. 23). Para ocupar as terras da CAND, vieram migrantes de quase todas as regiões do país, principalmente do Nordeste.

Na mesma época, deslocaram-se para a Colônia imigrantes oriundos da América Latina, da Europa e da Ásia. Sobre a vinda desses imigrantes e a formação da Colônia Agrícola, Oliveira (1999, p. 23) sublinha que “[...] a política de colonização e nacionalização das fronteiras, no Sul do Mato Grosso, como parte integrante da Marcha para o Oeste, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado”.

O projeto estatal voltou-se para a especulação da terra, então valorizada pela existência de mão de obra disponível e de baixo custo. Esse processo foi favorecido por alianças empresariais e eleitorais, patrocinadas por grupos econômicos e políticos, que incidiram sobre o controle da distribuição das melhores terras devolutas do Estado. Assim, as terras da Colônia tornaram-se objeto de intensa especulação.

No processo de reocupação da Colônia, exigia-se iniciativa dos colonos, uma vez que precisavam ingressar nas áreas e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e da demarcação dos lotes, isentando o governo dos gastos com essas tarefas. “Desse modo, as famílias cadastradas e organizadas pelo governo federal iniciaram os desmatamentos para a construção das casas e o início do plantio em suas lavouras” (Oliveira, 2011, p. 95).

As terras ocupadas pelos colonos mostravam-se propícias à agricultura, razão pela qual grande parte deles se dedicou a essa atividade, mesmo sem experiência prévia no trato agrícola (Queiroz, 2008). Na CAND, a agricultura “[...] organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza; assim, o ecossistema no qual se inseriu a Colônia era bastante propício ao desenvolvimento agrícola almejado pelos idealizadores do projeto” (Menezes, 2012, p. 99).

Embora fosse uma colônia agrícola e a agricultura, constituiu-se como sua principal atividade econômica, esta não foi a única, pois, paralelamente à preparação da terra para o cultivo, a exploração da madeira foi outra prática constante, surgida como consequência desse processo e, em toda a extensão da localidade, alvo de disputas e irregularidades. Além dessa exploração, desde o início da colonização, que perpassou toda a história da CAND, os colonos também se dedicaram a outras atividades, como o pequeno comércio de artigos

industrializados, bem representado pelos inúmeros “bolichos”, pequeno comércio em que era possível adquirir variados produtos. Em geral, esses estabelecimentos localizavam-se à beira da estrada e surgiram em toda a extensão territorial. Os bolichos foram mais frequentes no interior, onde se vendiam diversos produtos. Outra atividade, segundo Menezes (2012), à qual os colonos se dedicaram desde o início, foi a extração e elaboração da erva-mate nativa, uma vez que a Colônia foi instalada em região ervateira.

Menezes (2012, p. 75) destaca que as serrarias tiveram grande contribuição para o desenvolvimento da atividade madeireira na CAND, pois nesses locais tanto se serrava madeira para a construção das casas dos colonos quanto se comercializava, em grande parte, esse produto. Nesse contexto, a Colônia contava com uma serraria oficial, cuja finalidade, em suma, era atender à administração e, sobretudo, aos colonos, no tocante à construção de casas e ao fornecimento de móveis. A referida serraria foi instalada na sede da administração, que atualmente corresponde ao território onde se localiza o distrito de Indápolis, local ainda hoje conhecido pela população como “Serraria”. A partir desse ponto, a Colônia se estendia ao leste e ao sul, com grande parte de seu território coberto por mata virgem.

A existência de uma serraria fazia parte da infraestrutura básica e, nesse contexto, era indispensável ao funcionamento da Colônia. Embora não tenha atendido plenamente às necessidades dos colonos, a serraria teve papel significativo nas atividades desenvolvidas por eles, envolvendo-se em relações comerciais relacionadas à exploração madeireira.

No entanto, no caso dessa Colônia, oficialmente deveriam ser preservados 3,5 alqueires de cada lote, uma vez que estes eram doados na medida de 30 ha, ou 12,5 alqueires. Na prática, sabemos que essa exigência legal não foi respeitada, ocorrendo desmatamento de forma indiscriminada. Na primeira zona da CAND, ele ocorreu tanto como consequência da colonização quanto por estímulos comerciais (Menezes, 2012, p. 73-75). Algumas madeiras eram mais procuradas devido ao seu valor comercial, por exemplo, a aroeira, o angico, o marinheiro, a canafístula, o amendoim e o jacarandá. O processo de ocupação e povoamento alterou o cenário rural e urbano do Município de Dourados e região, à medida que propiciou a vinda de um grande número de trabalhadores e famílias em situação de pobreza, o que resultou em significativo aumento populacional, conforme demonstrado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – População Censitária de 1940 a 1960

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	1.821	13.164	14.985
1950	4.730	18.104	22.834
1960	16.468	68.483	84.955

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de Mato Grosso (1940 a 1960).

Os dados da Tabela permitem comprovar o crescimento populacional ocorrido entre 1940 e 1960 no Município de Dourados, decorrente da implantação da CAND. A Tabela possibilita observar que a população urbana e rural do Município, em 1940, era de 14.985 habitantes e passou para 84.955 em 1960, o que representa um acréscimo de 69.970 habitantes. Em termos percentuais, esse aumento corresponde a 466,03%. A implantação da CAND não proporcionou apenas a expansão demográfica, mas também trouxe transformações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes e linha telefônica, bem como com a ampliação do comércio, os loteamentos imobiliários e a criação de associações de classe e de escolas. Posto isso, cumpre concordar com Naglis (2014) que a implantação da Colônia, nas décadas de 1940 e 1950, constituiu um processo de grande envergadura histórica, articulado com a política nacional da época e responsável por transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no Sul de Mato Grosso (porção meridional do atual Estado de Mato Grosso do Sul).

Gressler e Swensson (1988, p. 105), destacam que, na “[...] década de 1960, a população da região, praticamente triplicou” abrindo precedentes para um expressivo avanço populacional e para o dinamismo socioeconômico, impulsionado por investimentos em diversos setores.

Foi nesse cenário de desenvolvimento, desencadeado pela Marcha para o Oeste, com o processo de colonização e a implantação da CAND em Dourados, que foi possível à abertura da Igreja Metodista e a instalação da Escola Metodista no Município, na década de 1950. Essas iniciativas contribuíram para a consolidação da Colônia, uma vez que o contexto econômico favorável abriu espaço para a atuação de missionários metodistas, com a implantação de espaços religiosos e educativos.

Diante do exposto, observou-se que o Município de Dourados se configurou como um polo de progresso com a implantação da CAND. A chegada de centenas de migrantes à localidade implicou, também, a abertura de estabelecimentos comerciais, bancos, lojas de ferragens, igrejas e escolas. Nesse contexto, os metodistas valeram-se dessas oportunidades para legitimar a presença protestante na região, conforme será abordado a seguir.

2.4 O estabelecimento da Igreja Metodista no Município de Dourados e sua relação com a criação da Escola: indícios e resistências

Após vários anos de trabalho desenvolvido na Missão, com o desligamento da aliança entre as Igrejas Metodista, Presbiteriana e Presbiteriana Independente, o Reverendo Francisco e a professora Áurea foram transferidos para realizar o trabalho missionário na Reserva Indígena de Amambai, no ano de 1944. Tempos depois, por motivos de saúde, seguiram para o Estado do Paraná, no Município de Mandaguari.

Em 1953, o Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea Batista Brianezi residiam no interior paranaense quando ele foi designado para iniciar a implantação de igrejas metodistas em alguns municípios da região do Sul de Mato Grosso. O trabalho teve início em Ponta Porã, estendendo-se posteriormente para Dourados, Campo Grande, Fátima do Sul e Nova Andradina (Brianezi, entrevista, 2023).

O Concílio Regional da Igreja Metodista no Brasil, realizado no interior do Estado de São Paulo, no Município de Lins, foi marcado pela nomeação do Reverendo Francisco Brianezi para Mato Grosso, como o primeiro pastor metodista designado para iniciar a implantação de igrejas na região. O Reverendo, juntamente com sua esposa, a professora Áurea Batista Brianezi, foi nomeado, em março de 1953, para Ponta Porã. Oficialmente, o metodismo iniciou no Sul de Mato Grosso com o trabalho missionário do casal, iniciado primeiramente em Ponta Porã e, posteriormente, em Dourados.

De acordo com a publicação do Jornal Expositor Cristão (1961, Ed. n. 21, p. 8, sic), sobre a transferência do Reverendo Francisco e da professora Áurea para o antigo Sul de Mato Grosso, o texto informa que:

O TRABALHO METODISTA no sul do Mato Grosso começou a há oito anos passados, quando foram enviadas duas pessoas consagradas para iniciá-lo: o pastor Francisco Brianezi e sua dedicada esposa D. Áurea Batista Brianezi. Êste casal radicou-se em Ponta Porã de onde visitava a zona de Dourado, que tinha uma família metodista. O lugar onde residia esta família chamava-se “Mercado”. Foi o primeiro trabalho metodista organizado na zona de Dourados. Estimularam esta obra as famílias de João Araújo e Manoel Marques - ambas consagradas a Cristo. Dêste esforço inicial resultou a organização de uma excelente congregação no lugar chamado Cruz Alta. No terceiro ano do trabalho um dos casais fixou residência em Dourados, onde permanece. Naquela época Dourados era uma pequena vila sem conforto e sem famílias metodistas. Mas o Senhor estava com êles! Hoje Dourados conta com seis congregações ativas, tôdas trabalhando com ânimo e coragem.

A despeito da matéria publicada, com o deslocamento dos missionários, em 1953, para a fronteira com o Paraguai, foram iniciados os trabalhos de evangelização em Ponta Porã e, posteriormente, em Dourados. A efetivação da presença metodista na região ocorreu a partir

da mudança do casal de missionários para o Município de Dourados e com “a fundação da Igreja Metodista em 12 de agosto de 1955”¹⁷ (Ata n. 1, 1956, p. 1).

O Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea Batista Brianezi foram transferidos oficialmente para o rol de membros três meses antes da inauguração da Igreja em Dourados, em 5 de maio de 1955. Após mais de uma década de atuação na região, em 11 de novembro de 1964, o religioso, juntamente com a família, foi enviado para abrir o Campo Missionário em Campo Grande, conforme consta na Ata n. 8 (1964, p. 1).

Assim, em 1954, teve início o trabalho missionário voltado à implantação da Igreja Metodista no Município de Dourados. Esse trabalho começou em uma “casa de tábuas”, situada na Rua Rio de Janeiro, n. 185, posteriormente denominada Rua Hilda Bergo Duarte. Nesse local, os primeiros membros da denominação religiosa passaram a frequentar as reuniões dirigidas pelo Reverendo Francisco e por sua esposa, Áurea. São eles: Antonio Belizário Pereira de Toledo, Crescêncio de Lima Barros e Reinaldo Pereira de Toledo, com suas respectivas famílias (Ata n. 7, 1988, p. 27).

A esses “irmãos” veio também, Manoel de Paula. Este se tornou um importante aliado do pastor Francisco no trabalho de evangelização no Sul de Mato Grosso e, “juntos, abriram igrejas, e pontos missionários” (Brianezi, Entrevista, 2023), inclusive nas terras da CAND, onde funcionavam seis congregações metodistas.

No ano seguinte, em 1955, com a vinda efetiva do casal de missionários Francisco e Áurea, em cumprimento aos preceitos religiosos para a abertura da Igreja Metodista no Município de Dourados, foi criada e fundada também a Escola Metodista, “no terreno que foi comprado do senhor Raimundo Sobral” (Ata n. 7, 1988, p. 27). Amaral (2005, p. 63) aponta que “[...] a Igreja Metodista centrou inicialmente sua atividade, na cidade de Dourados, com uma igreja e uma escola primária, organizadas em 1955”. Desta maneira, “Começou-se então a construção da Igreja feita de madeira; no fundo foi construído o salão para a escola primária, reuniões sociais e classes da Escola Dominical” aos domingos (Ata n. 7, 1988, p. 27).

¹⁷ Para confirmar a data oficial da criação da Igreja Metodista no Município de Dourados, localizei na Ata n. 8 (1961, p. 2), o registro de que o Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea foram arrolados no Registro Permanente de Membros da Igreja em 5 de maio de 1955. Desse modo, pude inferir, a partir dessa informação, que a inauguração do templo ocorreu posteriormente, em 12 de agosto de 1955. Outro dado relevante acerca da data oficial da inauguração refere-se a uma carta enviada pelo Reverendo Francisco Brianezi ao amigo, o Reverendo Duncan Alexander Reily (Caixa Postal 65, Dourados, Mato Grosso, Brasil, 11 de novembro de 1957), na qual apresenta um mapa demonstrativo do trabalho realizado na Igreja e menciona algumas dificuldades enfrentadas “decorrido 2 anos e 3 meses” (Acervo pessoal, Francisco Brianezi, 1957). A partir desse registro, destaco que, entre 12 de agosto de 1955 e 11 de novembro de 1957, transcorreu o período indicado na carta, o que confirma a exatidão da data de fundação da denominação religiosa no Município de Dourados. Considerei pertinente realizar esse entrecruzamento de dados para explicitar os fatos e as datas.

Para realizar a obra, foi necessário recorrer às doações dos primeiros membros, que compartilhavam o sonho de ter uma Igreja para congregar. Entre as doações, arrecadaram “as tábuas, o forro, tinta a óleo, pregos e, também, o púlpito e a Bíblia para serem usados nos cultos”. Contaram, ainda, com a ajuda de outras pessoas “para realizar a pintura da igreja” (Ata n. 7, 1988, p. 27). Desse modo, o templo foi construído no centro do terreno para a realização dos cultos e, ao fundo, ergueu-se o “salão para a escola primária”. É fato que houve esforços coletivos por parte dos “irmãos metodistas” para a instalação da Igreja. Mesmo sendo criança, Brianezi (Entrevista, 2023), lembrou que em certo momento, auxiliou em um mutirão para pintar a “escolinha” e da Igreja.

No entanto, “[...] as desavenças entre católicos e protestantes datam do início da colonização e que a presença de religiões estrangeiras no Brasil foi descartada pela metrópole portuguesa, voltando ao cenário apenas no início do século XIX” (Vasconcelos, 2002, p. 134-135). Segundo o autor, houve conflitos entre grupos religiosos no antigo Mato Grosso em torno da delimitação territorial de espaços para a abertura de igrejas protestantes.

É possível que tais embates também tenham se manifestado na criação da Igreja e da Escola Metodista, uma vez que essas iniciativas representavam, à época, o aumento do protestantismo no Município de Dourados. Esse crescimento resultou de um movimento “[...] quando Anglicanos, por pressões políticas e econômicas, obtiveram as bases legais para seu estabelecimento” (Vasconcelos, 2002, p. 135), em diversas localidades e regiões brasileiras, culminando, posteriormente, no Sul de Mato Grosso.

O Reverendo Francisco possuía um campo missionário extenso na região, composto por cinco Igrejas: Caarapó, Cristalina, Córrego do Engano, Cruz Alta e Dourados. Ele se deslocava com frequência para visitar os membros das Igrejas e pregar a palavra de Deus. A representação do chamado vocacional do pastor protestante, no que se refere ao cuidado com os membros da Igreja, supõe “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” conforme os dizeres de Certeau (1998, p. 100).

Vale mencionar que o Reverendo Francisco Brianezi seguiu, com relativa proximidade, o legado do precursor do metodismo, John Wesley, pois também “andou a cavalo” para pregar o Evangelho no Sul de Mato Grosso, percorrendo caminhos abertos a “foice” em meio às matas. Os relatos indicam que suas viagens “missionárias” entre os Municípios de Dourados e Ponta Porã “duravam, em média, trinta dias e que ele dormia em cima das árvores para se proteger de animais ferozes durante a noite”. Viagens estas, que ele sempre ia sozinho, conforme descreveu Brianezi (Entrevista, 2023). A imagem a seguir da Figura 7 retrata o Reverendo Francisco montado em seu cavalo.

Figura 7 – Reverendo Francisco em 1956



Fonte: Acervo digitalizado nos arquivos da IMCD (Ata n. 7, 1956, p. 9) pela autora.

Nos dizeres do ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023), para cumprir sua vida ministerial, o pai, além de percorrer longas distâncias, precisou enfrentar diversos perigos nos trajetos realizados de forma solitária para desenvolver o trabalho missionário. Tal experiência influenciou significativamente sua trajetória evangelística na região do Sul de Mato Grosso, marcada pela expansão missionária por meio da implantação de igrejas e escolas.

Segundo Leite (2001, p. 40), mesmo em condições limitadas, “[...] é possível reproduzir as fotografias que se encontram deterioradas ou amareladas pelo tempo” e realizar análises, como no caso do registro iconográfico do Reverendo Francisco durante suas viagens.

Segundo consta nos documentos, o pastor realizava os deslocamentos entre os municípios “a cavalo”, de “carroça” ou em um “jipe” (Ata n. 3, 1961, p. 7), mas “nunca deixou de dar assistência aos primeiros irmãos que congregavam nas igrejas que começavam a crescer na região” (Brianezi, Entrevista, 2023). Esse crescimento tornou-se, progressivamente, motivo de “conflitos” entre protestantes e católicos, os quais buscaram “[...] diversas estratégias para neutralizar e excluir os protestantes”, passando “[...] a agir intensivamente contra a expansão protestante na região” (Amaral, 2005, p. 60).

Ainda sobre a “assistência aos irmãos”, conforme Brianezi (Entrevista, 2023), cuidar e pastorear as ovelhas, o seu “rebanho”, constituíam prioridades em seu ministério pastoral. A esse respeito, na carta que o Reverendo Francisco enviou ao Reverendo Reily, em 11 de novembro de 1957:

“[...] O nosso trabalho não tem, de um modo geral progredido mais é porque o meio de transporte é cavalo. Dois adoeceram e precisei vendê-los. O que tenho agora já não aguenta mais viagens longas. Aqui é muito quente e eu sou bem pesado - 85 quilos e ainda levo sempre uns 15 a 20 quilos - roupa - livros, medicamentos. Três cavalos já baquearam! Porém, o pior é que o cavaleiro já está baqueando também” (Acervo pessoal, Brianezi, Entrevista, 2023).

Os trajetos percorridos pelo Reverendo Francisco, além dos perigos em meio às matas, também impunham limitações relacionadas ao cansaço dos animais, em razão do sobrepeso carregado nas longas distâncias. O religioso apontou que, devido ao clima quente, tanto o cavalo quanto o cavaleiro estavam “baqueando”, o que poderia prejudicar o trabalho e o avanço missionário na região do Sul de Mato Grosso, desenvolvido desde 1953.

O destaque da carta, ao mencionar o próprio peso e o transporte de 15 a 20 quilogramas, entre livros e medicamentos, leva-me a considerar que a superação desses limites se relaciona à forma de realização da ação missionária, especialmente ao distribuir tais produtos na CAND, onde se mantinham seis “pequenas capelas” que atendiam colonos e suas famílias, em especial as crianças, por meio das atividades da Escola Dominical. Ainda na carta, relatou: “[...] Temos sido muito abençoados por Deus apesar das lutas, perseguições, pobreza do nosso povo, mau tempo, para os agricultores que não tem, a maioria deles, colhido nem o suficiente para o seu sustento e de suas famílias” (Acervo pessoal, Brianezi, Entrevista, 2023).

Em todas as Atas localizadas nos arquivos da Igreja Metodista de Dourados, constam registros do trabalho realizado no campo missionário de Mato Grosso durante os nove anos de nomeação do Reverendo Francisco Brianezi. São registros de batismos, recebimento de membros, ofertas e pagamentos de despesas com construção e viagens, além de informações sobre o tempo de pastoreio nas seis congregações que ele visitava, ministrava a Ceia do Senhor e distribuía remédios e livros, mais a Igreja local.

A construção das duas instituições metodistas (Escola e Igreja) certamente atravessou conflitos na disputa por esses espaços em Dourados, no âmbito religioso e no educacional. Uma medida para “frear” o crescimento do protestantismo ocorreu no âmbito das eleições, quando a orientação oriunda da Igreja Católica enfatizava “[...] que os católicos não votassem em protestantes” (Amaral, 2005, p. 65), a fim de impedir êxito nas alianças políticas e de evitar o fortalecimento do avanço e da influência protestante na região. No entanto, houve resistência de parte da população local às normas estabelecidas pelas lideranças católicas, o que intensificou os conflitos nas disputas por fiéis.

A primeira reunião da Junta de Ecônomos¹⁸ da Igreja Metodista de Dourados ocorreu em 1956 para eleger uma diretoria e também criar estratégias para o avanço do protestantismo nesta região. Sobre esse encontro, foi registrado em Ata:

Aos dois (2) dias do mês de julho de 1956, às 19,45 horas, na casa do pastor Francisco Brianezi, reuniram-se primeira vez a Junta dos Ecônomos da Igreja Metodista de Dourados para eleger a sua diretoria e trocar os seus planos de trabalhos do restante do ano de 1956. Havendo necessidade de mais um ecônomo, foi nomeado pelo pastor o jovem Adonias Anacleto Rosa. Presentes à reunião: Manoel de Paula Oliveira, Crescencio de Lima Barros, Luiz Araújo Costa, Áurea Batista Brianezi (Ata n. 1, 1956, p. 1).

Este trecho da Ata permite compreender que o trabalho exercido pelos “ecônomos” se refletia no andamento das atividades da Igreja e de suas congregações. O Reverendo Francisco encontrava, no trabalho leigo dos “irmãos”, apoio pastoral para conduzir a comunidade sob sua liderança. A necessidade de deslocar-se a cavalo ou de jipe pelo Sul de Mato Grosso, para atender a todos os membros, comprometia significativamente o tempo fora de casa e, por vezes, o mantinha distante de Dourados.

A respeito do trabalho leigo dos “irmãos”, Mesquida e Tavares (2005, p. 2) destacam que “[...] Em Bristol, João Wesley irá atribuir aos leigos a função de manter o “calor” do Evangelho junto a pequenos grupos de fiéis por ele constituídos”. Nesse sentido, o Rev. Brianezi valorizou o trabalho leigo na comunidade local ao designar alguns membros para apoiá-lo em suas ausências e disseminar o Evangelho no Município de Dourados. Weber (2004) aponta que a manutenção dos espaços religiosos ancora-se no engajamento voluntário de seus membros, o que contribui para a sustentação material e simbólica das instituições.

A Figura 8 apresenta a imagem do prédio da Igreja Metodista, inaugurado em 12 de agosto de 1955, durante a comemoração do primeiro ano de fundação da instituição em Dourados, realizada em 1956. A respeito da fotografia, Leite (2001, p. 41) aponta que existe um padrão convencional para a análise de imagens, que podem ser registradas “[...] de perto ou de longe”, embora nem sempre cheguem ao pesquisador com nitidez. Desse modo, é possível utilizar inclusive uma lupa para identificar dados referentes às pessoas que participaram do momento em que o registro fotográfico foi realizado. O olhar minucioso permite desvelar aspectos relativos a cada detalhe ou indivíduo presente na imagem. Assim, o uso da baixa resolução nos registros iconográficos seguiu o critério metodológico de medidas preventivas orientadas pela LGPD – CEP/UFGD.

¹⁸ Aquele que se encarrega da administração de uma casa, de um internato, de um hotel, despenseiro, mordomo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/economista/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Figura 8 – Igreja Metodista em Dourados em 1956



Fonte: Acervo digitalizado nos arquivos da IMCD (Ata n. 7, 1956, p. 8) pela autora.

A imagem faz referência à primeira Igreja Metodista instalada no Município de Dourados. O templo foi construído em madeira, em formato simples, com porta frontal e duas janelas laterais. Para Magalhães (2004, p. 144), toda “[...] disposição arquitetônica dos prédios” relaciona-se diretamente às representações com as quais os sujeitos se vinculam no espaço. O registro iconográfico faz alusão à “Comemoração do 1º ano de Fundação da Igreja no ano de 1956” (Ata n. 7, 1956, p. 8). O Reverendo Brianezi aparece na fotografia, junto aos demais membros e visitantes da comunidade local, após a realização da Escola Dominical.

A imagem permite observar a presença de homens, mulheres e uma quantidade significativa de crianças, que, possivelmente, eram filhos de metodistas que frequentavam a Escola Dominical. Os adultos estão posicionados nas partes laterais e ao fundo; as crianças, à frente ou no colo das mulheres.

A maioria dos homens traça calça, camisa e sapatos; alguns usam paletó e gravata. As mulheres vestem saia e blusa. As crianças aparecem bem arrumadas: os meninos usam camisa, short, suspensório e sapatos; as meninas, vestidos e sapatos. O cuidado com a apresentação, incluindo vestimentas e calçados, indica que os metodistas atribuíam importância ao modo de se vestir para frequentar o espaço religioso, sobretudo em dias de comemoração. A fotografia, conforme Vidal e Abdala (2005, p. 186), evidencia a “[...] representação da fotografia como um documento”, uma vez que captura, em instantes, um acontecimento e registra elementos daquele momento.

O intuito das atividades festivas associava-se não apenas à reunião dos membros da Igreja, mas também à evangelização, à conversão e à salvação das almas dos visitantes que transitavam pelo espaço em razão da celebração. Tais rituais convergiam com o ideário religioso de expansão missionária protestante, por meio do qual se afirmava, perante a sociedade, a importância do espaço religioso, em articulação com a Escola, para legitimar e consolidar sua existência, tendo em vista os efeitos produzidos pelas práticas e representações dos festejos na ampliação do número de fiéis.

Desse modo, dadas às comemorações do primeiro aniversário da Igreja em Dourados, em 12 de agosto de 1956,

“[...] Foi lançada a nota de gratidão a Deus pela passagem do 1º aniversário da nossa Igreja, onde os seguintes trabalhos: E. Dominical animada com sessenta (secenta) pessoas, [...] ministrou-se a Santa Ceia, tirou-se a fotografia em frente da Igreja, fez-se culto no ar livre e a noite o culto de ação de graça, cantou-se o corinho Glória Aleluia. Tivemos a visita do Rev. Paulo de Oliveira, Pastor de Valparaíso, S. Paulo, que realizou duas series de conferencias, uma aqui na cidade e outra em Caarapó; tôdas com muita assistencia e entusiasmo” (Ata n. 1, 1956, p. 1-2, sic).

As programações em torno da celebração foram recebidas com admiração pela comunidade. As expressões “assistência e entusiasmo” remetem à participação ativa dos fiéis nos cultos, ao entoar de cânticos e ao envolvimento coletivo nas atividades. Nessa perspectiva, compreendemos a celebração cültica como um momento esperado e aguardado pelos protestantes metodistas; por essa razão, todos se encontravam envolvidos nas festividades do primeiro aniversário da comunidade no Município de Dourados. Tal cenário evidencia uma representação do modo de ser, de pertencer e do senso coletivo.

Ainda sobre as comemorações anuais relativas aos aniversários da Igreja, o Jornal Expositor Cristão (1961, Ed. n. 21, p. 8) destacou que “[...] Foi motivo de grande alegria para a Igreja de Dourados hospedar na ocasião do seu 6º aniversário o I Concílio Distrital de Mato Grosso, realizado de 27 a 30 de julho. Foi também um marco histórico para o metodismo brasileiro”, o qual avançava, ao longo dos anos, na missão de evangelizar a região e de consolidar o ensino convencional por meio da instalação da escola paroquial.

Convém registrar que, após a transferência do Reverendo Francisco Brianezi para o Município de Campo Grande, o reverendo canadense Thomas Charles Edmonds foi nomeado para assumir a Igreja Metodista de Dourados. Em reunião extraordinária da comunidade local, solicitou-se que todos orassem por sua vinda ao Brasil. O Superintendente Distrital,

Reverendo Geraldo Esteves, anunciou que “chega do Canadá, enviado pela Igreja Metodista Unida para ser o nosso pastor” (Ata n. 2, 1964, p. 4).

Formado pastor e agrônomo, o religioso foi designado para implantar e coordenar o Plano Piloto, que atuou junto aos colonos na CAND com o propósito de melhorar as condições de saúde, educação e agricultura, juntamente com a esposa, Rita-Claire Edmonds, que era enfermeira (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1). O reverendo assumiu a Igreja em Dourados como o segundo pastor metodista nomeado, em 1º de março de 1964, permanecendo até 9 de abril de 1966, quando foi designado, assim como Francisco Brianezi, para assumir o campo missionário em Campo Grande (Ata n. 8, 1966, p. 7).

Segundo consta nas Atas da Igreja Metodista em Dourados, tratou-se de um pastor atuante na área social e também atento à dimensão educacional, possivelmente em razão das experiências trazidas do trabalho realizado anteriormente no Canadá. A esposa, Rita-Claire, destacou-se na atuação junto à Sociedade de Senhoras¹⁹ da Igreja (Ata n. 4, 1965, p. 1). Em um relato localizado, o reverendo descreveu que era “[...] um privilégio servir o povo da Paróquia e apresentar o meu relatório”, pois “[...] Devo uma grande dívida aos guias leigos e superintendentes” (Ata n. 3, 1964, p. 256-257).

A estas informações, após mais de dez anos da inauguração dos espaços religioso e educacional (Igreja e Escola), o Jornal Expositor Cristão (1966, Ed. n. 13, p. 3) fez menção ao sonho dos metodistas de construir uma nova Igreja em Dourados. A publicação destacou que “A Comissão de Construção está vibrando de entusiasmo e espera poder apresentar oficialmente, a planta da grande igreja que os metodistas esperam construir nesta cidade”, sob a liderança do Reverendo Themóteo Campos dos Santos, sendo o terceiro pastor da comunidade local. Ele foi transferido do Município de Lucélia-SP para pastorear a Igreja em Dourados em 5 de fevereiro de 1966. Permaneceu no Sul de Mato Grosso até 25 de fevereiro de 1971, quando ocorreu sua transferência para Presidente Prudente-SP, conforme registrado na Ata n. 8 (1966, p. 8).

Ainda a despeito da matéria, além de atuar como líder visionário no projeto de construção de um novo Templo, “o religioso era apoiador da Escola Metodista, junto à esposa, a professora leiga Edna de Oliveira dos Santos, que também lecionava ali” (Santos, Entrevista, 2023). Sobre a Comissão de Construção da Igreja Metodista no Município de Dourados, indicou:

¹⁹ A Sociedade de Senhoras/e ou Mulheres foi criada em 1957, permanecendo com esta nomenclatura até o ano de 2024, quando passou a ser denominada: Rede de Mulheres da IMCD.

“[...] Por convocação e nomeação pastoral reuniu-se às 14 horas numa das salas da Escola Metodista no dia 3 de abril de 1966. Com a presença dos seguintes membros: José Antonio Bezerra, Dr. João de Souza Junior, Joaquim A. Amaral, Sebastião Gutieres, Luiz Araujo Costa, Waldemar Lopes, Osvaldo Lopes e o Pastor Rev. Themóteo Campos dos Santos” [...] Tratou-se de estudar uma planta (Ata n. 5, 1969, p. 1).

É possível observar que as salas de aula da escola protestante também eram utilizadas quando havia necessidade, por parte da Igreja, para esse fim. O jornal O Progresso (1966, Ed. n. 754, p. 1) também destacou a construção do novo templo, por meio da matéria intitulada “Lançamento da Pedra Fundamental do Templo Metodista”, relatando:

Com a presença do Revmo. Bispo Osvaldo Dias da Silva, dar-se-á amanhã (26/06/1966), o lançamento da pedra fundamental do novo templo Metodista, na Rua Paraná, 2014. A solenidade, que deverá ter início às 11 horas, será o marco de mais avanço da obra de John Wesley em nosso Estado.

Na notícia publicada, percebe-se que o trabalho missionário da Igreja Metodista se fortaleceu ao longo dos anos. Em pouco mais de uma década de existência no Município de Dourados, com o crescimento da membresia, a comunidade logrou êxito a ponto de identificar a necessidade de concretizar um espaço maior, por meio da construção de um novo Templo.

A vinda do Revmo. Bispo Osvaldo Dias da Silva ao Estado de Mato Grosso sinalizava a importância do ato e representava, para a comunidade, a concretização de um sonho coletivo de muitos anos, uma vez que o espaço religioso já não comportava os membros que congregavam ali. A presença do referido Bispo no “Lançamento da Pedra Fundamental” simbolizava o marco de uma nova etapa da vida da comunidade de fé, com a construção do novo Templo; por essa razão, o momento foi celebrado com entusiasmo pelos presentes. Ademais, a visita do líder maior da Igreja Metodista no Brasil foi, possivelmente, alvo de comentários na sociedade em geral e poderia atrair novos fiéis à congregação.

Ainda sobre as transformações prediais pelas quais a Instituição religiosa passou, especialmente com a nova construção do Templo na década de 1970, observamos a Figura 8, já com o novo espaço da Igreja Metodista no Município de Dourados. Do “Lançamento da Pedra Fundamental” até a inauguração oficial, transcorreram seis anos para a conclusão da obra e “a realização do sonho da expansão missionária”.

O novo Templo da Igreja Metodista teve sua arquitetura transformada. A nova estrutura foi construída em alvenaria, com fachada em destaque para cinco caimentos e

cobertura de telha Eternit. O espaço religioso comportava, no mínimo, duzentas pessoas assentadas, conforme podemos observar na Figura 9.

Figura 9 – Igreja Metodista em Dourados em 1972



Fonte: Acervo digitalizado nos arquivos da IMCD (Ata n. 7, 1972, p. 15) pela autora.

O registro iconográfico refere-se à cerimônia de inauguração do novo prédio da Igreja Metodista em Dourados, realizada em 1972, durante o ministério do quinto pastor em exercício, o Reverendo Scilla Franco. O evento contou com a presença do primeiro pastor metodista no Município, o Reverendo Francisco Brianezi, conforme registrado na Ata n. 7 (1972, p. 15), que, à época, pastoreava a Igreja Metodista em Votuporanga-PR. Também se faziam presentes outros membros da comunidade protestante mato-grossense, o que evidencia a relevância regional da solenidade.

Na fotografia oficial, observa-se um número expressivo de crianças, acompanhado por muitos adultos, compondo uma cena que evidencia intensa participação comunitária e intergeracional. Tal representação aproxima-se daquela analisada na Figura 8, produzida dezesseis anos após os festejos do primeiro aniversário da instituição, o que sugere a existência de permanências simbólicas na forma de organizar e registrar visualmente os eventos comemorativos. Essas continuidades indicam não apenas a recorrência de determinadas práticas protocolares, mas também a consolidação de uma memória coletiva estreitamente vinculada à cultura escolar e à tradição religiosa que orientava a instituição.

Dentre o grupo, destaca-se, na ponta esquerda, o Rev. Francisco, trajando calça e paletó escuros, sapatos pretos e camisa branca, tendo na mão direita uma Bíblia, símbolo de sua atuação ministerial. Ao seu lado, encontra-se o senhor Luiz Araújo Costa, homem de baixa estatura, reconhecido como um dos primeiros membros da Igreja e colaborador assíduo dos pastores locais nas atividades de evangelização. Na sequência, observa-se a diretora da Escola Metodista, Maria Benedita dos Santos Cardoso, posicionada ao lado de seu pai, o senhor Júlio Pereira dos Santos. Na ponta direita da imagem, aparece o Rev. Scilla Franco, com uma guitarra nas mãos. Esse pastor foi responsável pelo retorno dos trabalhos metodistas junto aos povos indígenas, conforme registro de Brianezi (Entrevista, 2023).

O novo prédio da Igreja Metodista passou a contar, além da infraestrutura do templo destinada à realização dos cultos, com salas internas para as atividades da Escola Bíblica Dominical e com um Gabinete Pastoral voltado aos atendimentos. Esta configuração espacial evidencia a articulação entre práticas religiosas, educativas e administrativas no interior da instituição. Ademais, conforme Vidal e Abdala (2005, p. 186), ressalta-se a importância da “[...] representação da fotografia como um documento”, capaz de capturar instantes e preservar acontecimentos, constituindo-se como fonte relevante para a análise histórica e para a compreensão das representações construídas no contexto da cultura escolar e religiosa.

Diante dos apontamentos apresentados nesta subseção, foi possível entender que a instalação da Igreja Metodista esteve diretamente vinculada à vinda do casal de missionários, o reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea Batista Brianezi, para o Sul de Mato Grosso. Tal iniciativa não se limitou à propagação do Evangelho, mas articulou-se também à criação da Escola Metodista, concebida como estratégia de difusão de princípios e valores protestantes por meio do ensino formal. Esses aspectos serão aprofundados a seguir.

2.5 A instalação da Escola Metodista em Dourados: ensino, assistencialismo e religiosidade

Para além do trabalho missionário voltado à implantação das igrejas no Sul de Mato Grosso, outra importante frente de atuação do metodismo na região foi à criação das chamadas “escolas paroquiais”, organizadas de modo adjunto às congregações locais. Conforme Mesquida (1994, p. 138-139), os metodistas lançaram mão de três modelos distintos de “intervenção pedagógica” para a difusão da educação no Brasil: as escolas paroquiais; as escolas dominicais; e os colégios.

As escolas paroquiais destinavam-se, sobretudo, aos grupos médios e às camadas periféricas da sociedade, funcionando como estratégia de ampliação do acesso à instrução elementar articulada à formação moral cristã. As escolas dominicais concentravam-se na instrução religiosa desenvolvida no interior das igrejas, com ênfase na leitura bíblica e na formação doutrinária. Já os colégios metodistas voltavam-se à formação das elites, oferecendo ensino mais estruturado e abrangente, o que lhes conferia prestígio social e influência cultural.

Nesse sentido, percebe-se que a ação educacional metodista não se restringiu ao campo estritamente religioso, mas configurou-se como um projeto pedagógico mais amplo, estruturado de forma estratégica para alcançar diferentes segmentos sociais, articulando evangelização, escolarização e formação moral no contexto regional.

A instalação da Escola Metodista ocorreu nos moldes observados em outras localidades, conforme Mendonça (2007, p. 145): “[...] A introdução da educação protestante na sociedade brasileira deu-se concomitantemente à pregação dos primeiros missionários: com a organização das primeiras igrejas já se implantaram também as escolas paroquiais”. Gradativamente, essas instituições ganharam espaço como expressão do “ponto de vista da estratégia missionária”, ao inserir escolas adjuntas às igrejas na expansão dos preceitos religiosos por meio da educação confessional em diversos municípios e estados brasileiros.

No Sul de Mato Grosso, de acordo com Mesquida (1994), o modelo adotado foi o de escolas paroquiais. Nascimento (2005, p. 193) explica que “as escolas paroquiais implicavam custos menores”, pois “[...] uma única professora polivalente era encarregada de ministrar todas as matérias correspondentes a cada ano do curso”. Nesse sentido, a instalação da Igreja em Dourados constituiu o ponto de partida para a abertura da Escola Metodista. O Reverendo Francisco, juntamente com a professora Áurea, foi responsável pela criação desses espaços educacionais nos Municípios de Dourados e Ponta Porã.

Ora, os princípios e valores fundamentais instituídos por John Wesley estabeleciam que as escolas e as igrejas funcionassem em consonância, isto é, promovendo o letramento básico para a alfabetização de crianças e adultos, uma vez que esses espaços também funcionavam no período noturno, sem perder de vista o viés primordial, voltado à pregação da palavra de Deus (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016). Ademais, conforme assinala César (2003), a educação escolar, para os missionários metodistas, integra a missão da Igreja.

Foi justamente dessa maneira que ocorreu a instalação da Igreja Metodista em Dourados, cuja abertura esteve diretamente articulada às estratégias missionárias adotadas pelos metodistas para consolidar sua presença na região. Conforme Oliveira (2004, p. 19), “a educação como estratégia missionária esteve sempre presente na ação evangelizadora dos

primeiros missionários metodistas que vieram ao Brasil”, de modo que “[...] ao mesmo tempo em que os missionários abriam igrejas, abriam também escolas”, materializando, assim, a representação do ideário que articulava fé e ensino.

Nesse sentido, a criação da Igreja e da Escola confessional não pode ser compreendida como iniciativas dissociadas, mas como parte de um mesmo projeto de expansão religiosa e formação moral, no qual a educação assumia papel central na difusão dos princípios do metodismo e na constituição de uma identidade confessional entre as famílias atendidas.

Nascimento esclarece (2005, p. 29 apud Hilsdorf, 1977, p. 45) que o modelo de educação estabelecido no Brasil pela influência norte-americana “[...] tinham evidentes fins de proselitismo, funcionando como agências catequéticas: a manutenção de estabelecimentos de ensino acadêmico representava na realidade, uma das técnicas de evangelização mais largamente empregadas pela Igreja”. Assim, a abertura da Escola Metodista esteve relacionada à instalação da Igreja Metodista, por meio da ação missionária ocorrida na região.

A Escola Metodista foi instalada pelo trabalho dos missionários Francisco Brianezi e Áurea Batista Brianezi. Antes de lecionar e dirigir a Escola Metodista, a professora Áurea adquiriu experiência no trabalho missionário desenvolvido na Missão Caiuá uma vez que,

[...] O primeiro trabalho social a ser criado pela Missão Caiuá, foi o Orfanato, que funcionou durante muito tempo. Ele foi criado pela missionária Loyde e a professora Áurea Batista, que acolhiam, num pavilhão, as crianças órfãs deixadas pelos pais indígenas, que morriam devido a uma epidemia de febre amarela, que deu na época. Essas missionárias davam a esses indiozinhos o máximo de conforto, ordem e carinho de que podiam dispor naquele tempo (Capilé Júnior; Capilé; Souza, 1995, p. 110).

Áurea Batista Brianezi, além de trabalhar na Missão Caiuá, lecionou e dirigiu a Escola Presbiteriana Erasmo Braga. A referida instituição foi fundada em 6 de abril de 1939, em Dourados, por missionários da Missão Leste do Brasil, que, inicialmente, estiveram trabalhando na Missão Evangélica Caiuá, na Reserva Indígena de Dourados. No período de sua fundação “Havia no Município de Dourados apenas salas de aulas, onde alguns professores lecionavam em suas próprias casas, no entanto, não eram considerados como escolas”. No quadro de docentes dessa escola, a professora Áurea Batista foi a primeira professora contratada para lecionar aos alunos matriculados da primeira turma.

No mesmo ano, em que a Escola Metodista era instalada em Dourados, como instituição educativa confessional protestante desse Município, a Escola Franciscana Imaculada Conceição (EIC) era fundada pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade

Cristã, em 1º de março de 1955, proveniente de um compromisso firmado entre Dom Orlando Chaves e Madre Antoninha, em julho de 1954, para que essas religiosas viessem trabalhar com a catequese, posto de puericultura e escola primária. Essa escola inicialmente funcionou no Patronato de Menores, “que começou a funcionar somente em 1950 e posteriormente tornou-se Educandário Santo Antônio em 1966” (Monteiro, 2021, p. 26).

As escolas instaladas no Município de Dourados, a Escola Metodista, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga e a Escola Franciscana Imaculada Conceição, validam, ao menos em parte, seus propósitos de criação a partir de uma premissa fortemente vinculada aos preceitos religiosos. Tais instituições emergiram no contexto de expansão das denominações cristãs na região, fossem elas de tradição protestante, como o metodismo e o presbiterianismo, ou de matriz católica.

No caso da Escola Metodista, vinculada à Igreja Metodista, e da tradição presbiteriana, ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil, a implantação de escolas paroquiais integrava o projeto missionário de difusão da fé por meio da instrução formal. Já a Escola Franciscana Imaculada Conceição, associada à presença católica na região, dialoga com a atuação educativa historicamente promovida pela Igreja Católica, especialmente por congregações religiosas dedicadas ao ensino.

Ainda que cada instituição possuísse especificidades administrativas e pedagógicas, todas compartilhavam o entendimento de que a escola constituía espaço estratégico de formação moral, intelectual e espiritual, articulando educação e religiosidade como dimensões indissociáveis no processo de consolidação das comunidades cristãs em Dourados.

É importante destacar que os primeiros missionários metodistas enviados ao Sul de Mato Grosso trabalharam durante vários anos na MEC, e haviam adquirido experiências tanto no campo da evangelização, como na educação durante o tempo que trabalharam com os indígenas e, também tinham conhecimento acerca do trabalho que foram incumbidos para realizar na região, o de escolarizar e evangelizar.

A Escola Metodista foi aberta com o propósito de oferecer atendimento educacional a crianças em idade escolar, entre sete e dez anos, no Curso Primário, com o objetivo de atender principalmente aos filhos das elites douradenses, haja vista tratar-se de uma escola confessional protestante, de caráter particular. Segundo consta no documento de Informes Gerais (SED, 1975, Pasta n. 1, p. 5), “[...] o prédio utilizado pelo estabelecimento em referência é de propriedade da Igreja Metodista de Dourados, estando em convênio com o Estado desde o ano de 1971”, permanecendo assim até 1977, quando a instituição encerrou suas atividades escolares.

Embora tenha surgido com a finalidade de atender aos alunos das elites, a Escola Metodista também “inseriu os alunos carentes da comunidade” que não possuíam condições financeiras para o pagamento da mensalidade, conforme relato de Brianezi (Entrevista, 2023). Muitos desses estudantes pertenciam a famílias que migraram para Dourados em busca de melhores condições de vida e trabalho, no contexto do processo de colonização desencadeado pela Marcha para o Oeste, que resultou na implantação da CAND. Tal relato reforça o ideário da ação missionária que, ao mesmo tempo em que dependia do respaldo financeiro proveniente das mensalidades para a manutenção da missão, demonstrava interesse em atender às camadas mais pobres, buscando, assim, concretizar o legado atribuído a John Wesley, segundo o qual as crianças deveriam receber atendimento educacional e religioso.

Essa circunstância acaba por revelar que, “[...] na vida das sociedades, as instituições e os profissionais que nela atuam, são parte integrante da tomada de decisões e das reflexões sobre o presente ou o futuro, como fator de identidade” (Magalhães, 2004, p. 98), uma vez que foi a realidade social de Dourados, no período, que fez com que a Escola Metodista se abrisse também para atender os alunos das classes sociais menos favorecidas e acabasse imprimindo nessa instituição um caráter pautado no assistencialismo, ou seja, de uma instituição educativa que buscava atender para além das elites locais em seu quadro de alunos.

Segundo Kuhlmann Júnior (1991), no início do século XX, determinadas instituições escolares passaram a incorporar segmentos da população discente sob uma perspectiva assistencialista, em que a escolarização se articula às práticas de amparo social, moralização e disciplinamento, mais do que a um projeto efetivo de democratização do ensino.

Conforme noticiado no Jornal *O Progresso* (1964, p. 6), Dourados possuía, na área urbana, no ano de 1964, “[...] 2 Grupos Escolares, 3 Escolas Reunidas e 10 Escolas Rural Mista”. Enquanto isso, “[...] no interior, 6 Escolas Reunidas e 44 Escolas Rural Mista, perfazendo assim um total de 65 estabelecimentos de ensino”. Mesmo com esse contingente de instituições, muitas crianças não tinham acesso ao ensino convencional, em razão da distância ou das condições sociais.

A inserção de crianças carentes na Escola Metodista foi validada pelo Reverendo Thomas Charles Edmonds, segundo religioso designado para pastorear a Igreja Metodista em Dourados. A esse respeito em Ata, o referido líder registrou que a “Nossa escola paroquial é humilde, mas boa e esperamos no ano que vem, com novas facilidades nós podemos matricular setenta e cinco alunos, servindo especialmente as crianças das famílias pobres” (Ata n. 3, 1964, p. 259). Sem dúvida, esses posicionamentos por parte do corpo de profissionais da Escola Metodista quanto do Reverendo da Igreja estão relacionados aos

princípios religiosos, que os primeiros missionários tinham sobre a educação escolar para poder alcançar todas as crianças, especialmente as que não tinham condições financeiras.

Para maiores esclarecimentos sobre a criação das escolas paroquiais protestantes no Sul de Mato Grosso, destaco a publicação da matéria no *Jornal Expositor Cristão* (1978, Ed. n. 15, p. 5), abordando a fundação de um destes espaços educacionais na região do Varjão, localizado na zona rural, próximo à CAND. Segundo informações desse periódico, o evento contou “Com a presença do prefeito de Dourados, Dr. José Elias e da secretária de Educação e Cultura do município, Dra. Lori Alice Gressler foi inaugurada no bairro do Varjão, a Escola Metodista do Varjão”.

A implantação da Escola teve grande impacto na alfabetização das crianças da zona rural, sobretudo em um contexto marcado pela ausência de instituições públicas de ensino e pelas dificuldades de acesso geográfico. Ao oferecer aulas regulares em um espaço vinculado à Igreja Metodista, a iniciativa ampliou as oportunidades educacionais, bem como fortaleceu os vínculos comunitários, articulando educação formal e formação religiosa.

Para muitas famílias que viviam em sítios e fazendas distantes do perímetro urbano, a Escola Metodista do Varjão representou a primeira possibilidade concreta de inserção das crianças no universo da leitura e da escrita. A alfabetização, nesse sentido, ultrapassava a dimensão técnica do aprender a ler e escrever, configurando-se como instrumento de mobilidade social, participação comunitária e acesso a novos horizontes culturais. Além disso, a presença da Instituição no espaço rural contribuiu para consolidá-la como referência local, tornando-se ponto de encontro, sociabilidade e construção de identidades.

O destaque para o noticiário aborda também que a instituição fora “Construída no ano de 1959 pelo pastor Francisco Brianezi, considerado como o ‘pioneiro do Metodismo em Dourados’”. A Escola recebeu, naquela ocasião, 900 m² como doação do seu proprietário, José Bezerra. Acerca da instalação da Escola do Varjão, é possível observar a influência ministerial e política do casal de missionários na abertura de novas escolas no Município de Dourados, ao manter proximidade na época com pessoas ilustres no Município, como o prefeito Dr. José Elias e da secretária de educação Dra. Lori Alice Gressler.

Sobre a estrutura da Escola no Varjão, ela era muito simples. “Um pequeno barraco de madeira, coberto de sapé e taboinhas, que acomodou durante quatro anos as crianças daquele bairro populoso, sendo sua primeira professora, Nair Batista de Carvalho, irmã da esposa do Rev. Brianezi, Áurea Brianezi” (*Jornal Expositor Cristão*, 1978, Ed. n. 15, p. 5). Podemos pontuar que mesmo em arquitetura simplista, a instituição promoveu o ensino às crianças do Varjão, que possivelmente não tinham condições de frequentar outros estabelecimentos

escolares. A este lugar instituído para o ensino poder mencionar os dizeres de Certeau (1998) que define estes lugares como um espaço construído que detém doses de simbologia.

Ainda, segundo consta na matéria do Jornal Expositor Cristão (1978, Ed. n. 15, p. 5) na época, “Aproximadamente 78 crianças em dois períodos estudaram naquela escola”. Após a transferência no ano de 1964 do Reverendo Francisco Brianezi para o Município de Campo Grande, o Reverendo Thomas, ficou responsável pela Escola, e “naquele ano derrubou o barracão e levantou a escola de madeira, que serviu às crianças até a construção do recém-inaugurado prédio”, no intuito de oferecer melhores condições na estrutura física para acolher os alunos e as professoras.

Em nota, O Jornal O Progresso (1973, Ed. n. 1473, p. 7) comunicou que “A par da recuperação e pintura da Escola Metodista do Varjão e distribuição de material escolar e produtos de higiene pessoal nas escolas de Douradina, pela equipe do Cap. Ivan Castro de Souza”. É provável perceber o quanto essa ação era essencial, tanto para melhorar a estrutura física e a aparência da Instituição, mas também contribuir significativamente com o aprendizado e hábitos higienistas dos alunos ao ser enviado os materiais pedagógicos e os higiênicos, em que “deve-se dar destaque ao trabalho que vem sendo realizado pela equipe médico-odontológica sob o comando do Capitão dentista Hélio Pereira Lopes e Capitão médico Astúrio Marques”.

Diante destes fatos, foi oportuno observar ainda a importância do trabalho realizado pelos médicos e dentistas para cuidar dos alunos da referida Escola. Silva (2015, p. 133), explicita em sua Dissertação que a “Escola Rural Mista do Varjão (antiga Escola Metodista do Varjão)” funcionou “entre os anos de 1956 a 1973” por um tempo de dezessete anos, contribuindo na educação escolar das crianças na área rural do Município de Dourados.

Segundo consta na Ata n. 1 (1963, p. 48) a Igreja Metodista teve “[...] a despesa para construção da Escola Paroquial do Varjão Cr\$ 20.000,00; (vinte mil cruzeiros) que foi construído no mês de março de 1963” e que “[...] A Escola Paroquial está fazendo, digo, funcionando com sessenta e cinco alunos com a professora Dona Nair Batista” (Ata n. 3, 1964, p. 258, sic). Desde modo, por meio da coleta de dados nas Atas da IMCD, localizei informações acerca do processo educacional protestante na região do Varjão, iniciado na década de 1956, pelos missionários metodistas, o Reverendo Francisco e a professora Áurea.

Quanto ao quantitativo de alunos matriculados na Escola Metodista do Varjão, não consegui aferi-lo com exatidão. No entanto, localizei no CDR (Matrícula Geral Escolar, CDR, 1969, p. 23) documentos referentes à lotação de uma professora, bem como um relatório manuscrito contendo alguns dados dos estudantes naquele ano.

A Escola Metodista do Varjão atendeu crianças residentes nas proximidades da CAND e teve como docente a professora Paula dos Santos Gueiros²⁰, responsável pela elaboração de relatórios mensais com base na Matrícula Geral Escolar, contendo descrições referentes ao quantitativo de alunos matriculados, organizados por gênero, média de frequência, entre outros dados. Essas informações evidenciam a organização da docente e atendiam, também, aos requisitos exigidos para o funcionamento institucional e para o recebimento de honorários (Matrícula Geral Escolar, CDR, 1969, p. 23).

Sobre essa Escola, durante o Concílio local da Igreja Metodista em Dourados, reuniu-se uma Assembleia para tratar da venda de um terreno pertencente à comunidade, no qual estava inserida a “Escola Mista Metodista do Varjão localizada neste município distrito de S. Pedro, zona rural do Sapé, isto porque a Prefeitura Municipal demonstrou interesse na construção de alvenaria da referida Escola” (Ata n. 6, 1977, p. 6).

As instalações tornaram-se precárias para o desenvolvimento das atividades escolares. Para viabilizar a construção, a “Prefeitura necessitaria da Escritura definitiva do terreno ou então ela, a prefeitura, partiria para a aquisição de terreno nas proximidades e o terreno pertencente à Igreja perderia mais da metade do seu valor” (Ata n. 6, 1977, p. 6). Posto o assunto em discussão pelo presidente da mesa, então pastor titular, “todos foram favorável à venda” e, desse modo, a Escola Metodista do Varjão, fundada pelo pastor Francisco Brianezi e posteriormente reformada pelo pastor canadense Thomas Charles Edmonds, foi extinta.

Ainda sobre a abertura das escolas paroquiais no Sul de Mato Grosso, averigui informações, conforme a Ata n. 2 (1961, p. 8), de que a “Escola de Ponta Porã com 40 (quarenta) alunos matriculados orientados pela D. Elda Emerique, com a professora paga a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais, pela S.M.S. de Londrina-Paraná”.

Diante desse registro, percebe-se que o Reverendo Francisco e a professora Áurea, quando residiam no Estado do Paraná, mantiveram relacionamento estreito com comunidades paranaenses, a ponto de obter apoio financeiro para o pagamento do salário da docente que atuava na instituição localizada na divisa com o Paraguai.

Sobre as questões relativas à instalação desse espaço escolar na fronteira:

Com a oferta missionária da 5ª (quinta) Região do Concílio realizado em Lins em janeiro de 1962 (um mil novecentos e sessenta e dois), construímos o salão da escola que funciona a Escola Paroquial com a professora sendo paga uma pelo estado e a outra pela prefeitura. O prédio ficou pronto em Cr\$

²⁰ Segundo relato de Brianezi (Entrevista, 2023) a professora Paula dos Santos Gueiros era parenta de Maurílio Gueiros e Alzira Colucci Gueiros, fundadores da Congregação Metodista do Laranja Lima. A família Gueiros oriunda do Estado do Pernambuco chegou ao Sul de Mato Grosso (1954) por meio do movimento da CAND.

48.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Escola Paroquial de Ponta Porã funciona 2 (duas) classes, sendo dirigida pelo Missionário Leigo Gerson de Oliveira e sua esposa, conseguindo nomeação pelo Estado todos dois (Ata n. 2, 1962, p. 79).

Poucos dados puderam ser acessados sobre o tempo de atendimento e o período de funcionamento da Escola Paroquial de Ponta Porã. Segundo consta na Ata n. 2 (1962), no que se refere à construção da Instituição, esta ocorreu a partir da “oferta missionária”, subsidiada pela 5ª Região Eclesiástica, para que a execução da obra fosse concluída.

A Escola funcionou com duas professoras, remuneradas pelo poder público estadual e municipal. Para Soares (2014, p. 55), “[...] a educação era defendida por uma parcela significativa da população”, constituindo-se como porta de entrada para o acesso ao ensino.

Retomando a criação e a fundação da Escola Metodista em Dourados, cabe mencionar matéria publicada no Jornal Expositor Cristão (1966, Ed. n. 13, p. 3, sic), com destaque para os seguintes dizeres:

A igreja possui uma Escola Paroquial que, a despeito das grandes lutas e dificuldades em manter o corpo docente, é considerada a melhor escola primária da cidade. Tem 70 alunos divididos em quatro anos primários, com cinco professoras. Não existem mais alunos devido à exiguidade do espaço e falta de outras professoras. Não existem mais alunos devido à exiguidade do espaço e falta de outras professoras capacitadas. A igreja necessita de uma diaconisa que venha tomar conta da escola. O pastor local, Rev. Themóteo Campos dos Santos, tem sido incansável. Seu espírito evangelístico é contagiante.

O apelo do referido Reverendo mostrava-se legítimo, pois, além de atuar na Igreja, visitava regularmente as congregações vinculadas ao campo missionário e assumia também as demandas específicas da Escola, em virtude da ausência de uma diretora responsável pela condução administrativa e pedagógica da instituição confessional protestante.

Para Amaral (2005, p. 65), o crescimento do protestantismo no Município de Dourados, nesse período, foi validado “[...] principalmente devido ao trabalho anterior bastante consistente dos protestantes, com a criação da Missão Evangélica Caiuá, da Escola Erasmo Braga e de diversas escolas e templos que se espalharam pela região”, pois os missionários Francisco e Áurea mobilizaram experiências e estratégias adquiridas durante a atuação na Missão, com vistas ao êxito na criação dos dois espaços: religioso e educacional. Assim, o intuito de salvar almas e consolidar a educação ganhou corpo após a inauguração da Igreja e da Escola Metodista.

Ainda de acordo com Amaral (2005, p. 77), a década de 1950 foi marcada, em Dourados, pela instalação da ação franciscana para “frear” o crescimento do protestantismo no Município, pois “[...] com relação à concorrência religiosa havia: 9 igrejas protestantes”, incluindo a Metodista, o que representava uma “ameaça” ao catolicismo, que perdia espaço na conquista de fiéis e alunos em suas escolas. Esse processo resultou, no mesmo ano da inauguração da Igreja e da Escola Metodista, na instalação da Escola Imaculada Conceição no Município de Dourados.

Quando os protestantes norte-americanos chegaram ao Brasil, com apoio de políticos liberais, implantaram sua fé e promoveram a abertura de escolas e igrejas, produzindo aproximações entre religião e poder público. A esse respeito, “Em muitos aspectos os metodistas se identificaram com os liberais como na finalidade da educação, na concepção de homem, no papel do Estado e tantos outros” (Boaventura, 2005, p. 9), a partir de articulações no campo religioso e estatal.

Missionários metodistas, motivados por fatores políticos, sociais e econômicos favoráveis, investiram na educação no Brasil. Valentin (2008, p. 9) destaca que “[...] encontraram espaço aberto frente à expectativa de expansão nacional, bem como pela desobrigação do Estado com a educação. A presença efetiva dos missionários metodistas no Brasil, a partir de 1871, marcaria o projeto missionário: o binômio Educar e Evangelizar”. Essa realidade favoreceu as escolas metodistas, alinhadas a ideias progressistas e liberais.

Embora, numericamente, o protestantismo tenha iniciado de forma mais contida entre as décadas de 1940 e 1950 em algumas regiões brasileiras, em Mato Grosso esse contingente começou a crescer com a presença de missionários metodistas, batistas e presbiterianos, entre outros. Esse cenário levou grupos católicos a buscar estratégias para enfraquecer o avanço das igrejas protestantes e de suas escolas, percebidas como mais estruturadas e mais autônomas em relação às políticas governamentais.

Tais preocupações eram percebidas “[...] pelo fato de existirem alunos católicos do Mato Grosso a estudarem em colégios protestantes em São Paulo” (Amaral, 2005, p. 72). Lideranças católicas mantinham-se atentas, pois, tanto no Município de Dourados quanto em outras cidades, as escolas confessionais protestantes acolhiam estudantes em suas instituições e, em seguida, os doutrinavam em outra forma de crença religiosa.

Campos (Entrevista, 2023) destacou que, embora fosse oriundo de uma família tradicional católica, realizou seus estudos do Jardim de Infância à 4ª série na Escola Metodista, afirmando ter sido sempre bem acolhido na Instituição. Tal informação permite

compreender que a Escola não restringia seu quadro discente aos membros da própria comunidade de fé, mas também recebia crianças de outras confissões religiosas.

Nesse contexto, evidencia-se que a Instituição Metodista matriculava inclusive estudantes católicos pertencentes a estratos sociais elitizados, como no caso do ex-aluno, filho de comerciantes reconhecidos na região pela venda de calçados e artefatos de couro. Esse dado revela que a Escola Metodista, para além de seu caráter religioso, consolidava-se como espaço educativo de prestígio social, atraindo famílias que, independentemente da filiação confessional, buscavam uma formação escolar considerada de qualidade.

Segundo Schroeder (1982, p. 3), a elite brasileira “[...] Viam nas Escolas Metodistas uma proposta que integrava inovações pedagógicas a princípios de altruísmo que procuravam dar aos jovens uma educação dentro do modelo liberal aceito e pretendido”, ao passo que as escolas católicas mantinham o ensino conservador e tradicional. No entanto, as instituições protestantes, sobretudo as vinculadas ao metodismo, buscavam implementar em sua cultura escolar práticas pedagógicas consideradas inovadoras para a época, pautadas na valorização do ensino individual e coletivo, na disciplina moral e na formação integral dos estudantes.

Segundo Monteiro (2021, p. 194-195), os missionários franciscanos demonstravam preocupação com o avanço do protestantismo, cujas estruturas missionárias eram completas, incluindo escolas, hospitais e orfanatos, tanto nas aldeias quanto na cidade. Para eles, “[...] era uma tortura ver os filhos de chacareiros e fazendeiros católicos, ou seja, os filhos das elites, nas fileiras da escola protestante”. Essas relações conflituosas tornaram-se perceptíveis nas lutas e disputas por espaços escolares no Sul de Mato Grosso, especialmente em Dourados, onde diferentes projetos educacionais (públicos, confessionais e comunitários) tencionavam-se na definição de territórios, práticas pedagógicas e legitimação religiosa.

De maneira estratégica, o casal de missionários o Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea, constituíram-se como figura central no processo de consolidação do metodismo e na implantação das escolas confessionais em Dourados, no Varjão e em Ponta Porã. Tal protagonismo esteve relacionado à experiência adquirida no trabalho desenvolvido junto à Missão Evangélica Caiuá, cuja atuação lhes conferiu respaldo organizacional pedagógico e religioso para a expansão do projeto educacional-metodista na região.

A história do metodismo, sob a influência de seu precursor, o Reverendo John Benjamin Wesley, constituiu marco central para o envio dos primeiros missionários norte-americanos para o Brasil e, posteriormente, ao Sul de Mato Grosso. Tal movimento esteve embasado no ideário que articulava fé e ensino como premissas indissociáveis da expansão missionária, orientando a estratégia de estabelecer, de modo concomitante, igrejas e escolas.

O campo de disputa entre as igrejas e as escolas confessionais protestantes e católicas integrou as representações, como proposto por Chartier (1990), mobilizadas para legitimar sua influência no município de Dourados, espaço geográfico que se encontrava em amplo processo de desenvolvimento, impulsionado, em grande medida, pela implantação da CAND.

Na década de 1950, as escolas confessionais protestantes metodistas pautavam seu ensino não apenas nos princípios religiosos, mas também em práticas assistenciais. Quando o aluno não podia arcar com a mensalidade, havia a possibilidade de frequência gratuita na Escola Metodista, garantindo acesso à educação para crianças que, de outra forma, não teriam condições de participar do espaço escolar.

Na próxima Seção, serão abordadas as questões relativas às instalações da instituição confessional protestante e a participação dos sujeitos envolvidos no contexto escolar, incluindo alunos, professoras e a diretora.

3 OS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS E SEUS SUJEITOS: O MODO DE SER DA INSTITUIÇÃO

*A memória é, sim, um trabalho
sobre tempo, mas sobre o
tempo vivido, conotado
pela cultura e pelo indivíduo
(Bosi, 2003, p.53).*

Nesta Seção, o objetivo foi caracterizar o perfil dos sujeitos que fizeram parte da Escola Metodista, como: ex-professoras, ex-alunos e a ex-diretora, por meio das Entrevistas que foram elaboradas a partir das memórias que eles expuseram sobre o período ali vivificado. Ademais, aponto também como era a estrutura arquitetônica, o mobiliário, quantitativos de alunos matriculados, dentre outros elementos, para compreender como as representações nesse espaço confessional protestante influenciaram a escolarização dos estudantes e no fazer pedagógico docente.

Por vezes, as organizações educacionais podem ser marcadas por tensões e estratégias para legitimar as relações de poder “[...] pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado” (Certeau, 2014, p. 41), e expressam o seu modo de pertencimento nesse lugar. Nos dizeres do autor, não há espaços que sejam totalmente neutros, mas representados pela maneira como os sujeitos criam modos para expor as suas ideias e convicções.

A epígrafe de Bosi (2003), que abre esta Seção, tratando da memória, tem relação com o que será abordado em torno das instalações físicas e dos sujeitos que fizeram parte da instituição confessional protestante, pois, como lembra Magalhães (2004, p. 155), a “[...] memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico”. Assim, entende-se que o tecer de uma escola é moldada por suas memórias, formando sua identidade cultural, que influencia seu sistema educativo e modelo pedagógico, onde definem a institucionalização do ensino, variando modelos, programas e práticas.

Destaco que o estudo desses elementos (arquitetura e sujeitos) foi fundamental para compreender como o ensino mobilizado na Instituição inseriu na cultura escolar, práticas pedagógicas vinculadas à influência protestante, por meio da representação de princípios morais expressos na venda de artigos religiosos, nos momentos de oração antes do início das aulas, nas contações de histórias bíblicas, na musicalidade cristã e no caráter assistencialista, contribuindo, dessa forma, para o avanço educacional em Dourados.

Para a construção da escrita da Seção utilizei, além dos documentos provenientes dos acervos pesquisados e dos registros iconográficos, coletei as memórias dos depoentes por

meio de Entrevistas, cuja escolha pautou-se exclusivamente pela proximidade dos sujeitos localizados com a Instituição e não pelo quantitativo de pessoas que ali transitaram.

Para melhor aproximação do objetivo enunciado, esta Seção foi dividida em cinco subseções. Na primeira, abordo o ensino e a influência protestante na educação escolar. Na segunda, aponto para a estrutura arquitetônica e a forma como esses espaços escolares eram utilizados pelos sujeitos. Na terceira, descrevo a inserção do Mobral na Instituição. Na quarta, destaco o corpo docente, seu perfil, as práticas pedagógicas e suas vivências. Por fim, na quinta e última subseção, analiso o corpo discente, seu perfil socioeconômico e as relações mantidas com a Igreja Metodista.

3.1 O espaço escolar: as instalações e as intervenções protestantes

Magalhães (2004, p. 142) ressalta que, “Entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, revelam-se os espaços e a estrutura arquitetônica”, pois estes constituem elementos importantes para a compreensão da história das instituições escolares. Já Viñao Frago (1995), nessa mesma perspectiva, explicita a relevância dos espaços escolares, que podem ser compreendidos como modos de ser da instituição, que se expressam tanto nas representações construídas em seu interior quanto nas formas pelas quais os sujeitos se relacionam com as práticas ali vivenciadas.

Nesse sentido, posso afirmar que a configuração espacial da Escola Metodista no Município de Dourados é analisada como um importante elemento da cultura escolar. O espaço escolar da Instituição, para além de sua materialidade, também expressa, reflete e transmite determinados discursos e representações, particularmente pelos indícios entre a fé e o ensino disseminados nas atividades escolares.

A Escola Metodista começou a funcionar, inicialmente, em um pequeno Salão Social, nos fundos da Igreja Metodista, localizada na região central do Município de Dourados, em um local com bastante visibilidade e próximo a uma das principais avenidas, a Avenida Marcelino Pires. Parte dos recursos para a construção deste espaço foram provenientes de uma herança familiar que a professora Áurea recebeu do seu pai, Juvenal Batista do Nascimento, e resolveu construir a “escolinha”. Depois a comunidade metodista se organizou, e construiu-se a Igreja (Brianezi, Entrevista, 2023).

A missionária compreendia que, ao acompanhar o trabalho pastoral do marido, o Reverendo Francisco Brianezi, assumia também a responsabilidade de fundar uma escola paroquial como parte integrante da missão evangelizadora. Em Dourados, essa diretriz não foi

diferente. Assim, após mobilizar recursos financeiros junto à comunidade protestante local, a chamada “escolinha da professora Áurea” concretizou-se com a construção do Salão Social nos fundos da Igreja Metodista em Dourados, materializando o projeto educacional que articulava fé, ensino e ação missionária.

Para Brianezi (Entrevista, 2023), o marco central do metodismo no Sul de Mato Grosso esteve diretamente relacionado ao trabalho docente de sua mãe, a professora Áurea. Inicialmente, ela atuou na Escola da Missão, posteriormente tornou-se a primeira docente da Escola Presbiteriana Erasmo Braga e, finalmente, fundou a Escola Metodista de Dourados. Segundo o relato do ex-aluno, sua mãe sempre se destacou como uma figura visionária, sendo o verdadeiro “esteio” da família.

Áurea, segundo o ex-aluno, dedicava-se integralmente à instituição confessional, ministrando aulas nos períodos matutino e vespertino, e ainda lecionava à noite na Escola do professor Lins, o Ginásio Osvaldo Cruz, a fim de complementar a renda familiar. Brianezi (Entrevista, 2023), ressalta que o ministério pastoral de seu pai não teria alcançado a dimensão que alcançou sem o apoio constante e incondicional de sua mãe, especialmente em relação às finanças. Complementou que “falar da Igreja Metodista em Dourados, sem falar da Escola Metodista, não tem como, o início foi lá. E falar da escolinha sem falar da D. Áurea é impossível”, evidenciando a conexão intrínseca entre a instituição religiosa, a instituição educacional e a importância da docente no desenvolvimento inicial da instituição protestante.

Em carta²¹ localizada, a professora Áurea relatou que iniciou sua trajetória docente aos treze anos de idade e que, no período do referido registro, contava com oitenta e sete anos, permanecendo ainda em exercício. Em suas palavras: “não parei, dou aulas de reforço àqueles que não conseguem aprender”. Esse depoimento evidencia não apenas a longevidade de sua atuação profissional, mas também o compromisso ético e vocacional com o ensino, revelando uma concepção de docência marcada pela dedicação contínua e pelo cuidado com aqueles que apresentam maiores dificuldades no processo de aprendizagem.

A professora Áurea Batista Brianezi iniciou seu trabalho na Escola Metodista, com apenas oito alunos, em uma sala de aula multisseriada. Dentre esses alunos, pela idade aparente, estavam também seus dois filhos mais velhos, Derly Tadyr Batista Brianezi e Renô Batista Brianezi, bem como os filhos dos primeiros membros da Igreja e de alguns moradores

²¹ A carta foi escrita pela professora Áurea em 1º de fevereiro de 2000 (Peixoto de Azevedo-MT) e enviada à professora Roseanna Marie Coffey Torres, residente no Município de Campo Grande-MS, que iniciou estudos sobre as escolas paroquiais no Sul de Mato Grosso, na UNIMEP, os quais, contudo, não foram concluídos. Ela é filha do pastor norte-americano Marvyn Eugene Coffey (*in memoriam*) e da professora Dalva Adília Mozzer Coffey, fundadores da Escola O Pioneiro, em Culturama-MT, no ano de 1968.

residentes no Município de Dourados, no início do ano de 1955. A princípio para atender as crianças com faixa etária entre 7 e 8 anos para iniciar o processo de alfabetização e letramento básico (Brianezi, Entrevista, 2023).

Conforme registros da Ata n. 1 (1956, p. 2), em reunião, a Junta de Ecônomos deliberou pela construção de um “quartinho” destinado ao responsável pela zeladoria da Igreja Metodista, “deixando livre a sala para aula diária”. Tal decisão evidencia a reorganização do espaço físico com vistas a atender às demandas educacionais que emergiam no interior da própria comunidade religiosa. Assim, a “escolinha da dona Áurea” iniciou suas atividades em um pequeno Salão Social situado nos fundos da denominação, revelando a utilização compartilhada do espaço e a articulação entre práticas religiosas e educacionais. Essa configuração espacial demonstra não apenas a falta de estrutura inicial, mas também o empenho institucional em viabilizar a oferta de ensino, ainda que em condições modestas, reafirmando o compromisso da comunidade metodista com a escolarização local.

Sobre a data exata de criação da Escola Metodista, não foi possível averiguar com exatidão esse dado. Localizei nas Atas, informações em número inferior ao esperado. Ainda assim, tais registros revelaram-se significativos para a compreensão das relações estabelecidas entre Igreja e Escola, bem como das representações produzidas por essas articulações no âmbito da educação confessional e de seu caráter religioso no Sul de Mato Grosso.

A ausência de documentos que possibilitassem maior aprofundamento no diálogo investigativo levou-me a recorrer às fontes orais, buscando nelas subsídios para a construção da narrativa histórica referente aos nove anos em que a professora Áurea esteve à frente da Instituição. Nesse sentido, Áureo Brianezi (Entrevista, 2023) descreveu-a como “meticulosa”, ressaltando que registrava detalhadamente tudo o que ocorria no recinto escolar. Segundo seu relato, a professora mantinha cadernos de anotações com listas de presença, nomes de alunos e outras informações pertinentes ao cotidiano da escola. Contudo, tais registros foram perdidos em um incêndio que atingiu sua residência quando morava no Estado do Pará, o que comprometeu a preservação desse importante acervo documental.

Vale destacar que o local onde a Escola Metodista foi instalada — o Salão Social — era utilizado, durante a semana, para a realização das aulas do ensino regular e, aos fins de semana, para as atividades de formação cristã, por meio da Escola Dominical. Desse modo, o espaço assumia funções distintas, articulando práticas pedagógicas e religiosas sob a mesma estrutura física. Compreende-se, desse modo, o caráter multifuncional atribuído ao “Salão”, uma vez que o espaço também era utilizado para outras finalidades. Durante a semana, nos períodos matutino e vespertino, abrigava a Escola, com aulas regulares para os alunos. No

período noturno e aos finais de semana, o espaço era destinado às atividades dos grupos societários e aos estudos bíblicos da Escola Dominical. Posteriormente, passou a abrigar, ainda, o Mobral.

Tal dinâmica revela uma organização institucional orientada pela integração entre educação e fé, perspectiva historicamente associada ao ideário do precursor metodista John Wesley, cuja atuação incluiu a abertura de escolas paroquiais como estratégia de instrução moral, religiosa e letrada. Assim, o uso compartilhado do espaço evidencia não apenas uma solução funcional, mas também a materialização de um projeto educativo confessional, no qual a formação intelectual e espiritual das crianças era concebida como dimensões indissociáveis.

Assim, após funcionar em um pequeno salão, nos fundos da Igreja Metodista, com apenas uma sala de aula e tendo como professora Áurea Batista Brianezi, a Escola passou a funcionar em um prédio adquirido de um senhor presbiteriano, onde funcionava uma marcenaria, ao lado da Casa Pastoral, na Rua Hilda Bergo Duarte. “Este espaço foi comprado e adaptado para ser a Escola Metodista, em 1963” (Brianezi, Entrevista, 2023). Dado o crescimento no número de alunos matriculados, a Instituição precisou ser remanejada para outro espaço. Contudo, uma pergunta nos inquietou: de onde proveio o recurso para tal negociação? Da própria Escola? Da Igreja Metodista?

A aquisição do “barracão” para transformá-lo em uma escola foi possível graças aos recursos que vieram, em parte, do fundo rotativo de apoio aos colonos, doado pela Igreja Metodista do Canadá e também pela arrecadação da própria comunidade (Brianezi, Entrevista, 2023). As instalações desse espaço precisaram de reparos para serem transformadas em escola e, assim, a adaptação para as dependências foi feita pelos irmãos Osvaldo Lopes e Waldemar, que eram construtores e moraram, por um tempo, num quartinho que a Igreja Metodista possuía, nos fundos da Escola Metodista. Aqui se observa a representação da influência do Reverendo Thomaz junto à igreja canadense, cuja contribuição financeira foi decisiva para o avanço do processo de escolarização no Sul de Mato Grosso.

A Figura 10 permite observar o prédio adquirido para o funcionamento da Escola Metodista em Dourados. A estrutura física da Instituição foi comprada pelo Reverendo Thomas Charles Edmonds, recém-transferido do Canadá para pastorear a Igreja em Dourados. Segundo a Ata n. (1964, p. 260, sic), o Reverendo Thomas, com apoio do Concílio local, resolveu “[...] pedir um auxílio ao Conselho Central de uma verba de dois mil dólares para que terminássemos a reforma da casa paroquial, e comprar um barracão anexo à mesma casa e Igreja”. Esse barracão passou por adaptações em sua estrutura para abrigar a Escola.

Pelas informações disponíveis, supõe-se que a Instituição tenha iniciado suas atividades nesse novo espaço no segundo semestre de 1964 ou no primeiro semestre de 1965.

Figura 10 – Escola Metodista em 1965



Fonte: Acervo digitalizado nos arquivos da IMCD (Ata n. 7, 1965, p. 14) pela autora.

A imagem permite notar que o prédio que foi comprado pelos metodistas e adaptado para ser a Escola em Dourados era todo edificado em madeira e coberto por telhas de cerâmica, com duas portas grandes de entrada, situada em frente a uma rua de terra, sem asfalto. De acordo com Chartier (2010, p. 26) as “[...] representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é” acerca dos espaços, lugares, pessoas ou acontecimentos.

Ainda conforme a Figura 10, o prédio era pintado de cor bege claro, mas havia um barrado em cor escura. Nessa cor escura, também eram pintadas as portas de entrada. Logo na entrada do prédio, na parte pintada em cor clara, havia uma placa em que estava escrito o nome da Escola, todo em letras maiúsculas e em cor escura, igual à do barrado e das portas.

Na imagem aparece o Reverendo Thomas Charles Edmonds, pastor canadense que foi enviado ao Brasil para pastorear algumas igrejas metodistas. Junto dele está o ecônomo Luiz Araújo Costa, um dos primeiros membros da igreja e evangelista na comunidade local (Ata n. 1, 1956, p. 1). Ambos se encontram em frente à charrete que era um meio de transporte comum para a época, atrelada a um cavalo, estacionada em frente ao prédio escolar. A charrete pertencia ao senhor Luizinho, como era conhecido.

Em Dourados, era comum, no período da década de 1950, a construção de casas, escolas, estabelecimentos comerciais, igrejas, dentre outros, em madeira, pois, nesse Município, havia muitas serrarias e o acesso à madeira era facilitado, conforme maiores informações citadas na Seção anterior. Na região do Sul de Mato Grosso, era corriqueiro, o trabalho dessas serrarias para o beneficiamento das madeiras destinadas à construção de casas, tendo sua localização mais centrada na área da CAND, por ser este um local onde havia, na época, a maior concentração de árvores para exploração nas matas.

No que se refere às serrarias, Brianezi (Entrevista, 2023) relatou que, à época da construção do Salão Social, onde inicialmente funcionou a Escola Metodista, a edificação foi construída com madeira serrada pelo senhor Thronicke, proprietário de uma serraria que ficava localizada próxima à Praça Antônio João. A execução da obra ficou a cargo do senhor Manoel de Paula, que conforme descrito anteriormente foi um dos notáveis evangelistas na região do Sul de Mato Grosso e também amigo próximo da família Brianezi. Segundo o ex-aluno, ele auxiliava o Reverendo Francisco, desde que era membro na Igreja Metodista em Mandaguari-PR e, naquele momento histórico “tudo era mais difícil”, e todas as infraestruturas referentes à Escola e a Igreja Metodista em Dourados foram realizadas “a base de mutirão” e “pelas doações dos irmãos”.

Deste modo, a informação permite inferir que, naquele período, as construções no Município de Dourados eram, em sua maioria, realizadas em madeira, em razão do fácil acesso às serrarias locais. Tal contexto evidencia não apenas as condições materiais disponíveis, mas também aspectos da dinâmica econômica e urbana da região.

As serrarias tiveram grande contribuição no desenvolvimento da atividade madeireira, pois nestes locais tanto eram serradas as madeiras para a construção das casas, como em grande parte era comercializado este produto (Silva, 2019, p. 50). Muitas serrarias concentravam-se na CAND, pois “se estendia ao Leste e ao Sul com a maior parte de seu território coberto por mata virgem” (Menezes, 2012, 75), propiciando a exploração das madeiras pelas empresas de beneficiamento.

Assim, ainda que a Figura 11 apresente uma imagem estruturalmente idêntica à anterior, neste registro iconográfico é possível observar com maior nitidez alguns detalhes, como as portas de entrada, que aparecem abertas, e, ao lado da placa de identificação da Escola Metodista, a presença de outra placa indicando uma “Livraria Evangélica”. Essa referência à livraria, contudo, não constava na fotografia anteriormente representada na Figura 10.

Figura 11 – Escola Metodista em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

Nessa imagem aparecem quatro crianças: uma já do lado de dentro da porta, que dava acesso à Instituição e também para a Livraria Evangélica; duas bem próximas à entrada com uma bicicleta; e outra criança um pouco mais distante, também se dirigindo a esse espaço.

Sobre a “Livraria”, uma ex-aluna mencionou que, nesse local, eram comercializados produtos como “bíblias, livros, artigos de porcelana”, destinados aos fiéis que frequentavam rotineiramente os trabalhos da Igreja, mas também aos transeuntes que por ali circulavam, juntamente com os alunos, como forma de angariar recursos financeiros e disseminar o evangelho em Dourados (Santos, Entrevista, 2023). É possível perceber, nessa representação financeira, que a presença desse espaço comercial no interior da Instituição implicou de forma assertiva tanto na organização das finanças quanto na definição de estratégias voltadas à disseminação dos preceitos religiosos.

Nos dizeres da estudante, a Escola mantinha o espaço destinado à venda de produtos religiosos para atender a comunidade local, mas também para as pessoas que por lá passassem, como forma de evangelismo, o que permite compreender como estratégias de conquista de fiéis se inscreviam na cultura escolar.

Sobre a Livraria Evangélica adjunta a Escola Metodista, Santos (Entrevista, 2023), comentou o seguinte: “Meu pai trazia de São Paulo os livros e vendia. Acho que ele vinha na 25 de março e comprava, só pode ser isso ou era consignação da Imprensa Metodista não tenho muita lembrança. Não lembro também porque fechou a Livraria, quando terminou”. Nas lembranças da ex-aluna, seu pai, o Reverendo Themóteo Campos dos Santos viajava para ir fazer as compras para a Livraria Evangélica, e por certo a mãe, Edna de Oliveira dos

Santos, que era professora leiga e trabalhava na Escola Metodista, tomava conta das vendas dos livros, Bíblias, artigos de porcelanas, conforme a descrição da Placa da Escola.

O que representava a presença dessa livraria dentro da instituição escolar? Quais eram as relações com a Igreja? Magalhães (2005, p. 98) destaca que as representações conferem sentido “[...] as instituições e os profissionais, que nelas atuam”, pois eles “[...] são parte integrante da tomada de decisões e reflexões”. Assim, supõe-se que os metodistas validaram, por meio da comercialização de produtos religiosos, seu ideal de divulgação do Evangelho entre os alunos e familiares.

A ex-diretora Cardoso (Entrevista, 2023) relatou que, ao ser contratada para assumir a direção da Escola Metodista, no ano de 1970, a Livraria Evangélica já não integrava mais o contexto institucional. Segundo a entrevistada, não teve conhecimento da existência desse comércio no período em que atuou na Instituição, atribuindo sua possível presença à direção anterior, exercida pela professora leiga, mãe da ex-aluna Santos (Entrevista, 2023), antes de sua chegada a Dourados.

Segundo Amaral (2005, p. 61),

O protestantismo difundiu-se como uma religião a evocar a palavra, que teve na leitura, principalmente da Bíblia, o cultivo da verdade religiosa. Os missionários protestantes introduziram a Bíblia em português como um livro para a reflexão diária e para a ação comunitária. A venda de Bíblias, além de atender à procura de um mercado em crescimento, contribuiu para caracterizar o discurso oficial dos missionários estrangeiros. O incentivo à leitura tinha o propósito de reforçar a ortodoxia e o padrão de comportamento religioso.

A presença da Livraria Evangélica no interior da Escola Metodista representava uma forma de disseminar a cultura escolar por meio da comercialização de artigos religiosos entre alunos, funcionários, membros da Igreja Metodista e transeuntes. Convém lembrar que Suzana Wesley, mãe do precursor do metodismo, utilizava a Bíblia, como método de ensino, para a alfabetização dos filhos. Ao mesmo tempo em que os doutrinava na fé protestante por meio da leitura diária dos textos bíblicos, promovia o letramento básico (Jornal Expositor Cristão, *On-Line*, 2016, p. 1).

Pode-se estabelecer um paralelo com a pesquisa de Amaral (2005), na qual a autora aponta que um dos objetivos do catolicismo consistia em conter o avanço protestante no Município, especialmente na CAND. O projeto assistencialista junto aos colonos implicava a criação de mecanismos para a arrecadação de recursos, visto que “[...] como estratégia para despertar o maior número de doadores e de verbas possíveis, todos os meses a revista Rainha

dos Apóstolos publicava o nome dos doadores e o valor doado” (Amaral, 2005, p. 76). A referida revista era comercializada pela Editora Pallotti, no Rio Grande do Sul, e difundida na região. Dessa forma, é possível supor que a Escola Metodista incorporou, em suas práticas institucionais, a comercialização de produtos cristãos como elemento constitutivo de sua cultura escolar, legitimando-a não apenas como estratégia de manutenção financeira, mas também como expressão dos valores e princípios vinculados à sua identidade confessional.

As viagens do Reverendo Themóteo Campos dos Santos para a aquisição de materiais em São Paulo seriam desta maneira planejadas estrategicamente com essa finalidade: evangelizar e difundir a fé protestante por meio da presença da Livraria Evangélica no interior da Escola Metodista, situada em área de localização privilegiada no Município de Dourados. Nesse sentido, Chartier (2001, p. 16) destaca que “[...] a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares”. E, no caso da comercialização dos artigos religiosos visava à arrecadação de recursos financeiros, tanto para o custeio das atividades da Instituição educacional quanto para a expansão da denominação metodista.

Em outro registro fotográfico da Escola, no qual se observa a presença da Livraria, conforme documentação iconográfica (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 5), além do nome formal da Escola Metodista na chapa de identificação, consta os seguintes dizeres do versículo bíblico: “Ensina a criança no caminho em que deve andar e ainda quando for grande não se desviará dele” (Provérbios 22:6). A Figura 12 revela essa imagem.

Figura 12 – Escola Metodista em 1975



Fonte: Digitalizado no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 8).

Essa passagem bíblica explicitada na placa de identificação na entrada da Escola orienta a forma como a família deveria ensinar a criança a trilhar o “caminho do bem”. A ideia de moralização pode ser identificada nos modos de representação que evidenciam como a instituição protestante estruturava suas práticas pedagógicas a partir de um ensino nos moldes tradicionais, no qual moral, ética e princípios religiosos se faziam presentes de maneira sistemática na constituição de sua cultura escolar.

Nesse sentido, tais elementos não se restringiam ao conteúdo curricular, mas atravessavam normas de conduta, rituais cívicos, práticas disciplinares e formas de sociabilidade, configurando um projeto educativo orientado por valores confessionais e por uma concepção formativa que articula fé e instrução.

Ora, a filosofia da Escola Metodista estruturava-se na compreensão de ser um espaço privilegiado de cuidado e de formação integral dos alunos. A Instituição não se limitava à transmissão de conteúdos escolares, mas assumia a responsabilidade de orientar, acompanhar e conduzir a infância à luz de valores legitimados pelo grupo protestante que a sustentava.

A representação acerca de seu papel social evidencia a expectativa de que a Escola indicasse e reforçasse o “caminho do bem”, isto é, a formação moral, ética e disciplinar do sujeito. Tal concepção articulava-se à ideia de preparar o educando não apenas para o domínio de saberes acadêmicos, mas para a vida em sociedade, fundamentando suas ações em princípios reconhecidos como essenciais para o convívio social e para a consolidação de uma identidade alinhada aos referenciais religiosos que orientavam a cultura escolar.

A Livraria Evangélica instalada no interior da Escola Metodista propiciava aos alunos o acesso a livros e materiais religiosos, como Bíblias, artigos de porcelana, entre outros. Essas práticas não tinham apenas finalidade financeira, mas expressavam as relações entre religião, escolarização e cultura escolar. Tal parte da Instituição foi planejada e organizada, por se tratar do maior espaço interno em termos de dimensão arquitetônica, conforme será possível observar na Planta Baixa da Escola Metodista, abordada a seguir.

3.2 A arquitetura da Escola Metodista: aspectos e representações

Ao analisar os espaços educativos e a arquitetura escolar, recorre-se às reflexões de Viñao Frago e Escolano Benito (1998), as quais contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos significados e das dinâmicas que permeiam esses ambientes. Para os autores:

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de

estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto. [...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta [...] (Viñao Frago; Escolano Benito, 1998, p. 27-45).

A arquitetura pode ser vista e pensada pelo espaço que caracteriza o modo como os sujeitos se relacionam por meio dos elementos da cultura escolar apresentada nas edificações prediais. A localização, a estrutura externa, os espaços internos apontam as representações estratégicas para influenciar aqueles que fazem parte do seu contexto institucional, como alunos, professores, funcionários, mas também às pessoas, que exponencialmente por meio deste ambiente social que as envolve são influenciadas (Escolano; Viñao Frago, 1998).

Muitas escolas criadas no final do século XIX e no início do século XX apresentavam, em seus espaços arquitetônicos, a proximidade com a residência dos professores, situadas em paróquias ou em locais improvisados, em razão da ausência de infraestrutura adequada para o exercício das atividades de ensino. Dessa maneira, “[...] as escolas confessionais de Dourados e Ponta Porã começaram a funcionar em prédios adaptados e iniciaram a construção de edifícios apropriados no início dos anos 1960” (Josgrilbert, 2020, p. 213).

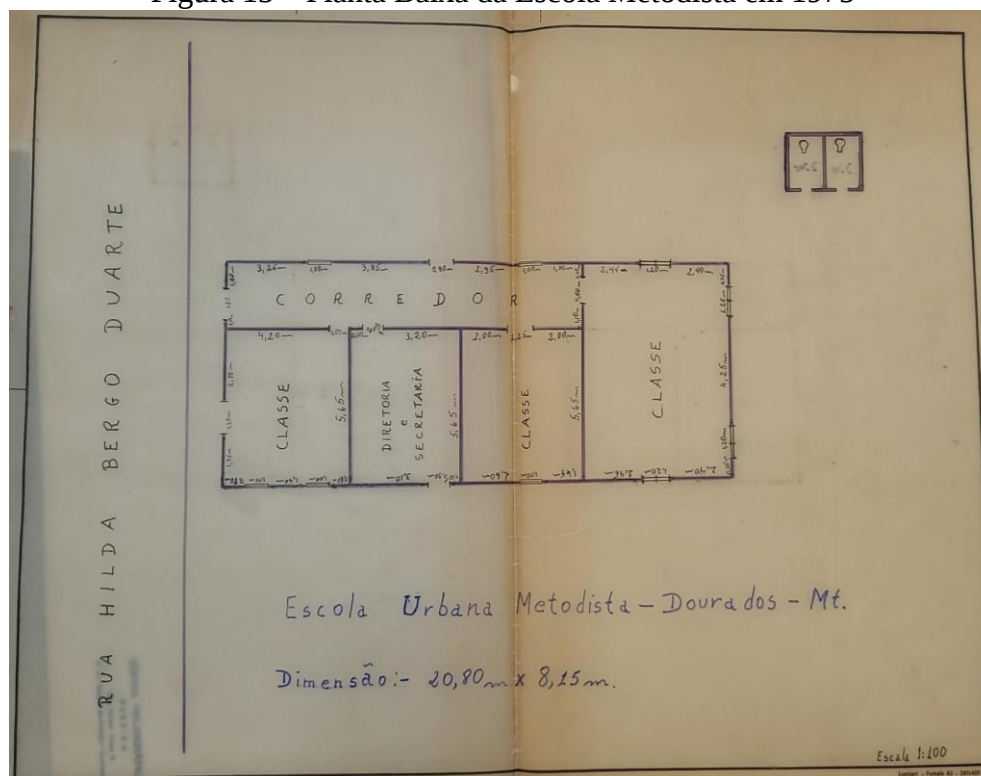
Com base nessa informação, é possível compreender como a arquitetura escolar influenciou as práticas educativas na região do Sul de Mato Grosso, por meio da ação missionária dos primeiros protestantes metodistas. As fontes impressas possibilitaram-me conhecer ainda à Planta Baixa da Escola Metodista, do prédio que foi comprado pelos metodistas e adaptado para ser a instituição escolar.

Desta maneira, a arquitetura escolar é a materialidade que traz o destaque para as instituições. O modelo da construção, o espaço geográfico no seu entorno, a sua localização, constituem-se elementos essenciais para que os sujeitos que usufruem deste lugar sintam-se acolhidos e tenham senso de pertencimento (Escolano; Viñao Frago, 1998).

Estes espaços escolares são pensados, projetados e construídos para abrigar aqueles que serão seus usuários, no caso os sujeitos, quer sejam estudantes ou funcionários. A Escola Metodista foi marcada pela arquitetura escolar de modo “improvisado” por assim dizer. Brianezi (Entrevista 2023) destacou que a “escolinha da dona Àurea” iniciou em um modelo predial simples. O ambiente físico era dividido entre as aulas do Curso Primário durante a semana e aos fins de semana os estudos direcionados para a educação cristã da Escola Dominical. Monteiro (Entrevista, 2025) relatou que teve a oportunidade de trabalhar nos dois espaços distintos: no pequeno Salão nos fundos da Igreja, e no novo prédio que foi comprado

e reformado para receber um percentual maior de alunos e docentes. A Figura 13 aponta a imagem da Planta Baixa da Instituição.

Figura 13 – Planta Baixa da Escola Metodista em 1975



Fonte: Digitalizado no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 6).

Por meio da Planta Baixa da Escola Metodista em Dourados, observa-se a organização interna do espaço escolar. Sua parte interna era composta por três salas de aula, uma sala destinada à Direção Escolar e à Secretaria, além de um corredor. Na parte externa, ao fundo da escola, havia a construção de dois banheiros: um destinado ao uso dos meninos e o outro pelas meninas. Esse prédio escolar, localizado na Rua Hilda Bergo Duarte, totalizava uma área de Dimensão de 20,8 m x 8,15 m e ficava a apenas uma quadra da Avenida Marcelino Pires, configurando um local estratégico para a mobilidade e o acesso dos alunos.

Esses elementos indicam que a escolha da localização da Escola Metodista em Dourados, bem como a transferência para o novo prédio destinado ao seu funcionamento, possibilitou maior visibilidade e prestígio à Instituição, além de favorecer a expansão do ensino e a ampliação do campo de atuação dos protestantes na educação confessional. A esse respeito, cabe concordar com Magalhães (2004, p. 125) que a “[...] relação entre as instituições educativas e os contextos geográfico e sociocultural” é permeada por representações de legitimação e pertencimento atribuídas aos espaços ocupados.

A área total²² da Escola Metodista correspondia a 185,33 m². Cada espaço, destinado às salas de aula, à Secretaria/Direção e ao corredor de acesso às dependências físicas, apresentava dimensões distintas. Assim, registram-se as seguintes medidas: Sala 1 – 28,25 m²; Sala 2 – 25,42 m²; Sala 3 – 29,66 m²; Sala 4 – 50,21 m²; Corredor/Circulação – 37,62 m². Não foi possível identificar as medidas referentes aos banheiros.

Ao analisar a Planta Baixa da Escola, é possível observar, por meio da projeção das medidas, que, entre as três salas destinadas às aulas, uma apresentava dimensão superior em relação às demais. Esse espaço, localizado na parte posterior da Instituição, totalizava 50,21 m², onde, possivelmente, foi instalada a Livraria Evangélica.

A Planta Baixa da Escola Metodista, cujo espaço inicialmente abrigava uma marcenaria, foi modificada para constituir-se como um ambiente educacional “padrão”. De acordo com Escolano Benito e Viñao Frago (1998, p. 47), “[...] a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo”, evidenciando como os espaços escolares são adequados e materializados para os sujeitos que neles vivenciam experiências educacionais.

Dórea (2013, p. 162) aponta que a arquitetura escolar é responsável por organizar os espaços educativos, tanto em sua dimensão física quanto pedagógica, permitindo compreender a importância do “[...] espaço escolar como suporte físico da educação”, além de abrigar a infraestrutura do prédio, como materiais escolares, documentos e mobiliário, e acolher, sobretudo, os sujeitos. Nesse sentido, Souza (1998, p. 123) ressalta que “o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis, ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio e específico para as atividades de ensino e do trabalho docente”.

Brianezi (Entrevista, 2023), comentou durante a Entrevista que nos primeiros anos de funcionamento, a Instituição operava com apenas uma sala de aula multisseriada. A nova infraestrutura possibilitou não apenas o aumento do número de alunos matriculados, mas também a implantação de uma Livraria Evangélica e de uma Biblioteca.

Para Escolano Benito e Viñao Frago (1998, p. 14), “[...] as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e material de todo o tipo, calendários e horários escolares, inventários” revelam as representações de uma instituição educativa e a forma como ela materializa sua cultura escolar por meio das práticas pedagógicas.

²² As medidas da Planta Baixa foram analisadas e calculadas criteriosamente com o apoio de dois membros da IMCD: a Designer de Interiores Leticia Backes Silva e o Arquiteto e Urbanista Lucas Ranzi dos Santos.

Ainda que o prédio adquirido pelos metodistas para a instalação da Escola não tenha sido inicialmente projetado para funcionar como instituição escolar, uma vez que anteriormente abrigava uma marcenaria, a adaptação realizada acabou por lhe conferir a configuração de um espaço educativo. Conforme ressalta Magalhães (2004, p. 142), existem “[...] instituições escolares e educativas instaladas em prédios adaptados”, fato que não lhes retira a função formativa.

Como lembram Viñao Frago e Escolano Benito (1998, p. 70), os espaços escolares nem sempre constituíam “um lugar especificamente construído para tal fim”, mas, “por diferentes maneiras, se destinavam total ou parcialmente ao ensino”. A partir das adaptações promovidas pelos metodistas, a Instituição passou a apresentar uma estrutura escolar, considerando-se que o espaço educativo deve configurar-se como “[...] um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado” (Viñao Frago, 1995, p. 95).

As memórias dos sujeitos que vivenciam o espaço escolar encontram-se, em grande medida, marcadas pela influência da arquitetura. Conforme Escolano e Viñao Frago (1998), essa relação manifesta-se por meio da dinâmica estabelecida na cultura escolar, nas práticas pedagógicas, nas normas, nos comportamentos e na materialidade estrutural. No que se refere à Planta Baixa da Escola Metodista, observa-se, por meio da Figura 13, que o espaço externo disponível para a circulação de alunos e funcionários era reduzido.

Em relação à arquitetura externa, conforme indicado na Planta Baixa, os banheiros destinados a meninos e meninas localizavam-se na parte lateral, nos fundos da Escola, fora do prédio principal. A esse respeito, foi localizada a informação de que despesas relacionadas à construção realizada no quintal da Casa Pastoral, na Casa do Zelador e nos “[...] sanitários para a Escola Primária” (Ata n. 3, 1963, p. 12) foram aprovadas em reunião conciliar da IMCD. Esses dados permitem compreender as representações estabelecidas “[...] entre as instituições educativas e a comunidade” (Magalhães, 2004, p. 134).

No âmbito da Instituição confessional, os vínculos financeiros entre a Igreja e a Escola evidenciam a influência administrativa exercida pela Igreja Metodista sobre a organização e o funcionamento da unidade escolar. Tal relação não se restringe ao campo econômico, mas revela aspectos da cultura escolar, na medida em que práticas administrativas, orientações pedagógicas e princípios religiosos se articulam e se materializam no cotidiano institucional.

Segundo consta na Planta Baixa, a Biblioteca ocupava a segunda sala, onde também funcionavam a Secretaria e a Direção Escolar. O espaço interno media aproximadamente 20,3 m². Nesse ambiente, atuavam a diretora e a secretária. Dessa forma, a Escola Metodista

passou a constituir-se, efetivamente, como um espaço específico para as finalidades educacionais, mantendo, inclusive, uma pequena Biblioteca em seu interior.

A Figura 14 apresenta a organização desse espaço. O piso era de cimento, e a estrutura das paredes e das portas era em madeira. A análise do registro iconográfico indica a ausência de janelas, havendo apenas duas portas: uma interna e outra com saída externa. Observou-se, pela criteriosa avaliação da imagem em mãos, que o mobiliário era composto por prateleiras, armário, mesa e arquivo, predominantemente confeccionados em madeira. Segundo exposto anteriormente, esse material era de fácil acesso nas serrarias para a fabricação de moveis, etc.

Figura 14 – Sala da Secretaria e Diretoria da Escola Metodista em 1975



Fonte: Digitalizado no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 8).

Sobre a Biblioteca, Silva (Entrevista, 2023) relatou que a Escola Metodista possuía um espaço reduzido em relação ao acervo de livros. Uma vez por semana, realizava leitura de histórias com os estudantes. Os alunos podiam levar algum exemplar para casa, com registro prévio de seus nomes, efetuando posteriormente a devolução. O controle era rigoroso, em razão do quantitativo limitado de exemplares. Lopes e Ribeiro (2022, p. 39) apontam que a “expansão das bibliotecas escolares no Brasil, por meio dos colégios e instituições religiosas, deu-se expressivamente até o final do século XVIII”, fato que possivelmente influenciou a instituição protestante a manter um espaço destinado à leitura, ainda que de forma modesta.

As professoras também utilizavam esse ambiente. Conforme se observa na Figura 14, ali estavam organizadas, nas prateleiras, caixas com materiais pedagógicos, conforme mencionado anteriormente no itinerário de pesquisa. No espaço interno da Escola, a sala

destinada à Direção e à Secretaria abrigava, além dos documentos administrativos e livros de ponto, os materiais utilizados nas aulas, incluindo a pequena Biblioteca, assim definida.

Além de atender às funções administrativas da Escola Metodista, esse local concentrava o acervo disponível para consulta e leitura por professores e alunos. Brianezi (Entrevista, 2023) relatou que não estudou no novo prédio escolar; contudo, no período em que frequentou a Escola Metodista, entre 1958 e 1961, havia incentivo sistemático à leitura, especialmente de materiais produzidos pela Igreja Metodista, adequados à faixa etária dos estudantes, como as revistas Bem-Te-Vi e Flâmula Juvenil. A professora Áurea utilizava esses exemplares na composição das atividades pedagógicas da época.

Lopes e Ribeiro (2022, p. 40) ressaltam que “[...] somente as bibliotecas dos colégios particulares é que se destacavam por instituir métodos educativos com ênfase religiosa, uma vez que lá estudava a elite brasileira”.

Ainda segundo o entrevistado, no período inicial da Escola Metodista, o acesso a livros, revistas e outros materiais de leitura era permitido apenas durante o horário das aulas, não sendo autorizado o empréstimo para uso domiciliar. Tampouco era facultado o acesso às famílias ou à comunidade externa, visto que o acervo era restrito e seu uso permanecia limitado ao ambiente escolar. De acordo com a Ata n. 3 (1963, p. 134), a Igreja Metodista realizou investimento na “[...] Literatura Cr\$ 21.214,00” para as classes da Escola Dominical. Essas mesmas literaturas eram também disponibilizadas à Escola Metodista.

A partir da Entrevista, compreende-se a influência dos periódicos da Imprensa Metodista como parte de diretrizes voltadas à garantia de acesso a materiais que circulavam no meio cristão protestante. No entendimento de Lopes e Ribeiro (2022, p. 40), “[...] as bibliotecas visavam aprimorar a educação religiosa de seus usuários, para que os mesmos estivessem preparados para a tarefa de catequizar índios e colonos”, o que evidencia a representação da influência protestante no ensino, desde o período em que a professora Áurea atuou na Missão Evangélica Caiuá. A inserção de literatura cristã no interior da Escola Metodista indicava a presença dos preceitos bíblicos nas práticas de leitura, apoiadas nos mesmos materiais utilizados na Escola Dominical.

Chartier (1991, p. 178) afirma que “a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos”, capaz de produzir nos sujeitos novas formas de compreensão. Tal perspectiva permite analisar como se constituíam as relações educativas na Escola Metodista e como as práticas de leitura integravam sua cultura escolar. Como lembra Reis (2014, p. 50), “[...] o protestantismo sempre esteve ligado à leitura, por ter na Bíblia sua principal referência

de fé e, por isso, sempre houve investimento na alfabetização, atividade da qual os metodistas se destacaram no Brasil”.

O mobiliário desse espaço era composto por um armário, duas prateleiras fixadas à parede, um tripé com uma caixa de madeira e uma escrivaninha com um sino sobre ela. Os materiais ali armazenados provavelmente incluíam pastas de alunos, envelopes com documentos da Escola e um conjunto organizado de livros utilizados nas aulas.

Esse ambiente concentrava as funções de Secretaria e Direção Escolar. Como não havia outra sala disponível, além dos materiais administrativos e pedagógicos, o espaço foi adaptado para abrigar a Biblioteca. De acordo com a Planta Baixa, tratava-se da menor sala da Escola Metodista, com 25,42 m², ainda assim destinada à “pequena Biblioteca”, possibilitando o acesso à leitura, considerando que “[...] por muito tempo, só a posse do livro já significasse uma superioridade cultural” (Chartier, 2002, p. 77).

Lopes e Ribeiro (2022, p. 38) destacam que a biblioteca escolar constitui espaço de transformação na vida dos estudantes, não apenas pela posse dos livros, mas pelo conhecimento que deles pode ser adquirido. Os autores observam que “[...] pouco se comenta sobre os aspectos históricos da biblioteca escolar no Brasil” (Lopes; Ribeiro, 2022, p. 38), o que reforça a relevância de compreender como a Biblioteca mobilizou a cultura escolar na Escola Metodista, integrando-se às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras.

Ainda em referência ao mobiliário, observa-se que a escrivaninha apresentada na Figura 15 integra até o presente momento, o conjunto de móveis de uma das salas da Escola Dominical da Igreja Metodista Central em Dourados. Esse móvel foi utilizado para a organização e catalogação dos documentos localizados no acervo dos arquivos da IMCD.

Tais elementos da arquitetura escolar e do mobiliário influenciaram a forma como a Instituição protestante estruturou o ensino oferecido aos alunos, por meio da cultura escolar e dos modos de representação expressos na projeção da Planta Baixa, conforme exposto anteriormente.

Viñao Frago (1995) explicita que as escolas possuem uma dimensão espacial, e o mobiliário torna-se parte integrante no que se refere o ensino e o aprendizado dos estudantes. De acordo com autor, o espaço escolar promove a educação, inclusive pela configuração de sua mobília. Enquanto para Escolano Benito (2021), a organização espacial configura-se como elemento fundamental para as atribuições curriculares e no modo como os conteúdos são lecionados pelos docentes e na maneira como os alunos apreciam tanto as aulas, como o espaço escolar, o mobiliário. A Figura 15 possibilita observar a organização da sala de aula da Escola Metodista em Dourados.

Figura 15 – Sala de Aula da Escola Metodista em 1975



Fonte: Digitalizado no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 9).

A Figura 15 permite observar a organização da sala de aula na Instituição protestante. Na parte frontal do ambiente, localizava-se o quadro-negro; na lateral esquerda, havia uma janela, além de uma mesa e uma cadeira de madeira destinadas às professoras. Observa-se, ainda, a presença de quinze carteiras de madeira, o que possibilitava atender aproximadamente trinta alunos por turma, considerando-se que se tratava de carteiras duplas.

A imagem, no entanto não apresenta a totalidade do espaço, desse modo, supõe-se que o acervo mobiliário, composto por mesas e cadeiras, pudesse ser mais amplo, atendendo a um número maior de estudantes. Segundo a ex-diretora Cardoso (Entrevista, 2023), no período em que atuou na Escola Metodista, o Município de Dourados encontrava-se em processo de desenvolvimento, sendo frequente a convivência com limitações na infraestrutura, como o uso de carteiras duplas, salas com média de quarenta alunos e ventilação insuficiente. O relato da diretora permite compreender que as salas não dispunham de condições plenamente adequadas; ainda assim, cumpriam a função social de promover a escolarização da infância douradense, atendendo às demandas formativas daquele contexto histórico.

Em suas memórias, a ex-professora Silva (Entrevista, 2023) relatou que as carteiras duplas, ocupadas por dois alunos, favoreciam conversas e distrações durante as aulas, sobretudo nos momentos avaliativos, o que exigia atenção constante por parte da docente. Acrescentou, ainda, que recordava com clareza a organização dos espaços escolares: a Secretaria, responsável pelos trâmites administrativos; a Biblioteca, onde os alunos retiravam livros para leitura, espaço que, embora apresentasse poucos recursos, contribuía para a

formação leitora; além das salas de aula, mencionando ter atuado tanto na denominada “classe maior” quanto em uma sala localizada nos fundos da Escola. Essas recordações revelam aspectos da cultura escolar e da materialidade do cotidiano pedagógico, evidenciando como a disposição do mobiliário, a organização dos ambientes e os recursos disponíveis influenciavam as práticas educativas e as relações no interior da Instituição confessional.

A respeito da disposição do mobiliário, Souza (1998) aponta que a arquitetura da sala interfere diretamente na concentração e na atenção dos alunos durante as aulas. O quadro-negro centralizado favorecia a observação do conjunto da turma pela professora, enquanto a disposição das carteiras em fileiras possibilitava maior controle dos estudantes. Esses elementos não eram fortuitos, mas integravam a cultura escolar, organizados para promover um ambiente de estudo e de regulação das condutas. A arquitetura escolar não apenas acomoda, mas condiciona comportamentos e simboliza práticas culturais da escola, como o controle, a disciplina e a centralidade do professor no processo de aprendizagem.

Uma ex-aluna da Escola Metodista, em entrevista, recordou que as carteiras eram utilizadas em duplas. Esse modelo de assentos agrupados era recorrente no período e atendia não apenas às atividades de estudo, mas também aos momentos destinados à merenda escolar, conforme as lembranças da entrevistada. A mesma relatou ainda que costumava sentar-se nas primeiras carteiras da sala em razão de dificuldades visuais, fazendo uso de óculos com lentes espessas, associando essa lembrança à professora responsável pela 4ª série naquele período, identificada como Sônia que a colocava sempre na primeira fileira (Santos, Entrevista, 2023).

No que diz respeito às condições materiais da Instituição, a ex-professora Monteiro (Entrevista, 2025), que atuou na Escola Metodista auxiliando a professora Áurea e, posteriormente, assumiu a direção entre os anos de 1961 e 1965, no espaço do Salão que abrigava a escola primária, apresentou suas lembranças sobre a organização do ambiente escolar e o mobiliário disponível.

“Vou te falar a verdade, o que eu me lembro da sala de aula, que eu dava aula, porque era um Salão atrás da Igreja, assim, quando eu dei aula. Era um Salão assim, com uma mesona, é, em volta com bancos, assim. Eu lembro que tinha alunos que até sentava no meu colo pra eu, pra eu perguntar tudo sobre as atividades que eles faziam, que eu mandava estudar, intercalava “o ponto” (o conteúdo) de Geografia, de História, de Ciências, néh. Aí tinha aluninhos que sentava no meu colo assim pra mim, pra mim responder, a gente, eu cuidando deles tudinho. Infelizmente eu gostaria de ter uma lembrança assim nítida, sabe. Mas olha mais de sessenta anos néh, Porque eu tinha pouco mais de dezesseis anos quando comecei dar aula. Agora vou fazer oitenta e dois anos (Monteiro, Entrevista, 2025).

Nos apontamentos da ex-professora sobre sua atuação docente na Instituição, constam lembranças de que a Escola Metodista localizava-se atrás do prédio da Igreja Metodista. O espaço contava com uma mesa grande e bancos, e a docente realizava a chamada oral dos “pontos”, referentes aos conteúdos das disciplinas de Geografia, História e Ciências.

Durante a coleta da entrevista, chamou atenção o fato de alguns alunos sentarem-se em seu colo durante as aulas, o que suscitou questionamentos acerca dessa prática. A partir das contribuições de Louro (1998), é possível interpretar tais situações como representações de laços afetivos ou maternais no contexto escolar. Contudo, outras indagações emergem: haveria insuficiência de bancos? Ou os estudantes seriam pequenos demais para permanecerem sentados durante as atividades pedagógicas?

Em resposta a essas questões, a professora Monteiro (Entrevista, 2025) esclareceu que os alunos que auxiliava nas aulas eram filhos e netos de famílias financeiramente abastadas da sociedade douradense. Segundo seu relato, tratava-se de crianças carentes de afeto, que buscavam proximidade física durante as atividades. Nesse trecho, observa-se a coexistência entre práticas do ensino tradicional, com estudantes sentados em cadeiras ou bancos, e experiências vinculadas à chamada “pedagogia afetiva”. A docente acrescentou que, por ser jovem e atuar como auxiliar da professora Áurea, os pais demonstravam elevada confiança na seriedade do trabalho desenvolvido pela Escola Metodista, bem como nas relações afetivas estabelecidas no ambiente escolar.

Embora inseridas em um contexto histórico marcado por normas rígidas nas instituições educacionais, as relações entre alunos e professores, conforme o relato da ex-professora era pautado pelo respeito e pela afetividade. Alguns estudantes mantinham maior proximidade com determinados docentes, enquanto, com outros, preservavam certo distanciamento, configurando representações específicas de afeto na cultura escolar.

Para Viñao Frago (2017), a função da cultura escolar não se restringe à promoção ou à incorporação de valores externos aos objetivos educacionais, tampouco se limita à inculcação de princípios morais ou éticos. Seus efeitos são mais amplos, produzindo formas de socialização, aprendizagem e construção de significados, que ultrapassam a simples transmissão de valores.

Monteiro (Entrevista, 2023) recordou, ainda, que realizava a chamada oral da tabuada e orientava os alunos a não apenas memorizá-la, mas compreendê-la, a fim de consolidar os conceitos básicos de adição e multiplicação. Essa forma de ensino evidencia uma cultura escolar fundamentada no desenvolvimento do raciocínio lógico, por meio de práticas concretas e lúdicas, articuladas às relações afetivas e às interações sociais em sala de aula.

Observa-se, também, que, nesse período, o processo educativo era respaldado por práticas pedagógicas centradas no uso de cadernos e chamadas orais, como parte constitutiva das representações do aprendizado.

Segundo Louro (2004, p. 458), “[...] passa-se a considerar o afeto como fundamental e a vê-lo como “ambiente facilitador” da aprendizagem”, na perspectiva da docência maternal. Nesse sentido, identifica-se a representação do acolhimento como elemento constitutivo da cultura escolar, capaz de atender necessidades e dificuldades dos alunos diante das atividades propostas, pois “[...] Quando essas instituições eram dirigidas por mulheres, leigas ou religiosas, elas assumiam o papel de uma mãe superiora, que zelava pelo funcionamento de tudo e de todos, geralmente constituindo-se numa espécie de modelo a ser seguido”.

Vanz (2019, p. 127) destaca que “[...] as carteiras escolares, mesmo não sendo de uso individual, eram destinadas ao uso em duplas ou em quantidades menores de alunos” e que, “[...] mesmo que as carteiras individuais fossem as mais indicadas sob o ponto de vista pedagógico e higiênico para as escolas”, a maioria das instituições da época adotou o modelo de assentos compartilhados, com dois alunos lado a lado.

A Escola Metodista de Dourados apresentou dois momentos distintos em sua trajetória. Inicialmente, funcionou nos fundos da Igreja, no Salão Social, com uma mesa grande e bancos ao redor para acomodar os alunos. Após uma década de atividades, a instituição passou a ocupar um novo prédio, reformado para atender a um número maior de estudantes. Essa reorganização espacial possibilitou melhorias na infraestrutura e a renovação do quadro docente, refletindo transformações na dinâmica pedagógica e na cultura escolar.

Ainda que com recursos simples, os equipamentos escolares recebiam atenção na Escola Metodista, a exemplo do quadro-negro, observado na imagem da Figura 15, no qual “estavam escritas algumas palavras para os alunos registrarem em seus cadernos” (Silva, Entrevista, 2023).

À luz das considerações apresentadas, verificou-se que a instituição confessional protestante buscou validar e legitimar o ensino em um espaço educacional que não havia sido construído para essa finalidade. Contudo, com as adequações arquitetônicas, o prédio passou a configurar-se como lugar de ensino, por meio das práticas pedagógicas incorporadas à cultura escolar. Foi possível identificar, a partir da arquitetura, características dos espaços escolares, incluindo o mobiliário, a Planta Baixa, a Biblioteca e outros elementos estruturais da Escola.

A observação da Planta Baixa indica, ainda, que o prédio da Escola Metodista ocupava praticamente toda a extensão do terreno, sem reservar área externa para momentos de recreação ao ar livre ou para atividades esportivas nas aulas de Educação Física.

Mesmo com uma estrutura física adaptada, a Instituição buscou atender às demandas educacionais. Além disso, por estar localizada em área privilegiada do Município de Dourados, atendeu alunos do Jardim da Infância, do Curso Primário e do Curso de Educação Integrada (Mobral).

3.3 O corpo discente: as influências da cultura escolar

Por se tratar de uma Escola localizada na área central da cidade, a apenas uma quadra da avenida principal de Dourados e com acesso facilitado, atendia, nos períodos matutino e vespertino, crianças do Jardim da Infância e do Curso Primário. Os alunos da Escola Metodista de Dourados, juntamente com os professores e outros sujeitos que fizeram parte dessa Instituição educativa, constituíram os principais protagonistas de um espaço escolar significativo tanto para a história da educação no Município quanto para a trajetória dos metodistas na região do Sul de Mato Grosso.

Em Dourados, a possibilidade de escolarização dos filhos representava, para muitas famílias, uma necessidade social. As fontes documentais mobilizadas ao longo desta pesquisa permitem compreender que a Escola Metodista, criada e fundada por missionários metodistas, além de desempenhar papel relevante na oferta de ensino aos filhos dos membros dessa confissão religiosa que frequentavam a Igreja Metodista em Dourados, também se configurava como uma oportunidade de escolarização para moradores da localidade em geral.

A Escola iniciou suas atividades para atender, inicialmente, a uma clientela composta por crianças, filhos tanto de membros da Igreja Metodista local quanto de moradores do Município, sobretudo pertencentes às elites douradenses. Deste modo, para complementar a caracterização do perfil discente da Instituição, apresento, a seguir, uma breve síntese descritiva de três ex-alunos localizados e entrevistados ao longo do processo de coleta e organização dos dados desta pesquisa.

Dentre eles, apenas um reside atualmente no Município de Dourados: o comerciante Leonir Gnutzmann Campos. Miriam Campos dos Santos, filha do Reverendo Themóteo Campos dos Santos e da professora leiga Edna de Oliveira dos Santos, reside em Campinas, no Estado de São Paulo, e foi entrevistada de forma remota, por meio da plataforma *Google Meet*. Por sua vez, Áureo Brianezi, filho do casal de missionários Francisco Brianezi e Áurea Batista Brianezi, reside no Município de Itapoá, em Santa Catarina, local este, que me desloquei a fim de realizar a Entrevista presencialmente. A Figura 16 apresenta as imagens dos três ex-alunos, em seus “ambientes” cotidianos.

Figura 16 – Ex-alunos da Escola Metodista em 2023



Áureo Batista Brianezi Miriam de Oliveira dos Santos Leonir Gnutzmann Campos
 Fonte: Acervo pessoal da autora.

Entre os ex-alunos localizados, Áureo Batista Brianezi foi o depoente que apresentou maior contribuição para este trabalho, em razão de sua proximidade com os fundadores da Escola. Nasceu no Município de Mandaguari, no Estado do Paraná, em 20 de novembro de 1951, e formou-se em Engenharia Agrônômica pela UNIMEP. É o quarto filho, entre os seis que o casal Francisco Brianezi e Áurea Batista Brianezi geraram, estudou da 1ª à 4ª série na Escola Metodista, entre os anos de 1958 e 1961, tendo a própria mãe como professora. Tornou-se membro da Igreja Metodista em Dourados ao realizar sua “Profissão de Fé”²³ em 31 de dezembro de 1963. Ele e seus irmãos foram transferidos do *roll* (livro de membros) para Campo Grande em 11 de novembro de 1964 (Ata n. 8, p. 7), a fim de acompanhar os pais, conforme citado anteriormente.

Em seu relato, destacou que a mãe “era uma professora nata”. Essa afirmação evidencia a representação da “habilidade” atribuída à docente no exercício do magistério, suscitando reflexões que dialogam com as considerações de Mesquida (1994, p. 147), segundo as quais as mulheres metodistas estavam convictas de que sua vocação consistia em transformar a sociedade nos âmbitos moral, intelectual e espiritual, acreditando que “[...] somente a ação educativa poderia mudar os hábitos e o modo de vida das comunidades”.

Dando continuidade à caracterização dos entrevistados, a ex-aluna Miriam de Oliveira dos Santos, segunda filha do Reverendo Themóteo, nasceu no Município de Paranavaí, no Estado do Paraná, em 26 de agosto de 1957, e formou-se como Técnica em Contabilidade.

²³ A Profissão de Fé é uma declaração pública de crença e compromisso com os princípios e ensinamentos do cristianismo. Disponível em: <https://ireservir.com.br/glossario/o-que-e-profissao-de-fe/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Estudou na Escola Metodista entre os anos de 1966 e 1968, cursando a 2ª, 3ª e 4ª séries. Na Instituição, realizou o Exame de Admissão para a 5ª série, sendo aprovada para ingressar na Escola Estadual Presidente Vargas. Recordou da professora Sônia Azambuja Almirão e mencionou que as docentes de todas as séries lecionavam as disciplinas da grade curricular, incluindo o Ensino Religioso, de caráter obrigatório. Miriam de Oliveira dos Santos tornou-se membro da Igreja Metodista em Dourados ao realizar sua “Profissão de Fé” em 26 de junho de 1966 e foi transferida para Presidente Prudente-SP em 25 de fevereiro de 1971 (Ata n. 8, p. 8), em decorrência da nova nomeação pastoral de seu pai.

O ex-aluno Leonir Gnutzmann Campos (Entrevista, 2023) destacou, em seu depoimento, a relevância da Escola Metodista em sua formação, não apenas no aspecto educacional, mas também para a vida. Segundo suas lembranças, as aulas eram organizadas, exigiam silêncio, respeito e atenção aos conteúdos, e a metodologia adotada pela Instituição teve importância significativa em sua trajetória formativa. Entre os três ex-alunos entrevistados, foi o único nascido no Sul de Mato Grosso, em 10 de julho de 1964, e não integrava o *roll* de membros da Igreja Metodista, sendo de origem católica. Informou que não lembrava se era isento de pagar as mensalidades, e também não soube relatar quem mantinha a instituição protestante financeiramente.

Estudou do Jardim de Infância à 4ª série, no período de 1970 a 1974. Mencionou, em seu relato, as professoras Isaura Alves dos Santos e Neiva Azambuja da Silva, a diretora Maria Benedita dos Santos Cardoso, a secretária Pureza Oliveira Pael e a “querida merendeira dona Calixta Ferreira da Silva, que mesmo sabendo que estávamos na fila pela segunda vez, servia-nos mais um prato de sua saborosa sopa”. Tais memórias remetem à compreensão de que “[...] a história oral surge como possibilidade de trazer à tona e registrar o que há muito as pessoas sabiam, falavam e vivenciavam, por intermédio de suas histórias pessoais e das relações estabelecidas na sociedade” (Sarat, 1999, p. 57). Formou-se em Administração de Empresas e, juntamente com a família, atua no comércio²⁴ varejista no Município de Dourados, local este, onde concedeu a Entrevista.

Embora houvesse o interesse em compreender a demanda e o perfil dos alunos que frequentaram a Escola Metodista desde sua criação, na década de 1950, em Dourados, a documentação localizada durante a pesquisa documental, nos arquivos das Escolas Recolhidas (SED, 2023), permitiu identificar apenas as pastas com registros referentes aos últimos cinco anos de funcionamento da Instituição.

²⁴ Durante parte do meu Curso de Pedagogia, trabalhei neste estabelecimento comercial.

No período em que consegui apurar, nas Pastas, informações sobre o perfil socioeconômico dos alunos (1972-1976), foi possível compreender que houve alterações, ao longo dos anos, no quadro de estudantes matriculados. Isso porque, no início do funcionamento da Escola Metodista em Dourados, parte dos frequentadores “eram os filhos da elite douradense”, conforme narrou uma das professoras entrevistadas (Monteiro, Entrevista, 2025). Segundo suas lembranças, tratava-se de filhos de pessoas ilustres e influentes no Município, tais como “prefeito, delegado, médico, deputado, gerente de banco”, que frequentavam a instituição confessional metodista. Mencionou ainda a presença de “filhos dos turcos”, “sobrinhos do Lídio Coelho” e “filhos do Antônio Moraes”, destacando que “todos estes alunos pagavam as mensalidades”.

A depoente também lembrou que, quando alguma criança de origem humilde não tinha condições de pagamento, poderia pagar um valor reduzido ou obter isenção, como ocorreu com um dos irmãos, que os seus pais não dispunham de recursos financeiros para custear os estudos. Esses apontamentos levam a compreender a representação de um “espírito altruísta” atribuído aos missionários, no sentido de viabilizar que nenhuma criança ficasse sem estudar e pudesse frequentar a Escola Metodista, ao mesmo tempo em que mantinham relações próximas com cidadãos influentes do Município, cujos filhos ali estudavam. Além disso, o relato sugere que o reconhecimento da Instituição também se associava às habilidades pedagógicas da professora Áurea Batista Brianezi na condução das aulas.

Entre 1972 e 1976, as rendas familiares informadas nas Pastas variavam consideravelmente, com valores entre Cr\$ 440,00; Cr\$ 850,00; Cr\$ 1.000,00; Cr\$ 1.500,00; Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 2.500,00. Os menores rendimentos correspondiam, em geral, às ocupações registradas como serviços gerais, motorista, tratorista e charreteiro, com faixas salariais inferiores. Já os demais exerciam profissões como comerciante, pedreiro, comissário de polícia e farmacêutico (Cardoso, Entrevista, 2023). Segundo Tocqueville (1969, p. 261), as lutas sociais por melhores condições de remuneração podiam ser observadas entre as classes trabalhadoras, em uma “[...] luta constante pelos salários” e por melhores condições de trabalho.

Isso evidencia que o propósito inicial de atender predominantemente a elite douradense no quadro discente foi modificado ao longo dos anos, pois a Escola Metodista passou a manter estudantes pertencentes às classes médias e às camadas de menor poder socioeconômico, “pobres e desvalidos”, conforme aponta Monteiro (2020, p. 276).

O corpo discente da Escola Metodista tornou-se marcadamente heterogêneo, pois, ao mesmo tempo em que atendia a filhos de comerciantes e de comissários de polícia, também

acolhia alunos cujos pais exerciam profissões como: carpinteiro, pedreiro, motorista e tratorista, entre outras (SED, 2023). Segundo consta na Pasta n. 1 (SED, Ficha de aluno, 1974, p. 4), a renda familiar do ex-aluno Campos (Entrevista, 2023), era de Cr\$ 1.000,00.

Para compreender melhor o perfil dos alunos que frequentaram a Escola, elaborei a Tabela 5, que apresenta uma amostra do quantitativo de estudantes matriculados na Instituição, da 1ª à 4ª série, organizados por período e por série, no intervalo entre os anos de 1972 e 1976, conforme se pode observar.

Tabela 5 – Quantitativo de alunos da 1ª a 4ª série no período de 1972 a 1976

Ano Letivo	Séries	Modalidade de Ensino	Quantidade de Turmas	Total de Alunos	Meninos	Meninas
1972	1ª	Regular matutino	3	86	50	36
1972	2ª	Regular vespertino	1	25	13	12
1972	3ª	Regular vespertino	1	20	10	10
1972	4ª	Regular vespertino	1	17	10	7
1973	1ª	Regular matutino	1	62	28	34
1973	1ª	Regular vespertino	1	38	18	20
1973	2ª	Regular vespertino	2	65	26	39
1973	3ª	Regular matutino	1	42	17	25
1973	4ª	Regular matutino	1	31	11	20
1974	1ª	Regular matutino	2	89	41	48
1974	2ª	Regular matutino	1	43	24	19
1974	2ª	Regular vespertino	1	38	19	19
1974	3ª	Regular vespertino	1	69	28	41
1974	4ª	Regular vespertino	1	45	13	32
1975	1ª	Regular matutino	2	81	44	37
1975	2ª	Regular matutino	1	43	15	28
1975	3ª	Regular vespertino	1	40	20	20
1975	3ª	Regular vespertino	1	41	14	27
1975	4ª	Regular vespertino	1	45	13	32
1976	1ª	Regular matutino	1	39	20	19
1976	1ª	Regular vespertino	1	39	20	19
1976	2ª	Regular matutino	1	38	23	15
1976	2ª	Regular vespertino	1	34	16	18
1976	3ª	Regular matutino	1	37	18	19
1976	4ª	Regular vespertino	1	46	20	26

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30) pela autora.

Embora alguns Livros de Matrícula não tenham sido localizados, os dados que se inventariou, mostram-se relevantes para compreender a demanda de alunos atendida pela Instituição.

Ao considerar os dados registrados na Tabela, observa-se que, no período entre 1972 e 1976, foram matriculados, ao todo, 1.153 alunos da 1ª à 4ª série na Escola Metodista, dos quais 543 eram meninos e 610 meninas. Na 1ª série, foram constituídas 11 turmas, totalizando 434 alunos, sendo 222 meninos e 212 meninas. Na 2ª série, registraram-se 8 turmas, com 286

alunos, dos quais 136 eram meninos e 150, meninas. Na 3ª série, foram 5 turmas, com 251 alunos, sendo 116 meninos e 135 meninas. Por fim, na 4ª série, totalizaram-se 5 turmas, com 180 alunos, dos quais 68 eram meninos e 112, meninas. Assim, a diferença entre meninos e meninas foi de 67 matrículas a mais para o sexo feminino.

É importante reconhecer que o número de meninos e meninas matriculados por série variava ao longo dos anos. Em determinadas séries, o quantitativo de meninos era superior ao de meninas; em outras, observava-se maior número de meninas; e, em alguns casos, os totais apresentavam-se equilibrados.

No que se refere à diferença identificada no percentual de alunos do gênero feminino, recorreu-se ao entendimento de Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (nas versões americana, de 1986, e francesa, de 1988), no qual a autora destaca que “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Ao aprofundar essa discussão, a autora ainda ressalta que

[...] o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) [...] em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas [...] esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social - este é o terceiro aspecto das relações de gênero [...], o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (Scott, 1995, p. 86-87).

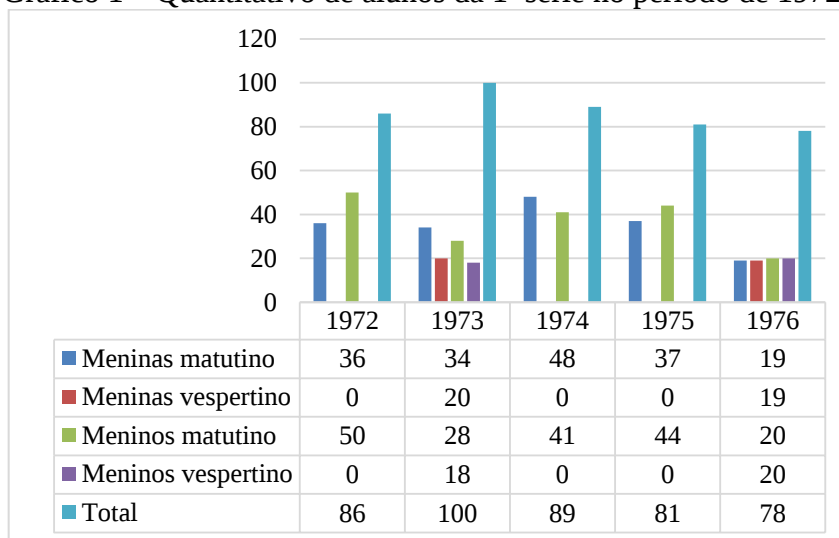
Ainda no que se refere a essa concepção, Scott (1995) aponta que muitos pesquisadores definem a questão de gênero apenas como relacionada ao grau de parentesco. Contudo, na perspectiva da autora, o gênero constitui-se como “uma construção social e histórica de homens e mulheres, que ocorre em muitas instâncias” (Silva, 2019, p. 85) e esferas. Nessa compreensão, os quatro aspectos por ela elencados precisam estar interligados, sendo construídos pelas práticas sociais masculinas e femininas.

A partir desse conceito, é possível compreender o perfil de gênero em relação ao quantitativo de meninos e meninas matriculados na Escola Metodista. No entanto, conforme mencionado anteriormente, essa discussão não será objeto de análise aprofundada nesta pesquisa, limitando-se à apresentação e problematização dos dados coletados, apenas no quantitativo de gêneros.

À luz dessas considerações, elaborei os gráficos apresentados a seguir, com o objetivo de compreender de que maneira tais concepções auxiliam na interpretação das diferenças de gênero percebidas no interior dessa Instituição protestante.

O Gráfico 1 exemplifica o quantitativo de alunos matriculados na 1ª série, no período de 1972 a 1976, distribuídos por gênero masculino e feminino na referida Instituição.

Gráfico 1 – Quantitativo de alunos da 1ª série no período de 1972 a 1976



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30) pela autora.
Organização: (Antunes, 2025).

Os dados do Gráfico 1 apresentam informações acerca do quantitativo de alunos que cursaram a 1ª série na Escola Metodista. Ao todo, foram atendidas 434 crianças, distribuídas em 11 salas de aula. No período matutino, estavam matriculadas 174 meninas e 183 meninos; no período vespertino, 39 meninas e 38 meninos. Há uma diferença de nove estudantes a mais do gênero masculino no turno matutino e de apenas uma estudante no turno vespertino.

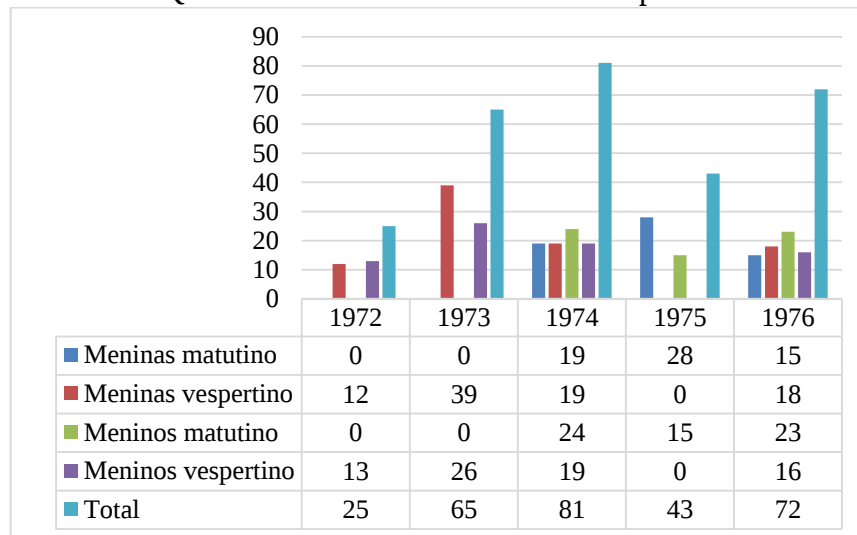
Esses dados suscitam reflexões acerca dos distintos contextos sociais nos quais essas crianças estavam inseridas, permitindo compreender as diferenças de gênero entre os alunos matriculados. Trata-se de considerar as “[...] tentativas de decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem, pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles” (Chartier, 1990, p. 177). Nesse cenário histórico-cultural, observa-se que os sujeitos atribuem significados às suas práticas, articulando-as às dinâmicas sociais que os atravessam.

Foi capaz de perceber, ainda, que, no período de 1972 a 1976, conforme indicado na Tabela 6, houve oscilações no número de alunos matriculados na 1ª série. Em 1972,

registraram-se 86 matrículas; em 1973, ocorreu uma redução, com 64 alunos. No ano de 1974, o número voltou a crescer, alcançando 89 matrículas. Em 1975, observou-se novo decréscimo, com 81 alunos matriculados. Já em 1976, foram organizadas duas turmas de 1ª série, cada uma com 39 alunos, totalizando 78 matrículas, o que representa uma pequena redução em relação ao ano anterior. Essa oscilação no número de matrículas também se verificou nas demais séries do ensino da 1ª à 4ª série da Instituição.

Por sua vez, o Gráfico 2 representa a redução no número de alunos, tomando como exemplo o quantitativo de matrículas na 2ª série, apresentado de forma desagregada por gênero masculino e feminino.

Gráfico 2 – Quantitativo de alunos da 2ª série no período de 1972 a 1976



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30) pela autora.
Organização: (Antunes, 2025).

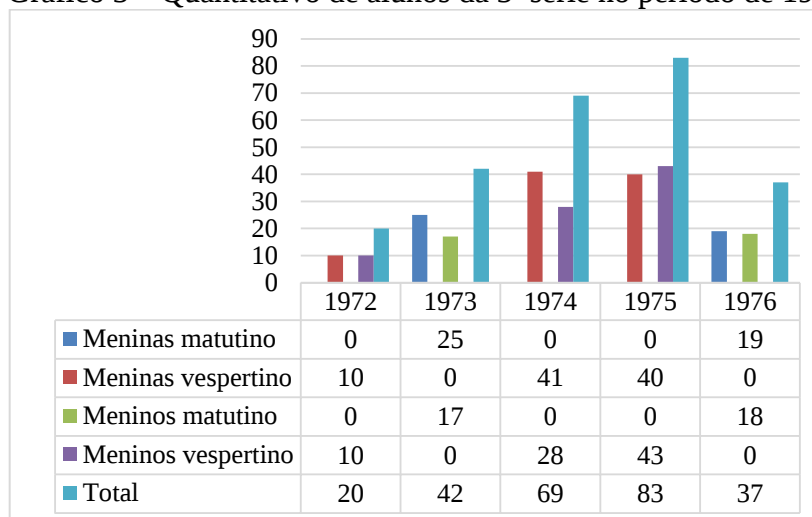
O Gráfico 2 apresenta os dados referentes aos alunos que cursaram a 2ª série, na qual foram atendidos 286 estudantes, distribuídos em oito turmas. No período matutino, o quantitativo de matrículas foi equivalente entre os gêneros, com 62 meninas e 62 meninos. Já no período vespertino, estudaram 88 meninas e 74 meninos, totalizando 14 alunas a mais. Para Scott (1995, p. 15), as diferenças de gênero não devem ser analisadas apenas a partir de comparações quantitativas, mas compreendidas em seus distintos contextos históricos, nos quais escolas e alunos estão inseridos, bem como nas diferenças culturais que os circundam.

De modo geral, o quantitativo de alunos e alunas matriculados entre os anos de 1972 e 1976 manteve relativa proximidade numérica. No entanto, um dado que nos chamou a atenção foi à redução no número de estudantes entre a 1ª e a 2ª série. Enquanto 434 crianças

frequentaram a Escola Metodista na 1ª série no período analisado, na 2ª série esse número caiu para 286 estudantes, o que corresponde a uma redução aproximada de 35%.

O Gráfico 3 ilustra essa diminuição a partir do quantitativo de alunos matriculados na 3ª série, no período de 1972 a 1976, com os dados apresentados de forma separada entre meninos e meninas.

Gráfico 3 – Quantitativo de alunos da 3ª série no período de 1972 a 1976



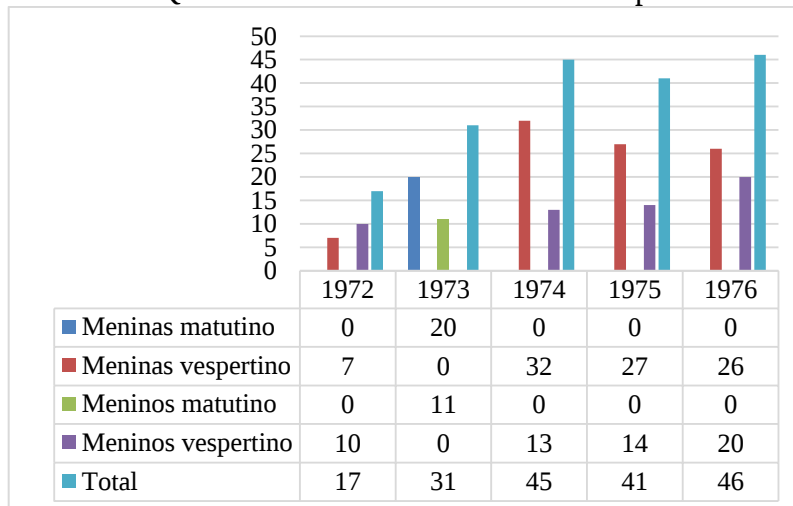
Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30) pela autora.
Organização: (Antunes, 2025).

O Gráfico 3 apresenta os dados referentes aos alunos que frequentaram a 3ª série, distribuídos em cinco turmas, totalizando 251 crianças. No período matutino, estudaram 44 meninas e 35 meninos, o que representa nove alunas a mais para o gênero feminino. Já no período vespertino, registraram-se 91 meninas e 81 meninos, configurando uma diferença de dez alunas a mais.

Ao comparar os dados dos Gráficos 3, referente à 2ª série, e 4, correspondente à 3ª série, observamos uma redução de 35 alunos no total de matrículas. Em termos numéricos, esse quantitativo equivale aproximadamente a uma sala de aula. Nesse sentido, as crianças, enquanto sujeitos sociais são moldados tanto pelas condições de classe, gênero e cultura às que estão vinculadas quanto pelas “convenções” e restrições que, conforme assinala Chartier (2010, p. 49), “[...] limitam de maneira mais ou menos clara, de acordo com a posição que ocupam nas relações de dominação, aquilo que lhes é possível pensar, dizer e fazer”. Assim, cada indivíduo enfrenta barreiras simbólicas e, por vezes, invisíveis, que configuram suas possibilidades de ação e expressão, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para os mecanismos de controle social sobre comportamentos e discursos.

Por fim, apresento o Gráfico 4, que demonstra o quantitativo de alunos matriculados na 4ª série, no período de 1972 a 1976.

Gráfico 4 – Quantitativo de alunos da 4ª série no período de 1972 a 1976



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30) pela autora.
Organização: (Antunes, 2025).

Finalizo com a apresentação do Gráfico 4, referente aos estudantes da 4ª série, distribuídos em cinco turmas, totalizando 180 alunos. No período matutino, estavam matriculadas 20 meninas e 11 meninos, o que representa nove alunas a mais. Já no período vespertino, registraram-se 92 alunas e 57 alunos, totalizando 35 meninas a mais.

Ao analisar os cinco gráficos, foi possível identificar que, entre os anos de 1972 e 1976, estudaram da 1ª à 4ª série na Escola Metodista 67 meninas a mais do que meninos. Apenas na 1ª e na 3ª série houve maior presença de meninos matriculados, ainda assim em quantitativo bastante próximo ao das alunas.

No que se refere à redução no número de alunos da 1ª à 4ª série, esse dado nos chamou a atenção. Diante disso, questiono-me: o que teria contribuído para a diminuição das matrículas nessas séries? Seria possível que esses alunos também tenham deixado de se matricular em outras escolas do Município de Dourados?

É relevante destacar, no âmbito da discussão sobre a diminuição do número de matrículas escolares, o relato da ex-diretora da Escola Metodista, segundo o qual “[...] após o governo estadual inaugurar uma nova escola no bairro Jardim Santo André, a pouco mais de 2 km da Escola Metodista, muitas crianças solicitaram transferência para essa unidade, por dispor de uma estrutura moderna de alvenaria e por estar localizada mais próxima de suas residências” (Cardoso, Entrevista, 2023). Ao que tudo indica, a inauguração de uma nova

escola nas proximidades das residências dos alunos que frequentavam a Escola Metodista de Dourados constituiu-se como um dos fatores que contribuíram para a redução do número de matrículas nessa Instituição educativa.

Ainda que, ao longo dos anos, a Escola Metodista tenha apresentado diminuição em seu quantitativo de alunos matriculados, conforme foi possível observar, é importante ressaltar que a Instituição protestante não mediu esforços para captar novos estudantes, recorrendo, inclusive, à divulgação de anúncios e propagandas no jornal local. Um exemplo significativo desse movimento encontra-se no anúncio publicado pelo Jornal O Progresso (1969, Ed. n. 1005, p. 6): “A Escola Metodista situada na Rua Hilda Bergo Duarte, n. 225, avisa a todos os interessados que as matrículas para o Primário e o Jardim da Infância já estão sendo efetuadas nos seguintes horários: pela manhã, das 8 às 11 horas, e à tarde, das 13h30 às 16h30”.

Ao examinar de forma minuciosa os elementos que compõem essa propaganda, observa-se que a direção escolar buscou apresentar, de maneira criteriosa, informações relativas ao endereço da Instituição, aos horários de atendimento, aos turnos ofertados e aos níveis de ensino contemplados. Dessa forma, a análise do anúncio possibilita identificar não apenas a forma como a Escola desejava ser percebida socialmente, mas também os mecanismos de construção, orientação e produção da opinião pública que procurava acionar, especialmente no que se refere às representações da cultura escolar.

Ainda no que se refere à publicação de anúncios e propagandas voltadas às matrículas escolares, uma ex-diretora da Instituição em Dourados relatou que “as escolas da época” utilizavam essa estratégia para divulgar seus estabelecimentos de ensino, reforçando informações como endereço e horário de atendimento, a fim de efetivar o maior número possível de matrículas, pois, apesar de ser uma escola simples, de madeira, ela atendia da pré-escola até a quarta série (Cardoso, Entrevista, 2023). As palavras da ex-diretora permitem compreender que a veiculação de anúncios em jornais, com informações sobre o período de matrículas, constituía uma prática recorrente no contexto educacional da época, configurando-se como uma estratégia institucional para a captação de novos alunos.

As Entrevistas também possibilitaram compreender que, na Escola Metodista, os alunos estavam submetidos a um conjunto de regras disciplinares. Sobre esse aspecto, um dos ex-alunos relatou que “as normas escolares eram bastante rígidas e, naquele período, havia a dispensa do uso obrigatório do uniforme, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas por muitas famílias. Não eram permitidas conversas paralelas, tampouco brincadeiras durante as aulas, e as quatro séries funcionavam na mesma sala, de modo que os alunos mais velhos e

com maior domínio dos conteúdos auxiliavam os menores” (Brianezi, Entrevista, 2023). Segundo o depoente, as aulas eram participativas e organizadas de forma que a professora distribuía atividades específicas para cada série, permitindo que, após a conclusão das tarefas, os alunos mais adiantados colaborassem com os demais. Esse funcionamento contribuía para a manutenção da ordem em sala de aula e para o desenvolvimento de um forte senso de coleguismo entre os estudantes, que se estendia para além do espaço escolar, fortalecendo relações de união e solidariedade.

As regras de conduta precisavam ser cumpridas pelos alunos e pelas alunas na Escola, tendo em vista as questões hierárquicas “[...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Chartier, 1990, p. 17). As normas eram rigorosas para todos na Instituição, sem exceção. Mesmo os filhos e as filhas dos pastores, enquanto estudantes estavam submetidos a tais regras, sem qualquer tipo de privilégio.

A filha do Reverendo Themóteo Campos dos Santos, ex-aluna da Escola Metodista, relembrou que “[...] o “papai” não deixava que os filhos saíssem da Escola para ir à residência, caso esquecessem alguma coisa durante o período das aulas” (Santos, Entrevista, 2023). Mencionou, ainda, que ele “acompanhava de perto as atividades escolares que eram desenvolvidas pelas professoras”. Tais representações sobre a atuação do pastor no espaço escolar apontam para a maneira como a cultura escolar era reforçada na Instituição por meio de sua presença e da maneira de comportamento que precisava ser reproduzido.

Chartier (2010, p. 26), explicita que as conexões são “produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos”, ao passo que [...] as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem” tais diferenças, evidenciando o modo como as relações de poder se manifestam entre os sujeitos, sejam eles dominantes ou dominados.

Ainda sobre o assunto, a ex-aluna também relatou que havia regras até para a entrada na sala de aula: todos deveriam entrar em fila, por ordem de tamanho. O respeito entre os próprios alunos e alunas, bem como em relação às professoras e aos demais funcionários da Instituição, era constantemente exigido.

Campos (Entrevista, 2023), ex-aluno, afirmou que “[...] qualquer desobediência” resultava em encaminhamento à Sala da Diretora, e que os pais eram informados sobre tudo o que ocorria. Quando se dizia “pede pro seu pai” ou “pra sua mãe” vir aqui, “era um Deus nos acuda”. Nessa perspectiva, Tocqueville (1969, p. 112) aponta que o fato de “[...] se submeter às regras” desde a infância evidencia como o cidadão aprende a importância de respeitar o

outro, aspecto que se fazia presente na Escola Metodista pela forma como as normativas escolares eram estabelecidas e deveriam ser seguidas rigorosamente pelos estudantes.

Chartier (2002) destaca que as representações de submissão ao cumprimento de regras e comandos revelam aspectos significativos do modo como a Escola Metodista inculcava valores morais e éticos por meio da cultura escolar em seu cotidiano institucional. Campos (Entrevista, 2023) não percebia a “rigidez” como atitude meramente disciplinadora, mas como forma de ensinar os alunos a “respeitar os mais velhos”, apontando para a formação do caráter e para a obediência que, segundo seu relato, já lhe haviam sido ensinadas no âmbito familiar.

Entre as regras institucionais, estava o uso do uniforme. Sobre esse aspecto, a ex-aluna relatou que no período que estudou na Instituição “o uso do uniforme era obrigatório e era composto de camisa branca, com saia azul-marinho plissada, meia branca e sapato preto” e que “precisavam cuidar muito para não sujar” (Santos, Entrevista, 2023).

A Figura 17 permite visualizar como era o uniforme dos alunos da Escola.

Figura 17 – Alunos da Escola Metodista em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

É possível observar, na imagem, alunos e alunas em frente à Escola Metodista, trajando o uniforme da Instituição. O uniforme das meninas consistia em uma blusa com gola, em modelo semelhante ao de camisa, e uma saia com comprimento acima do joelho, com os cabelos penteados e, em alguns casos, com enfeites. Algumas alunas aparecem com um modelo de vestido do tipo “salopete”, comumente utilizado no vestuário da época.

Os meninos utilizavam o mesmo modelo de camisa com gola, além de shorts curtos ou calças compridas e, em sua maioria, apresentavam cabelos curtos. Isso remete à compreensão “[...] da importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação, residindo nesse seu dom de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos da verdade” (Vidal; Abdala, 2005, p. 178).

O ex-aluno Campos (Entrevista, 2023) enfatizou, em seus relatos, a relevância da Escola Metodista em sua formação, não apenas no âmbito educacional, mas também para sua trajetória de vida. Segundo ele, as aulas eram proveitosas e marcadas por exigências de silêncio, respeito e atenção ao conteúdo, sob pena de encaminhamento à diretoria. Como afirmou, “hoje dou grande importância ao método usado”. As informações apresentadas na Entrevista permitem compreender como as representações associadas às regras eram introduzidas e incorporadas à cultura escolar no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Diante do exposto, compreendeu-se que a Escola Metodista, durante seus 22 anos de existência, atendeu um percentual significativo de alunos. Observou-se que a Instituição atendeu os filhos da “elite” douradense, entre eles os filhos dos membros da Igreja Metodista, bem como crianças que não participavam do contexto cristão protestante, como os católicos.

Também foi possível caracterizar o perfil dos alunos, verificar as diferenças percentuais entre meninos e meninas matriculados, além de analisar as vivências e as memórias relacionadas à instituição. Esses elementos são importantes para perceber como esses sujeitos se relacionavam nesse espaço confessional protestante e de que modo tais representações influenciavam o ambiente escolar.

Além de atender, nos períodos matutino e vespertino, crianças do Jardim de Infância e do Curso Primário, a Escola Metodista também atendia, no período noturno, adultos no Curso de Educação Integrada (Mobral), aspecto que será exposto a seguir.

3.4 O Curso de Educação Integrada: O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e seus alunos

No período noturno, oferecia atendimento para os adultos por meio do Mobral e, nos finais de semana, funcionava com a Escola Dominical, além de reuniões e celebrações, quando necessário (Brianezi, Entrevista, 2023). Assim, os espaços eram utilizados de formas distintas, mas sempre orientados pela premissa de atender às crianças por meio do “ensino regular e do ensino religioso”, de modo a fomentar a educação, a fé e o ensino, ideário fundante do precursor metodista John Wesley (Ata n. 2, 1961).

Conforme Escolano Benito (2021, p. 73), a Instituição protestante afirmou-se “como lugar e como cenário, se constituiu na medida em que foi adquirindo reconhecimento público, configurando-se em um espaço simbólico para a comunidade” que por ali circulava. Nesse sentido, as estratégias de ensino destinadas aos adultos legitimavam o esforço dos missionários metodistas para integrá-los ao ensino convencional no período noturno, com o objetivo de ampliar as matrículas e alcançar maior número de estudantes. Além disso, tais ações contribuíam para incentivá-los a participar das atividades e dos cultos realizados no Templo da Igreja Metodista, favorecendo a difusão dos preceitos e valores religiosos.

O Mobral foi criado por meio da Lei n. 5.379, de 1969, e passou a funcionar efetivamente a partir de 1970, como “um programa criado pelo governo federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos” (Silva, 2019, p. 79). No entendimento de Germano (2005, p. 163), o Mobral “[...] foi lançado com grande alarde, pois, afinal, visava atingir um grande contingente popular, e esta era uma forma de buscar legitimação”, uma vez que a proposta desse programa de ensino pretendia oportunizar a alfabetização de jovens e adultos que não conseguiram frequentar o ensino regular na idade considerada adequada.

Segundo a prescrição da referida Lei, o Ensino Supletivo configurava-se como uma oportunidade para alfabetizar e qualificar a população carente para a mão de obra. Nesse sentido, a cartilha utilizada nas aulas do Mobral tinha como premissa ser “[...] elaborada para atender um determinado perfil de brasileiro: analfabeto e pertencente às camadas populares” (Oliveira; Souza, 2012, p. 25) e contou, em grande medida, com uma metodologia de conteúdos “importada da cartilha *Caminho Suave*” (Oliveira; Souza, 2012, p. 29).

No que diz respeito à instalação do Mobral na Escola Metodista, o jornal O Progresso, de 1972 (Ed. n. 1320, p. 4), noticiou: “Comissão do MOBREAL Municipal de Dourados para atuar no período de 03/04/72 a 03/09/72”. A nota esclarece o início de uma nova etapa de alfabetização do Mobral e destaca a importância do papel a ser desempenhado pelos membros da nova comissão, no que tange ao acompanhamento e à fiscalização das escolas que cederam seus espaços escolares para as aulas do Ensino Supletivo no período noturno. Tal iniciativa era apresentada como uma oportunidade tanto para professores quanto para alunos, uma vez que a missão de ensinar e aprender demandava o suporte da equipe técnica para que todos os postos – escolas – e seus respectivos responsáveis – monitores – desempenhassem adequadamente suas funções. Conforme a matéria, “a Escola Metodista abriu as suas portas para receber o Mobral como Posto n. 8, sob a monitoria de Diva Tavares”.

A Escola Metodista, ao ceder seu espaço físico e parte de seu corpo docente para atender à demanda do Mobral, contribuiu para a alfabetização de adultos que não tiveram oportunidade de frequentar o ensino regular na faixa etária correspondente à escolarização. Para Schroeder (1982, p. 11), “Às classes menos favorecidas eram dadas poucas oportunidades. Alguns freqüentavam o ensino primário e poucos o ensino profissional”. Desse modo, a implantação do Mobral na Instituição protestante constituiu uma iniciativa dos órgãos públicos voltada ao enfrentamento do analfabetismo e à promoção do avanço educacional no Município de Dourados.

Ainda sobre o fato de a Escola Metodista ter cedido o espaço de suas instalações para o referido programa, em publicação anterior, o jornal O Progresso (1965, Ed. n. 660, p. 5) destacou a matéria intitulada “Escola de Alfabetização de Adultos”:

O nosso serviço de reportagem visitou em dias desta semana a Escola de Alfabetização de Adultos, em nossa cidade, à rua Rio de Janeiro 325. A referida Escola tem seu funcionamento em curso noturno, contando com 15 alunos no curso. Como sabemos, a Escola de Alfabetização de Adultos foi criada em 1962 por iniciativa da extinta Professora Hilda Bergo Duarte. Após tantos sacrifícios a Escola continua funcionando normalmente. A assistência da Escola tem sido mantida pela Igreja Metodista, contudo a frequência dos alunos tem sido pouca em relação ao índice de analfabetos existente em toda a Comarca de Dourados. Apelamos aos que ainda não receberam a luz da alfabetização que se dirijam à essa Escola, a fim de que recebam as instruções escolares, o quanto antes, pois com o progresso da humanidade todos devem se ilustrar recebendo, os influxos da civilização moderna.

Essa publicação chama a atenção para o fato de que, embora a Escola Metodista tenha aberto suas instalações para manter o funcionamento do Mobral em Dourados, a frequência de alunos no curso de alfabetização de adultos ainda era reduzida no Município, frente ao número de pessoas analfabetas existente no período na localidade.

Em nota, o jornal O Progresso (1972, Ed. n.1320, p. 4) mencionou que o período do curso oferecido pelas escolas, incluindo a Escola Metodista, era de pouco menos de seis meses. Tal informação permite compreender a baixa procura pelo Mobral por parte dos adultos analfabetos do Município de Dourados, conforme já registrado em publicação anterior do jornal O Progresso (1965, Ed. n. 660, p. 5).

Oliveira e Bicas (2012, p. 34) apontam que esses “cursos aligeirados” pouco contribuíam para a alfabetização em massa da população, uma vez que o processo acabou por “[...] elevar as estatísticas governamentais, contudo, não mudou a realidade de milhares de

brasileiros que, mesmo tendo passado pela experiência do Mobral, permaneceram não alfabetizados”.

Mesmo diante dessas circunstâncias, a Escola Metodista manteve o Mobral e, entre os anos de 1974 e 1976, conseguiu atender um quantitativo significativo de alunos no ensino supletivo, ofertando o Curso de Educação Integrada para adultos no período noturno, conforme demonstra a Tabela 6.

Tabela 6 – Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976

Ano Letivo	Séries	Modalidade de Ensino	Quantidade Turmas	Total de Alunos	Homens	Mulheres
1974	1ª a 4ª	CEIN	2	118	65	53
1975	1ª a 4ª	CEIN	2	88	52	36
1976	1ª a 4ª	CEIN	2	62	44	19

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 4, 1976, p. 1-14) pela autora.

Os dados apresentados na Tabela 6 indicam que a Escola Metodista atendeu 268 alunos no Curso de Educação Integrada, ofertado no período noturno, com duas turmas por semestre, sendo 161 homens e 108 mulheres. Tal informação permite dialogar com Escolano Benito (2021, p. 73), ao afirmar que a Instituição se destacou “como lugar e como cenário, constituindo-se à medida que foi adquirindo reconhecimento público e se configurando como um espaço simbólico para a comunidade”. Isso se justifica, pois os missionários metodistas e a direção da Escola Metodista empreenderam esforços para que a Instituição protestante ocupasse lugar de destaque no cenário educacional do Município de Dourados. Nesse contexto, a ex-diretora Cardoso (Entrevista, 2023) também atuou como professora no período noturno, assumindo dupla função, em razão da insuficiência de docentes disponíveis para cumprir jornada de trabalho nesse turno.

Embora, conforme já apontado não haja, a intenção de discutir com profundidade sobre gênero, no que se refere ao número de alunos (masculino e feminino) atendidos pelo Curso de Educação Integrada, considero oportuno destacar tais questões acerca do percentual de matrículas na Escola Metodista de Dourados. Para tanto, recorre-se ao entendimento de gênero proposto por Scott (1995), compreendido como construção social e histórica das relações entre homens e mulheres, produzida e reproduzida em diferentes espaços sociais, entre eles as Instituições escolares. Nesses espaços, observam-se as possibilidades e os condicionamentos que incidem sobre os diferentes gêneros, inclusive quando deixam de frequentá-los. Como adverte Tocqueville (1969, p. 262), “[...] À medida que as condições sociais se tornam mais iguais”, o acesso ao ensino e ao conhecimento tende a se democratizar.

Plácido (2014, p. 20) destaca que, “[...] além da alfabetização, considerada essencial para um povo que baseava sua fé na leitura da Bíblia”, os metodistas também “[...] objetivavam preparar os estudantes para desenvolver talentos necessários ao trabalho, ao exercício da liderança e às questões políticas da nação”, como expressão de uma educação voltada à formação de cidadãos éticos e moralmente alinhados às expectativas sociais.

Essa perspectiva contribui para compreender a menor presença de mulheres no Curso de Educação Integrada, uma vez que construções históricas relativas ao papel social feminino às associam, predominantemente, às funções de esposa, mãe e responsável pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos. Tais atribuições influenciam e dificultam a frequência em cursos ofertados no período noturno, como o disponibilizado pela Escola Metodista de Dourados.

Diante desses elementos, recorremos a Louro (1997, p. 25), que destaca como as relações sociais historicamente construídas atribuem significados, valores e hierarquias diferenciadas a homens e mulheres, produzindo assimetrias de poder, oportunidades e reconhecimento, bem como incidindo na “[...] forma como essas características são representadas ou valorizadas” entre os gêneros.

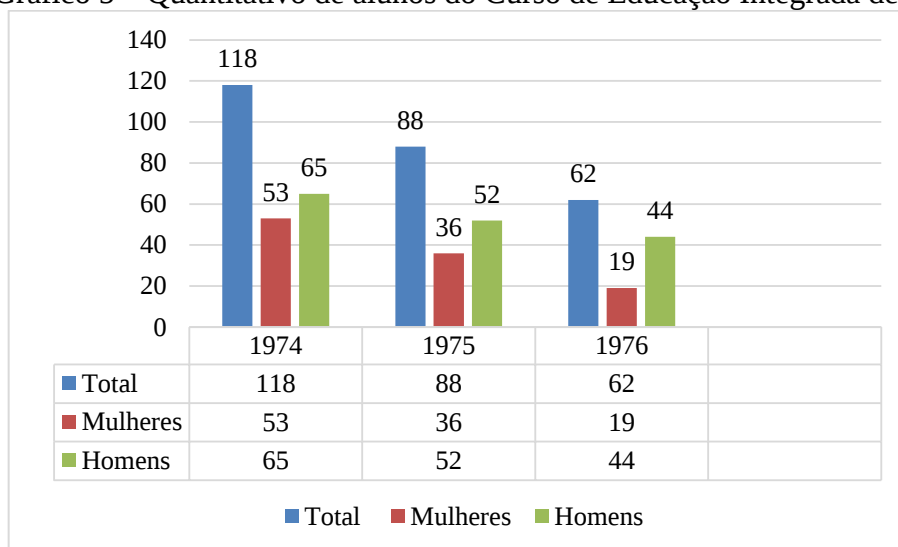
A autora pontua ainda que “[...] a construção social e histórica produzida sobre as características” (Louro, 1997, p. 26) de cada gênero ultrapassa o exercício de papéis sociais, constituindo sentidos, identidades e comportamentos no contexto em que se inserem.

Para compreender as relações de gênero, é necessário ultrapassar o questionamento acerca da existência de uma educação diferenciada entre homens e mulheres, atentando aos processos sociais, culturais e históricos que produzem, legitimam e atribuem sentidos a tais diferenças, por meio das quais as instituições e as práticas sociais “[...] ‘fabricam’ os sujeitos” (Louro, 1997, p. 29), uma vez que estes espaços são atravessados por construções de gênero.

Cardoso (Entrevista, 2023) comentou que a instalação do Mobral na Escola Metodista, permitiu que muitos jovens e adultos pudessem ter acesso aos estudos no período noturno e isso, foi de grande valia para os moradores do entorno da Instituição que não tiveram como estudar durante a infância. Essa oportunidade para concluir os estudos, representava para muitos alunos a garantia para galgar melhores condições de trabalho, maior remuneração. Conforme descreve Weber (2004) as relações sociais por vezes são conectadas pelo capital cultural e salarial.

Com o objetivo de ilustrar os percentuais relativos ao quantitativo de homens e mulheres atendidos no Curso de Educação Integrada da Escola, elaborei, a partir dos dados da Tabela 5, um Gráfico para melhor ilustrar, conforme aparece a seguir.

Gráfico 5 – Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 4, 1976, 1-14) pela autora.

Organização: (Antunes, 2025).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 5, foi possível perceber que, em todos os anos de matrícula, o gênero masculino superou o gênero feminino no número de alunos que frequentaram o Curso de Educação Integrada (Mobral) no período noturno. Do total de 268 alunos matriculados entre 1974 e 1976 na Escola Metodista, sendo 161 homens e 108 mulheres, com duas turmas em cada semestre, observamos uma diferença de 53 alunos a mais para o gênero masculino em relação ao gênero feminino. Louro (2004, p. 447) destaca que “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos”; contudo, a figura feminina caracterizava-se pelo trabalho doméstico, pela dedicação aos filhos e pelo cuidado com o marido, sendo, muitas vezes, privada de estudar, especialmente no período noturno.

Nesse sentido, observou-se que, mesmo em contingente inferior ao dos homens, as mulheres também fizeram parte do Curso de Educação Integrada (Mobral), buscando aprender a ler, escrever e contar. Essas ações evidenciam o que Chartier (1990, p. 17) traduz como “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder” e produzem representações que permitem compreender contextos singulares a partir de modelos estruturais dominantes nas esferas sociais.

No entendimento de Tocqueville (1969, p. 283), os fatos relativos às distinções atribuídas a homens e mulheres refletem um conjunto de ideais decorrentes da influência norte-americana na forma como se compreende a igualdade entre os gêneros e as funções socialmente destinadas a cada um. Nos seus dizeres, “[...] os americanos não pensam que o homem e a mulher tenham o direito ou o dever de desempenhar as mesmas funções, mas

manifestam um respeito igual pelos respectivos papéis”. Assim, não se trata de igualdade nas ações, mas de oportunidades consideradas equivalentes para homens e mulheres no mercado de trabalho, ainda que trilhando caminhos diferentes.

A leitura do Gráfico 5 leva a entender que, embora representem um contingente numericamente inferior ao dos homens, as mulheres também integraram o Mobral, buscando qualificar-se tanto para o ingresso no mercado de trabalho quanto para a melhor administração de seus lares. Chartier (1990, p. 17) aponta que as relações sociais interferem nesses processos, pois “[...] não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas” que impõem “[...] autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”, influenciando como essas representações podem constituir rótulos atribuídos aos gêneros.

Nesta subseção, foi possível compreender o funcionamento do Mobral a partir da oferta de matrículas promovida pela Escola Metodista, em parceria com os órgãos públicos, a qual oportunizou o acesso ao ensino a diferentes gêneros que frequentaram a Instituição no período noturno. Observou-se, ainda, que o maior quantitativo de alunos matriculados entre os anos de 1974 e 1976 era do gênero masculino. Embora em número inferior, as mulheres também participaram desse programa de erradicação do analfabetismo no Brasil.

Embora a sua localização estivesse em uma área central do Município de Dourados, a Instituição não alcançou o número ideal de estudantes para o Curso de Educação Integrada. Ainda sobre os sujeitos que integraram a Escola Metodista, a próxima subseção tratará do corpo docente e da direção escolar da Escola Metodista.

3.5 O corpo docente e a direção escolar: relatos e memórias

Instituições escolares configuram-se como espaços que promovem o ensino por meio dos sujeitos que nelas transitam (Magalhães, 2005). Esta subseção apresentará as professoras que ministraram aulas na Escola Metodista de Dourados, bem como aquelas que exerceram cargos de direção nessa Instituição de ensino.

Para tratar das professoras e diretoras que estiveram à frente dessa Instituição escolar em Dourados, faz-se necessário, inicialmente, evidenciar o trabalho desenvolvido pela professora Áurea Batista Brianezi, que permaneceu durante os dois primeiros anos de funcionamento da Escola Metodista como a única docente. Foi apenas a partir do terceiro ano de funcionamento da Instituição, mais precisamente em 1957, em razão do crescimento no

número de alunos matriculados, que houve a contratação de uma nova professora para lecionar junto à professora Áurea, conforme relatos do ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023). Sobre o pagamento das professoras e da direção da Escola, ele também comentou que “neste período, os recursos para manter o salário das professoras eram provenientes tanto das arrecadações das ofertas da Igreja quanto da própria Escola”. Tal informação permite compreender que a Igreja Metodista mantinha estreita aproximação com a Escola, inclusive no que se refere às questões burocráticas e financeiras.

Além de primeira professora da Escola Metodista de Dourados, Áurea também foi à primeira diretora dessa Instituição, permanecendo no cargo durante os nove primeiros anos de seu funcionamento, mais precisamente entre 1955 e 1964, segundo consta na Ata n. 8 (1966, p. 7). A atuação da professora Áurea junto à Escola Metodista em Dourados chegou a ser divulgada no Jornal Expositor Cristão (1961, Ed. n. 21, p. 8, sic), periódico que se constituía como órgão oficial de comunicação da Igreja Metodista, conforme se pode observar.

Em Dourados há uma escola paroquial, que é um exemplo e uma inspiração. É dirigida pela Prof.^a Áurea Batista Brianezi, que tem dado todo o seu tempo a estê mister. É a “escolinha de D. Áurea”, como a chamam na intimidade; com 105 alunos, tem a reputação de ser a mais procurada em Dourados pelos pais das crianças. Estê comêço é um apêlo para que a Igreja volte os seus olhos para o estabelecimento de um educandário completo em Mato Grosso, com possível sede em Dourados devido à sua importância geográfica e econômica.

Essa matéria do Jornal Expositor Cristão, ao evidenciar a atuação educacional da professora Áurea na Escola, também chama a atenção da Igreja Metodista, inclusive em formato de apelo, para a possibilidade de o Município de Dourados, devido à sua importância geográfica e econômica, receber a abertura de um educandário mais completo em Mato Grosso. A atuação da professora Áurea junto à Escola acabava por demonstrar o potencial do Município para acolher uma escola metodista de maior porte, indo além de uma escola paroquial, como seria o caso de um Educandário.

Com o passar dos anos e o aumento no número de alunos matriculados, a Instituição, que iniciou seu funcionamento com Áurea como única professora em seu corpo docente, teve seu quadro ampliado. O Mapa Geral das Lotações na Escola Metodista, referente ao mês de agosto de 1970, por exemplo, apresenta uma amostra desse crescimento no número de educadoras contratadas para lecionar trabalhar no espaço educacional protestante. Mesmo não sendo possível localizar outros documentos com maiores detalhes de lotações, foi pertinente contextualizar esse Mapa, conforme demonstra a Figura 18.

Figura 18 – Mapa do Movimento Geral das lotações de professores

Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Mapa do Movimento Geral referente mês de agosto das Escolas Primárias do Município de Dourados MT

Núcia Benedita dos Santos

Visto do Delegado de Ensino

N.º de Ordem	Designação do Estabelecimento	Lotação (nome do professor e demais serviços, por escola)	CARGO	Carga Horária (horas semanais)	Formação (I) (Curso Normal, Ginásio, etc.)	Formação (II) (Curso Primário, Ginásio, etc.)	Formação (III) (Curso Superior, etc.)	N.º ADICIONAL	Salário (R\$)	Vencimento mensal NCS	DATA DE NOMEAÇÃO		TEMPO DE SERVIÇO		DIAS LETIVOS		N.º de Alunos	ALUNOS MATRICULADOS				PRÉDIO				
											Dia	Mês	Ano	Mês	Dia	De		Até	Mat.	Fen.	Total	Freq. Média	Endereço Municipal Particular	Alugado	Número de sala	
1	Escola Metodista	Neiza Assunção Florio	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	6	167,32	23	5	4	16	3	8	24	23	13	14	12	26	34,1	P	não	4
2		Alga Zilvia Spolster	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	2	126,50	25	5	6	9	3	6	24	23	33	13	11	24	22,2	P	não	4
3		Luizga de Oliveira Paul	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	2	126,50	9	10	6	1	8	10	22	24	24	24	13	37	33,7	P	não	4
4		Elvira Oliveira da Silva	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	3	160,00	-	-	-	2	8	-	24	23	4	8	5	13	12,7	P	não	4
5		Madira de Lima Matheus	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	-	93,00	-	-	-	8	-	24	24	13	-	24	24	21,9	P	não	4	
6		Alma Neli Rezzena	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	-	70,00	-	-	-	8	-	24	22	24	5	2	7	6,8	P	não	4	
7		Alma Benedita da Silva	Prof. Tit.	24	Normal	E	PP	não	-	159,00	-	-	-	2	8	-	24	24	13	32	-	32	3,3	P	não	4

Obs: Todos os dados deste mapa deverão ser preenchidos convenientemente e encaminhado o Secretário de Educação e Cultura do Estado, até o dia 10 do mês seguinte.

Dourados, 12 de Setembro de 1970

Fonte: Digitalizado no acervo do CDR (Caderno n. 2, 1970, p. 220) pela autora.

O Mapa do Movimento Geral faz menção ao quadro de funcionárias lotadas na Escola Metodista, com as atribuições de aulas, salário e formação. Ao todo, são seis professoras, além da diretora, com cargo cumulativo. Isso permite compreender que o corpo docente da Escola era composto por uma professora formada em Curso Normal e por docentes não habilitadas em curso de formação de professoras (Curso primário e Curso Ginásial). Também foi possível notar que o corpo docente era constituído essencialmente pelo gênero feminino, o que refletia o processo de feminização do magistério desencadeado no Brasil. Acerca disso, Louro (2004, p. 454) ressalta que “[...] As escolas se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres”.

No Brasil, segundo Louro (1997, p. 95), “[...] ao longo da segunda metade do século XIX, permitiu-se não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes”. De acordo com Louro (2004, p. 450) as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, sendo as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos.

Além disso, “[...] a Educação Metodista no Brasil, em seus primeiros anos, ficou a cargo das mulheres e, embora tivesse participação dos homens, que assumiram funções de professores e diretores, a organização e a abertura de novas escolas ficaram sob a responsabilidade feminina” (Reis, 2014, p. 92). Conforme a organização do corpo docente da Escola Metodista de Dourados, que isso se estendeu para além do início da educação

metodista no Brasil, pois essa presença feminina se manteve desde a criação e instalação da Instituição no Município, na década de 1955.

Ao retomar a questão da formação educacional do corpo docente, é possível observar que, no período, a única professora da Instituição com habilitação no Curso Normal era a diretora Maria Benedita dos Santos, pois as demais professoras possuíam como formação o Curso Primário ou o Ginásial. As professoras Neiza Assunção Flôres e Olga Vieira Ipólito possuíam formação no Curso primário e as professoras Pureza de Oliveira Pael, Edna Oliveira dos Santos, Nadir de Lima Martins e Maria Neli Bezerra possuíam o Ginásial.

Ainda em 1970, era comum, em muitos municípios de Mato Grosso, a presença de professoras atuando no Ensino Primário sem habilitação para o exercício do magistério, tanto em escolas do meio urbano quanto do meio rural, embora o maior número desses docentes se concentrasse no meio rural. Um exemplo dessa situação, no caso do Município de Dourados e região, são apontados por Piacentine (2012, p. 67):

Em 1970, o Departamento de Pesquisa e Ensino solicitou que todas as Delegacias de Ensino do estado de Mato Grosso, apresentassem um levantamento das escolas, com dados reais no que se refere ao número de alunos, professores e escolas de sua extensão. Diante dessa determinação, a Delegacia Regional de Ensino de Dourados/ MT fez um levantamento de sua realidade educacional. No final deste levantamento, esta Delegacia apresentou em seu relatório, sugestões para a melhoria do serviço educacional na região, para a Secretária de Educação e Cultura do Estado, dentre elas a especialização de professores, uma vez que dos 228 professores que atuavam em grupos escolares, escolas reunidas, escolas rurais mistas, entre outras, 118 tinham a formação da escola normal e 110 eram professores leigos.

Os dados apontados por Piacentine (2012) evidenciam que o número de professores atuando na condição de leigos, sem habilitação para o exercício do magistério, era elevado no Município de Dourados e região, ainda em 1970. Do total de 228 docentes atuando nas diferentes modalidades de escolas de Curso Primário, como grupos escolares, escolas reunidas e escolas mistas rurais, entre outras, 110 atuavam como professores leigos e 118 como professores habilitados, com formação na Escola Normal. Esse cenário ainda demandava melhorias na educação escolar do Município de Dourados e região, por parte da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, sobretudo no que se refere à formação de professores.

O Município de Dourados, nesse período, possuía apenas dois cursos de formação de professores: um Curso Normal Regional, que funcionava na Escola Imaculada Conceição, instalado ao final da década de 1950, e outro Curso Normal no Colégio Osvaldo Cruz,

implantado na década de 1960 (Amaro, 2018). Além desses dois Cursos Normais, contava-se com a existência de cursos de férias para a formação de professores leigos, promovidos desde 1950 com cursos preparatórios oferecidos no Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, posto em funcionamento na década de 1960, em parceria entre o governo federal e o governo de Mato Grosso, que recebia docentes de todo o Estado (Silva, 2019).

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá foi criado no contexto da Reforma do Ensino Primário promovida pelo governo João Goulart, no período de 1963 a 1964 (Silva, 2019), e tinha entre seus objetivos colocar em funcionamento cursos para a recuperação e o aperfeiçoamento do magistério (Brasil, 1963). Esse Centro ofertou dois cursos distintos: o Curso de Especialização em Supervisão Escolar e o Curso de Aperfeiçoamento. O primeiro destinava-se às professoras formadas no Magistério (Normal) e o segundo às professoras consideradas “leigas” (Ferreira, 2010), que eram educadoras que não haviam concluído formação acadêmica específica para exercer o trabalho docente, mas o faziam de forma livre.

Mesmo com a oferta desses cursos, ela ainda não era suficiente em Dourados e região, pois a presença de professores não diplomados permanecia elevada nos anos de 1970, conforme os dados apresentados por Piacentine (2012) para esta localização do Sul de Mato Grosso. Nessas circunstâncias, podemos compreender o fato de que, ainda em 1970, o corpo docente da Escola Metodista de Dourados contava com apenas uma professora habilitada em Curso Normal, enquanto as demais atuavam na condição de professoras leigas, conforme os dados do Mapa do Movimento Geral das lotações de professores, onde consta apenas o nome da diretora escolar com o nível de habilitação no Curso Normal, pois as demais professoras possuíam como formação o Curso Primário ou o Curso Ginásial (CDR, 1970, p. 220).

Apesar da promulgação da Lei n. 5.692 (1971), após 1970, que, no Artigo 30, estabelece o perfil do professor que poderia atuar no ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau, como se pode notar:

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª série, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (Brasil, 1971).

Mesmo com as atribuições e exigências previstas na referida Lei, muitos professores continuavam lecionando, como se observa na composição da equipe docente da Escola Metodista, na qual, em sua maioria, não possuíam comprovação da habilitação necessária para

atuar nas turmas da 1ª à 4ª séries. No entanto, “[...] isso continuava ocorrendo devido ao respaldo das Disposições Transitórias da Lei n. 5.692/71, que prescrevia, em seu Artigo 77, as condições mínimas aceitáveis para o exercício do magistério” (Silva, 2019, p. 95).

Ainda que essa Lei, em seu Artigo 30, estabelecesse que, para atuar como professor de 1ª a 4ª série no ensino de 1º grau, era necessária a habilitação específica de 2º grau, o corpo docente da Escola Metodista de Dourados continuou apresentando a presença de professoras leigas em seu quadro docente. Ao que tudo indica, tal situação permanecia em razão das Disposições Transitórias da Lei n. 5.692/1971, que prescrevem, em seu Artigo 77, as condições mínimas aceitáveis para o exercício do magistério:

Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário: a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau; c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau. Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar: a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos; b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação; c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho (Brasil, 1971, art. 77).

Tais prescrições, de acordo com o disposto no Artigo 77 da Lei n. 5.692/1971 (Brasil, 1971), permitem compreender que as professoras leigas que permaneciam no corpo docente da Escola Metodista de Dourados, mesmo após a promulgação da referida Lei, continuaram atuando como docentes, respaldadas pelos critérios estabelecidos no próprio artigo, especialmente diante da carência efetiva de professores habilitados.

Alguns depoimentos de outras professoras que atuaram na Escola Metodista de Dourados e que não constam na relação de docentes do Mapa do Movimento Geral do ano de 1970, como é o caso das professoras Neiva Azambuja da Silva e Maria da Silva Monteiro, possibilitou compreender sua inserção no corpo docente, de modo semelhante ao da diretora Maria Benedita dos Santos, que figura nesse Mapa. As Entrevistas realizadas com as três funcionárias da Instituição apontaram suas respectivas formações educacionais e evidenciaram alguns aspectos que marcaram a rotina dessas professoras no cotidiano da instituição escolar, conforme ilustram as imagens da Figura 19.

Figura 19 – Ex-professoras e ex-diretora da Escola Metodista em 2023-2025



Maria da Silva Monteiro

Neiva Azambuja da Silva

Maria Benedita dos Santos Cardoso

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Como parte das Entrevistas realizadas, apresento alguns dados referentes à ex-diretora do quadro de funcionárias da Escola Metodista, atualmente residente no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, local para onde me desloquei a fim de realizar a coleta Entrevista. Maria Benedita dos Santos Cardoso nasceu em 9 de julho de 1948, no distrito de Içara, pertencente ao Município de Jaguapitã, no interior do Estado do Paraná. Ainda muito jovem, perdeu a mãe. Teve formação em música e canto, e aprendeu a tocar órgão com a esposa de um pastor.

Fez o Curso Primário e o Ginásial em escola pública e realizou o Curso de Magistério (Normal) em instituição particular, na condição de aluna bolsista, iniciando sua atuação profissional como professora ainda no último ano de seus estudos. Além da Escola Metodista, atuou também na Escola Presbiteriana Erasmo Braga e no Colégio Estadual Reis Veloso, encontrando-se aposentada desde 1996 (Cardoso, Entrevista, 2023). Nos dizeres de Bosi (1994, p. 481), “[...] a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”. Assim, ao entrevistar indivíduos que já se encontram aposentados, possibilita-se o exercício de rememoração do tempo em que atuaram profissionalmente, em especial no espaço escolar.

O relato da professora e ex-diretora Maria Benedita dos Santos (que após o matrimônio adotou o sobrenome Cardoso)²⁵ possibilita conhecer a sua forma de ingresso na

²⁵ Ainda sobre o sobrenome adotado pela ex-diretora após o casamento, em nota, o jornal O Progresso (1977, Edição n. 1941, p. 8) anunciou: “Será no templo da Igreja Metodista, hoje, às 18 horas, o enlace matrimonial dos jovens Rubens e Maria Benedita. Ele é pastor metodista na cidade de Paranavaí e ela é professora e organista em nossa cidade”. A ex-diretora, após deixar a direção escolar, trabalhou em outras escolas e, posteriormente, por

Escola Metodista, bem como vestígios de suas relações interpessoais com membros da Igreja Metodista em Dourados e aspectos de sua rotina como professora na Instituição: [...] “Minha carreira docente iniciou no final da década de 1969, já no cargo de diretora, onde trabalhei até 1974, e, mesmo ainda cursando o último ano do Curso Normal e não tendo experiência, aceitei o convite do pastor para assumir a direção escolar” (Cardoso, Entrevista, 2023). Ainda relatou que, “[...] além de realizar o trabalho como diretora precisou atuar em sala de aula para suprir as necessidades da instituição educacional, especialmente no período noturno, no Mobral”.

O ingresso da professora Maria Benedita dos Santos na Escola Metodista de Dourados ocorreu diretamente na função de diretora da Instituição, ainda no final de 1969, mesmo sem ter concluído o Curso Normal e sem experiência na área da Educação. Sua entrada nessas condições ocorreu em razão do convite do Reverendo Themóteo Campos dos Santos, da Igreja Metodista local, o que demonstra as relações interpessoais que a professora Maria Benedita e sua família mantinham com membros da Igreja. Afinal, uma aluna ainda em fase de formação no Curso Normal, caso não contasse com vínculos consistentes com a comunidade metodista local, dificilmente seria convidada a iniciar suas atividades já na função de diretora, sobretudo considerando a possibilidade de haver, naquele momento, outras professoras com condições de assumir essa função.

Na Escola Metodista, conforme evidenciado nas declarações da professora Maria Benedita, ela também precisou atuar como docente, especialmente no período de implantação do Mobral na Instituição. Passou a exercer duas funções distintas, acumulando, além da direção, o cargo de professora. Esses depoimentos permitem compreender que o ingresso no corpo docente ocorria de diferentes formas e que tal inserção podia ocorrer, igualmente, por influência de membros da Igreja Metodista local, sobretudo das lideranças pastorais, que preferiam indicar e contratar educadoras conhecidas e vinculadas à fé cristã para atuar na Escola (Cardoso, Entrevista, 2023), como parte da representação dos princípios morais e religiosos incorporados ao cotidiano escolar por meio das práticas pedagógicas.

Além disso, as aproximações com a denominação religiosa favoreciam o alinhamento às normativas institucionais, uma vez que o modo de estabelecer os padrões desejados para o trabalho docente evidenciava a representação das práticas cristãs no contexto Igreja-Escola.

No que se refere à direção da Escola Metodista, desde sua fundação, em 1955, a Instituição foi dirigida predominantemente por mulheres. A professora Áurea Batista Brianezi

ocasião do matrimônio, mudou-se para o município paranaense. O casamento ocorreu em 5 de fevereiro de 1977, e a cerimônia religiosa foi realizada na IMCD.

foi à primeira diretora, atuando entre 1955 e 1964, quando acumulou as funções de professora e gestora nos nove primeiros anos de funcionamento da Escola. Em 1964, a direção foi assumida pela professora Maria da Silva Monteiro e, no ano seguinte, pela professora Maria Soares Dias. Nesse período, a “Escola mudou para o novo prédio escolar na Rua Rio de Janeiro, funcionando agora com três classes, sob a regência das professoras Edeméia Pereira Gomes, Eva de Matos Rios e Zilda de Oliveira, contando com 55 matriculados e 8 ouvintes” (Jornal O Progresso, 1965, Ed. n. 704, p. 17). Embora não seja possível afirmar com precisão, ao que tudo indica, a professora Maria Soares Dias permaneceu na direção até 1969. De 1969 a 1974, a Escola teve como diretora a professora Maria Benedita dos Santos.

A predominância de mulheres na direção da Escola Metodista de Dourados pode relacionar-se ao legado feminino associado à missionária norte-americana Martha Hile Watts, cuja trajetória, desde sua chegada ao Brasil, influenciou a docência e a direção escolar em instituições confessionais protestantes, conforme assinala Oliveira (2004). É possível entrever que a representação feminina na direção escolar seguiu padrões instituídos pelas primeiras educadoras metodistas, ao consolidar referenciais para a condução dessas escolas. Desse modo, a Escola em Dourados reproduziu tal influência em seu quadro funcional, o que, como observa Magalhães (2004, p. 127), pode traduzir, ainda que indiretamente, um processo de definição de um público-alvo, com a recorrência de mulheres no cargo de direção.

Em paralelo à atuação da ex-diretora, apresentamos duas professoras que atuaram na Escola em períodos distintos. Ambas concederam Entrevistas nas quais relataram aspectos de suas trajetórias pessoais e profissionais, bem como suas experiências na Escola Metodista, a partir de percepções moldadas por vivências pretéritas e mediadas pela memória. Esses depoimentos constituem narrativas elaboradas no tempo presente por sujeitos que integraram esse espaço educacional, ao reconstituírem experiências vividas. Segundo Alberti (2005, p. 23), a história oral “decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”, e onde viveu.

Para Escolano Benito (2017, p. 195), “a memória é também avaliativa, não enciclopédica ou bancária. Submete a exame aquilo que processa; seleciona o que guardamos”. Dessa maneira, a memória individual ou coletiva dos sujeitos reflete suas experiências pessoais e os mecanismos por meio dos quais controlam o que lembrar e como expor tais lembranças.

Maria da Silva Monteiro nasceu em 15 de abril de 1944, no Município de Valparaíso, no interior do Estado de São Paulo. Estudou o Curso Primário no Grupo Escolar Joaquim

Nabuco, localizado no bairro Casa Verde, Município de São Paulo. Segundo seu relato, era “muito estudiosa e a diretora a colocava para auxiliar os outros alunos e também em atividades extras, como a Biblioteca e o Jornal Escolar”. Após a conclusão dos estudos primários, sua família mudou-se para o então Sul de Mato Grosso.

Ao chegarem a Dourados, Maria da Silva Monteiro encontrava-se na faixa etária entre 12 e 13 anos, e seus pais migraram para a região para trabalhar na lavoura, em lotes recebidos na Colônia Agrícola Nacional. Após a divisão das terras próximas aos rios Laranja Lima e Cruz Alta, sua família recebeu 12 alqueires de terra, inicialmente doados a um tio. O pai já atuava como arrendatário no interior paulista e possuía experiência no manejo da terra, sobretudo no cultivo de sementes como feijão, soja e milho. Foi nessa localidade rural que ele se converteu ao protestantismo metodista durante um culto realizado na Escola Bíblica Dominical da Congregação do Laranja Lima, por volta do final da década de 1950, aproximadamente entre 1957 e 1958.

Pouco tempo após a instalação da família na zona rural, nas proximidades da Vila Sapé e do Laranja Lima, “não consigo lembrar com exatidão se foi um ano depois”, conforme relatou Monteiro (Entrevista, 2025), os vizinhos tomaram conhecimento de que ela havia concluído os estudos primários e solicitaram ao seu pai autorização para que assumisse aulas em uma sala multisseriada, de 1ª a 3ª série, em uma escola rural localizada a cerca de 3 km do sítio onde residiam.

Assim, entre os 14 e 15 anos, iniciou sua atuação docente nessa escola, realizando o trajeto a cavalo para evitar deslocar-se a pé ou de bicicleta, lembrando que a localidade era o Travessão do Laranja Lima, onde permaneceu durante um ano inteiro. Diante da ausência de materiais didáticos para a preparação das aulas, relatou que utilizava, em seu planejamento, os cadernos do período em que estudou no Grupo Escolar Joaquim Nabuco. A cartilha *Vamos Estudar* também auxiliava na organização dos conteúdos trabalhados com os alunos da escolinha rural. Ainda na adolescência, afirmou sentir-se “vocacionada” para exercer o trabalho leigo como professora. Observa-se que a ex-docente, apesar das limitações quanto ao material pedagógico, legitimou sua prática ao recorrer aos recursos utilizados quando era estudante no Estado de São Paulo.

Segundo Piacentine (2012, p. 31) em linhas gerais o ensino leigo no Brasil foi muito presente na zona rural, pois carecia de professores com formação no Curso Normal, e, deste modo, “a primeira Escola Normal Rural criada em Juazeiro do Norte (Ceará), em 1934” teve por objetivo criar “cursos normais” para capacitar os docentes leigos que atuavam na zona rural. Assim, um dos destaques para a alfabetização das crianças nos contextos rurais deu-se

pela presença do magistério leigo, haja vista, “[...] à busca de solução para esse problema de formação desses profissionais leigos da educação rural, só foram começar a ser pensadas em 1973” (Piacentine, 2012, p. 72).

Retomando o relato de Monteiro (Entrevista, 2024), ela lembrou que, todos os meses, recebia a visita de um Inspetor de Ensino do Município, o professor Antônio, responsável por verificar como vinha se saindo em suas aulas. Foi em uma dessas visitas técnicas que o inspetor levou a professora Áurea Batista Brianezi para conhecê-la e observar como “aquela menina dava conta sozinha da escolinha”, localizada a aproximadamente 40 km de Dourados. A depoente comentou que, nessa época, a professora Áurea já era referência no ensino em Dourados e “insistiu” com os seus pais para que ela desse continuidade aos estudos ginasiais, além de propor que fosse morar na Casa Pastoral, junto à família Brianezi.

Após um ano de trabalho na Escola Rural, mudou-se para Dourados. No período vespertino, passou a atuar na Escola Metodista como auxiliar da professora Áurea e, conforme recordou, “não recebia salário, recebia pouso e incentivo para estudar”. Os pais, por sua vez, levavam mantimentos do sítio, como “arroz, feijão, milho e mandioca”, como forma de agradecimento pelo cuidado que os líderes metodistas dispensavam “à filha”. Para Escolano Benito (2017, p. 133), “o trabalho cotidiano do mestre não se pareceria nem com o do cientista, nem com o do artista, mas com o do trabalhador que contextualiza práticas e saberes que outros definiram”, sendo que as professoras mais preparadas eram, preferencialmente, destinadas às escolas urbanas, o que gerava disparidades salariais e de tratamento.

A esse respeito, Germano (2005, p. 171) ressalta que “[...] as relações capital-trabalho destroem a ficção de igualdade de oportunidades educacionais e sociais, uma vez que os mecanismos que geram a desigualdade permanecem intocáveis e contam com o respaldo do próprio Estado”. Sem mudanças estruturais profundas, a igualdade de oportunidades tende a permanecer como uma ilusão, beneficiando apenas uma minoria privilegiada ou considerada mais preparada.

Monteiro (Entrevista, 2025) relatou que também auxiliava na redação das Atas dos Concílios da Igreja Metodista. Foi por meio da leitura de um desses documentos que localizei seu nome para a realização da Entrevista. De sorriso fácil, concedeu inicialmente a Entrevista em sua residência, na capital sul-mato-grossense, por meio da plataforma *Google Meet* e, posteriormente, o encontro ocorreu presencialmente na casa de parentes, no Município de Dourados. Durante quatro anos, entre 1961 e 1965, a professora Maria da Silva Monteiro redigiu as Atas enquanto membro da Igreja, exercendo o cargo de secretária (Ata n. 2, 1965, p. 13). A leitura desses documentos revelou que ela assumiu essa função porque a pessoa

anteriormente responsável apresentava “dificuldades com as letras”. O capital cultural e intelectual de que dispunha justificou sua designação para essa atribuição junto aos Concílios e às reuniões da comunidade cristã.

Além do trabalho na Escola protestante, desempenhou funções administrativas na denominação religiosa de forma voluntária. Relatou, ainda, que em diversas ocasiões auxiliou na redação de Atas na Câmara Municipal de Dourados, em razão da escassez de pessoas habilitadas para tal função. A professora Maria Monteiro recordou, com emoção, que a Entrevista despertou memórias relacionadas à sua trajetória na educação sul-mato-grossense.

No que se refere à sua formação, a professora Monteiro (Entrevista, 2025) disse que, no período noturno, cursou o Ginásio no Colégio Osvaldo Cruz, onde teve a oportunidade de conhecer o professor José Pereira Lins. Este lhe ofereceu, no período matutino, uma sala de aula para atuar no Curso de Admissão, em razão da carência de docentes. Afirmou que, “quando dei por conta”, já se encontrava trabalhando em dois períodos e estudando em outro.

Sobre o Curso de Admissão, foi localizado o seguinte registro: “[...] Foi dada permissão pela Junta (Ecônomos) para que Maria Monteiro ocupe uma parte da Igreja para lecionar admissão, durante o período da tarde, horário em que não há trabalho na mesma” (Ata n. 3, 1964, p. 8). Esse dado evidencia a influência da liderança local nas atividades pedagógicas da Escola Metodista, ao disponibilizar o espaço religioso para fins educacionais. A despeito disso, o ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023) destacou que: “nossa Escola era pobre, mas todo ano, no Exame de Admissão ao Ginásio ocupava os primeiros lugares, invariavelmente”.

Ainda sobre a rotina que desempenhava, mencionou que, nos fins de semana, acompanhava com frequência a professora Áurea até a Missão Evangélica Caiuá, em uma charrete. Afirmou que ficava impressionada com a facilidade de comunicação de D. Áurea com os indígenas. Além do português, dominava o guarani, o inglês, o francês e o espanhol, sendo reconhecida como uma educadora inteligente e autodidata. Informou que, naquele período, tinha 17 anos e que residiu por cerca de um ano junto ao casal de missionários. Após esse período, seu pai adquiriu uma casa simples de madeira em um bairro próximo à Igreja e à Escola Metodista, e toda a família transferiu-se do sítio para o Município de Dourados.

Monteiro (Entrevista, 2025) destacou que concluiu o Curso Ginásial em 1964 e que, durante os quatro anos de formação, atuou na Escola Metodista, segundo suas lembranças, sem vínculo remuneratório. Max Weber (2004) destaca que o engajamento em atividades voluntárias pode ser interpretado como uma forma de preparação para a profissionalização,

pois, ao mesmo tempo em que expressa vocação, contribui para a internalização de normas, saberes e disposições que orientam a atuação no campo profissional.

Nesse mesmo ano, o Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea Batista Brianezi foram transferidos para abrir um ponto missionário em Campo Grande, após nove anos de trabalho em Dourados. Conforme notícia do jornal O Progresso (1965, Ed. n. 704, p. 17), “em 1964 Maria da Silva Monteiro dirigiu a escola, mantendo o bom nome e trabalhando com dificuldades”. Em suas memórias, relatou que auxiliou na direção escolar quando o casal de missionários deixou Dourados.

Após a saída dos missionários – o Reverendo Francisco Brianezi e a professora Áurea Batista Brianezi – e por indicação do novo pastor, o Reverendo Thomas Charles Edmonds, ela mudou para o Município de Lins, no interior paulista, a fim de cursar o Magistério no Instituto Americano de Lins (IALIN) com bolsa integral. Morou no internato e estudou no período de 1966 a 1968.

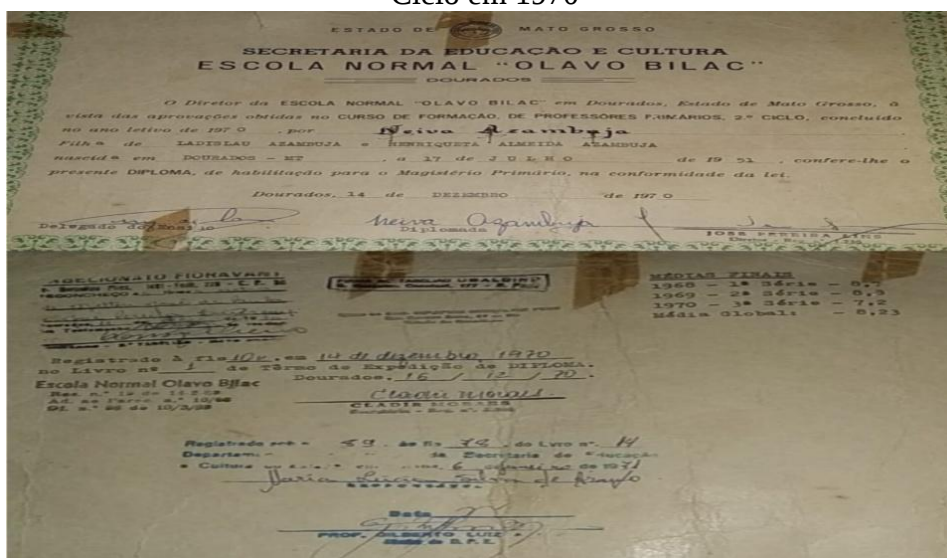
Ao concluir o Magistério, foi convidada para assumir a direção de uma Escola municipal em Campo Grande e também teve a oportunidade de ingressar na primeira turma do Curso de Pedagogia, que seria ofertado pelo Dom Bosco, na capital. No entanto, não aceitou a proposta e veio para o Município de Fátima do Sul, pois, segundo seu relato, “porque lá não tinha professores formados”.

A professora Monteiro chegou ao Município em 1969 e casou-se em 1970. Trabalhou durante nove anos na região, atuando em escolas particulares, estaduais e municipais, bem como em instituições confessionais protestantes, como o Colégio O Pioneiro, em Culturama, e o Colégio Batista, em Fátima do Sul. Nesse período, foi convidada a realizar um curso sobre Educação Especial em Porto Alegre – RS, com vistas ao trabalho com crianças com necessidades educacionais específicas. Relembrou que todos os “relatórios escolares eram enviados para Cuiabá” na tentativa de atendimento a essas crianças, contudo, naquele momento, não foi possível avançar, uma vez que ainda não havia sido implantada, no antigo Estado de Mato Grosso, uma política estruturada de ensino voltada para esse público da Educação Especial.

Após esse período, mudou-se para Campo Grande, realizou concurso público e implantou a primeira sala de Educação Especial na Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes, localizada na Rua Júlio de Castilho. Posteriormente, em 1987, aos 42 anos, grávida de sete meses da terceira filha, concluiu o curso de Pedagogia pela FUCMAT (atual UCDB). Aposentou-se em 1995, aos 51 anos de idade, após 37 anos dedicados à educação.

Apresento ainda a Entrevista realizada com a ex-professora Neiva Azambuja da Silva, nascida em Dourados-MT, em 17 de julho de 1951. Formou-se no Curso do Magistério (Normal) e atuou como docente na Escola Metodista entre os anos de 1972 e 1977, período em que a Instituição interrompeu suas atividades escolares. Lecionou, predominantemente, na 3ª série e aposentou-se em 1994. Iniciou os estudos primários na Escola Estadual Abigail Borralho e na Escola Joaquim Murtinho. Posteriormente, realizou o Exame de Admissão e ingressou na Escola Estadual Presidente Vargas para cursar o ginásial. Após a conclusão desse nível de ensino e com auxílio financeiro do irmão mais velho, ingressou na Escola Franciscana Imaculada Conceição para realizar o Magistério (Curso Normal). Contudo, em razão de dificuldades financeiras, precisou interromper os estudos na referida Instituição. A Figura 20 apresenta o certificado da docente.

Figura 20 – Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Professores Primários, 2º Ciclo em 1970



Fonte: Acervo pessoal de Silva (Entrevista, 2023).

O depoimento da professora Neiva Azambuja da Silva (Entrevista, 2023) permite compreender como ocorreu o seu ingresso no quadro docente da Escola Metodista: “[...] quando terminei o Curso Normal, em 14 de dezembro de 1970, fiz o concurso do Estado para trabalhar em outra escola, mas depois fui remanejada para a Escola Metodista, por ser mais próxima da minha casa”. No período, já era conveniada com a rede estadual e não era mais uma escola particular. Nos dizeres da ex-docente, a Escola manteve o nome, mas não era mais administrada pela Igreja Metodista, e sim, pelo governo do Estado de Mato Grosso.

As palavras da professora Neiva evidenciam que sua entrada no corpo docente da Instituição ocorreu após a conclusão do Curso Normal e a aprovação em concurso público

estadual, por meio de um remanejamento que favorecia suas condições de deslocamento, uma vez que a Escola Metodista se localizava nas proximidades de sua residência, em Dourados, em um período em que a Escola já se encontrava conveniada com o Estado.

De origem católica, a depoente relatou que sempre se sentiu confortável trabalhando naquele ambiente e que guardava boas lembranças do período em que atuou na Instituição. Chartier (1990, p. 17) aponta que as influências do meio social “[...] não são, de forma alguma, discursos neutros”, mas, por vezes, “[...] tendem a impor uma autoridade”. Nesse sentido, a ex-professora afirmou sentir-se acolhida no espaço escolar protestante e destacou não se recordar de imposições relacionadas à frequência à Igreja, sobretudo porque, naquele período, a Escola Metodista havia cedido o prédio ao Estado. Assim, durante grande parte de sua trajetória, a Instituição foi dirigida por pastores, docentes e diretoras vinculados à denominação religiosa metodista. Contudo, nos últimos anos de funcionamento, embora a cultura escolar permanecesse marcada por regras e condutas cristãs, a direção passou a ser exercida pelo poder público.

Durante a Entrevista, a professora Silva (Entrevista, 2023) comentou, em detalhes, as dificuldades enfrentadas para concluir o Curso Normal. Para finalizar o 3º ano, conseguiu emprego no comércio local, em uma loja de “Tecidos e Confecções”, chamada “Presidente”, e, assim, optou por estudar no período noturno, na Escola Normal Olavo Bilac. Segundo seu relato, “foi uma luta muito grande para terminar os estudos. Sempre gostei muito de estudar e disse que queria ser professora, por influência de ‘algumas parentas’ que já eram docentes”.

A professora Neiva concluiu o “Curso de Formação de Professores Primários, 2º Ciclo”, em 14 de dezembro de 1970, na Escola Normal Olavo Bilac, anexa ao Colégio Osvaldo Cruz, em Dourados, com média geral 8,3. Assim, formou-se aos 21 anos e, logo em seguida, iniciou sua carreira docente. Mesmo em um contexto de desafios, reafirmou que “era o que sempre quis fazer, lecionar”. De fala mansa, olhar atento, sorriso sereno, a educadora concedeu a Entrevista em sua residência em Dourados.

Ainda compartilhou que ao longo de sua carreira, trabalhou em algumas escolas, dentre as quais se destacam: a Escola Estadual Cabeceira Alegre, a Escola Metodista, o Colégio Osvaldo Cruz, Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé e a Escola Estadual Armando da Silva Carmelo. Instituição na qual se aposentou há mais de 29 anos. Sobre este último espaço, recordou que “achou difícil se desvincular do ambiente escolar e, durante um ano inteiro, estive todos os dias na Escola para rever os alunos e acompanhar o horário do lanche” (Silva, Entrevista, 2023). Se as instituições escolares se constituem como espaços

marcados por sentimentos de pertença, “[...] identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são objeto da representação” Chartier (2011, p. 16).

Na década de 1970, o ingresso no Curso Normal era ofertado, em Dourados, apenas pela Escola Franciscana Imaculada Conceição, criada em 1959, e pela Escola Normal Olavo Bilac, implantada em 1965, tornando-se esta a segunda Instituição de ensino local a oferecer formação de professores primários. Em 1970, foi transformada em Centro Educacional Osvaldo Cruz, passando a abarcar a Escola Primária Princesa Isabel, o Colégio Osvaldo Cruz de Dourados, o Colégio Comercial Santos Dumont e a Escola Normal Olavo Bilac.

Convém destacar, conforme Amaro (2018, p. 25), que “o Curso Normal se originou na Lei Orgânica de 1946” e que, com base na Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, ocorreu a elevação do nível cultural desse curso. Posteriormente, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, conferiu nova caracterização ao Curso Normal, ao passar a exigir formação mínima para o exercício do magistério no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª série, com habilitação específica de 2º grau. As alunas concluintes passaram a ser conhecidas como “normalistas”.

A premissa do Curso Normal consistia na formação de professores, com ênfase na atuação feminina, voltada, sobretudo, ao atendimento das crianças no Jardim de Infância e no Curso Primário. Nesse sentido, cabe retomar as reflexões de Louro (2004) acerca da ideia de “maternidade natural” historicamente atribuída ao gênero feminino. Em meados do século XIX, a conclusão desse curso não representava apenas uma formação profissional, mas também um importante marcador de status na vida pessoal e social das formadas.

Diante disso, compreende-se que a presença predominante de mulheres na direção da Escola Metodista de Dourados guarda relação com o legado feminino deixado pela missionária norte-americana Martha Hile Watt, cuja trajetória, desde sua chegada ao Brasil, exerceu influência significativa na docência e na direção escolar das Instituições de ensino protestante, conforme assinala Oliveira (2004).

Por meio de Entrevistas com os depoentes, foi possível verificar muitos elementos que foram fundamentais para conhecer o perfil do quadro docente, suas formações e também as suas relações com a Igreja Metodista. Mais adiante, será oportuno conhecer com maior profundidade os sujeitos escolares que fizeram parte da Escola Metodista de Dourados.

No que se refere às instalações da Escola e à atuação dos sujeitos nesse espaço escolar, ressalto que a Instituição se materializou e se constituiu como um lócus de difusão do ensino e de expansão missionária, por meio de práticas e representações próprias da cultura escolar, expressas em regras e condutas institucionais, orientadas por um ideário que articula fé e ensino, em face da influência protestante na educação formal.

Os sujeitos expressaram, em suas memórias, o sentimento de pertencimento a esse espaço. O critério de escolha dos depoentes baseou-se na relação próxima com a Instituição e no tempo de atuação ou de estudos nela realizados, contemplando ex-alunos, ex-professoras e ex-diretora, categorizados como corpo docente e corpo discente.

O olhar atento à arquitetura foi fundamental para identificar aspectos da cultura escolar presentes na Planta Baixa, na infraestrutura predial, no mobiliário e no quantitativo de alunos matriculados, a fim de compreender de que modo às representações desse espaço confessional protestante influenciaram o processo de escolarização dos estudantes. Tal influência manifestou-se por meio de práticas pedagógicas vinculadas ao protestantismo, como a comercialização de artigos religiosos, as narrativas bíblicas, a musicalidade cristã e o caráter assistencialista no atendimento a crianças que não podiam arcar com as mensalidades.

Nesta Seção, identifiquei dados relevantes por meio das Entrevistas com os depoentes, onde foi possível verificar muitos elementos fundamentais para conhecer o perfil do quadro docente e da direção escolar, suas formações e também as suas relações com a Igreja Metodista. Mais adiante, será oportuno conhecer com maior profundidade como os sujeitos escolares que fizeram parte da Escola Metodista de Dourados foram influenciados pela cultura escolar disseminada neste espaço confessional protestante.

Compreende-se assim que a constituição de uma escola se tece a partir de suas memórias, as quais conformam sua identidade cultural e incidem sobre o sistema educativo e o modelo pedagógico adotado. Tais elementos orientam os processos de institucionalização do ensino, manifestos na diversidade de modelos, programas e práticas pedagógicas que serão tratados na próxima Seção.

4 O COTIDIANO EDUCACIONAL: OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR

*Em seu cotidiano, as instituições escolares
engendram e desenvolvem culturas,
representações, formas de organização,
relacionamento e ação que se constituem
fatores de diferenciação e de identidades”
(Magalhães, 2004, p. 69)*

Nesta Seção, o objetivo foi examinar os vestígios da cultura escolar que marcaram a organização curricular da Escola Metodista de Dourados, bem como outros aspectos que fizeram parte de seu cotidiano escolar, como as festas escolares, os momentos cívicos, as formaturas, as práticas pedagógicas, as diretrizes de funcionamento, entre outros.

No enunciado da epígrafe, Magalhães (2004) ressalta a importância de voltar o olhar para as instituições escolares e de reconhecer o quanto elas colaboram sistematicamente para a evolução educacional, seja por meio de seu quadro docente e discente, seja por meio de suas práticas educativas e de sua cultura escolar.

Chartier (2002, p. 17) afirma que tais práticas “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. A partir dos dizeres do autor, percebe-se que as instituições se organizam em torno de representações, de seu funcionamento cotidiano e de modos pelos quais os sujeitos se “moldam” para delas fazer parte.

Para compreender a cultura escolar, torna-se essencial analisar suas normas, suas dinâmicas internas e suas relações, por vezes conflituosas, com culturas contemporâneas, religiosas e políticas. No entendimento de Magalhães (2004), o funcionamento de uma instituição educativa perpassa o reconhecimento de sua cultura material e escolar, pois esses elementos permitem analisar o cotidiano e as vivências educacionais.

Posto isso, abordo como se desenvolveu alguns aspectos do currículo na Escola Metodista. Cabe assinalar que, neste trabalho, também discuti as inflexões educacionais que orientaram a educação brasileira no período da ditadura civil-militar e que incidiram sobre as normativas curriculares adotadas na Escola Metodista.

Ainda em relação ao objetivo proposto para esta Seção, de examinar os vestígios da cultura escolar, organizei-las em seis subseções, de modo a explicitar as contribuições de cada uma para o desfecho final. Na primeira, analiso a organização curricular, seguida de três

tópicos que abrangem os componentes curriculares. Na segunda, explicito as festas comemorativas. A terceira subseção corresponde às formaturas.

Ressalto que a análise de cada item desta Seção foi fundamental para elucidar de que modo às práticas pedagógicas influenciaram as atividades escolares, por meio do currículo, das disciplinas, das celebrações e das formaturas. Reconhecer esses elementos mostrou-se imprescindível para desvelar como a Instituição promoveu o ensino, a partir das representações inscritas em sua cultura escolar, como as festas religiosas e os cultos de ação de graças, bem como pela influência administrativa dos metodistas no interior da Escola e pelo caráter assistencialista, com impactos positivos no avanço educacional de Dourados.

4.1 Elementos da cultura escolar a partir da organização curricular: o Curso Primário da Escola Metodista

O currículo constitui uma categoria central para a análise da história das instituições escolares, pois possibilita identificar tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada, de modo geral, quanto à realidade interna dos processos de escolarização. Para Goodson (1997, p. 20), “o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação”.

Em outro texto, Goodson (2005, p. 21) assinala que “[...] o currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar a escolarização”. Ainda nesse mesmo trabalho, o autor afirma que o currículo é um documento flexível, moldado por escolhas que buscam validar interesses situados em contextos sociais e educacionais específicos.

O autor também destaca que o currículo não pode ser compreendido como um artefato simplesmente fabricado ou meramente descritivo em sua forma de organização, mas deve ser constantemente revisto, considerando-se como e por que determinados conteúdos e metodologias são operacionalizados no espaço escolar (Goodson, 2005).

Diante dessas circunstâncias, cabe-me compreender alguns aspectos do currículo da 1ª à 4ª série na Escola Metodista. No que se refere aos currículos utilizados na Escola Metodista de Dourados no período pesquisado, não foi possível localizar planos de aula ou registros sistematizados. Assim, valo-me dos relatos de memória das depoentes para compreender como se desenvolviam as aulas na Instituição. Mesquida (1994, p. 139) observa que, em referência às escolas paroquiais metodistas, “em muitos casos, os documentos localizados e

consultados não tratam dos métodos, objetivos, currículos e professores dessas escolas”, situação que também se verifica na Instituição aqui investigada.

É necessário destacar que foi localizado, junto à SED (2023), um documento referente à grade curricular utilizada na Escola Metodista no ano de 1975, período de vigência da Lei n. 5.692/1971. Essa Lei promoveu uma reforma do ensino no que diz respeito à estrutura e à organização educacional, sem, contudo, alterar os objetivos gerais da educação prescritos pela legislação anterior, a Lei n. 4.024/61. De modo geral, a Lei n. 5.692/71 redefiniu os fins do ensino de 1º e 2º graus, estabelecendo como objetivo geral: “Art. 1º – O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971).

Entre outras disposições, a Lei n. 5.692/1971, entre outras disposições, fixou a obrigatoriedade do ensino de 1º grau para a faixa etária dos 7 aos 14 anos, com duração de oito anos, caráter gratuito e voltado à educação geral. Instituiu, ainda, o nível de 2º grau, destinado à profissionalização, bem como o ensino supletivo, com o objetivo de atender jovens e adultos que não haviam concluído ou frequentado a escolarização na idade própria. Ademais, exigiu das Secretarias de Educação dos Estados a reestruturação das escolas de ensino público sob sua jurisdição (Brasil, 1971). A Lei inovou ao promover a “extensão de quatro anos para oito anos (1º grau), com caráter obrigatório” (Silva, 2019, p. 107). Com essa ampliação, atendeu ao “[...] disposto na Constituição de 1967, eliminando, ao menos formalmente, a concepção de ensino primário e ginásial, substituindo-a por uma escola integrada de educação fundamental” (Souza, 2009, p. 267).

O ensino de 1º grau, a partir da Lei n. 5.692/1971, ampliou a obrigatoriedade de quatro para oito anos, com, no mínimo, 720 horas anuais de atividades. Também unificou o antigo Ensino Primário ao ginásial e incorporou, às séries finais, a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões, as quais passaram a ocupar “um lugar importante nas discussões em todos os âmbitos: municipal, estadual e federal” (Silva, 2019, p. 107). Assim, a função da escola de 1º grau passou a respaldar-se na oferta de um ensino que “[...] envolvesse e integrasse o desenvolvimento tecnológico”, articulando-o de forma produtiva à formação do educando, conforme descrito no Art. 4º da Lei, por meio de um Núcleo Comum destinado a atender às particularidades regionais e às especificidades dos indivíduos (Brasil, 1971).

No que se refere à organização dos currículos do 1º e do 2º graus, a Lei definiu, em seu Art. 4º, que esses documentos deveriam conter “[...] um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e

possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos” (Brasil, 1971).

Segundo Brito (1973), à parte diversificada caberia à escolha de componentes curriculares conforme as realidades locais, podendo ser ofertadas disciplinas vinculadas às áreas econômicas, como iniciação à agricultura, oficina rural, desenho técnico, jardinagem e floricultura, mecânica, corte e costura, práticas de comércio, datilografia, decoração do lar e práticas de escritório, entre outras. Tais elementos permitem observar certa flexibilidade na proposta da Lei, uma vez que a definição dos conteúdos ocorria no âmbito da escola, conferindo ao currículo uma configuração própria, de acordo com cada estabelecimento de ensino. Desse modo, a análise dos dispositivos legais possibilita indicar que a aprendizagem não se restringia à aquisição de conhecimentos, mas envolvia um processo formativo que abrangia habilidades, atitudes e criatividade (Silva, 2019).

Em Mato Grosso, essa legislação federal foi implementada por meio da Resolução n. 19, de junho de 1972, a qual estabelece, em seu Art. 1º, que passam a constituir o Ensino de Primeiro Grau o conjunto de oito séries, resultantes da integração do Ensino Primário, com duração de quatro anos, ao ciclo ginasial do ensino médio (Mato Grosso, 1972). A referida Resolução orientou a organização e a denominação dos estabelecimentos de ensino, além de estipular o ano de 1974 como prazo limite para a adequação às novas diretrizes.

De acordo com essa normativa, todas as escolas passaram a ser submetidas à inspeção estadual e aquelas que apresentassem um número considerável de alunos seriam transformadas em escolas de primeiro grau, conforme disposto no Art. 3º. Entretanto, quando os estabelecimentos não alcançavam o quantitativo mínimo exigido de matrículas, situação recorrente nas áreas rurais dos distritos do Município de Dourados, essas escolas eram desativadas, e os alunos eram direcionados para outras unidades de ensino localizadas o mais próximo possível de suas residências (Silva, 2019, p. 108).

A Resolução preconiza, ainda, em seu Art. 5º, que:

O Estado, os Municípios e as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, poderão elaborar, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º grau por eles mantidos, um regimento comum que assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserva a necessária flexibilidade didática de cada escola (Mato Grosso, Resolução n. 19, 1972).

A fim de atender às disposições da Lei n. 5.692/1971 e, ainda, de contemplar a Resolução n. 19, de 1972, do Estado de Mato Grosso, a Escola Metodista estabeleceu sua

grade curricular do ensino de 1º grau, correspondente da 1ª à 4ª série, no ano de 1976, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Grade Curricular do 1º grau nível 1ª a 4ª série em 1976

Número de aulas semanais					
Matérias	Componentes	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Conhecimentos Gerais	Português	6 hs	6 hs	5 hs	5 hs
	Educação Artística	2 hs	2 hs	2 hs	2 hs
	Educação Física	3 hs	3 hs	3 hs	3 hs
Estudos Sociais	Educação Moral e Cívica	6 hs	6 hs	6 hs	6 hs
	Ensino Religioso	1 hs	1 hs	1 hs	1 hs
Iniciação às Ciências	Matemática	4 hs	4 hs	4 hs	4 hs
	Ciências	2 hs	2 hs	2 hs	2 hs
	Programa de Saúde (Puericultura)	1 hs	1 hs	1 hs	1 hs

Fonte: Elaborado a partir das buscas coletadas nos arquivos da SED (Pasta n. 1, 1976, p. 13) pela autora.

A Escola Metodista, em 1975, colocou em funcionamento essa grade curricular, dividida em matérias e componentes e organizada pelo número de aulas semanais por matéria, distribuídas da 1ª à 4ª série. A matéria “Conhecimentos Gerais” englobava os componentes Educação Artística, Matemática e Português. A matéria “Estudos Sociais” abrangia Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Ensino Religioso. Por fim, a matéria “Iniciação às Ciências” abarcava os componentes Ciências e Puericultura.

Nos “Conhecimentos Gerais”, o componente Português ocupava a maior carga horária: na 1ª e 2ª séries, com seis aulas, e na 3ª e 4ª séries, com cinco aulas semanais. Em seguida, figurava a Educação Física, com três aulas semanais em todas as séries. Por fim, a Educação Artística contava com duas aulas semanais em todas as séries.

No que diz respeito aos “Estudos Sociais”, o componente Educação Moral e Cívica ocupava a maior carga horária, com seis aulas semanais em todas as séries. O componente Ensino Religioso contava com uma aula semanal em todas as séries.

Na “Iniciação às Ciências”, o componente de Matemática ocupava a maior carga horária, com quatro aulas semanais em todas as séries. Em seguida, o componente Ciências contava com duas aulas semanais em todas as séries. Por fim, o Programa de Saúde (Puericultura) previa uma aula semanal em todas as séries.

O Artigo 7º da Lei n. 5.692/71 (Brasil, 1971) fixava especificações relativas aos componentes Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programa de Saúde e Ensino Religioso. Este último era obrigatório para os estabelecimentos de ensino, mas facultativo aos alunos. Importa reconhecer que Educação Moral e Cívica e Organização

Social e Política do Brasil, nesse período, convergiam com a lógica do sistema de governo vigente, uma vez que o civismo e o patriotismo eram fortemente mobilizados na década de 1970, no contexto do regime militar. No entendimento de Carvalho e Ferreira (2016, p. 106), essas matérias compunham o quadro curricular “[...] com o objetivo de justificar o Estado Militar, de enaltecer o Brasil como um país com grandes possibilidades de desenvolvimento” (Silva, 2019, p. 110-111).

A respeito do período militar, Germano (2005, p. 160) lembra que ele foi marcado “[...] por uma combinação de medo da repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico”, mas também se caracterizou pela premissa de que “[...] os militares pretendiam colocar o Brasil em ordem, reformar instituições conforme a sua visão estratégica de progresso, simbolizada pela ideia de Brasil/potência, e também conter insatisfações sociais e políticas contra o regime” (Germano, 2005, p. 315), uma vez que o golpe de Estado de 1964 buscou reprimir iniciativas consideradas contrárias ao governo.

A Escola Metodista organizou seu currículo pautando-se na Lei n. 5.692 (1971), com base no núcleo comum, dispondo as disciplinas na Estrutura Curricular para serem desenvolvidas pelos professores da 1ª à 4ª série. Cardoso (Entrevista, 2023), a ex-diretora, aponta que a Instituição procurou seguir as orientações oferecidas pelo órgão superior, a SED, mantendo-se atenta às determinações oriundas das instâncias competentes, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das atividades pedagógicas relacionadas ao ensino básico de alfabetização, Matemática, Estudos Sociais e Ciências.

Todas as disciplinas ofertadas pela Escola Metodista recebiam atenção da direção escolar e da equipe docente, em conformidade com as exigências estabelecidas para as séries atendidas nos quatro anos do Curso Primário (1ª à 4ª série). Para Julia (2001, p. 10), a cultura escolar caracteriza-se como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, apresentando elementos que possibilitam compreender o funcionamento interno da Escola, no que se refere às normas e práticas presentes em seu cotidiano.

De acordo com o Parecer n. 853/71, da Resolução no Artigo 3º referente à Lei n. 5.692/1971, os objetivos e a amplitude das matérias dessa Grade Curricular estavam dispostos da seguinte forma:

- a) Nos Conhecimentos Gerais, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação

harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa, como expressão da Cultura Brasileira; b) Nos Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do educando ao meio cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver, como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento; c) Nas Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações (Brasil, 1971, p. 400).

No que tange aos enunciados apresentados, cumpre esclarecer que, no caso da matéria Conhecimentos Gerais, que envolvia os componentes de Educação Artística, Matemática e Português, os conteúdos orientavam-se pelo cultivo das linguagens, com ênfase nos conteúdos programáticos de Português, os quais abrangiam aspectos da cultura brasileira. Já os Estudos Sociais, responsáveis pela sistematização dos conteúdos dos componentes de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Ensino Religioso, enfatizavam práticas alusivas à pátria, em consonância com o contexto político do período da ditadura civil-militar. Souza (2009, p. 288) explica que “as disciplinas Educação Moral e Cívica se destacavam pelas finalidades políticas desempenhadas por elas nas escolas”, assim como o Ensino Religioso, por atender “aos vínculos do poder público com a Igreja”.

A matéria Iniciação às Ciências, composta pelos componentes de Ciências e Puericultura, deveria contribuir, por meio de seus conteúdos, para o desenvolvimento do pensamento lógico e para a vivência do método científico. A esse respeito, Souza (2009, p. 271) esclarece que esses componentes da Iniciação Científica “[...] tinham por função tornar o educando capaz de explicar o meio próximo e remoto, por meio do desenvolvimento do espírito de investigação, invenção e iniciativa”.

Para Chervel (1990, p. 185), “[...] o conteúdo central da história de qualquer disciplina é a história dos conteúdos a serem ensinados, ao passo que o objetivo desse estudo deve ser o de estabelecer a relação entre as finalidades que originam cada disciplina e os resultados concretos a que elas chegam”.

Na Pasta n. 1 (SED, Ficha de Aluno, 1974, p. 2), consta que o depoente Campos (Entrevista, 2023) cursou, na Escola Metodista, as seguintes disciplinas: Ciências, Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso, Estudos Sociais, Língua Nacional (Português), Matemática e Programa de Saúde, tendo sido aprovado em todas elas. Não foram localizados registros referentes ao Jardim de Infância cursado na Instituição.

Os dados apresentados acerca da organização curricular e do trabalho desenvolvido nas disciplinas da 1ª a 4ª série permitem compreender aspectos da cultura escolar e das

práticas educativas da Escola. Conforme Souza (2009, p. 13), “[...] estudos sobre o currículo e os métodos de ensino têm se mostrado particularmente interessantes para refletir sobre a cultura escolar e as práticas educativas”.

A Lei n. 5.692/1971 (Brasil, 1971), com seus artigos, pareceres e resoluções, influenciou a grade curricular das séries iniciais ofertadas pela Escola Metodista. A organização curricular evidencia representações vinculadas ao contexto da ditadura civil-militar, indicando a presença da cultura escolar nesse período.

Considerando a estrutura curricular vigente e o conjunto de disciplinas que a compunham, selecionamos alguns conteúdos ministrados entre 1972 e 1977, que será analisado a seguir.

4.1.1 A matéria de Conhecimentos Gerais: os componentes de Português, Educação Artística e Educação Física

Na matéria de Conhecimentos Gerais, que englobava os componentes de Português, Educação Artística e Educação Física, na Escola Metodista, os recursos didáticos eram escassos. Utilizavam-se, sobretudo, materiais encaminhados pela SED (2023), entre eles a cartilha *Caminho Suave* e o quadro-negro (giz e apagador). Um dos principais obstáculos relatados no processo educativo referia-se à composição das turmas, frequentemente numerosas e com grande heterogeneidade etária, a exemplo de alunos com idades entre 9 e 16 anos cursando a 3ª série do Curso Primário, circunstância que dificultava o desenvolvimento das atividades pedagógicas (Silva, Entrevista, 2023).

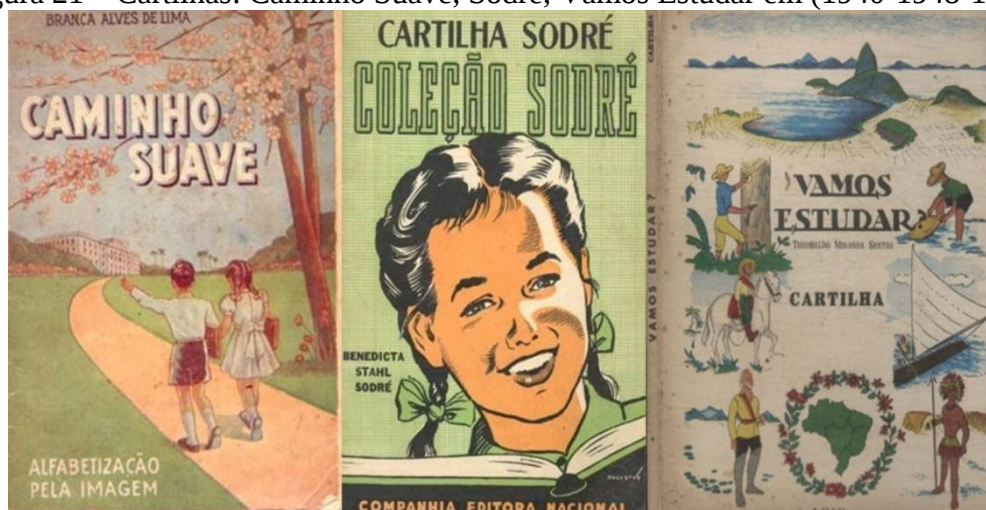
Destaco dois aspectos do depoimento da ex-professora. Quanto ao termo “escassos”, Silva (Entrevista, 2023) relatou que os materiais pedagógicos eram poucos e, muitas vezes, insuficientes para todos os alunos, a exemplo de cartolinas e folhas para cópias mimeografadas, entre outros. Assim, grande parte das atividades era registrada no quadro-negro para que os estudantes copiassem nos cadernos.

No que se refere às dificuldades associadas a turmas numerosas e com disparidades etárias, a mesma docente informou que atuava, sobretudo, na 3ª série. Nesse contexto, a presença, em uma mesma turma, de discentes com idades muito diferentes tornava o trabalho “muito complicado”, pois crianças e adolescentes compartilhavam o mesmo espaço, com níveis distintos de maturidade, o que favorecia divergências, especialmente de ordem comportamental. Observa-se, nesse cenário, que a presença de alunos mais velhos podia comprometer o andamento das aulas, exigindo das professoras maior firmeza para assegurar a

realização das atividades e a manutenção da disciplina. Souza (2009, p. 319) aponta que “A homogeneidade é uma quimera, uma suposição idealizada”, pois a realidade escolar é marcada pela diversidade.

Ainda sobre o uso de cartilhas na Instituição, a orientação pedagógica da Escola Metodista em Dourados também se apoiava nestes materiais: *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima e Silva, *Cartilha Sodré*, de Benedicta Stahl Sodré, e, *Vamos Estudar*, de Theobaldo Miranda Santos, conforme relatou o ex-aluno (Brianezi, Entrevista, 2023). A despeito das cartilhas é possível observar na imagem da Figura 21.

Figura 21 – Cartilhas: Caminho Suave, Sodré, Vamos Estudar em (1940-1948-1965)



Fonte: <https://www.pedagogiaaopedaleta.com/cartilhas>.

Sobre o uso destas cartilhas na Escola Metodista, os dizeres de Freitas e Biccás (2009, p. 28) permite compreender que as famílias esperavam que a escolarização dos filhos, ainda que realizada em “condições precárias”, possibilitasse a superação de “desvantagens econômicas, de cor, de sexo e de origem”, aspectos que dialoga com os relatos de Silva (Entrevista, 2023) sobre a escassez de materiais pedagógicos e a heterogeneidade etária no interior da Instituição.

De acordo com Freitas e Biccás (2009, p. 271), “[...] as tendências de simplificações do currículo da escolarização básica circunscrevendo-o ao mínimo necessário para o indivíduo adaptar-se às exigências da sociedade urbano-industrial e tecnológica” acabavam por reforçar disparidades educacionais no espaço escolar. Os diferentes ritmos de aprendizagem favoreciam a segmentação da turma em seções, organizadas em fileiras que distinguiam alunos considerados mais adiantados, seguidos pelos de desempenho médio,

pelos que apresentavam maiores dificuldades, pelos mais lentos, pelos não alfabetizados e, ainda, pelos classificados como indisciplinados (Monteiro, 2021).

Historicamente, o modelo educacional brasileiro foi marcado por desigualdades de acesso e permanência, com forte seletividade social, sobretudo até meados do século XX. Reformas educacionais, como as promovidas durante o regime civil-militar, a exemplo da Lei n. 5.692/1971, enfatizaram a racionalização administrativa, a expansão quantitativa do ensino e a adequação da formação escolar às demandas do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e integral.

Chervel (1990) aponta que o estudo dos conteúdos escolares possibilita acessar dimensões do passado escolar. Nessa perspectiva, a análise quanto ao uso destas cartilhas, revela indícios sobre os modos pelos quais determinados conteúdos foram constituídos, organizados e ensinados pelas professoras no interior da Escola Metodista, como parte de sua cultura escolar.

Dessa forma, apresento alguns apontamentos sobre o uso das referidas cartilhas na Escola Metodista. A cartilha *Caminho Suave*, elaborada por Branca Alves de Lima e publicada pela primeira vez em 1948, permanece em circulação até os dias atuais. Conforme explicam Peres, Vahl e Thie (2016), a obra foi concebida com o propósito de:

[...] experiência de Branca Alves de Lima em escolas do interior paulista. Branca afirmou ao jornal Folha de S. Paulo que a cartilha nasceu do trabalho nas salas de aula, tentando superar as dificuldades do aprendizado, procurando nas ilustrações alguma semelhança com o fonema usado. O argumento de que a cartilha ‘nasceu’ da prática, do trabalho em sala de aula e da experiência da autora é recorrente nas reportagens pesquisadas (Peres; Vahl; Thie, 2016, p. 344).

Essa cartilha, concebida a partir das vivências de Branca Alves de Lima em escolas do interior paulista, no final da década de 1940, tornou-se um marco na história da alfabetização brasileira. Sua ampla difusão influenciou gerações de professores e estudantes (Silva, 2019, p. 119), sendo reconhecida como “[...] a cartilha de maior sucesso editorial no que tange à venda de livros para o ensino da leitura e da escrita no Brasil” (Peres; Vahl; Thie, 2016, p. 338).

O uso da cartilha *Caminho Suave* pela professora Áurea pode ser compreendido à luz das explicações de Peres, Vahl e Thie (2016). Segundo os autores, o período de maior expressividade editorial desse impresso ocorreu entre 1964 e 1985, quando alcançou difusão nacional. Tratou-se, contudo, de um momento histórico marcado pelo regime militar, no qual a imprensa e diversos setores culturais estiveram submetidos a mecanismos de censura e

controle (Silva, 2019). Ainda assim, “[...] para o mercado editorial didático, foi um momento de expansão nas vendas, com o estabelecimento das primeiras tentativas de fôlego, em nível federal, de compra e distribuição de livros para alunos de escolas públicas” (Peres; Vahl; Thie, 2016, p. 342). Assim, a adoção do *Caminho Suave* pela Instituição torna-se compreensível, dadas as políticas de aquisição e circulação de materiais didáticos vigentes no período.

Santos (Entrevista, 2023), em seu relato, informou que, na Escola Metodista, utilizava-se a cartilha *Caminho Suave*, frequentemente repassado entre irmãos mais velhos, pois esse material didático era destinado, sobretudo, à leitura. Quanto aos cadernos, eram utilizados os modelos comuns de brochura e os de caligrafia. Mencionou, ainda, que, por vezes, recebiam doações de materiais escolares, embora não se recordasse da procedência, se oriundos do governo Estadual ou da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista do Brasil. Também não soube esclarecer se havia pagamento de mensalidades ou se eram isentos por pertencerem à Igreja e serem filhos do pastor local.

Sobre este assunto em relação ao financiamento dos custos da Instituição, Cardoso (Entrevista, 2023) recordou que os professores eram remunerados com verbas enviadas pela Sede Nacional da Igreja Metodista. Existia, igualmente, um “caixa escolar”, alimentado por contribuições destinadas à aquisição de cadernos para alunos que não podiam adquiri-los. Não havia cobrança de mensalidades em razão do convênio firmado com o Estado de Mato Grosso. A família do ex-aluno Campos (Entrevista, 2023), por exemplo, contribuía mensalmente com o valor de Cr\$ 6,00 para o referido caixa escolar, conforme registro localizado na Pasta n. 1 (SED, Ficha de Aluno, 1974, p. 4).

De modo semelhante, a *Cartilha Sodré*, amplamente difundida entre os docentes como “Método Sodré de Educação”, foi concebida pela professora Benedicta Stahl Sodré. Egressa do Instituto de Educação Sud Minucci, em Piracicaba, a mesma iniciou sua trajetória no magistério e, posteriormente, foi removida para a cidade de São Carlos. Ao longo de seus 32 anos de atuação docente, dedicou-se simultaneamente a pesquisas sobre alfabetização, esforço que resultou na elaboração de um método próprio para o ensino inicial da leitura e da escrita. Dessa investigação emergiu seu primeiro livro, a *Cartilha Sodré*, cuja circulação exerceu papel significativo no processo de alfabetização de milhares de brasileiros (Alves, 2008).

Para Brianezi (Entrevista, 2023), o uso dessas cartilhas configurou aspectos da cultura escolar na Escola Metodista, pois, além da forma de atuação da professora Áurea no desenvolvimento dos conteúdos, esses materiais contribuíram para o processo de alfabetização dos alunos. Alves (2008) destaca que a *Cartilha Sodré* se revelou um recurso

relevante no ensino das crianças nas escolas primárias. A primeira edição foi publicada em 1940. A partir da 46ª edição, em 1948, a obra passou a ser editada pela Companhia Editora Nacional, que registrou a produção de 6.060.351 exemplares entre 1948 e 1989, ano de sua última edição. Em 1977, o material foi reformulado pela educadora Ísis Sodré Verganini, ocasião em que recebeu alterações em seu formato e o acréscimo de aproximadamente 30 páginas.

O material didático adotado fundamentava-se em um método específico, conhecido como “*Método Sodré*” ou “*Alfabetização Rápida*”. Esse processo recebeu tal denominação porque os estudantes eram expostos diretamente ao aprendizado de sentenças, palavras e sílabas, sem passar por um período preparatório, característica que o diferenciava de outras propostas de alfabetização em circulação naquele período.

Cumprir registrar que, no período em que a professora Áurea atuava praticamente como uma das únicas docentes na Escola Metodista, uma ex-professora comentou, em entrevista, que, ao “assistir” às aulas da D. Áurea, aprendeu tudo com ela. Atuava como sua auxiliar e “tomava as lições, fazia caligrafia para os alunos, para melhorar a letra, não podiam escrever feio, corrigia os cadernos”. Essa representação do “feio” remete aos apontamentos de Magalhães (2004), ao discutir como determinadas práticas escolares buscavam adequar os alunos aos padrões exigidos no contexto da sala de aula.

Ainda de acordo com a ex-docente, os pais procuravam a “escolinha da d. Áurea” porque ela lecionava de forma dinâmica e, segundo o relato, “rapidamente as crianças eram alfabetizadas” (Monteiro, Entrevista, 2025). Esses elementos permitem compreender o uso das cartilhas como parte da metodologia de ensino adotada pela docente e, ao mesmo tempo, como representação do modo como a primeira professora da Escola Metodista exercia o magistério, valendo-se de uma metodologia facilitadora do aprendizado dos alunos, como parte da cultura escolar.

A cartilha *Vamos Estudar* também fez parte da vida escolar da depoente Monteiro (Entrevista, 2023). Primeiro como aluna no Curso Primário, conforme mencionado anteriormente, e, depois, enquanto auxiliava a professora Áurea em sala de aula. Assim, é possível entrever que as dinâmicas e ilustrações apresentadas nesta cartilha, tinham uma articulação entre a realidade e a experiência diária da criança, em face ao aprendizado que provinha dos exemplares. O uso de imagens relacionadas, por exemplo, ao contexto do país, os espaços geográficos e os entornos da Instituição mobilizam vivências concretas e alcançavam na íntegra o objetivo do ensino dos conteúdos propostos, aproximando do cotidiano dos alunos e da cultura escolar desenvolvida na Escola pelas professoras.

No que se refere ao cuidado com os cadernos na execução das atividades escolares, Santos (Entrevista, 2023) relatou que, na infância, foi diagnosticada com estrabismo, o que lhe ocasionava dificuldades para registrar os conteúdos. Em razão disso, precisou utilizar óculos. Apesar das limitações visuais, destacou que apreciava desenhar e realizar atividades de artesanato nas aulas de Educação Artística. Recordou, ainda, que a dificuldade de enxergar adequadamente interferia na escrita, mencionando que lhe foram prescritos óculos de quatro graus, pois sua letra era considerada “um garrancho”.

No que se refere ao modo de desenvolver as atividades pedagógicas, Viñao Frago (2008, p. 22) destaca que o “[...] caderno escolar é um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho de sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos, e dos ritmos, regras e pautas escolares”. Nesse sentido, ao organizar e corrigir os cadernos, a docente exercia práticas e representações vinculadas à cultura material escolar vigente naquele período.

Durante o depoimento de Campos (Entrevista, 2023), foi possível compreender a influência do método indutivo em seu processo de aprendizagem da escrita. Em suas lembranças, Português figurava como um dos principais limitadores de sua aprendizagem, pois “sempre tive dificuldades com os registros nos cadernos e escrevo com letras de ‘forma’ até hoje, pois na cursiva fica impossível ler”. Segundo o depoente, na época não era permitido escrever dessa maneira, “mas na ‘Metodista’ [lhe] abriram uma exceção”.

Esse episódio evidencia que as práticas pedagógicas adotadas na Escola Metodista não se configuravam como “ações neutras, mas criações socioculturais dotadas de significado e de discurso” (Escolano Benito, 2017, p. 168), sendo, em determinadas situações, revistas a partir das dificuldades apresentadas pelos alunos em se adequar ao padrão convencional de ensino e aprendizagem desenvolvido naquele contexto escolar.

Ainda acerca dos materiais didáticos e pedagógicos utilizados na Escola Metodista, obtive, por meio das Entrevistas, a informação de que as revistas da Imprensa Metodista eram empregadas como parte da cultura escolar da Instituição protestante.

Dessa forma, com o intuito de compreender como as atividades da Revista Bem-Te-Vi eram utilizadas na Escola Metodista, ao catalogar os exemplares localizados, identifiquei diversos conteúdos relacionados às comemorações de datas festivas, como Dia das Mães, Mês da Família, Natal e Páscoa, entre outras. Segundo Peres (2022, p. 145-146), a revista apresentava “abordagens sobre a escola dominical, as festas cristãs, agradecimentos a Deus”, além de conteúdos relacionados aos princípios morais, como “[...] sobre a importância de falar

a verdade, a necessidade do bom comportamento das crianças, sobre a importância do trabalho e da família; educação doméstica e conteúdos cívicos e de civilidade”.

Na Escola Metodista, a Revista Bem-Te-Vi também foram utilizadas nas aulas desde o período de atuação da professora Áurea Brianezi. Esse material integrava o acervo da Biblioteca da Instituição e, por essa razão, seus conteúdos eram empregados no desenvolvimento das atividades pedagógicas, compondo a cultura escolar da escola. As revistas Bem-Te-Vi que chegavam à Biblioteca da Escola Metodista “eram disputadas pelos alunos” (Brianezi, Entrevista, 2023), tendo em vista que, à época, o acesso a materiais de leitura era limitado. A Imprensa Metodista encaminhava esses periódicos às igrejas locais para o trabalho pedagógico nas escolas paroquiais e nas escolas dominicais, como parte da difusão de sua cultura escolar, veiculando valores, princípios éticos e morais às comunidades. A Figura 22 apresenta a capa de três edições dessa revista que circularam na década de 1950 e 1960.

Figura 22 – Exemplos da Revista Bem-Te-Vi (1957-1959-1967)



Fonte: Acervo UMEESP (2023).

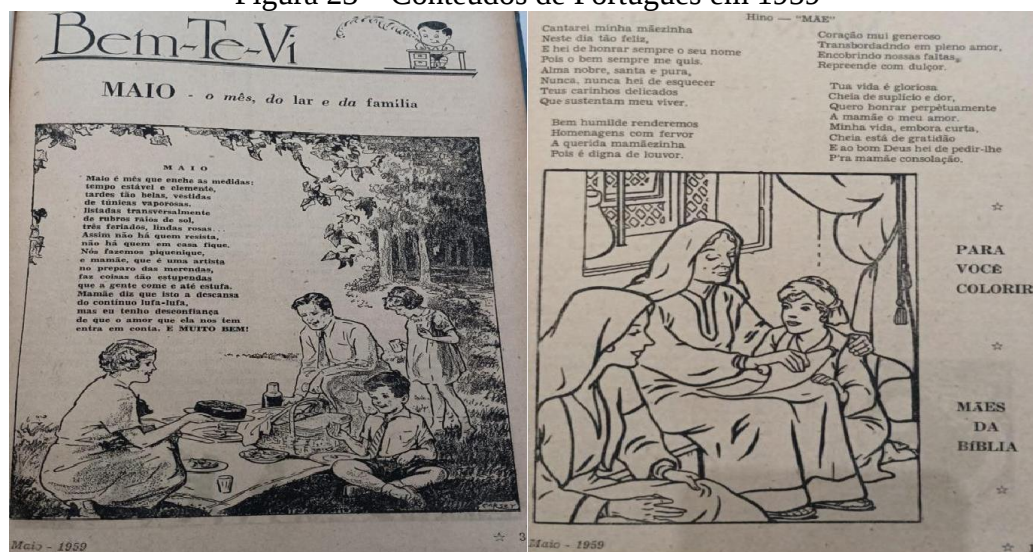
A Revista Bem-Te-Vi é um periódico infantil metodista, criado em janeiro de 1923 pela extinta Editora Imprensa Methodista, destinado a crianças e adolescentes. A missionária norte-americana Leila Flossie Epps foi à primeira editora da revista, cujo título faz referência à ave brasileira de peito amarelo, conhecida cientificamente como *Pitangus sulphuratus*. Segundo Panizzolo (2014, p. 274), “[...] A redatora expressa a preocupação com o conteúdo didático e com a qualidade do papel, de modo a despertar nas crianças um interesse crescente pela publicação”, tratando-se de um discurso pautado na representação de inserir o periódico

nas práticas educativas escolares das instituições metodistas, como parte de sua cultura escolar.

Peres (2022, p. 108-109) destacou, em sua Tese de Doutorado, que a Revista Bem-Te-Vi “[...] Até o ano de 1967, foi elaborada com o propósito de atender de forma especial às crianças cristãs, sem restrição à denominação religiosa, sendo inclusive difusa nas escolas indígenas, e utilizada para o ensino”. No entendimento de Panizzolo (2014, p. 274), a revista, a partir desse período, deu continuidade ao “[...] caráter instrumental voltado à catequese metodista, tendo sua destinação especificamente voltada para uso nas aulas das escolas dominicais”. A partir dessas considerações, é possível inferir que a revista tenha sido utilizada nas atividades pedagógicas da Escola Metodista, ao menos durante seus primeiros anos de circulação, compondo práticas associadas à cultura escolar da Instituição, voltadas à formação moral e religiosa dos alunos.

Como exemplo dos conteúdos da Revista Bem-Te-Vi que possivelmente eram explorados no componente curricular de Português, destacam-se os poemas relacionados às datas comemorativas, conforme ilustrado na Figura 23.

Figura 23 – Conteúdos de Português em 1959



Fonte: Revista Bem-Te-Vi (1959, Ed. n. 5, p. 3-19).

Nas duas imagens, observam-se atividades alusivas ao Dia das Mães e ao Mês da Família. Na imagem da esquerda, o poema “MAIO – o mês, do lar e da família” apresenta a ilustração de um piquenique familiar em ambiente ao ar livre. O poema descreve a cena com pai, mãe e filhos desfrutando de uma tarde em meio à paisagem campestre. Ao dialogar com Chartier (2010, p. 26), para quem “as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem”, compreende-se que o poema constrói, tanto em seus escritos quanto em sua

iconografia, uma representação específica de família, associada à convivência harmoniosa e ao modelo familiar tradicional.

De modo semelhante, a imagem da direita aborda o contexto maternal por meio do “HINO – MÃE”. A atividade proposta apresenta as “Mães da Bíblia” aos alunos, incluindo a sugestão de colorir as imagens e o contato com uma poesia alusiva à data comemorativa.

Assim, observar que os conteúdos da Revista Bem-Te-Vi, utilizados em sala de aula da Escola Metodista, especialmente no componente de Português, buscavam veicular representações de família estruturada em torno de pai, mãe e filhos, bem como de convivência pautada pela harmonia, expressa por meio de textos e imagens.

A utilização dessa revista, com poesias e ilustrações voltadas à dinâmica familiar, permite compreender que os conteúdos da matéria de Português poderiam “[...] por sua vez penetrar, moldar, modificar” (Chervel, 1990, p. 184), articulando-se entre o convívio familiar e aos processos educativos.

No componente de Educação Artística, os alunos aprendiam atividades como desenho, artesanato e o trabalho com argila. Sobre esse componente, uma ex-aluna relatou: “Quando eu criança fui diagnosticada com estrabismo, por isso tinha dificuldades para registrar os conteúdos, e precisei usar óculos, mas amava desenhar, fazer artesanato nas aulas de Educação Artística” e, ao longo dos anos, como “eu não enxergava direito sempre precisei sentar na primeira carteira porque não enxergava direito e escrevia muito feio” (Santos, Entrevista, 2023). Em outro momento da entrevista, a depoente mencionou que “eu tinha preferência nas aulas práticas de Educação Artística como desenhar e mexer com argila. ‘Eu lembro que a gente fazia bonequinho, fiz um vaso’”. Esses relatos demonstram como as atividades práticas possibilitavam experiências de criação, nas quais o ato de modelar a argila se articulava à imaginação e à expressão individual.

A ex-aluna comentou que, neste componente, também realizavam atividades de horticultura e culinária: “Aprendi horticultura, assim mexi com uma pequena horta e atividades de Culinária. Eram ‘as minhas atividades preferidas, porque eu tinha muita dificuldade em Matemática, eu lembro que eu era muito ruim, nunca fui uma aluna boa, sempre passava com a média e pra você ver, virei contadora que é matemática pura’” (Santos, Entrevista, 2023). O depoimento evidencia como determinadas dificuldades percebidas em algumas disciplinas contribuem para a identificação da aluna com outros conteúdos escolares, produzindo sentidos diferenciados em relação às experiências de aprendizagem.

A título de exemplo sobre a não identificação com todas as matérias, a ex-aluna Santos (Entrevista, 2023) relatou que, no componente de Educação Física, aprendiam práticas

esportivas como futebol e vôlei; contudo, as atividades eram organizadas com separação por gênero: “Os meninos aprendiam a jogar futebol, e nós, meninas jogávamos vôlei”. Souza (2009) aponta que, no século XX, a Educação Física escolar visava formar cidadãos disciplinados, promovendo o bem-estar coletivo e a convivência social entre os sujeitos.

No que se refere à separação entre masculino e feminino, Louro (1997, p. 60) ressalta que “[...] as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e” nas representações acerca das práticas destinadas a meninos e meninas, incluindo brincadeiras e atividades esportivas. Nessa lógica, determinadas modalidades eram associadas ao gênero masculino, enquanto outras eram direcionadas ao gênero feminino, conforme expectativas sociais sobre comportamentos corporais e práticas consideradas apropriadas em cada contexto histórico.

Louro (1997, p. 57) assinala que uma das consequências da escola moderna foi à separação dos sujeitos por classes sociais – fossem ricos ou pobres, cristãos de diferentes crenças – e que, de modo quase imediato, “separou os meninos das meninas”. A mesma ex-aluna lembrou, ainda, que a Escola não dispunha de espaço próprio para práticas esportivas, de modo que as atividades ocorriam na rua ou em uma praça próxima da Instituição, em frente ao Hospital Evangélico (Santos, Entrevista, 2023). Observa-se, assim, que, mesmo sem espaço físico adequado, na Escola Metodista os alunos eram incentivados às práticas de exercícios físicos.

Figura 24 – Time de futebol da Escola Metodista em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

A Figura 24 apresenta a composição do time de futebol da Escola Metodista no ano de 1965, tendo como técnico o pastor Themóteo Campos dos Santos, em um campo de futebol de terra. Convém registrar que o Reverendo possuía experiência com o futebol, pois, antes de se casar, atuou como goleiro do Rolândia Futebol Clube, no Estado do Paraná.

A imagem permite observar que os jogadores, juntamente com o técnico, estão posicionados para o registro fotográfico. Na parte posterior da fotografia encontram-se seis meninos, enquanto, na parte frontal, estão os demais alunos que compunham o time. Todos os jogadores, com exceção do goleiro, estão uniformizados com camisas na cor amarela, com detalhes em verde, e shorts azuis. O goleiro utilizava uma blusa de manga longa na cor verde, com detalhes em amarelo, e short azul. O pastor Themóteo aparece trajando vestimentas de uso cotidiano, compostas por calça comprida na cor cinza e camisa branca. Observa-se ainda que apenas o menino localizado à extremidade esquerda da imagem aparece calçado, no caso, com tênis, situação igualmente identificada entre os alunos que permanecem em pé.

Um aspecto relevante refere-se às cores do uniforme utilizado pelos alunos, que coincidem com as cores da Seleção Brasileira (verde e amarelo), elemento que permite inferir a presença de referências cívicas associadas às práticas esportivas escolares. Acerca do registro iconográfico do time de futebol, Vidal e Abdala (1995) permite compreender que essas imagens envolvendo alunos contribuem para entender mensagens simbólicas “sem palavras”, transmitidas por meio do vestuário, como o uso das cores da bandeira, mobilizando sentidos relacionados à pátria, inclusive no contexto das atividades esportivas.

Ainda sobre as práticas esportivas, Brianezi (Entrevista, 2023) relatou que, mesmo diante do espaço físico reduzido, “na hora do recreio havia brincadeiras que envolviam todas as crianças, sem distinção, e ninguém tinha consciência do que hoje se denomina bullying”. Segundo o ex-aluno, os estudantes eram orientados para o desenvolvimento do senso de coleguismo, e atitudes de preconceito não eram permitidas entre as crianças. Dessa forma, as normas de convivência orientavam o comportamento dos alunos, estabelecendo princípios de conduta que deveriam ser internalizados no cotidiano escolar, inclusive durante o momento do recreio, quando crianças de ambos os gêneros compartilham as brincadeiras.

No processo de institucionalização da escola primária no Brasil, a estruturação de um sistema educacional formal pautado pela vigilância, pela separação dos gêneros e pelo “[...] controle dos movimentos do corpo na hora do recreio” constituía um dos elementos que distinguiam “[...] o aluno escolarizado da criança sem escola” (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 25). Desta maneira, Dominique Julia (2001) observa que, em determinadas circunstâncias, os professores desconsideravam os sentidos e significados atribuídos pelos próprios alunos aos

pátios escolares, espaços nos quais construíam formas específicas de sociabilidade, brincadeiras e estratégias de relativa autonomia frente à vigilância adulta.

Esses modos de conduta e controle estiveram ao que indicam as fontes analisadas, presentes na Escola Metodista ao longo de sua trajetória, especialmente em função das representações e práticas vinculadas ao ensino confessional protestante, historicamente organizado a partir de normas disciplinares mais rigorosas. Raposo (2008, p. 39) explicita que os movimentos educacionais trouxeram uma nova estrutura na composição e articulação do ensino, no que se refere ao processo formativo em suas múltiplas dimensões: “[...] educação física, intelectual e moral”, voltada à formação dos alunos.

Desse modo, a imagem da Figura 24, com alunos posando para o registro iconográfico do time de futebol da Escola Metodista, pode ser interpretada tanto como representação do masculino, reforçando uma divisão de gênero, quanto como expressão dos espaços socialmente atribuídos a cada grupo. Nas práticas esportivas, enquanto os meninos jogavam futebol, as meninas jogavam vôlei. A esse respeito, Raposo (2008, p. 16) aponta que, “[...] devido ao crescimento urbano” e à falta de práticas desportivas adequadas para a manutenção da saúde física e emocional, jovens e crianças precisavam realizar atividades ao ar livre com frequência, especialmente nas aulas de Educação Física.

Os componentes de Português, Educação Artística e Educação Física integravam a cultura escolar da instituição confessional protestante. Segundo os depoentes, as matérias eram desenvolvidas por meio de materiais didáticos, como a Revista Bem-Te-Vi, da Imprensa Metodista; Cartilha *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima e Silva; e a Cartilha *Sodré*, de Benedicta Stahl Sodré, e, *Vamos Estudar*, de Theobaldo Miranda Santos. Nesses materiais, eram propostas atividades de leitura, poemas, pinturas e criação de objetos, além de práticas esportivas realizadas ao ar livre. Compreender como esses componentes curriculares eram desenvolvidos no cotidiano escolar permitiu identificar representações, a partir de imagens e ilustrações, relacionadas ao convívio familiar.

Por meio de atividades lúdicas com desenho, pintura e manuseio de argila e de terra, os estudantes eram levados a expressar criatividade e a desenvolver cuidado com a natureza. Por fim, as práticas esportivas apresentavam simbolismos associados ao período da ditadura, tanto pelo cuidado e asseio com o corpo quanto pela separação de gêneros em determinadas modalidades. Esses aspectos serão abordados a seguir.

4.1.2 A matéria de Estudos Sociais: os componentes de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso

O modelo educacional implementado no Brasil passou a incorporar, em seus currículos e componentes disciplinares, influências significativas do sistema educacional norte-americano, perceptíveis desde a chegada das primeiras missionárias protestantes ao território brasileiro. Tais características configuraram-se como um diferencial no campo educacional, na medida em que as práticas pedagógicas adotadas contemplavam, entre outros aspectos, a formação religiosa, moral e cívica. Essas práticas, por sua vez, expressavam e incorporavam transformações políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo país, especialmente no contexto da ditadura civil-militar.

No âmbito da organização curricular, o artigo 7º da Lei n. 5.692/1971 estabeleceu como componentes obrigatórios às disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Educação Física, Educação Artística, Programa de Saúde e Ensino Religioso. Contudo, embora o Ensino Religioso fosse de oferta obrigatória pelas instituições de ensino, sua frequência era facultativa aos estudantes. As disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, nesse contexto, articulavam-se diretamente ao projeto político do governo vigente, uma vez que a valorização do civismo, do patriotismo e de estudos voltados à exaltação nacionalista constituía elemento central da conjuntura brasileira na década de 1970, sob o regime militar. Conforme assinalam Carvalho e Ferreira (2016, p. 106), tais componentes integravam a estrutura curricular “[...] com o objetivo de justificar o Estado Militar, de enaltecer o Brasil como um país com grandes possibilidades de desenvolvimento”.

A redefinição da política educacional brasileira contemplava, desde suas origens, a preocupação com a reformulação do modelo de Ensino Primário e Médio. Entretanto, a conjuntura que antecedeu a elaboração da Lei n. 5.692/71 caracterizava-se pela ausência de mobilização social e de demandas organizadas voltadas à ampliação das oportunidades de escolarização, ao aumento dos recursos destinados à educação ou a outras reivindicações substantivas nesse campo da vida social.

Em face das exigências da legislação educacional vigente, a Escola Metodista materializou práticas pedagógicas permeadas por símbolos, valores e pelo ideário da Educação Moral e Cívica. Entre 1955 a 1977, o país ainda preservava de modo incontestável, princípios nacionalistas, expressos por meio de festas, ritos, exposições, desfiles escolares, Exame de Admissão ao curso ginasial e comemorações cívicas, entre outras práticas. Essas

manifestações faziam parte do cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, evidenciavam, de forma significativa, os contornos e as características da cultura escolar então vigente.

A matéria de Estudos Sociais englobava os componentes de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso. A respeito do componente de Educação Moral e Cívica, uma antiga professora da Escola Metodista mencionou que esse componente se fazia presente neste período, em face do momento histórico civil-militar que o país vivenciava e, tal patriotismo era esperado nas instituições escolares. Estas simbologias faziam parte das representações, nas comemorações e ocupavam lugar especial na memória, fortalecendo o imaginário patriótico, onde a instituição assume os valores cívicos (Germano, 2005).

Cumprе destacar que a Lei n. 5.692/71 visava à inculcação e à “[...] transmissão de valores morais, cívico-patrióticos para a inculcação do regime militar” (Souza, 2009, p. 272); por essa razão, compreendemos a presença do componente Educação Moral e Cívica no currículo do período.

No período anterior à estrutura curricular instituída pela Lei n. 5.692/1971 (Brasil, 1971), na disciplina de Estudos Sociais, Monteiro (Entrevista, 2025), relatou que utilizavam o livro *Vamos Estudar*. Segundo a depoente, esse material era empregado “quando fazia chamada oral de atividades de História e Geografia e também escrevia no quadro negro os conteúdos que eram planejados, aplicava e fazia todas as correções dos cadernos”, como parte da cultura escolar, independentemente da organização do material escolar de cada aluno e, precisava ser orientado com a devida atenção.

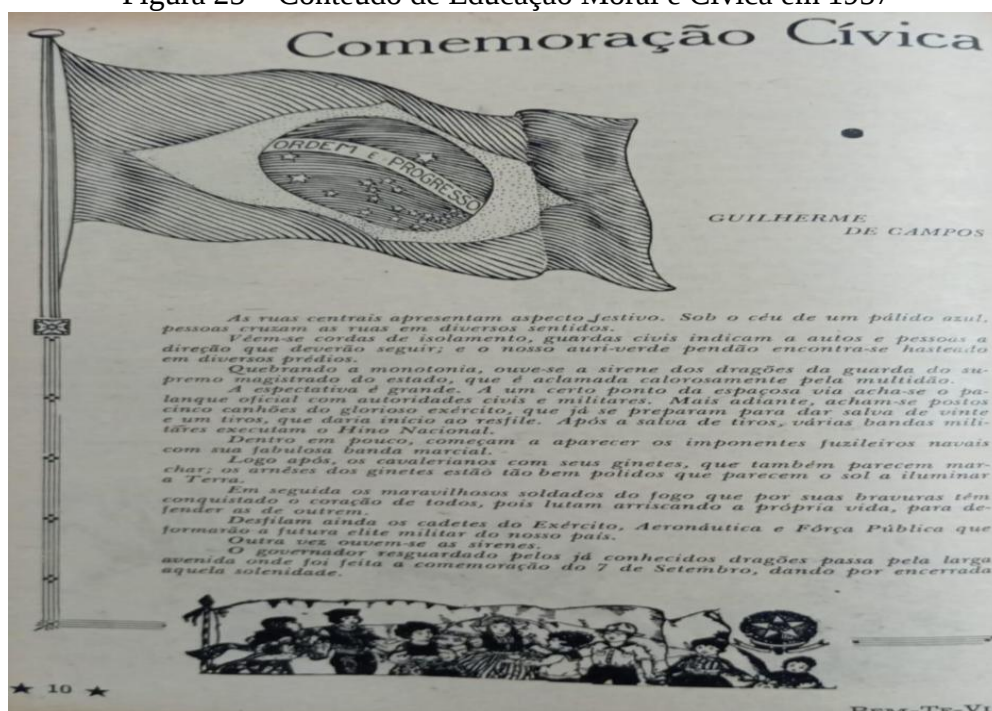
Ao realizar a chamada oral das matérias, a docente podia verificar a evolução do aprendizado dos alunos por meio da leitura. Do mesmo modo, ao corrigir os cadernos, observava a caligrafia e a ortografia dos estudantes, bem como o nivelamento do ensino, pois, segundo a ex-docente, “a gente tinha que corrigir tudo certinho”. Isso permite observar as exigências do trabalho docente durante as aulas e, também, a representação das formas de avaliar o progresso contínuo, necessário para acompanhar cada aluno, individualmente. A correção, o cuidado com a grafia e a chamada oral dos conteúdos constituíam práticas pedagógicas do cotidiano em sala de aula. A cultura escolar manifestava-se nesse modo de cuidar dos cadernos dos alunos.

Uma ex-aluna da Instituição relatou que, nesse componente, “tinha que aprender os hinos cívicos, sobre a cidade e os governantes” (Santos, Entrevista, 2023). A ex-diretora lembrou que “o civismo, eram práticas rotineiras na Escola Metodista, como a formação de filas para o hasteamento da bandeira e cantar o Hino Nacional Brasileiro”, além da participação nos desfiles cívicos de 7 de setembro, aspectos relacionados à organização das

práticas pedagógicas desenvolvidas na Instituição e executadas pelas professoras como parte da organização curricular (Cardoso, Entrevista, 2023). Ainda, o relato de uma ex-professora reforçou os dizeres dessa depoente, ao narrar “que uma das práticas rotineiras desenvolvidas na Escola, era entoarem o Hino Nacional já no início das aulas e nas datas comemorativas eram feitas apresentações de cantos e poesias” (Silva, Entrevista, 2023).

Embora houvesse uma Biblioteca na escola, a Instituição não contava com muitos materiais para uso docente, assim, como já foi abordado. Conforme os dizeres do ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023) no início da criação da Escola Metodista, a mãe, a professora Áurea Batista Brianezi, recorria aos conteúdos da Revista Bem-Te-Vi no desenvolvimento das aulas, dado ao acesso que as igrejas recebiam da Imprensa Metodista. Na matéria de Estudos Sociais, no componente de Educação Moral e Cívica, por exemplo, eram mobilizados, sobretudo, conteúdos relativos às práticas cívicas, como mostra a Figura 25.

Figura 25 – Conteúdo de Educação Moral e Cívica em 1957



Fonte: Revista Bem-Te-Vi (1957, Ed. n. 1, p. 10).

O poema “Comemoração Cívica”, escrito pelo poeta Guilherme de Campos, faz referência às comemorações do dia 7 de setembro. Em sua composição poética, o autor descreve o dia festivo, marcado pelo céu azul, pelo entusiasmo das pessoas, pela presença de civis e militares e pelo cortejo do desfile, protagonizado pelos “cadetes do Exército, Aeronáutica e Força Pública que formarão a futura elite militar do nosso país”.

Essa representação do civismo estava inserida nas atividades escolares como parte da cultura escolar, em referência ao patriotismo e amplamente explorada nas instituições escolares no período civil-militar. Na Escola Metodista, tal metodologia não foi diferente e, todos os dias os alunos formavam fila para cantar o Hino Nacional antes do início das aulas.

Ao longo da leitura das páginas da Revista Bem-Te-Vi, foi possível identificar um percentual significativo de atividades direcionadas às práticas cívicas. Peres (2022, p. 149-150), em suas análises sobre o referido periódico, apontou que, embora apresentasse, “em sua composição, influências de um período de construção de uma sociedade mais moderna e democrática, provindas da Semana da Arte Moderna (1922) e de movimentos educacionais como o ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’ (1932)”, “[...] imperava em suas abordagens mensagens voltadas à construção de uma sociedade cívica, cristã e com civilidade”. Essas abordagens presentes na Revista Bem-Te-Vi configuraram conteúdos mobilizados em sala de aula, especialmente no componente de Educação Moral e Cívica.

Compreende-se, assim, que a Escola Metodista estabeleceu práticas educacionais permeadas por valores cívicos e morais, em consonância com a legislação em vigor e integradas às práticas cotidianas da Instituição, refletindo aspectos de sua cultura escolar.

Ainda no que se refere à disciplina de Educação Moral e Cívica, Brianezi (Entrevista, 2023) comentou que, no período em que estudou na escola, entre 1958 e 1961, a Instituição nunca participou oficialmente do desfile de 7 de setembro, “porque não tínhamos uniforme nem fanfarra. Mas íamos todos juntos e ficávamos perfilados na Praça Antônio João aplaudindo as escolas que passavam e ostentávamos uma faixa com os dizeres: Escola Metodista”. Pode-se compreender, a partir do depoimento do ex-aluno, que, mesmo sem condições de se apresentar uniformizados, conforme exigência da Comissão Organizadora Municipal da época, os estudantes acompanhavam as atividades alusivas ao desfile cívico, evidenciando o nome da Escola Metodista.

Essa representação, além de reproduzir o sentido patriótico de alunos e professoras da instituição protestante, também aponta para a cultura escolar desenvolvida durante as aulas, não apenas na Semana da Pátria, mas diariamente, por meio do canto do Hino Nacional antes do início das atividades escolares.

Ainda em alusão às atividades cívicas, Campos (Entrevista, 2023) destacou ser comum a Escola Metodista realizar ações alusivas à data: “eu lembro muito da Semana da Pátria, cantávamos o Hino Nacional antes de entrar na sala de aula e no dia 7 de setembro desfilávamos na avenida”. As lembranças do ex-aluno apontam para as representações imbricadas na cultura escolar, tanto em atividades pedagógicas quanto nas de sentido

patriótico, em que as festas articulam valores pedagógicos, religiosos, cívicos e populares, forjando memórias e sentimentos. O depoente estudou na Escola Metodista desde o Jardim de Infância até concluir o Curso Primário, em 1974. Em 18 de dezembro de 1974, teve a transferência expedida para a 5ª série do 1º grau.

A Lei n. 5.692/71, no período do regime militar, visou incutir nas instituições escolares, por meio do momento cívico obrigatório, um sentimento patriótico. Desse modo, a Escola Metodista estabeleceu práticas educacionais permeadas por valores cívicos e morais, atendendo à legislação em vigor; além disso, como parte das práticas cotidianas desenvolvidas com os estudantes, refletiu sua cultura escolar de forma significativa. De acordo com Goodson (2005, p. 35), “[...] a escolarização do Estado no começo do século XX combinava esta trilogia: pedagogia, currículo, avaliação”, o que estabelecia métodos pedagógicos adequados para ensinar o civismo aos estudantes em sala de aula.

Vale destacar que, no âmbito dos Estudos Sociais, a Escola Metodista incluía o Ensino Religioso como componente obrigatório. Nesse componente, eram desenvolvidas atividades de cunho religioso, algumas das quais realizadas na Igreja, com a participação dos alunos, sobretudo em datas comemorativas e celebrações litúrgicas.

No que se refere ao Ensino Religioso na Instituição, o ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023) relatou que “ninguém era obrigado assistir os cultos ou tão pouco ir às atividades relacionadas ao viés da fé cristã protestante, mas todos os alunos eram convidados a se fazerem presentes de livre escolha”. Nessa perspectiva, observa-se que as práticas da cultura escolar podem ser compreendidas à luz de Chartier (1990, p. 136), ao afirmar que elas são “[...] criadoras de usos ou de representações que não são de modo algum redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas”, tampouco à aceitação automática das mensagens por aqueles a quem são destinadas, no caso, os alunos.

A Lei n. 4.024/1961 (Brasil, 1961) conferiu liberdade às instituições escolares em relação ao Ensino Religioso. Em muitas escolas, as atividades eram integradas a outros conteúdos, com matrícula facultativa. Mas, segundo Santos (Entrevista, 2023), a disciplina de Ensino Religioso era obrigatória na Escola Metodista, e seu pai, que era pastor, por vezes comparecia à escola para realizar contação de histórias bíblicas aos alunos durante as aulas.

No período em que estudou na Escola Metodista, a ex-aluna relatou que o pai, o Reverendo Themóteo, “usava o projetor na parede para contar histórias e contextualizar à luz da Bíblia”. Disse ainda que ele “era muito cuidadoso para não ofender os princípios dos alunos que não eram da igreja, mas que frequentavam a Escola”. Pode-se entrever, assim, como a representação religiosa se fazia presente nas atividades pedagógicas, não apenas por

meio das professoras, mas também pela atuação do líder religioso da Igreja Metodista. Como parte da cultura escolar, o Ensino Religioso trabalhava histórias bíblicas, mas também o respeito a outras crenças denominacionais, uma vez que a instituição matriculava não apenas alunos de origem confessional protestante, mas também católicos caso este, do ex-aluno Campos (Entrevista, 2023).

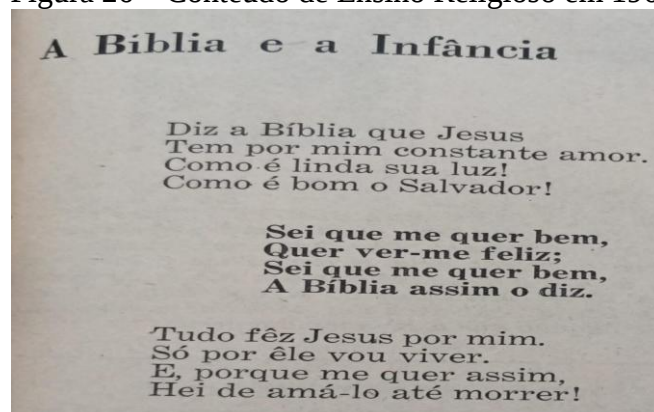
Buriti e Barros (2016, p. 29) destacam que “[...] ao contar histórias, metáforas e parábolas bíblicas, o objetivo era transformar o aluno sem fazer um apelo direto à vontade”; ou seja, “[...] o instrumento tático era a narrativa”. Essa perspectiva permite compreender o relato da ex-aluna Santos (Entrevista, 2023), quando mencionou que seu pai, o Reverendo Themóteo, utilizava a contação de histórias bíblicas na Escola Metodista como estratégia para ensinar, mas também propagar o Evangelho durante as aulas.

Sobre esse componente curricular, Escolano Benito (2017, p. 136) assinala que “[...] tem muito a ver com as invenções articuladas aos modos de educação popular forjados na experiência cotidiana”, em que as instituições escolares impõem estratégias para disseminar preceitos religiosos por meio da cultura escolar, com atividades lúdicas e representações que incutem o interesse das crianças pelas histórias bíblicas.

O ex-aluno Campos (Entrevista, 2023) comentou que “éramos convidados para participar das atividades na Igreja Metodista, porém fui pouquíssimas vezes”. Durante o período em que estudou na Escola Metodista, ele foi convidado a frequentar o templo religioso, mesmo sendo de origem católica. Conforme dados mencionados durante a coleta, disse ter estudado entre 1970 e 1974, período que corresponde ao tempo em que o Reverendo Themóteo compartilhava histórias bíblicas com os alunos durante as aulas.

A esses apontamentos, localizou-se, na Revista Bem-Te-Vi, uma atividade sobre a Bíblia e a Infância, conforme apresentado na Figura 26.

Figura 26 – Conteúdo de Ensino Religioso em 1967



Fonte: Revista Bem-Te-Vi (1967, Ed. n. 4, p. 3).

O poema “A Bíblia e a Infância” aponta instruções bíblicas sobre o amor na vida das crianças. Pode-se compreender que o Reverendo Themóteo fazia uso dos momentos de contação de histórias durante as aulas, utilizando a Bíblia e, também, periódicos enviados pela Imprensa Metodista às igrejas locais, a exemplo de exemplares da Revista Bem-Te-Vi. As páginas desse periódico contêm diversas atividades e leituras voltadas ao público infantil, por meio de conteúdos simples, adequados à compreensão das crianças. Esse modelo de acessibilidade sugere a forma como o religioso organizava seu tempo para estar na Escola Metodista durante o horário de aulas e realizar a contação de histórias como parte da cultura escolar e da disseminação de preceitos religiosos.

Sobre a presença pastoral na Escola Metodista, o Jornal Expositor (1966, ed. n. 17, p. 5) apontou que as instituições escolares metodistas localizadas em Dourados e no Varjão cumpriam o papel de ensinar e evangelizar. O destaque da notícia relatou que as “[...] Escolas Primárias funcionam normalmente levando além do ensino do alfabeto o conhecimento de Jesus Cristo às crianças”.

Para Chartier (2002, p. 16), o modo como “[...] a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são objeto da representação”. Portanto, faz-se necessário verificar esses elementos e como podem ser forjados na cultura escolar pelo ideário de fé e ensino, “[...] como resultado desta escolha estratégica para inserção do protestantismo e na criação de espaços de transmissão dos ideais metodistas” (Plácido, 2014, p. 60).

Ainda em referência ao Ensino Religioso, uma notícia publicada no Jornal Expositor Cristão (1968, ed. n. 24-25, p. 18) informou que o Reverendo Thomas Charles Edmonds “[...] comprou um terreno que era uma oficina de móveis, que hoje é Escola Metodista. Onde se pode ensinar 180 crianças, tanto material como espiritual”. Novamente, é possível observar a articulação entre as atividades desenvolvidas na Igreja e na Escola, voltadas a pregar a palavra de Deus por meio do ensino e do evangelismo durante as aulas. Essa referência ao quantitativo de alunos matriculados relaciona-se ao “[...] estabelecimento de igrejas e criação de escolas e Escolas Dominicais em que se ensinavam as letras e a religião” (Plácido, 2014, p. 69), como parte da cultura escolar desenvolvida na instituição confessional protestante.

A presença marcante da Bíblia na cultura escolar, nos momentos de oração e na musicalidade presentes no cotidiano institucional, também influenciava as crianças a frequentarem cultos e celebrações. Assim, quando o núcleo familiar deixa de cumprir seu papel na formação intelectual e moral, segundo Magalhães (2004, p. 67), “[...] as instituições

escolares e paraescolares” induzem o modo de ser dos sujeitos. Mesmo que alguns alunos não fossem filhos de protestantes, passavam a frequentar, de forma esporádica, o espaço religioso, em razão das representações evidenciadas pelas atividades pedagógicas. Silva (entrevista, 2023) relatou que, ao ingressar na Escola Metodista, tais práticas já não estavam em vigor, uma vez que a instituição se encontrava sob administração estadual e os conteúdos seguiam as diretrizes estabelecidas pelo Núcleo Estadual de Educação.

Desse modo, compreende-se que as representações entre ensino e religiosidade eram visíveis na cultura escolar por meio das atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço institucional antes de sua passagem à direção estadual. Por se tratar de uma escola confessional metodista, as finalidades, os espaços, os eventos e o cotidiano da Escola Metodista articulavam-se às práticas da Igreja. Silva (Entrevista, 2023) relatou que, mesmo após o encampamento da Instituição pelo Estado, manteve-se a prática de realizar “oração no início das aulas, com uma oração espontânea ou o Pai-Nosso”. Embora a Escola já não recebesse “visitas pastorais ou administrativas da Igreja Metodista”, tais representações foram preservadas e incorporadas à cultura escolar, evidenciando a permanência de referenciais confessionais no cotidiano educativo.

Diante dos apontamentos elencados, percebe-se que os componentes de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso estavam presentes nas atividades da Escola Metodista. O civismo era enaltecido em História e Geografia, assim como os símbolos pátrios, a exemplo da Bandeira do Brasil. Diariamente, o Hino Nacional era cantado antes do início das aulas e, na Semana da Pátria, essas práticas eram intensificadas, culminando com desfiles pelas ruas do Município de Dourados.

O Ensino Religioso convergia com as diretrizes da Instituição, inserindo, no cotidiano escolar, práticas religiosas, como oração antes do início das atividades, contação de histórias bíblicas, entre outras, reforçando princípios e valores éticos e morais. Diversas atividades envolviam caráter religioso, pois integravam a cultura escolar dessa escola confessional protestante. Na próxima subseção, aponto o último componente da grade curricular.

4.1.3 A matéria de Iniciação às Ciências: os componentes de Matemática, Ciências e Programas de Saúde (Puericultura)

As matérias de Iniciação às Ciências englobam os componentes de Matemática, Ciências e Programas de Saúde (Puericultura). A década de 1960 marcou o ensino de Ciências, ao introduzir inovações educacionais. O termo Puericultura, por sua vez, originou-se

de iniciativas sanitárias voltadas à saúde pública e ganhou força na década de 1930, a partir das ideias higienistas, contribuindo de modo expressivo para o fortalecimento do poder político, ao “[...] legitimar a educação sanitária como instrumento da higienização da população” (Rocha, 2003, p. 41). A higiene corporal foi historicamente concebida como um elemento fundamental, tanto enquanto expressão de civilidade e educação quanto como prática voltada à promoção da saúde, orientada à prevenção de doenças por meio do controle e da eliminação de microrganismos. Tal concepção contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento e a consolidação da Educação Física e da Medicina no Brasil.

Nesse contexto, o modelo sanitarista foi implementado com o objetivo de disciplinar os corpos e influenciar os ideais de desenvolvimento intelectual e físico. Tal perspectiva manifestava-se, sobretudo, nas regras e condutas que os alunos deveriam seguir durante o período das aulas, como, por exemplo, formar filas por tamanho, esperar o sinal tocar para poder entrar na sala de aula. Os dizeres de Rocha (2003) reforçam o caráter higienista que orientava a forma como os estudantes deveriam comparecer às aulas e manter-se asseados ao longo das atividades escolares.

Segundo informações localizadas na Pasta n. 1 (SED, Ficha de Aluno, 1974, p. 3), para efetivar a matrícula, Campos (entrevista, 2023) apresentou o “Atestado de Vacinação Antivariólica” e um atestado de saúde, comprovando que “não sofre moléstia infectocontagiosa” e que “encontra-se em perfeitas condições físicas e mentais, no ato do exame”. Há, ainda, registro de que os comprovantes foram expedidos pela “Fundação de Saúde de Mato Grosso” - “Unidade Sanitária de Dourados” - “Seção de Exames de Saúde”. No referido exame consta que o aluno foi “examinado para o fim especial de Escola”, o que evidencia a exigência desses documentos para a frequência às instituições escolares da época (Ficha n. 9, Atestado de Vacinação Antivariólica, Álvara 10013).

Diante dessas circunstâncias higienistas, pontua-se que as normativas sanitárias eram exigidas pelos Departamentos de Saúde do Mato Grosso e também pelas instituições escolares para a efetivação da matrícula, como no caso da Escola Metodista. Nesse entendimento, Peres (2022, p. 111) aponta que “[...] na primeira metade do século XX, em âmbito nacional, o disciplinamento da população esteve fundamentado na articulação entre a higiene e a moral”. Nesse sentido, as instituições educativas disseminavam, por meio do ensino de Ciências, práticas de cuidado com o corpo, higiene bucal, vacinação, entre outras; além disso, exigiam controles e atestados sanitários para comprovar que, no ato da matrícula, os alunos estavam devidamente vacinados e gozavam de saúde física e intelectual. Trata-se de uma representação explícita da subserviência dos corpos.

No componente de Ciências, os conteúdos que circulavam na Revista Bem-Te-Vi também eram utilizados em sala de aula, conforme revela a Figura 27.

Figura 27 – Conteúdos de Ciências em 1957



Fonte: Revista Bem-Te-Vi (1957, Ed. n. 11, p. 2).

Essa imagem, direcionada ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), criado em 1953, integra a matéria intitulada “Página de Saúde” e aborda dois enfoques: “O Trabalho com os Dentes” e “Os Tônicos da Verdade”. O primeiro apresenta informações sobre a quantidade de dentes e as funções de cada um, além de orientações sobre a mastigação correta dos alimentos. Na seção “Os Tônicos da Verdade”, destaca-se a importância de combater a “anemia” por meio de hábitos saudáveis, como permanecer ao ar livre, praticar atividades físicas, manter uma alimentação balanceada e não consumir “xaropes”.

No âmbito da Escola Metodista, esse conteúdo era trabalhado no componente de Ciências. Além disso, conforme Santos (Entrevista, 2023) os hábitos de higiene eram amplamente difundidos no cotidiano escolar, como demonstrado pela prática da “escovação dos dentes como forma de higiene bucal após o recreio”. A ex-aluna relatou que os estudantes recebiam orientações constantes sobre noções básicas e hábitos de higiene na Escola. “Tínhamos que ir limpinhos para as aulas, não podíamos sujar o uniforme. Lavar as mãos antes do horário da merenda”. Compreende-se que os cuidados relacionados à higiene pessoal eram exigidos pela Instituição, o que remete à primeira metade do século XX, período em que

as práticas higienistas foram amplamente difundidas como forma de evitar a proliferação de doenças na população brasileira.

Em relação ao componente de Puericultura, os entrevistados pouco se lembraram de sua abordagem. Santos (entrevista, 2023) afirmou não recordar, com exatidão, detalhes dessa matéria: “Puericultura é cuidar de bebê, não é? Não lembro bem. Realmente não lembro, mas acho que era algo comum, como cuidados com a higiene pessoal; era isso que aprendíamos nas aulas”. Ainda que não recordasse com precisão os conteúdos trabalhados, o relato da ex-aluna permite compreender a possibilidade de empreender análises históricas fundamentadas em diferentes fontes e vestígios documentais (Magalhães, 2004).

Entretanto, em suas memórias, o ex-aluno Brianezi (Entrevista, 2023) recordou que “aos sábados uma das matérias lecionadas era “Puericultura” é nunca houve problemas com a questão dos conteúdos”, pois eram ensinadas práticas voltadas ao cuidado com a higiene corporal, o asseio e os hábitos de cuidado com os dentes. A higiene corporal sempre foi considerada essencial, tanto como demonstração de educação quanto como prática de promoção da saúde, voltada à eliminação de microrganismos. Essa prática impulsionou, de forma significativa, a Educação Física e a Medicina no Brasil.

A ex-professora Silva (Entrevista, 2023) lembrou que costumavam confeccionar cartazes, e que os próprios alunos traziam materiais de casa. Aqueles que não possuíam condições financeiras sentavam-se junto a algum colega para realizar a atividade proposta, na qual eram trabalhados conteúdos por meio de recorte e colagem de revistas, possibilitando a elaboração, por exemplo, de mapas geográficos e representações do corpo humano. Tal prática permite reafirmar os apontamentos de Silva (2006, p. 203), segundo os quais o “modo como a escola vem se organizando tem reforçado mecanismos geradores de adaptação e dominação” dos sujeitos, ao privilegiar práticas normativas, currículos prescritivos e relações hierárquicas que tendem a limitar a autonomia, a criticidade e a participação dos estudantes nos processos educativos.

Na perspectiva de Escolano Benito (2017, p. 24), “a prática escolar é cultura, e não um simples repertório de mediações instrumentais aleatórias que ocorrem na realidade”, evidenciando o conceito de representação como princípio estruturante da forma pela qual as práticas pedagógicas são desenvolvidas com os alunos nas instituições escolares. Trata-se de uma representação visível do capital financeiro: caso o aluno não tivesse condições de trazer de casa algum material escolar para desenvolver as atividades, era-lhe permitido sentar-se com outro estudante e compartilhar os mesmos materiais.

Mesmo diante de recursos limitados, as professoras da Escola Metodista buscavam desenvolver o trabalho pedagógico da melhor forma possível para atender aos alunos. Sobre esse aspecto, a ex-professora relatou ainda que os trabalhos, as atividades pedagógicas e as provas eram elaborados em *stencil* e, posteriormente, no mimeógrafo, todos escritos à mão (Silva, Entrevista, 2023).

Como parte da cultura material escolar, a Instituição dispunha de um mimeógrafo que, em um período histórico marcado pela carência de recursos pedagógicos, constituía instrumento amplamente utilizado para a reprodução de atividades e, sobretudo, de avaliações mensais e bimestrais (Silva, 2019). Os mimeógrafos fizeram parte do cotidiano de muitas escolas brasileiras, sendo utilizados pelos professores na elaboração de materiais escolares, sobretudo nas décadas de 1970 e meados de 1980.

Brianezi e Campos (2023) destacaram que a disciplina de que mais gostavam era Matemática. Ambos afirmaram que as atividades relacionadas ao raciocínio lógico-matemático eram suas preferidas. Brianezi declarou identificar-se com a Matemática e suas aplicações. Campos, por sua vez, afirmou que sempre apresentou facilidade com números desde o início dos estudos. Em relação ao mesmo componente curricular, Santos relatou ter enfrentado dificuldades, mencionando que nunca se considerou uma boa aluna e que costumava ser aprovada com a média 6,0. Posteriormente, tornou-se contabilista e atualmente reside no Município de Campinas-SP.

Em relação ao exposto, a professora Silva (Entrevista, 2023) também mencionou que, no período em que atuou na Escola Metodista, alguns alunos apresentavam dificuldades em Matemática. Lecionava para a 3ª série e realizava debates e jogos de dominó com a tabuada, buscando aproximar o ensino da realidade das crianças. Retomava as explicações sempre que necessário, pois aos educadores cabe a orientação da relação educativa, sendo a recorrência às práticas pedagógicas parte do processo formativo dos estudantes (Magalhães, 2004, p. 60).

Com o intuito de compreender outros elementos da cultura escolar dessa Instituição, apresenta-se uma amostra de como ocorria o processo avaliativo na Escola Metodista. Embora não tenha sido possível levantar um volume expressivo de dados, localizamos uma ata com os resultados das avaliações realizadas por alunos e alunas da Escola Metodista, no ano de 1969, no Curso Primário. De acordo com a ata analisada, a configuração da grade curricular diferia daquela discutida anteriormente, referente ao ano de 1975, pois Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências figuravam como matérias independentes, e não no conjunto das matérias “Conhecimentos Gerais”, Iniciação às Ciências e Estudos Sociais, organizadas como

componentes. Essa diferença se explica pelo fato de a referida ata ser anterior à promulgação da Lei n. 5.692/1971 (Brasil, 1971).

A Figura 28 apresenta uma Ata do Curso Primário, na 2ª série da Instituição, datada de 1969.

Figura 28 – Atas de Resultados Finais da Escola Metodista em 1969

Figura 10. - Estatísticas Finais da Escola Metodista em 1963

Escola metodista em 30 de junho de 1963

Resumo das provas mensais que tiveram início no dia 24 de junho a 30

Prof: Luiza de Oliveira Paol

Alunos: 2º ano

Mat.	S.S.	Port.	Geo.	União	Pf. Des.	Observações
85	80	60	85	78		Aprovada
30	30	40	70	45		Reprovado
60	40	45	65	52		Aprovado
60	70	60	60	62,5		Aprovado
80	85	70	80	81		Aprovado
40	85	80	100	78		Aprovado
95	75	80	80	82,5		Aprovado
55	85	65	80	76		Aprovado
45	20	50	55	45		Reprovado
75	65	90	80	82,5		Aprovado
90	80	90	90	87,5		Aprovado
100	85	85	90	90		Aprovado
90	95	75	100	90		Aprovado
60	70	65	60	63		Aprovado
75	80	95	100	87,5		Aprovado
75	55	75	50	63		Aprovado
50	85	80	75	65		Aprovado
65	60	55	40	55		Aprovado
100	90	90	75	88		Aprovado
95	90	80	90	86		Aprovado
95	95	80	85	88		Aprovado
50	75	60	65	62		Aprovado
60	70	60	30	55		Aprovado
75	80	80	90	81,5		Aprovado
100	85	95	90	92		Aprovado
95	90	75	85	86		Aprovado
80	55	80	60	68		Reprovado
70	30	30	30	30		Aprovado
65	60	75	60	70		Aprovado

mapa mental

Ing: 40

Mr: 23

m. chorando e m. 3

Edm: " " 2

Quas. letas de m. 23

Frq. in. m. 23

Parent. de Frq. in. 33%

Feminino 15

Masculino 11

Dirigente

Maria Benedita de Souza

Fonte: Digitalizado no acervo do CDR (Caderno n. 2, 1969, p. 44) pela autora.

A imagem da ata apresentada na Figura 28 permite observar os resultados das avaliações realizadas pelos alunos²⁶ da 2ª série, na classe da professora Pureza de Oliveira Pael, no período de 24 a 30 de junho de 1969. As avaliações englobavam as matérias de Matemática, Estudos Sociais, Português e Ciências. Ao todo, constam 29 alunos, de ambos os gêneros, dos quais 26 foram aprovados e 3 reprovados. Dentre esse total, 15 eram meninas e 11 meninos. Observa-se que, nesse caso, as reprovações ocorreram exclusivamente entre os alunos do gênero masculino. As médias dos alunos reprovados variaram entre 30% e 45%, enquanto as médias dos aprovados oscilaram entre 52% e 92%. Embora o número de alunos

²⁶ Conforme os critérios adotados da LGPD e orientações do CEP/UFMG, os nomes dos alunos foram anonimizados.

reprovados fosse composto apenas por meninos, na 2ª série um estudante do gênero masculino obteve a maior média, correspondente a 92%.

No que se refere ao desempenho escolar dos alunos, localizamos também o Boletim da aluna Carolina da Silva Monteiro, irmã da ex-professora Monteiro (Entrevista, 2025). A Figura 29 apresenta informações sobre sua progressão escolar, conforme os elementos registrados no Boletim Mensal.

Figura 29 – Boletim da Escola Metodista em 1966

O Temor do Senhor é o princípio da Sabedoria (SALMO III:10)

Escola Metodista
DOURADOS - MATO GROSSO

Nome da aluna: Carolina da Silva Monteiro Curso Primário Ano 2º

	Março	Abril	Maio	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Média	Exame final	Assinatura do pai ou tutor do aluno	
Letura	70	70	70	78	80	95	95		75	95	85	João B. Monteiro
Linguagem	70	70	80	90	80	75	90		79	79	79	João B. Monteiro
Aritmética	10	90	70	90	90	100	100		87	87	87	João B. Monteiro
Conhecimentos Gerais	70	80	80	90	100	100	100		88	88	88	João B. Monteiro
Média de Aproveitamento	70	77	75	90	90	92	95		84	84	84	João B. Monteiro
Desenho	60	60	60									João B. Monteiro
Caligrafia	60	60	70	80								João B. Monteiro
Comportamento												João B. Monteiro
Assento	100	100	100	100	100	90	90					João B. Monteiro
Veze Ausente	-	-	3	1	1	1						
Veze Tarde	-	-										

A menor aprovação é 70
E o aluno que tiver 30 faltas sem justificção no ano letivo, não poderá prestar os Exames Finais
Peça-se aos pais a máxima Observação das notas do aluno para evitar o desgosto de uma reprovação de seus filhos.

Aluna Carolina da Silva Monteiro
Maturada no 2º ano primário

Dourados, 30 de novembro de 1966

Evanilde Costa da Silva Diretora
Edméia Pereira Gomes Professora

Fonte: Acervo pessoal de Monteiro (Entrevista, 2025).

A aluna Carolina da Silva Monteiro cursou a 2ª série primária na Escola Metodista no ano de 1966. Concluiu o ano letivo com êxito, alcançando a média final de 84. Os critérios para a aprovação final estavam pautados nos seguintes aspectos: Letura, Linguagem, Aritmética, Conhecimentos Gerais, Média de Aproveitamento, Desenho, Caligrafia, Comportamento, Asseio e Vezes Ausente. O Boletim Mensal era assinado pelo pai, João B. Monteiro, constando também as assinaturas da diretora Evanilde Costa da Silva e da professora Edméia Pereira Gomes.

Conforme é possível observar no canto esquerdo do referido documento, encontra-se o versículo bíblico: “O Temor do Senhor é o princípio da Sabedoria” (Salmo III:10). Tal versículo remete às práticas da cultura escolar, evidenciando a forma como a Escola imbuía

princípios religiosos em seu cotidiano educacional. Chervel (1990, p. 192) destaca que “[...] o ensino escolar é esta parte da disciplina que põe em ação as finalidades impostas à escola”, o que permite compreender como essas representações indicam o caráter e os princípios religiosos incutidos nos alunos por meio da cultura escolar disseminada na Instituição, com especificidade na matéria de Ensino Religioso que compunha a grade escolar.

Segundo Mesquida (2005, p. 4), “[...] o metodismo se esforçou para modelar a sociedade americana, sobretudo pelas instituições voluntárias e pelas obras educacionais, a ponto de vê-la como o modelo de civilização cristã que deveria ser imitado e seguido por outras nações”. O autor destaca a influência norte-americana, difundida no Brasil por meio dos primeiros missionários aqui instalados. As relações entre religião e ensino estavam presentes na cultura estadunidense e foram disseminadas em solo brasileiro pela abertura de igrejas e escolas que adotaram uma filosofia articulada entre fé e educação (Mesquida, 2005).

Em Dourados, o processo não se deu de modo distinto. A Escola Metodista, em sua cultura escolar, apresentou numerosas representações da religiosidade educacional, visíveis, inclusive, no Boletim Mensal, com inscrições de versículos bíblicos que enalteciam os “[...] valores atribuídos à família, à religião” (Hilsdorf, 2017, p. 99), como modelo a ser seguido.

O ideário higienista esteve presente na cultura escolar por meio dos conteúdos trabalhados nas aulas de Ciências e Puericultura. Os alunos recebiam noções básicas sobre cuidados com o corpo, escovação de dentes, asseio do material escolar e do uniforme. Em relação ao componente de Matemática, alguns alunos se identificavam mais com a disciplina, enquanto outros apresentavam maiores limitações. Ainda assim, por meio de práticas pedagógicas, como chamada oral e jogos, os docentes buscavam minimizar tais dificuldades.

Por meio da documentação localizada, a Instituição procurou inserir a representação cristã, com citações bíblicas, em documentos oficiais da Escola, como o Boletim Mensal. A cultura escolar tornou-se evidente por indícios do ideário de fé e ensino. Parte dos depoentes, em razão do período em que estudou na referida instituição, não recordou com exatidão como tais práticas escolares eram efetivamente desenvolvidas. Esses aspectos serão abordados no próximo subitem.

4.2 Entre festas cívicas, escolares e religiosas: eventos que compuseram a cultura escolar da Escola Metodista

Discutir e analisar a cultura escolar pressupõe considerar suas práticas, rituais e tradições. Nesse sentido, aponto para as festas cívicas e as festividades escolares realizadas na

Escola Metodista em Dourados, as quais contribuíam para a incorporação de valores e para a preservação de lembranças na história e na memória de seus agentes. Essas práticas revelam sentidos mais profundos do ritualismo escolar, seja de natureza pedagógica, cívica ou simbólica. Para Escolano Benito (2017, p. 168), “as práticas não são ações neutras, mas criações socioculturais dotadas de significado e de discurso”, de modo que tais festividades integravam a realidade e o contexto social nos quais a Instituição Metodista estava inserida.

Souza (2009, p. 308) evidencia que as festas escolares representam “[...] rituais de conagração e compartilhamento de sentimentos e valores comuns”, sendo marcadas pela presença das famílias no interior das instituições escolares. Mais do que simples eventos lúdicos e recreativos, essas festas favorecem a integração educativa entre corpo docente, corpo discente e familiar. Nesse sentido, tais celebrações cumprem função relevante na consolidação da cultura escolar, fortalecendo vínculos afetivos e simbólicos no âmbito da comunidade escolar.

Brianezi (Entrevista, 2023) relatou que, na Escola Metodista, as festas eram frequentes nas atividades escolares: “Nós tínhamos a Festa das Primícias, a Festa das Colheitas, entre outras”. Essa fala indica que as festividades realizadas no espaço escolar protestante não se restringiam a momentos de lazer, mas constituíam representações culturais e educativas, associadas à valorização de datas comemorativas e rituais significativos para a comunidade escolar. As menções do ex-aluno a essas duas festas específicas refletem práticas que conectavam os alunos ao contexto social e religioso, promovendo, simultaneamente, aprendizagem, integração e vivência de tradições, em que comunidade escolar e comunidade local, reuniam-se em momentos de celebração para agradecer a Deus pela colheita realizada nas pequenas propriedades rurais, localizadas, por exemplo, na CAND, onde muitos metodistas residiam.

Além disso, a realização dessas festas evidencia a dimensão afetiva e comunitária da cultura escolar, indicando que a escola confessional protestante não se limitava às atividades previstas no Calendário Escolar, mas também fomentava vínculos sociais e celebrações coletivas. O depoimento de Brianezi (Entrevista, 2023) indica que, na Escola Metodista, a dimensão lúdica e festiva articulava-se à função educativa, configurando-se como instrumento de transmissão cultural e de formação social.

A Escola Metodista buscava organizar suas atividades escolares e pedagógicas em consonância com as orientações do Estado de Mato Grosso. Contudo, foi possível localizar apenas o Calendário Escolar da referida Instituição referente ao ano de 1976, correspondente ao seu último ano de funcionamento, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Calendário Escolar da Escola Metodista em 1976

Mês	Quantitativo Letivo	Atividade	Comemoração
Janeiro	0	Férias	
Fevereiro	10	17 Início das Aulas. 27-28 Planejamento do 1º Semestre.	
Março	19		27 a 28 Quinta-feira e Sexta-feira Santa (Livre). 31 (Dia da Revolução).
Abril	21	25 Entrega das notas bimestrais.	21 Tiradentes (Livre).
Maio	20		01 Dia do Trabalho (Livre). 29 Corpo de Deus (Livre).
Junho	21	25 Entrega das notas bimestrais. 30 Terminadas as aulas do 1º semestre.	13 Retomada de Corumbá (Comemoração Geral).
Julho	4	01 a 07 Recuperação do semestre, (inclusive aos sábados). 18 a 31 Férias (Discentes/Docentes)	
Agosto	22	01 a 09 Planejamento	
Setembro		06 a 20 Planejamento.	08 Dia Mundial da Alfabetização. 07 de setembro Independência do Brasil
Outubro	24	02 Entrega de notas bimestrais. 04 e 18 Planejamento.	15 Dia do Professor.
Novembro	21	01 a 22 Planejamento. 27 Término do 2º semestre. 28 Entrega de notas bimestrais. 29 Planejamento para recuperação.	15 de novembro Proclamação da República
Dezembro		01 a 17 Recuperação. 18 a 29 Recuperação extra. 24 e 25 Férias Natalinas. 30 Entrega das Atas Finais.	25 de dezembro Natal
OBS: Devido ao aumento da carga horária em recuperação resolvemos alterar nosso calendário, dando aulas aos sábados antecedendo o término final das aulas.			

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1976, p. 14-15) pela autora.

Esse Calendário Escolar permite observar que as atividades comemorativas e cívicas eram, na maioria das vezes, designadas por órgãos externos e hierarquicamente superiores às

Instituições escolares. No caso da Escola Metodista, tais orientações eram definidas pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. O Calendário Escolar indicava as datas a serem comemoradas, dentre as quais se destacam: 21 de abril – Tiradentes; 1º de maio – Dia do Trabalho; 7 de setembro – Independência do Brasil; e 15 de novembro – Proclamação da República. Além disso, também apontava as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no cotidiano escolar. Conforme destacam Carvalho e Ferreira (2016, p. 111), “[...] A realização de eventos cívicos, como desfiles e comemorações relacionadas a datas e “heróis” nacionais faziam parte das atividades escolares”.

Quanto a essa questão, a ex-diretora Cardoso (Entrevista, 2023) afirmou que as atividades pedagógico-culturais na Escola “eram desenvolvidas por meio de um plano de ação, cobrindo as datas comemorativas em vigor”, e que a Instituição seguia o calendário escolar elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, sem possibilidade de alteração, para cumprimento ao longo do ano letivo. As programações e datas celebrativas – como “[...] a festa de encerramento do ano letivo e as comemorações cívicas”, que, segundo Monteiro (2021, p. 348), “foram rituais institucionalizados nas escolas desde o início do século XX e que implicaram numa continuidade” – constituíam exigência obrigatória a ser observada pelas instituições escolares.

As datas comemorativas cívicas eram amplamente valorizadas, com especial atenção ao 7 de setembro – Independência do Brasil – e ao 15 de novembro – Proclamação da República. Os alunos participavam do desfile de 7 de setembro nas comemorações alusivas ao Dia da Independência do Brasil, inclusive com o uso de uniforme diferenciado por alguns estudantes, que portavam uma “Faixa com o nome da Escola” (Santos, Entrevista, 2023). Convém lembrar, conforme apontam Carvalho e Ferreira (2016, p. 106), que “A realização de eventos cívicos, como desfiles e comemorações relacionadas a datas e “heróis” nacionais, fazia parte das atividades não só de disciplinas escolares, como História, Geografia e Estudos Sociais, mas também de Matemática, Gramática e Ciências”, em consonância com o período civil-militar vivenciado pelo país durante a ditadura (1964-1985).

No componente de Educação Moral e Cívica, por exemplo, tais práticas transcendiam a sala de aula, integrando escola e comunidade. Pais, professores e funcionários colaboravam nesse processo, fortalecendo valores éticos e patrióticos na formação dos alunos. Cabe destacar que, no período do regime militar, “[...] o cultivo dos valores cívicos-patrióticos foi reforçado, em consonância com a ideologia do regime militar, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, na década de 1970” (Souza, 2009, p. 182), o que contribuiu para o enaltecimento das datas comemorativas, ao passo que tais práticas se configuravam como

estratégias pedagógicas voltadas à conformação de comportamentos e valores socialmente evidenciados neste período da ditadura-civil-militar.

No que se refere à participação da Escola Metodista em desfiles cívicos, a ex-diretora relatou, em Entrevista, que a Instituição se valia dessas atividades “para dar visibilidade tanto à Escola quanto à Igreja Metodista” junto à sociedade douradense. A entrevistada afirmou ainda: “Eu mesma formei um coral infantil da escola que se apresentou em variadas oportunidades. Uma vez nosso coral se apresentou na Praça Antônio João cantando o Hino do Estado de Mato Grosso e recebeu muitos elogios”.

De modo semelhante, em outra ocasião, os alunos foram preparados para participar do “Primeiro Festival de Música no Cine Ouro Verde” pela ex-diretora Cardoso (Entrevista, 2023). Ela era organista na Igreja Metodista e realizava atividades musicais com os alunos na Escola Metodista. O relato indica que a cultura escolar era permeada por simbolismos ligados às músicas cristãs ensinadas no templo religioso e também no recinto escolar.

Esse relato evidencia que a participação da Escola em desfiles cívicos e apresentações culturais cumpria a função de projetar, no âmbito municipal, a imagem institucional que se pretendia construir, ao mesmo tempo em que possibilitava a exteriorização da cultura escolar em espaços que ultrapassavam o ambiente da sala de aula. Assim, projeção e visibilidade constituíam mecanismos mobilizados pela instituição com o objetivo de legitimar, perante a sociedade douradense, o modelo de ensino protestante.

Monteiro (2021, p. 338) aponta que, “[...] em Dourados, os eventos cívicos tinham um caráter bastante popular, atraindo grandes multidões para as principais vias públicas da cidade, sobretudo, para a Praça Antônio João, dando grande visibilidade” às instituições escolares que participavam dos desfiles, uma vez que as “[...] festas contavam com o patrocínio das autoridades civis e o apoio financeiro e a participação ativa das autoridades políticas da cidade”. A representação do patriotismo podia ser observada nos tradicionais desfiles de 7 de setembro, tanto nas escolas participantes quanto na população que aguardava essas festividades com entusiasmo. No entanto, relações de hegemonia também se faziam presentes, em razão do financiamento e da presença política nas ruas douradenses.

As celebrações tradicionalistas que envolviam a organização e a preparação das instituições escolares para os desfiles cívicos eram previstas no Calendário Escolar, conforme indica o quadro acima da Escola Metodista. Esses rituais constituíam momentos em que os estabelecimentos de ensino podiam estar em evidência diante de grupos políticos presentes. Ao mesmo tempo, tais manifestações representavam o amor pátrio e enalteciam o civismo por

meio da organização dos estudantes, simbolizando o respeito às regras em espaços públicos; também eram marcadas pela participação obrigatória, especialmente no período da ditadura.

A participação da Escola Metodista nos desfiles cívicos em Dourados ganhava destaque na imprensa local, ao lado de outras Instituições escolares e do Pelotão de Cavalaria. A esse respeito, o jornal O Progresso, no ano de 1970 (Ed. n. 1172, p. 8), veiculou o seguinte noticiário:

“Ordem das Escolas” para a sequência do desfile cívico. Ao todo, foram formados quatro grupos com as escolas que iriam desfilar, somando um quantitativo de 25 instituições escolares, 2 clubes recreativos, finalizando com participação do Pelotão de Cavalaria do 11º Regimento de Cavalaria de Ponta Porã. A Escola Metodista fez parte do 1º Grupo. Todos os grupos foram direcionados aos locais de concentração e foram distribuídos em 4 nos pontos estratégicos. A comissão organizadora esteve a cargo de Maria Beatriz Afonso Lopes.

O jornal O Progresso, de Dourados, não veiculava apenas noticiários referentes ao dia do desfile cívico em suas páginas, uma vez que, desde o final do mês de agosto, já era possível localizar publicações que destacavam a programação da Semana da Pátria, conforme se observa na edição de 30 de agosto de 1975 (Ed. n. 1717, p. 5).

“Programa da Semana da Pátria” onde as escolas do Município de Dourados estariam se organizando para o desfile de 7 de setembro. A matéria apresentou uma vasta programação que teve início em 1 de setembro até o dia 7. Dentre as atividades propostas estava: Fogo simbólico; Hasteamento da Bandeira; Palestra com o prefeito municipal; Inauguração de escola; Concurso de vitrines; Jogos esportivos; Dança indígena; Gincana cultural; Torneio interdistrital. O evento contou com a Comissão Julgadora composta por: Hilário Cervo; Nilson Santos; Jorge Antonio Salomão; Adiles do Amaral Torres; Teodorico Viegas; Emília dos Santos D.; Marlene Girotti. O slogan do evento foi denominado “A PÁTRIA É A UNIÃO DE TODOS” e “DOURADOS, TAREFA DE TODOS”.

As atividades cívicas desenvolvidas na Escola Metodista iam para além da participação nos desfiles realizados em Dourados. A Instituição promovia, recorrentemente, ações alusivas às datas cívicas no cotidiano escolar, conforme os relatos anteriormente apresentados acerca das práticas vinculadas à disciplina de Educação Moral e Cívica.

De modo semelhante, a ex-diretora Maria Benedita da Escola afirmou que “o civismo, eram práticas rotineiras na Escola Metodista, como a formação de filas para o hasteamento da bandeira e cantar o Hino Nacional Brasileiro” (Cardoso, Entrevista, 2023). Dessa maneira, tanto as falas do ex-aluno, quanto da ex-diretora, reforçam o papel central que as atividades e práticas relacionadas ao civismo ocupavam no cotidiano dessa Instituição, extrapolando a

participação em desfiles cívicos. Tal constatação dialoga com os apontamentos de Viñao Frago (1995), ao afirmar que a cultura escolar engloba práticas, normas, ideias e procedimentos que moldam o cotidiano educacional, uma vez que as práticas cívicas, ao estruturarem o cotidiano da Escola, também constituíam parte de sua cultura escolar.

Quanto às atividades comemorativas realizadas pela Escola Metodista como parte de suas práticas escolares, observou-se, a seguir, na Figura 30, que apresenta a imagem de um evento festivo relacionado à escolha do rei e da rainha da Instituição.

Figura 30 – Rei e Rainha da Escola Metodista em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

A imagem permite identificar a presença de quatro crianças, sendo duas menores à esquerda e duas maiores à direita, compondo um grupo formado por dois meninos e duas meninas. Os meninos trajam calças preta e cinza, camisas brancas e sapatos escuros. A menina menor utiliza vestido, sapatos e meias brancas, enquanto a menina maior aparenta vestir um conjunto de saia e blusa na cor cinza, com uma peça branca por baixo e, nos pés, sapatilhas também em tom cinza. Apenas uma das crianças aparece sorrindo, não sendo possível identificar os escritos presentes nas faixas.

Santos (Entrevista, 2023) relatou que o menino “sorridente” era seu irmão mais velho, Themóteo Campos dos Santos Júnior. O outro aluno era filho de um dentista. Quanto às duas meninas, não se recordou dos nomes nem de quem eram filhas. Ao fundo, observa-se a Bandeira do Brasil, acompanhada, nas laterais, por dois galhos de folhagem. O ambiente também é composto por duas cadeiras cobertas por tecidos, além da presença, no chão, de um material que aparenta ser “pó de serra”. Conforme Escolano Benito (2017, p. 97), “A história

da escola é uma história de criações, porém é também uma história dessas recepções, acomodações, traduções, apropriações, recusas”. A ex-aluna acrescentou que havia pó de serra para evitar escorregões, pois as ruas eram de barro e, ao chegarem à escola, acabavam por sujar o piso de cimento.

Ainda em relação aos vestuários, observa-se que as quatro crianças posam para a fotografia de forma concentrada, olhando para frente, uma vez que, nesses eventos, as escolas costumam contar com fotógrafo e “[...] As famílias contratavam seus serviços para registrarem essas ocasiões, em que os filhos apareciam com calçados novos e muito bem vestidos e alinhados” (Monteiro, 2020, p. 343), representando o cuidado das famílias com os eventos da escola confessional.

Em referência à atividade desenvolvida sobre a escolha do “Rei e Rainha”, uma matéria publicada no jornal O Progresso (1973, Ed. n. 1434, p. 6) divulgava a seguinte propaganda: “FESTA DA PIPOCA da Escola Metodista acontecerá uma festa diferente, a festa da pipoca. Com candidatas a rainha, etc. no dia 9”. Santos (Entrevista, 2023) comentou que, dentre as atividades festivas da Escola Metodista, “tinha o Rei e a Rainha da Escola e os alunos e as famílias vendiam os votos para serem eleitos”. Essa atividade comemorativa apontava para a representação desse evento como parte da cultura escolar, na qual os estudantes adquiriram notoriedade durante o momento da “coroação”, com faixa, coroa, cetro e estola, configurando-se também como uma oportunidade de participação das famílias nas festividades e de aproximação pela forma como a Instituição organizava tais práticas.

Em relação à questão anterior, acerca da venda de votos para eleger o Rei e a Rainha da Escola Metodista, emergem algumas indagações: o dinheiro arrecadado era utilizado para quais fins? Quem administrava as finanças da Escola: a própria Instituição ou a Igreja?

Refletir sobre os aspectos financeiros da Escola remete às ligações entre as duas instituições (Igreja/Escola). Conforme consta na Ata n. 3 (1962, p. 116-117), o “[...] Relatório da Presidente da S.M.S (Sociedade Metodista de Senhoras) à 4ª Sessão do Concílio Paroquial” apontou que as mulheres da Igreja Metodista apoiavam financeiramente os “[...] Alunos matriculados em classes de alfabetização mantidos pela sociedade ou encaminhados a cursos oficiais (6)”, com custo para a “[...] Bolsa da sociedade Cr\$ 400,00”. Esses registros indicam que, nesse período, Igreja e Escola mantinham vínculo próximo, a ponto de custear os estudos de seis estudantes.

Trata-se de uma representação da influência do protestantismo na instituição de ensino. Silva (2012, p. 25) aponta que muitos “[...] projetos educacionais desenvolvidos no Brasil pelas missionárias norte-americanas, bem como em outros países, eram sustentados

pelas sociedades femininas”. À luz desse argumento, observa-se que a Sociedade de Senhoras de Dourados, além de manter uma atuação administrativa, também apoiava e financiava os estudos de alguns alunos da escola confessional metodista.

Ainda na Ata n. 3 (1962, p. 105), localiza-se a informação de que foi realizada uma atividade na qual “[...] fizemos junto a S.M.S (Sociedade Metodista de Senhoras) uma social e a festa da Pesca que foi bem divertida. Participaram conosco os alunos do 3º ano da Escola Paroquial”. Durante a atividade, foi arrecadado o montante referente à “[...] Festa da Pesca Cr\$ 1.000,00”. Em alusão ao evento, depreende-se que as duas instituições (igreja/escola) realizaram uma ação social envolvendo as mulheres da denominação religiosa e as crianças vinculadas à instituição educativa, com arrecadação de recursos.

Santos (Entrevista, 2023) recordou que havia reunião de pais mensalmente e que as famílias eram convidadas para eventos organizados em datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças, além de festas religiosas de Natal e Páscoa, muitas vezes realizadas na Escola, pois, à época, a Igreja era menor do que a estrutura física da instituição escolar. O depoimento evidencia a proximidade entre as instituições religiosa e educacional, pois, como assinala Magalhães (2004, p. 155), “[...] na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso”, ainda que tais ações compoñham as representações subjacentes às práticas educativas ali constituídas.

A partir dos elementos discutidos neste subitem, observei que as relações entre a Igreja e a Escola Metodista se mantiveram próximas em diferentes momentos: aulas, cultos e festas. Verifica-se, ainda, que o Calendário Escolar, elaborado por órgãos externos, como a Secretaria Estadual de Educação, precisava ser cumprido integralmente, sobretudo no que se refere aos desfiles cívicos, como parte das práticas pedagógicas.

A cultura escolar da Instituição esteve fortemente vinculada às atividades cívicas, como formação de filas, entoação do Hino Nacional e desfiles nas ruas de Dourados em 7 de setembro. Também se expressava nas datas comemorativas, nas quais as famílias eram convidadas a participar com os alunos.

Por meio das práticas pedagógicas, a Escola Metodista buscou cumprir as diretrizes curriculares. Assim, também nos eventos comemorativos, as famílias auxiliavam na venda de votos para eleger os filhos. A influência das práticas educativas implantadas pelos primeiros missionários metodistas, responsáveis pela fundação da instituição, permaneceu em seu contexto educacional, especialmente durante há primeira década e meia após sua criação, sendo perceptível nos conteúdos lecionados, nas datas comemorativas, nos desfiles cívicos, nas festas religiosas e nas formaturas, conforme será discutido a seguir.

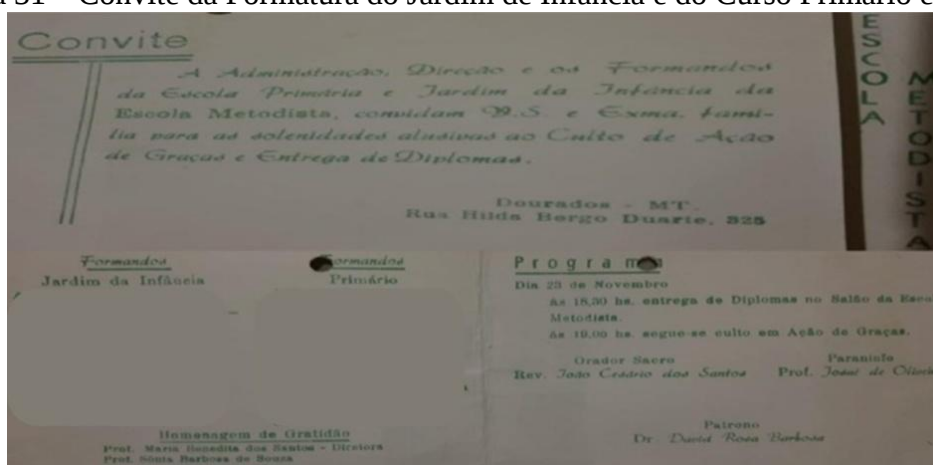
4.3 As formaturas do Jardim de Infância e do Curso Primário

As formaturas constituíam também momentos significativos na Escola Metodista de Dourados. A esse respeito, uma ex-aluna relatou, em entrevista, que seu irmão mais novo estudou na Escola Metodista e participou da formatura do Jardim de Infância, em 1968 (Santos, Entrevista, 2023). Para Kuhlmann Jr. (1998), no início do século XX surgiram no Brasil às primeiras instituições pré-escolares de caráter assistencialista, as quais marcaram uma nova etapa na consolidação da educação infantil no país.

Durante muitos anos, a história indica que as crianças ocuparam papel secundário no âmbito familiar e na sociedade em geral. Grande parte não teve acesso à educação formal, e apenas parcela restrita possuía condições de frequentar espaços escolares. Nos dizeres de Sarat (1999, p. 14), “[...] a infância apresenta-se como uma construção histórica, social, cultural, mutável, atendendo aos interesses da sociedade em determinados momentos”. Assim, a valorização da criança, em determinado momento histórico, possibilitou mudanças na forma como passou a ser inserida nas instituições educativas.

A Figura 31 apresenta um convite de formatura dos alunos do Jardim da Infância e do Curso Primário, referente ao ano de 1968, evidenciando a importância atribuída pela Instituição escolar às cerimônias de conclusão dos alunos.

Figura 31 – Convite da Formatura do Jardim de Infância e do Curso Primário em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

O convite permite identificar que, nesse ano, foram formados onze alunos no Jardim da Infância e treze alunos no Curso Primário da Instituição. O documento também possibilita observar que as formaturas eram realizadas no Salão da Escola Metodista, em Dourados, e que, além da solenidade de entrega dos diplomas, havia um culto em Ação de Graças pelos formandos, que acontecia dentro da Igreja Metodista. Também ocorria um momento

destinado a homenagens e agradecimentos à direção e às professoras da Escola. Ademais, a cerimônia contava com a presença de um orador, que, na maioria das vezes, era representado pelo reverendo da Igreja Metodista local, ou alguém convidado, bem como de um paraninfo e de um patrono.

O orador sacro da turma de formandos era o Reverendo João Cesário dos Santos, pai do Reverendo Themóteo Campos dos Santos. Segundo Santos (Entrevista, 2023), ele costumava visitar a família no final do ano e permanecia por quase um mês, durante o período de Natal e Ano-Novo. Quanto ao paraninfo, embora pudesse ser professor, não integrava o quadro de funcionários da Instituição, uma vez que era do gênero masculino e, nela, o corpo docente era composto exclusivamente por professoras. Tratava-se de um docente relevante em Dourados, que mantinha vínculos com a Igreja Metodista e possuía uma livraria nas proximidades da Escola (Cardoso, Entrevista, 2023).

O mesmo se aplica ao patrono, que não era professor, mas dentista, pai de um aluno e membro da Igreja Metodista. Após o encerramento da solenidade de entrega dos diplomas, realizava-se um culto em Ação de Graças, geralmente organizado nas dependências da IMCD. Havia, assim, a articulação entre Igreja e Escola, evidenciada também pelas pessoas escolhidas para a cerimônia.

No final do convite, há referência à homenagem de gratidão a três professoras: a diretora Maria Benedita dos Santos e as professoras Sônia Barbosa de Souza e Edna de Oliveira dos Santos. A Figura 32 apresenta uma imagem dos alunos que concluíram o Jardim da Infância no ano de 1968, na Escola Metodista de Dourados.

Figura 32 – Formatura do Jardim de Infância em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

Embora o convite registre que, no ano de 1968, foram formados onze alunos, entre meninas e meninos, a imagem permite observar a presença de apenas oito dessas crianças, o que indica que a fotografia retrata apenas parte da turma de formandos, disposta em um banco. Os alunos encontram-se sentados lado a lado em um banco de madeira, sendo possível identificar a presença de cinco meninos e três meninas. Todas as crianças estão uniformizadas. Os meninos vestem camisa branca, colete, short e gravata na mesma tonalidade, além de sapatos pretos e meias brancas. As meninas utilizam vestimenta semelhante à dos meninos, diferenciando-se pelo uso do salopete em substituição ao short, mantendo também sapatos pretos e meias brancas.

A forma como as crianças estão posicionadas sugere a observância de regras e normas estabelecidas para o comportamento dos alunos durante a Cerimônia de Formatura do Jardim da Infância. Mesmo em um contexto festivo, os estudantes deveriam manter uma postura considerada adequada. Nesse sentido, conforme aponta Vidal (1994, p. 129), a “[...] interpretação das fontes visuais como mera recolha de imagens, como representação de uma realidade conferida ao ontem, elas se abrem a novas leituras”. Assim, a imagem possibilita diferentes interpretações, entre as quais se destaca a análise do comportamento dos alunos durante o referido evento.

Cabe destacar ainda que, entre as crianças presentes na fotografia de formatura do Jardim de Infância, é possível identificar uma criança de origem asiática e outra negra. Burke (1992, p. 300) afirma que “as fotografias não são instantâneos da realidade; mas, como as pinturas, compõem artefatos culturais que transmitem complicados sinais convencionais codificados”. Desse modo, torna-se necessário olhar para além do que a imagem apresenta de forma imediata, compreendendo a presença dessas crianças como indicativa do perfil do aluno atendido pela Escola Metodista em Dourados, o que contribui para ampliar a compreensão sobre a diversidade presente nessa instituição educativa.

Souza (2009) ressalta que as formaturas, eram excelentes oportunidades para os fotógrafos profissionais, registrarem os momentos celebrativos dos alunos e, posteriormente vender as imagens para as famílias. Neste período histórico, as máquinas fotográficas eram por si só, produtos limitados em termos de comercialização e, as instituições escolares, como era o caso da Escola Metodista, não dispunha, para fotografar os estudantes nestes eventos. Acerca da ausência destes aparatos Brianezi (Entrevista, 2023) comentou: “Fotos? Não existiam máquinas naquele tempo, eram raridades”. O ex-aluno explicitou que nessa época não tinham fotos da Instituição, justamente pelo fato de não terem uma câmera. A Figura 33 também faz alusão à Formatura do Jardim da Infância, realizada no ano de 1968.

Figura 33 – Formatura do Jardim de Infância em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

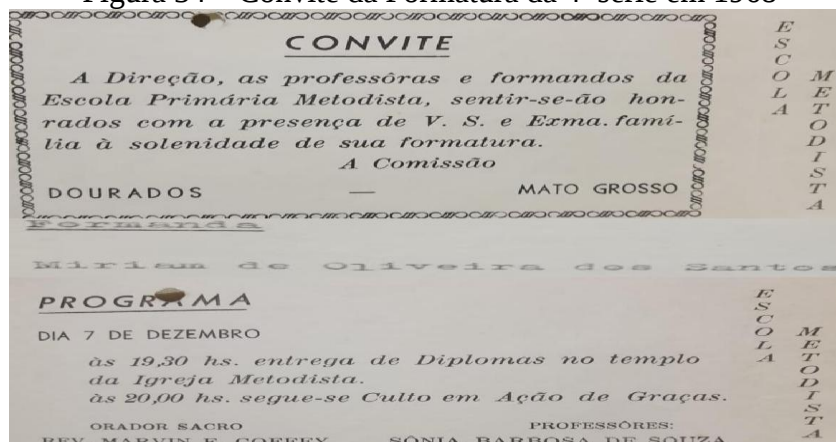
Na imagem da formatura anterior, diferentemente desse registro iconográfico, não aparecem apenas os alunos que receberam os diplomas. Os formandos encontram-se sentados em um banco de madeira, à frente de uma mesa, segurando os certificados recebidos. Atrás da mesa, em posição de destaque, estão a diretora Maria Benedita dos Santos, a professora Edna de Oliveira dos Santos, esposa do reverendo Themóteo Campos dos Santos, e o paraninfo da turma, Dr. David Rosa Barbosa, dentista e pai de um aluno. Ao fundo, observa-se ainda a presença de duas bandeiras: a bandeira do Brasil e a bandeira da Escola Metodista.

Para Magalhães (2004), essas representações remetem ao modo como a Escola pautava o ensino, especialmente no contexto histórico brasileiro do período da ditadura civil-militar, em que o discurso patriótico e nacionalista influenciava a cultura escolar por meio de ritos cívicos, como o hasteamento da bandeira e o canto do Hino Nacional Brasileiro.

Os dois registros fotográficos das formaturas do Jardim de Infância evidenciam crianças consideradas “comportadas”, retratadas por meio de práticas ordenadas de organização no contexto solene dessas cerimônias. A esse respeito, Kuhlmann Jr. (2000) aponta que o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, apresentou iniciativas importantes em relação ao sistema educacional das crianças, especialmente daquelas em idade pré-escolar, que, para além do ensino formal, eram alvo de uma educação higienista voltada a hábitos corporais e modos de agir, falar e comportar-se em público. Nesse sentido, “o conceito de civilização passou a impor o critério da necessidade das novas instituições sociais” (Kuhlmann Jr., 1998, p. 27), de modo que as escolas atuavam na formação das crianças para a aprendizagem de regras de civilidade.

A Figura 34 apresenta um convite referente à formatura do Curso Primário, realizada também no ano de 1968, conjuntamente à formatura do Jardim da Infância na Instituição.

Figura 34 – Convite da Formatura da 4ª série em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

O convite da formatura da turma do Curso Primário da Escola Metodista, referente ao ano de 1968, apresenta informações que se diferenciam do anterior. Observa-se, por exemplo, a identificação nominal dos formandos, como no caso da formanda “Miriam de Oliveira dos Santos”. Outro aspecto que chama a atenção refere-se ao local da solenidade, uma vez que a entrega dos diplomas foi realizada no Templo da Igreja Metodista, e não nos espaços da Escola Metodista, como ocorreu na formatura do Jardim da Infância. A turma contou ainda com um orador, representado pelo Reverendo estadunidense, Marvin Eugene Coffey, da Igreja Metodista de Fátima do Sul.

Não foi possível identificar com precisão a função da professora Sonia Barbosa de Souza, cujo nome aparece no convite, mas é plausível que se tratasse de uma das professoras homenageadas da turma do Curso Primário. O convite informa que, após a solenidade de formatura e a entrega dos diplomas, estava previsto um culto em Ação de Graças, que acontecia dentro do templo da Igreja Metodista Central em Dourados.

Santos (Entrevista, 2023) explicitou que o evento em torno da formatura do Curso Primário tinha um valor simbólico muito especial, tanto ao que se referia pela entrega do Diploma, quanto pela presença das famílias no culto em Ação de Graças. A ex-aluna comentou que o pai, o Reverendo Themóteo Campos dos Santos, “era zeloso e comprometido com a Escola Metodista, e, junto de sua mãe, a professora Edna de Oliveira dos Santos, sempre participou ativamente das atividades e eventos na Instituição, como pastor local”. A Figura 35 apresenta uma imagem da turma de formandos do Curso Primário da Escola Metodista, referente ao ano de 1968.

Figura 35 – Formatura da Turma da 4ª série em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

Ao todo, estão presentes na imagem da Formatura da 4ª série quinze alunos. Todos se encontravam posicionados ao fundo do templo da Igreja Metodista, em Dourados, local onde ocorreu a solenidade de formatura com a entrega dos diplomas; alguns aparecem segurando os canudos. Na parede ao fundo, estava exposta a Bandeira Nacional, e, à frente, havia uma mesa com um vaso de flores. Observa-se que os meninos trajavam camisa branca de manga longa e calça social preta, enquanto as meninas, conforme é possível identificar, utilizavam vestidos brancos e beges.

Segundo Vidal e Abdala (2005), por vezes deter o olhar em registros iconográficos que não se referem diretamente à imagem retratada – a exemplo de fotografias de festas ou celebrações envolvendo sujeitos e lugares com os quais não convivemos – traduz uma experiência singular, especialmente quando se trata de uma esfera social que valoriza o aspecto estético. Nesse sentido, as imagens podem despertar a atenção daqueles que as contemplam. As autoras apontam, ainda, que a compreensão mais ampla e contextualizada das práticas, dos saberes e das relações evidenciadas pelas Instituições educativas passa, necessariamente, por um olhar atento à sua cultura escolar.

O vestuário reflete realidades cotidianas, culturais e tradicionais, transmitindo valores por meio de uma linguagem visual específica, para além de sua função como adorno. Desse modo, a formatura retratada simboliza a conclusão de uma etapa escolar e a atribuição de *status*, na qual os trajes desempenham papel central na construção da realidade simbólica dos alunos no momento de finalização dos estudos primários.

Para a ex-aluna Santos (Entrevista, 2023), a formatura representava o êxito na conclusão do Curso Primário e a oportunidade de realizar o Exame Admissional, possibilitando a continuidade dos estudos no Ginásio: “Eu fiz um ano do Curso de Admissão e consegui ser aprovada para estudar a 5ª série no Colégio Estadual Presidente Vargas”.

Conforme relato acima, os estudantes obtinham êxito na aprovação no Exame Admissional para prosseguir os estudos no Colegial em outra unidade escolar. Tal resultado evidencia a influência exercida pela instituição confessional protestante no Município de Dourados, uma vez que, segundo Monteiro (Entrevista, 2025), muitos alunos procuravam a Escola para realizar o curso preparatório antes de se submeterem ao referido Exame.

A Escola Metodista fazia uso de práticas e representações associadas a valores nacionalistas por meio de festas, ritos e exames, especialmente o Exame de Admissão ao Curso Ginásial, refletindo aspectos de sua cultura escolar. Segundo Abreu e Minhoto (2012), o Exame de Admissão ao ginásio foi instituído em 1931 e perdurou até a promulgação da Lei n. 5.692/1971, quando foi implantado o ensino obrigatório de oito anos, integrando o Curso Primário e o Ginásio.

A Figura 36 apresenta duas imagens: na primeira, a ex-aluna segura o canudo de formatura; na segunda, observa-se o diploma do Curso Primário da 4ª série, concluído no ano de 1968.

Figura 36 – Formatura e Diploma da 4ª série em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Santos (Entrevista, 2023).

O diploma encontra-se preenchido com os dados completos da aluna, incluindo nome completo, local e data de nascimento, média final obtida (69), bem como local e ano de

conclusão. O documento estava assinado pela professora Sônia B. de Souza e pelo diretor interino, que assumiu temporariamente essa função. Nesse caso, tratava-se do pai da estudante e Reverendo Themóteo Campos dos Santos, seguido da assinatura da própria aluna. Conforme matéria redigida pelo jornal *Expositor Cristão* (1966, Ed. n. 13, p. 3, sic), o religioso precisou assumir determinadas atribuições burocráticas na Escola Metodista, em razão da ausência de uma diretora escolar, conforme evidenciado pela solicitação publicada no referido periódico citado anteriormente.

Santos (Entrevista, 2023) relatou que a Formatura do Curso Primário (4ª série) ocorreu precisamente quatorze dias depois da Formatura do Jardim da Infância. Ela destacou que foi um dia muito especial em que sua Turma recebeu o Certificado de Conclusão dos estudos primários. Kuhlmann Jr. (1998, p. 31) aponta que “[...] é preciso considerar a infância como uma condição da criança”, pelas experiências vivenciadas em cada fase da vida escolar, pela representação de pertencimento a um determinado lugar. Dessa maneira, é possível perceber a relevância dos momentos festivos na vida dos estudantes. Em ocasiões como as formaturas, por exemplo, alguns elementos chamam a atenção, para além do convite e do caráter solene do evento, os trajes utilizados pelos alunos revelam aspectos da identidade social.

Diante desses fatos, compreende-se que a Escola Metodista buscava cumprir os requisitos necessários para que os alunos devidamente formados no Curso Primário, no ano de 1968, pudessem utilizar seus diplomas para prosseguir à etapa seguinte dos estudos, especificamente o Curso Ginásial, após a aprovação no Exame de Admissão. Abreu e Minhoto (2012, p. 108) destaca que esse Exame era composto por provas escritas e orais nas áreas de Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais, sendo regulamentado pelo Departamento Nacional de Ensino. O autor ressalta ainda que “[...] Até 1952, não houve entre as exigências legais a necessidade de certificação primária para o ingresso no ginásio” (Minhoto, 2012, p. 108), indicando que, naquele contexto histórico e cultural, o Ensino Primário destinava-se à formação geral, enquanto o ensino secundário se direcionava, predominantemente, às camadas sociais mais privilegiadas.

Pode-se perceber que as formaturas eram momentos esperados pela Escola Metodista e pelos pais dos alunos que iriam concluir os seus estudos, no Jardim de Infância ou no Curso Primário. Tal envolvimento por parte dos familiares pôde ser percebido, por alguns membros da Igreja ou pessoas influentes no Município, serem convidados para estar nas formaturas, até mesmo tendo seus nomes redigidos nos convites que eram enviados aos pais e familiares.

Não obstante a importância e o reconhecimento atribuídos à Escola pelos sujeitos que integraram seu contexto educacional, tais fatores não foram suficientes para garantir a

continuidade de seu funcionamento. Em reunião conciliar da Igreja Metodista, decidiu-se, por consenso dos presentes, “[...] suspender o funcionamento da escola e mantê-la fechada por tempo indeterminado” (Ata n. 10, 1977, p. 5). A instituição confessional protestante, de caráter particular e com prédio próprio, encontrava-se, nos últimos anos de atividade, conveniada à SED/MT. No ano de 1984, a estrutura física foi derrubada, e partes dos materiais da demolição foram utilizadas para construir a Igreja Metodista de Cabeceira Alegre.

A Escola Metodista atravessou diferentes momentos em seu funcionamento, organização e direção administrativa, o que contribuiu para o processo de declínio que culminou com sua estadualização e, posteriormente, com o encerramento de suas atividades. Tais transformações, intensificadas a partir de 1971, foram marcadas, sobretudo, pela substituição dos pastores à frente da Igreja Metodista em Dourados, cujos interesses divergiam daqueles de seus antecessores quanto à manutenção da instituição escolar sob a direção da denominação religiosa.

Mediante a coleta de dados (Entrevistas), foi verificado que, nesse período, o avanço missionário na área educacional foi redirecionado para o trabalho na Reserva Indígena de Dourados, de modo que a Escola deixou de receber a devida atenção, sendo posteriormente transferida para a administração do Estado. A retomada das atividades com os indígenas anteriormente interrompidas em razão do rompimento da cooperação entre as Igrejas Metodista, Presbiteriana e Presbiteriana Independente no âmbito da Missão Evangélica Caiuá (MEC) ocorreu justamente nessa conjuntura, sob a liderança pastoral então vigente, vinculada ao Plano Piloto da Igreja Metodista no Brasil e atuante na RID.

Segundo o relato, os recursos materiais, financeiros e humanos, bem como o tempo dedicado pela liderança, foram integralmente direcionados a esse novo empreendimento missionário. Em consequência, a instituição escolar permaneceu sem a devida assistência por parte da direção pastoral e administrativa da Igreja Metodista em Dourados. Nesse cenário, o processo de encampação da Escola Metodista pelo governo Estadual desencadeou uma série de conflitos que culminaram no encerramento de suas atividades institucionais.

Localizamos uma carta escrita pela professora Áurea, com os seguintes dizeres: “[...] Infelizmente a I. Metodista não soube continuar as escolas que deixamos. Todas as metodistas foram fechadas. Não sei se por pouca atenção dos pastores e suas esposas, se pelos Conselhos de educação local em que membros não sabiam ler. O que esperar?” A narrativa expressa o olhar crítico da professora Áurea em relação à administração da Igreja Metodista no que tange à condução da Escola ou, mais precisamente, das escolas por ela fundadas. Em todos os locais

onde acompanhava o Reverendo Francisco Brianezi, a missionária empenhava-se em instituir escolas paroquiais, à semelhança do precursor do metodismo, John Benjamin Wesley.

Diante do discurso da missionária, é possível compreender que, ao longo dos anos, as igrejas locais não conseguiram dar continuidade às escolas paroquiais fundadas pelo casal de missionários na região do Sul de Mato Grosso. Fatos estes evidenciados e marcados por “[...] conflitos contraditórios naturais” (Valentin, 2008, p. 107), nos quais missão, evangelismo e assistencialismo necessitam articular-se a uma estrutura organizacional e financeira capaz de subsidiar os custos de uma instituição, seja ela religiosa ou educacional, para não acabar em “[...] tensão na relação Escola e Igreja”.

Nesse sentido, torna-se imprescindível “[...] distinguir efetivamente a missão da Igreja e a missão da escola” (César, 2003, p. 109), a fim de não perder de vista o papel específico que cada uma deve desempenhar. O ensino e a religião deveriam orientar-se por parâmetros basilares nos projetos educacionais, preservando a necessária distinção e certa neutralidade entre “a missão da igreja e a missão da escola”, situação esta que não se verificava na Escola Metodista de Dourados.

No que se refere ainda à coleta de dados, alguns depoentes comentaram que, no período compreendido entre 1972 a 1977, a Instituição passou a ser gerida pelo poder público, deixando de estar sob administração exclusiva da Igreja Metodista em Dourados. Tal mudança evidencia que os mecanismos próprios de uma determinada sociedade ou espaço social influenciam as formas de representação e os modos de funcionamento deste espaço institucional. Nesse sentido, a sua organização e a estruturação de normas passam a ser percebidas como naturais e legítimas, e não como imposições explícitas, conforme aponta (Chartier, 1991).

A Escola Metodista de Dourados contava com investimentos e recursos provenientes da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista do Brasil, da Igreja Metodista Unida do Canadá e, ainda, com verbas repassadas pelo governo do Estado de Mato Grosso, por meio de convênio destinado ao pagamento dos salários das professoras. Entre estas, algumas haviam sido aprovadas em concurso público e foram cedidas para atuar na referida instituição confessional protestante. A questão que se impõe é: o que ocorreu do ponto de vista da projeção financeira, para que a instituição confessional protestante encerrasse suas atividades?

Conforme a narrativa da professora Áurea, a Igreja Metodista teve pouco interesse em investir capital humano e financeiro na instituição escolar. Para ela, o fechamento das instituições fundadas com tanto esforço simbolizava o fim de uma etapa em que, essas escolas paroquiais, constituíam “o motor das igrejas”, pelo legado educacional promovido na

escolarização da infância douradense. Conforme Brianezi (Entrevista, 2023), “simplesmente apagaram a memória dos meus pais da região” e a Escola Metodista em Dourados, poderia ter sido comparada em termos de crescimento à Escola Presbiteriana Erasmo Braga, ou mesmo, a Escola Franciscana Imaculada Conceição, mas “infelizmente não cuidaram do legado deixado pelos precursores do metodismo, o Reverendo Francisco e a professora Áurea” e as escolas fundadas por eles fecharam.

Diante dos fatos expostos, e após deliberação unânime do Concílio local, decidiu-se cancelar o convênio firmado entre a Escola Metodista, a Igreja Metodista e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Com isso, após mais de duas décadas de prestação de serviços educacionais em Dourados atendendo crianças no Jardim de Infância e no Curso Primário, bem como os adultos no Ensino Mobral, a instituição confessional protestante de origem metodista encerrou suas atividades educacionais. Fechou suas portas, pondo fim em 22 anos de institucionalização no Sul de Mato Grosso.

As representações relativas aos vestígios da cultura escolar, descritas nesta Seção, manifestaram-se em eventos que contavam não apenas com a presença das famílias dos estudantes, mas também de pessoas de destaque na esfera denominacional metodista e na sociedade douradense. Os convites eram elaborados com atenção aos detalhes, valorizando tanto o corpo docente quanto o discente da Instituição.

O mesmo zelo era observado nas cerimônias de entrega de certificados, que seguiam a organização própria das solenidades, inclusive com um culto de Ação de Graças. Elementos como currículo, calendário escolar, normas e práticas pedagógicas eram evidenciados nas disciplinas da grade curricular. Além disso, desfiles cívicos, festas no espaço escolar, formaturas e cerimônias cúlticas recebiam dedicação especial por parte das professoras.

Dessa forma, para compreender como tais representações da cultura escolar se configuravam no contexto dessa instituição confessional protestante, foram coletados dados por meio de Entrevistas com os sujeitos que participaram da vida educacional da Escola em diferentes períodos, seja como alunos, seja como profissionais, incluindo ex-alunos, ex-professoras e ex-diretora.

As Entrevistas coletadas ao longo do desenvolvimento da investigação abrangeram desde o funcionamento pleno da Instituição (1955) até o seu encampamento (1977) pelo governo do Estado de Mato Grosso, que culminou no encerramento de suas atividades, sendo esta reconhecida como uma escola confessional protestante de origem metodista referência no processo de escolarização em Dourados, a qual atendeu centenas de crianças na escolarização e adultos no Mobral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] E meticulosa tessitura é esta, a de historiar uma instituição educativa na sua complexidade” (Magalhães, 2004, p. 169).

Ao findar anos dedicados a leituras, atividades acadêmicas, seminários e à coleta de diversas fontes documentais e orais, alcanço a finalização do trabalho ora apresentado. Justino Magalhães (2004), conforme a epígrafe ressalta que a investigação de um espaço educacional constitui um processo árduo e complexo. Tal compreensão permite dimensionar, com maior precisão, os desafios que a operação historiográfica impôs à construção e à conclusão desta Tese, evidenciando que o percurso investigativo é, simultaneamente, exercício de rigor científico e de sensível envolvimento com o objeto estudado.

Esta investigação se propôs a desvelar uma temática ainda incipientemente explorada no campo da História da Educação, particularmente no âmbito da História das Instituições Escolares, no que se refere ao ensino confessional protestante de orientação metodista na região do Sul de Mato Grosso e, posteriormente, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Diante disso, retornar ao ponto inicial da pesquisa, no qual expus as motivações que orientou a escolha do objeto de estudo, tornou-se imperativo. Para circunscrever e analisar as *representações e os vestígios da cultura escolar* da Escola Metodista em Dourados-MT (1955–1977) apropriando-me dos nexos propostos por Magalhães (2004), articulando-os aos aportes teóricos de Escolano Benito (1998) e Viñao Frago (1995), os quais permitiram desvelar a materialidade presente em sua cultura escolar.

Chartier (2002) configura-se como referência fundamental para a compreensão do processo missionário e da implantação do sistema educacional metodista no Brasil, especialmente no Sul de Mato Grosso. Sua obra evidencia as formas pelas quais as representações legitimaram a influência protestante e favoreceram a expansão do ensino na região. Parte-se da premissa de que a Instituição foi criada com o objetivo de atender às elites, oferecendo uma educação convencional, e por meio das práticas pedagógicas que se articulavam aos componentes curriculares influenciaram no modo de ser da Escola, através das atividades desenvolvidas pela filosofia cristã, contribuindo, então, para a consolidação da escolarização dos estudantes e disseminando os preceitos religiosos.

O percurso trilhado na elaboração da investigação suscitou reflexões contínuas ao longo da escrita, permeadas por questionamentos que, por vezes, pareciam não ter respostas. Conduzir essa trajetória exigiu-me a capacidade de analisar as representações e a cultura

escolar de uma instituição confessional protestante, imersa em um emaranhado de fios e teias a serem desvelados, com o objetivo de compreender as vivências de cada sujeito que adentrou esse espaço educacional. Magalhães (2004) enfatiza a meticulosidade necessária para historicizar às instituições escolares, evidenciando que o trabalho do historiador não se limita ao resgate de uma história, mas consiste em uma construção historiográfica singular.

Nessa perspectiva, partiu-se do pressuposto de localizar fontes para subsidiar a pesquisa documental, compreendendo que não se tratava apenas da formulação de um problema de investigação, mas de assumir um desafio que demandou rigor teórico-metodológico, expertise e perspicácia diante dos inúmeros obstáculos encontrados ao longo do percurso. Tais dificuldades se acentuaram pelo fato de a Instituição, fundada em 1955, ter encerrado suas atividades em 1977, circunstância que ocasionou lacunas documentais, dispersão de fontes e a necessidade de mobilizar vestígios, memórias e narrativas orais para a reconstituição de sua trajetória histórica, marcada pelo silenciamento há quase cinquenta anos.

O problema central que norteou esta investigação consistiu em compreender como as representações e a cultura escolar desenvolvidas na Escola Metodista legitimaram a consolidação da influência protestante e contribuíram para a expansão do ensino na região. Articulado a esse problema, delineou-se como objetivo geral analisar as representações e os vestígios da cultura escolar constituídos na referida Instituição. Como desdobramento, estabeleceu-se os objetivos específicos voltados à circunscrição do processo de criação e institucionalização desse espaço educacional protestante, considerando suas bases organizacionais, pedagógicas e confessionais.

Defendo a Tese de que a Escola Metodista de Dourados-MT, no período de 1955 a 1977, teve, em sua cultura escolar, práticas pedagógicas vinculadas ao protestantismo. Esse modo de representação influenciou diferentes dimensões da vida escolar, como formaturas, desfiles cívicos e venda de artigos religiosos. Além disso, outras práticas foram compostas em meio às representações da cultura escolar neste espaço educacional, de modo que o currículo, as atividades pedagógicas, o calendário, a arquitetura e os próprios sujeitos constituíram o fazer institucional da Escola.

Para abordar a presença protestante na região do Sul de Mato Grosso, foi imprescindível retomar o percurso histórico desde os primórdios do metodismo, no século XVIII. Tal retomada remete à atuação do Reverendo John Benjamin Wesley, fundador do movimento metodista na Inglaterra, cujas diretrizes teológicas, organizacionais e pedagógicas lançaram as bases de sua inserção nos campos religioso e educacional, influenciando, posteriormente, sua expansão para outros contextos, inclusive o brasileiro.

Sob a égide da influência dos missionários norte-americanos, as primeiras escolas protestantes instituídas em solo brasileiro apresentaram-se e foram amplamente percebidas como precursoras de um ideário de modernismo institucional. Tal reconhecimento não se limitava à materialidade de seus edifícios ou à qualificação do corpo docente; vinculava-se, sobretudo, às práticas pedagógicas consideradas inovadoras, inspiradas nos princípios que orientavam o modelo educacional estadunidense.

Em decorrência desse movimento expansionista, chegaram ao Sul de Mato Grosso os primeiros missionários metodistas para atuar, inicialmente, na Missão Evangélica Caiuá (MEC), com o propósito de ensinar e evangelizar os povos indígenas. O pastor provisionado e engenheiro agrônomo Francisco Brianezi e a professora e missionária Áurea Batista do Nascimento, posteriormente ao matrimônio passou a assinar Brianezi, conheceram-se no desenvolvimento das atividades junto aos povos originários e contraíram matrimônio em 1944. Nesse mesmo ano, com o término do projeto interdenominacional que reunia a Igreja Metodista do Brasil, a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil responsável pelo atendimento à Missão, o casal foi designado para iniciar o trabalho missionário na reserva indígena de Amambai. Posteriormente, em razão de problemas de saúde da professora Áurea, o Reverendo recebeu nomeação para assumir o pastorado da Igreja Metodista em Mandaguari, no Estado do Paraná.

Decorrida mais ou menos uma década dessas circunstâncias, no ano de 1953, durante a plenária do Concílio Regional da Igreja Metodista, realizada entre os dias 21 e 25 de janeiro, no Município de Lins, interior paulista, sob a direção do Bispo Isaías Fernandes Sucasas, o Reverendo Francisco Brianezi recebeu uma nova nomeação e retornou ao Sul de Mato Grosso com a missão de implantar igrejas e escolas paroquiais, contando com o apoio da professora Áurea Batista Brianezi.

Os trabalhos tiveram início em 1953, em Ponta Porã, seguidos pelos primeiros deslocamentos a cavalo para Dourados. Já em 1955, a família transferiu-se para o Município douradense, onde deu início à criação de dois espaços de referência para o protestantismo local: a Igreja Metodista, inaugurada em 12 de agosto de 1955, e a Escola Metodista, cuja criação supõe-se ter ocorrido em maio do mesmo ano, conforme indica o registro de transferência do casal para esta localidade.

À vista disso, foi criada a Escola Metodista, cujo foco inicial era atender às crianças da elite douradense, enquanto a Igreja Metodista consolidava a expansão missionária protestante nesta região. As análises indicam que ambas as instituições mantinham atividades concomitantes, uma vez que o Salão Social, local onde teve início à Instituição, também era

utilizado para ações religiosas, a exemplo da Escola Dominical, ou mesmo reuniões administrativas, nos períodos em que não havia aulas do Curso Primário.

Na década de 1955, quando os missionários metodistas instalaram duas instituições protestantes uma religiosa e outra educacional o Município de Dourados vivenciava profundas transformações socioeconômicas e geográficas, impulsionadas pelo processo de desenvolvimento desencadeado pela Marcha para o Oeste, com a colonização e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Esse contexto favoreceu a implantação e a atuação destes espaços religioso e educativo.

A chegada de migrantes e imigrantes à região impulsionou não apenas o crescimento demográfico, mas também a dinamização da vida econômica e social local, estimulando a instalação de estabelecimentos comerciais, agências bancárias, lojas de ferragens, igrejas e escolas. Aproveitando essas oportunidades, os metodistas consolidaram a presença protestante na área, inaugurando pequenas igrejas dentro da Colônia e uma escola rural no Varjão.

Assim, iniciou-se o trabalho missionário voltado à implantação oficial da Igreja Metodista no Município de Dourados, juntamente com a criação da Escola Metodista, ambas edificadas no mesmo terreno. Originalmente, as construções eram simples, de madeira; entretanto, com o crescimento da membresia da igreja e do número de alunos, ambos os espaços foram posteriormente transferidos para novas instalações.

Por volta de 1965, a Escola Metodista passou a funcionar em um Barracão adquirido e reformado com parte dos recursos provenientes da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista do Brasil, da Igreja Metodista Unida do Canadá, transformando-se em um novo espaço educacional. A estrutura física contava com três salas de aula, dois banheiros, uma sala da Direção integrada à Secretaria e uma Biblioteca. Durante determinado período, o espaço também abrigou uma Livraria Evangélica, responsável pela comercialização de produtos e artigos cristãos. De forma similar, em 1972, foi inaugurado o novo templo da Igreja Metodista, com capacidade para duzentos lugares, que passou a comportar o gabinete pastoral e diversas salas destinadas às aulas da Escola Dominical.

A ação missionária iniciada em 1955, por meio da criação da Escola e da Igreja, promoveu um avanço significativo, evidenciado tanto pelo aumento do número de alunos quanto pela ampliação da membresia da comunidade religiosa. Esse período foi marcado pela consolidação do projeto missionário e pela presença significativa das práticas protestantes na cultura escolar, expressas em momentos de oração antes das aulas, cultos de ação de graças na contação de histórias bíblicas e no uso de publicações da Imprensa Metodista, como a Revista Bem-Te-Vi e a Flâmula Juvenil. Tais elementos, alicerçados nos preceitos cristãos,

influenciaram de maneira direta no cotidiano e o modo de ser da instituição educacional protestante de origem metodista.

Essa presença pôde ser observada nas práticas pedagógicas desenvolvidas durante as aulas e programadas no Calendário Escolar. Em conformidade com a legislação vigente à época, a Escola Metodista incorporou em sua cultura escolar atividades permeadas por simbolismos patrióticos e valores familiares, especialmente nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso. Esse período coincidiu com a ditadura civil-militar, contexto no qual as práticas escolares eram marcadas por forte ênfase em manifestações cívicas e moralistas, como a despeito dos desfiles, das formaturas, atividades desportivas, dentre outros elementos.

A título de considerações finais, a partir das análises realizadas, esta Tese demonstra que, no Sul do antigo Mato Grosso, em Dourados, a implantação das escolas confessionais protestantes de orientação metodista, por meio da Escola Metodista, resultou de uma estratégia determinada dos missionários para consolidar e legitimar a presença da Igreja Metodista. Tais instituições constituíram espaços em que as representações da cultura escolar estavam profundamente orientadas pelos preceitos religiosos, influenciando de maneira direta o cotidiano educacional, como se observava em eventos como formaturas, desfiles cívicos e na comercialização de artigos religiosos.

Algumas práticas pedagógicas se entrelaçaram a essas representações culturais, de modo que o currículo, as atividades educativas, o calendário, a arquitetura e os próprios sujeitos não apenas refletiram essa cultura, mas também contribuíram para a configuração e consolidação do fazer institucional. Entre 1955 a 1977, a Escola Metodista de Dourados atendeu tanto crianças quanto adultos, oferecendo o Jardim de Infância e o Curso Primário, bem como o Mobral, voltado para a alfabetização de adultos.

Os resultados da investigação permite compreender que a cultura escolar da Escola Metodista ultrapassou a mera formação educacional dos alunos. Constatou-se, a partir das análises, que as normas e condutas instituídas nas representações tinham o objetivo de promover modos de agir e comportamentos alinhados à fé cristã protestante.

Foi possível explicitar que a Escola Metodista não apenas contribuiu para a escolarização de centenas de estudantes que passaram por ela durante seus 22 anos de funcionamento, mas também difundiu e inculcou preceitos religiosos, visando legitimar e consolidar o projeto missionário dos primeiros metodistas. Diante da ausência de escolas públicas na época, em 1972, a Instituição firmou convênio com a SED/MT cedendo seu

prédio escolar; em contrapartida, o Estado passou a administrar a escola e a remunerar o corpo docente, fortalecendo o ensino e o aprendizado da infância douradense.

A escrita da História da Educação voltada para o ensino protestante continua a revelar a estreita relação entre a ação missionária e a formação cultural, moral e religiosa das comunidades atendidas. As escolas confessionais, especialmente as metodistas, não se limitaram à instrução formal, mas buscaram incorporar valores, normas e comportamentos condizentes com a fé cristã protestante, configurando-se como espaços de socialização moral e espiritual. Além disso, a análise histórica desse processo evidencia como práticas pedagógicas, calendários escolares, arquitetura, materiais didáticos e até rituais cotidianos como momentos de oração e a musicalidade foram instrumentos de transmissão de ideários religiosos e culturais. Esses elementos reforçam a importância de compreender o ensino protestante não apenas como uma atividade educativa, mas como uma estratégia de consolidação social e religiosa em contextos locais.

Ao findar esta Tese, espera-se que a investigação tenha contribuído para ampliar a abordagem da temática discutida na historiografia das instituições educativas, bem como para fomentar novas perspectivas de pesquisa e incentivar o desenvolvimento de estudos futuros. Busca-se, ainda, preservar o patrimônio documental e iconográfico coletado e, sobretudo, dar voz aos sujeitos silenciados com o encerramento das atividades dessa significativa instituição confessional protestante.

Em face de a proposta da Tese ter sido explicitada, constatou-se que ainda há muito a ser pesquisado acerca da temática, abrindo espaço para novas proposições investigativas, por exemplo, sobre outras escolas paroquiais mencionadas, como a Escola Rural Metodista do Varjão de Dourados, a Escola Metodista de Ponta Porã e o Colégio Pioneiro de Culturama, fundado por um pastor metodista estadunidense. Além disso, seria oportuno realizar estudos sobre a biografia da professora Áurea e sua influência na educação confessional protestante metodista no Sul de Mato Grosso.

Reconhece-se, ainda, que o texto se encerra com lacunas passíveis de debate, a exemplo do lugar, isto é, do terreno onde a Escola Metodista foi instalada, que permanece no mesmo local, porém vazio: sem edificação, sem vida, sem alunos. Como expôs em carta à fundadora das escolas paroquiais metodistas, a professora Áurea Batista Brianezi, tudo foi calado, fechado e esquecido.

No entanto, perdura a sensibilidade de que as memórias desveladas nesta Tese não serão mais silenciadas ou apagadas pelo tempo, mas perpetuarão, pois a história não é finita e sim contínua...

REFERÊNCIAS

- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de.; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-Line**. Campinas, n. 46, p. 107-118, jun 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074>. Acesso em: 20 maio 2026.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **Educação e Memória: Velhos mestres de Minas Gerais (1924-1954)**. 2009. 310f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- ALMEIDA, Vasni de. **A educação, a ordem e a civilidade: práticas educacionais do metodismo em Ribeirão Preto, Birigüi e Lins (1889-1959)**. 2003. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.
- ALVES, Laura Maria Fernandes Moreira. **A Escola Estadual Capistrano de Abreu – Guarulhos e a Cartilha Sodrê**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na Região de Dourados (1943-1971)**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.
- AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da Instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)**. 2018. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.
- ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados: Editora UEMS, 2008.
- BOAVENTURA, Elias. Educação metodista e o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art9.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.
- BRASIL, Taciana. O Ensino Religioso na educação confessional: considerações sobre o Colégio Metodista Izabela Hendrix. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO, 4., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2019. p. 658-669. Disponível em: <http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/arquivos2019/educacao/o-ensino-religioso-na-educacao-confessional-consideracoes-sobre-o-colegio-metodista-izabela-hendrix-pag-658-669.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BURITI, Iranilson.; BARROS, Moíses Alves. “Onde Deus nos outorga constante instrução”: a educação como tática de inserção do protestantismo no Brasil. In: VIEIRA, Cesar Romero Amaral.; VILAS-BÔAS, Ester Fraga. (org.). **Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil em Portugal**. Piracicaba: Ed. Unimep, 2016. p. 21-46.

BURKE, Peter. **A Escrita a história**: novas perspectivas. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMPESTRINI, Hidelbrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CARVALHO, Carlos Henrique; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. Estado Militar e a questão da Educação Infantil no Brasil: as ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba, MG, 1964 a 1985. In: LIMA, Antônio Bosco de; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana (org.) **50 Anos do Golpe! 30 anos de redemocratização? Um debate interdisciplinar**. Uberlândia: Ed. Navegando Publicações, 2016. p. 101-125.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuais de pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 52, p. 114-135, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4136/413635246007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARVALHO, Raquel Alves de. **Os missionários metodistas na região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)**. 2004. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Arte de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CÉSAR, Ely Eser Barreto. O projeto de escola metodista confessional sob a luz da espiritualidade wesleyana. **Revista de Educação do Cogeime**, Piracicaba, n. 22, p. 59-68, jun. 2003. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/599>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr., 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do campo**. Tradução Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte, 2010.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387701504/CHERVEL-A-Historia-Das-Disciplinas-Escolares-reflexoes-Sobre-Um-Campo-de-Pesquisa>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VRRQSPBcDhQscb7bYn4C5Qq/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 19-57.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Emoções e educação**: a construção histórica da educação emocional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxyFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FERREIRA, Vanessa Barbosa Leite. **Granbery**: um colégio americano no Brasil: a prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora (1889-1930). 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar.; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social de educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GATTI JÚNIOR; Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR; Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/a-historia-das-instituicoes-escolares-em-revista-fundamentos-41hcou93ka.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Carlos Barros. **Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GOODSON, Ivor Frederick. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. [S.l.: s.n], 1988.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo [Barbanti]. **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens**. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Educadoras metodistas no século XIX: uma abordagem do ponto de vista da História da Educação. **Revista de Educação do COGEIME**, Piracicaba, ano II, n. 20, p. 96-108, jun. 2002. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12519659/educadoras-metodistas-no-seculo-xix-uma-abordagem-cogeime>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

IWAMOTO, Vivian. **Educação e civilidade nas memórias de infância de imigrantes japoneses**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

JÚNIOR, João Augusto Capilé.; CAPILÉ, Júlio.; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz de. (org.) **História, Fatos e Coisas Douradenses**, Dourados, MS: 1995.

KUHLMANN JR., Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 78, p. 17-26, ago. 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1027/1035>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

LOPES, Leonardo Montes; RIBEIRO, Bruno Oliveira. Biblioteca escolar: trajetória histórica, panorama atual e políticas públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 7, ed. 10, v. 5, p. 64-86, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2022/10/biblioteca-escolar.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LUCIDARIUM. Conceito de elite: origem, definição e significado. **Lucidarium**, 14 jun. 2025. Disponível em: <https://lucidarium.com.br/conceito-de-elite-origem-definicao-e-significado/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 91-103.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objecto do conhecimento histórico: do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 69-74, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola (org.). **História oral**: como fazer e como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2007.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand)**: a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970). 2012. 137 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Escola confessional. *In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/escola-confessional>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MESQUIDA, Peri. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. **Revista de Educação do Cogeime**, 1988. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/163>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUIDA, Peri. Um destino manifesto: a presença de mulheres missionárias metodistas na educação brasileira. *In: VIEIRA, César Romero Amaral; VILAS-BÔAS, Ester Fraga (orgs.). Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2016. p. 185-205.

MESQUIDA, Peri.; TAVARES, Luciana. Mulheres Missionárias Metodistas e a Educação no Brasil, de 1880 A 1920: A Educação da Elite Republicana. **Revista Diálogo Educacional**. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/7343>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **O Patronato de Menores de Dourados – MT/MS: cultura escolar e estratégias da ação social franciscana (1950-1983)**. 2021. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MUNIZ, Tamiris Alves. **Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos Institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)**. 2020. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Benícia Couto de (org.). **Histórias que (re) contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Letícia Borges; SOUZA, Sauloéber Társo de. A alfabetização no Mobral: métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net/>. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. **Martha Watts**: um olhar sobre o Brasil. 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Revolução Industrial na Inglaterra: um novo cenário na Idade Moderna. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.l.], ano 2, ed. 7, v. 1, p. 89-116, out. 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/revolucao-industrial-na-inglaterra.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

PAES, Fernando Luís Oliveira Athayde. **Educar mentes e salvar almas**: ação missionária protestante na escolarização de indígenas no sul de Mato Grosso (1928-1950). 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PANIZZOLO, Claudia. A Revista Bem-te-vi e o projeto civilizatório metodista nas mãos da criança brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, n. 2(35), p. 271-293, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v14n02/v14n02a12.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

PERES, Cristiane Pereira. **Educação e religiosidade na reserva indígena de Dourados/MT (1929-1969)**: práticas, representações e apropriações. 2022. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

PERES, Eliane Teresinha; VAHL, Mônica Maciel; THIE, Vania Grim. Aspectos editoriais da cartilha Caminho Suave e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas federais do livro didático. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 335-372, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576176617011.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da formação para professores leigos rurais**: o curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PINHEIRO, Andréa Lopes. **O Granbery em Juiz de Fora**: primórdios da educação metodista no Brasil (1889 a 1905). 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

PINTO, Tales. **Igreja Anglicana e a Reforma na Inglaterra**. **História do Mundo**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/igreja-anglicana-e-a-reforma-na-inglaterra.htm>. Acesso em: 19 maio 2026.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Uma leitura do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonte no início do século XX: implantação, fixação e consolidação**. 2014. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização social-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulação econômica e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2008. p. 27-48.

RAPOSO, Bruno Martins. **Escotismo e educação integral em Juiz de Fora: o Grupo Cayuás do Instituto Metodista Granbery (1927-1932)**. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

REIS, Rodrigo dos. **Jornal Expositor Cristão: educação e civilização, um olhar para o sul de Mato Grosso (1925-1946)**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/PWPzQC9cnBqfZsGPWzn8hJR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SARAT, Magda. **Lembranças de infância: que história é esta?** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999.

SARAT, Magda; FURTADO, Alessandra Cristina. História da educação protestante em Mato Grosso do Sul: aproximações com a pesquisa. In: VIEIRA, César Romero Amaral; VILAS-BÔAS, Ester Fraga (orgs.). **Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2016. p. 265-290.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 115-136.

SCHROEDER, Edni Oscar. **Análise da proposta educacional das escolas metodistas**. 1982. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, Ana Gloria Prates Gris da. **Diretrizes para a educação na Igreja Metodista**: um estudo das práticas educativas do Colégio Piracicabano de 1995 a 2011. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/w6kJ5hdSGVRnhRWTVP68D3P/>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, Mariza Salete Backes. **História e memórias**: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis-MS (1973-1988). 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SILVA, Paula Nudimila de Oliveira. **Os impressos protestantes como fonte para a história da educação**: inferências educativas no Sul de Mato Grosso (final do século XIX, início do século XX). 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, Wilker Solidade da. **Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT**: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974). 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SOARES, Thais Gonsales. **Representações de uma escola protestante na imprensa**: Colégio Piracicabano (1881-1886). 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.

VALENTIN, Ismael Forte. **A educação metodista sob a égide do educar e evangelizar**. 2008. 132 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

VALENTIN, Ismael Forte. Desafios para a gestão educacional: a Reforma Protestante e a educação. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 19, n. 37, p. 59-70, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8296006-A-reforma-protestante-e-a-educacao.html>. Acesso em: 1 maio 2024.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Protestantes e católicos em Mato Grosso: relações conflitivas no início do século XX. **Fronteiras: Revista de História**, Campo Grande, v. 6, n. 11, p. 133-142, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/13453>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fontes visuais na história: significar uma peça. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, p. 128-131, jun. 1994. Disponível em: www.variahistoria.org/edies/tag/Number+13. Acesso em: 21 jan. 2025.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Raquel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. **Protestantismo e educação**: a presença liberal norte-americana na reforma Caetano de Campos – 1890. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral; VILAS-BÔAS, Ester Fraga (orgs.). **Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2016.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_0.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 15-33.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FONTES

Arquivo (Físico e On-Line)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Acervo físico e digital:** arquivos digitalizados do jornal *O Progresso* (1955-1977). Dourados, MS.

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO. **Acervo físico:** arquivos digitalizados das caixas e cadernos com documentos da Escola Metodista. Dourados, MS.

IGREJA METODISTA CENTRAL EM DOURADOS. **Acervo físico:** arquivos digitalizados e transcritos das atas da Igreja Metodista. Dourados, MS.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. CRE-5. **Acervo físico:** atas, fichas de aluno, informes gerais, livro-ponto, pastas da Escola Metodista e registros iconográficos. Dourados, MS.

JORNAL EXPOSITOR CRISTÃO. Jornal Cristão. 2016. Disponível em: <http://colegiometodista.g12.br/saobernardo/noticias/colegio-metodista-31-anos-confraternizando-a-vida>. Acesso em: 10 nov. 2023.

JORNAL O PROGRESSO. A fundação do jornal O Progresso. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cotidiano/a-fundacao-do-jornal-o-progresso/389101/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IGREJA METODISTA. Igreja Metodista tem quase 215 mil membros no Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.org.br/igreja-metodista-tem-quase-215-mil-membros-no-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IGREJA METODISTA. Portal Nacional da Igreja Metodista. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.org.br/home>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REVISTA VOZ MISSIONÁRIA. História. Disponível em: <http://vozmissionaria.metodista.org.br/historia>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Documento (Físico e On-Line)

ATA N. 1, 1956-1962. Livro de Atas da Junta de Ecônomos. Manuscrito. *In:* Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.

ATA N. 2, 1963-1973. Livro de Atas da Junta de Ecônomos. Manuscrito. *In:* Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.

ATA N. 3, 1961-1965. Livro de Atas do Concílio Paroquial. Manuscrito. *In:* Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.

ATA N. 4, 1965-1980. Livro de Atas da Sociedade das Senhoras. Transcrito. *In:* Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.

ATA N. 5, 1955-1971. Livro de Atas da Comissão de Construção. Transcrito. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

ATA N. 6, 1969-1970. Livro de Atas da Comissão de Construção. Transcrito. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

ATA N. 7, 1953-1957. História Igreja, Atas, Fotos e Documentos. Digitalizado. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

ATA N. 8, 1961-1993. Registro Permanente de Membros da Igreja. Transcrito. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

ATA N. 9, 1955-1994. Registro Permanente de Batismos de Crianças, Casamentos e Enterros. Membros da Igreja. Transcrito. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

ATA N. 10, 1976-1992. Livro de Atas de Concílios e Conselhos Locais. Transcrito. *In: Acervo da Igreja Metodista Central em Dourados. Dourados-MS.*

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus**. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília-DF, 1971. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671972000100158. Acesso em: 01 jun. 2023.

CADERNOS N. 1, 1969. **Atas de Resultados Finais**. Digitalizado. *In: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD. Dourados-MS.*

CADERNOS N. 2, 1970. **Mapa do Movimento Geral das lotações**. Digitalizado. *In: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD. Dourados-MS.*

DECRETO. Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943. Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DECRETO. Decreto-Lei n. 87 de 27 de fevereiro de 1948. Implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/44479>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LEI. Lei n. 658, de 15 de junho de 1914. Dourados é elevado a distrito do município de Ponta Porã. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Dourados>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LEI. Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Fundação Mobral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIVRO PONTO N. 15, 1997. **Escola Metodista**. Transcrito. *In: Acervo das Escolas Recolhidas*. Secretaria Estadual de Educação. Dourados-MS.

PASTA INDIVIDUAL N. 1, 1974. Escola Metodista. **Ficha de aluno**. Transcrito. *In: Acervo das Escolas Recolhidas*. Secretaria Estadual de Educação. Dourados-MS.

PASTA N. 1, 1975. **Informes Gerais**. Escola Metodista. Fotos. Digitalizado. *In: Acervo das Escolas Recolhidas*. Secretaria Estadual de Educação. Dourados-MS.

PLANO NACIONAL MISSIONÁRIO. 2006. Colégio Episcopal da Igreja Metodista Biblioteca Vida e Missão, Documentos, n. 1ª ed. Dez, 2006. Disponível em: <https://5re.metodista.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Plano-Nacional-Mission%C3%A1rio-2007-a-2012.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2024.

Entrevista

BRIANEZI, Áureo Batista. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Itapoá-SC, em 20 de julho de 2023, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

CAMPOS, Leonir Gnutzmann. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Dourados-MS, em 20 de outubro de 2023, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

CARDOSO, Maria Benedita dos Santos. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Joinville-SC, em 22 de julho de 2023, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

MONTEIRO, Maria da Silva. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Campo Grande-MS, em 10 de janeiro de 2025, via *Google Meet*, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

SANTOS, Miriam de Oliveira dos. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Campinas-SP, em 30 de agosto de 2023, via *Google Meet*, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

SILVA, Neiva Azambuja. **Entrevista**. Concedida a Mariza Salete Backes Silva, em Dourados-MS, em 23 de novembro de 2023, mediante aprovação do Comitê de Ética em 06/07/2023 (CAAE-70561623.0.0000.5160/Parecer: 6.166.407).

Figura

FIGURA 1. Seleção Documental nos Acervos (2023). *In: Coletas de Dados pela autora*.

FIGURA 2. Memorial da Escola Metodista (1955-1977) em 2026. *In: Coletas de Dados pela autora*.

FIGURA 3. Reverendo John Benjamin Wesley (1703-1791). *In: Disponível em: https://www.ebiografia.com/john_wesley/*. Acesso em: 15 nov. 2023.

FIGURA 4. Kingswood School na Inglaterra em 1851. *In: Disponível em: <http://www.methodistheritage.org.uk/kingswoodschool.htm>*. Acesso em: 20 jan. 2024.

FIGURA 5. Monumentos históricos em Londres em 1820. *In:* Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g186338-d211908-Reviews-Wesley_s_Chapel_Museum_of_Methodism-London_England.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

FIGURA 6. Reverendo Francisco e a professora Áurea (1944-1995). *In:* Acervo pessoal (Brianezi, Entrevista, 2023).

FIGURA 7. Reverendo Francisco em 1956. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos da Igreja Metodista Central em Dourados (Ata n. 7, p. 9).

FIGURA 8. Igreja Metodista em Dourados em 1956. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos da Igreja Metodista Central em Dourados (Ata n. 7, p. 8).

FIGURA 9. Igreja Metodista em Dourados em 1972. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos da Igreja Metodista Central em Dourados (Ata n. 7, p. 14).

FIGURA 10. Escola Metodista em 1965. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos da Igreja Metodista Central em Dourados (Ata n. 7, p. 14).

FIGURA 11. Escola Metodista em 1966. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 12. Escola Metodista em 1975. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 8).

FIGURA 13. Planta Baixa da Escola Metodista em 1975. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 8).

FIGURA 14. Sala da Secretaria e Diretoria da Escola Metodista em 1975. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 6).

FIGURA 15. Sala de Aula da Escola Metodista em 1975. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 9).

FIGURA 16. Ex-alunos da Escola Metodista em 2023. Acervo pessoal da autora.

FIGURA 17. Alunos da Escola Metodista em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 18. Mapa do Movimento Geral das lotações da Escola Metodista em 1970. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos do CDR (1970, p. 220).

FIGURA 19. Ex-professoras e ex-diretora da Escola Metodista em 2023-2025. Acervo pessoal da autora.

FIGURA 20. Certificado de Conclusão do Ensino Normal em 1970. *In:* Fonte: Acervo pessoal (Silva, Entrevista, 2023).

FIGURA 21. Cartilhas: Caminho Suave, Sodré, Vamos Estudar em (1940-1948-1965). *In:* Disponível em: Fonte: <https://www.pedagogiaaopedaletra.com/cartilhas>. Acesso em: 20 fev. 2026.

FIGURA 22. Exemplares da Revista Bem-Te-Vi (1957-1959-1967). *In:* Acervo UMESP (2023).

FIGURA 23. Conteúdos de Português em 1959. *In:* Acervo UMESP (2023).

FIGURA 24. Time de futebol da Escola Metodista em 1965. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 25. Conteúdo de Educação Moral e Cívica em 1957. *In:* Acervo UMESP (2023).

FIGURA 26. Conteúdo de Ensino Religioso em 1967. *In:* Acervo UMESP (2023).

FIGURA 27. Conteúdo de Ciências em 1957. *In:* Acervo UMESP (2023).

FIGURA 28. Atas de Resultados Finais da Escola Metodista em 1969. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos do CDR (1969, p. 44).

FIGURA 29. Boletim da Escola Metodista em 1966. *In:* Acervo pessoal (Monteiro, Entrevista, 2025).

FIGURA 30. Rei e rainha da Escola Metodista em 1965. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 31. Convite da Formatura do Jardim de Infância em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 32. Formatura do Jardim de Infância em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 33. Formatura do Jardim de Infância em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 34. Convite da Formatura da 4ª série em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 35. Formatura da Turma da 4ª série em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

FIGURA 36. Formatura e Diploma da 4ª série em 1968. *In:* Acervo pessoal (Santos, Entrevista, 2023).

Fotografia

FOTOGRAFIA da capa. Escola Metodista em 1975. *In:* Acervo digitalizado nos arquivos das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 8).

Gráfico

GRÁFICO 1. Quantitativo de alunos da 1ª série no período de 1972 a 1976. *In*: Manuscrito no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30).

GRÁFICO 2. Quantitativo de alunos da 2ª série no período de 1972 a 1976. *In*: Manuscrito no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30).

GRÁFICO 3. Quantitativo de alunos da 3ª série no período de 1972 a 1976. *In*: Manuscrito no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30).

GRÁFICO 4. Quantitativo de alunos da 4ª série no período de 1972 a 1976. *In*: Manuscrito no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 2, 1976, p. 2-30).

GRÁFICO 5. Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976. *In*: Manuscrito no acervo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 4, 1976, p. 1-14).

Mapa

MAPA 1. Mapa do percentual global do metodismo em 1960. *In*: Disponível em: <https://www.umnews.org/pt/news/mapa-muestra-la-presencia-e-la-iglesia-metodista-unida-en-el-mundo>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAPA 2. Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. *In*: GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. 1988, p. 88.

Periódico (Jornais e Revistas)

A ESPERANÇA EM MATO GROSSO. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 15 e 31 de dez. de 1968, Ed. n. 24-25, ano 83.

A VIDA DE JOHN WESLEY. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 21 de fev. 1957, Ed. n. 1, ano 72.

CONCÍLIO MOSTRA DESAFIO DE MATO GROSSO. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 1 de set. de 1966, Ed. n. 17, ano 82.

DOURADOS QUER CONSTRUIR CATEDRAL DO METODISMO MATOGROSSENSE. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 1 jul. 1966, Ed. n. 13, ano 82.

EDITORIAL. Doutrinando e Evangelizando Através da Folha Impressa. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 13 jun. 1957, Ed. n. 24, ano 72.

INAUGURADA ESCOLA METODISTA DO VARJÃO. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 1 ago. 1978, Ed. n. 15, ano 93.

MATO GROSSO ORGANIZA-SE EM DISTRITO COM TRÊS PAROQUIAS. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 15 nov. 1961, Ed. n. 21, ano 76.

PÁGINA DA FAMÍLIA CRISTÃ. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 3 jan. 1957, Ed. n. 1, ano 72.

1º CONCÍLIO DA 5ª REGIÃO. **Jornal Expositor Cristão**. São Paulo-SP, 21 de fev. 1957, Ed. n. 8, ano 72.

A ESCOLA METODISTA. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 8 jan. 1969, Ed. n. 1005, ano XVIII.

CASAMENTO. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 5/6 fev. 1977, Ed. n. 1941, ano XXVI.

14ª INSPETORIA REGIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO – MT. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 14 jun. 1964, Ed. n. 562, ano XII.

DIVISÃO DO ESTADO. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 1 set. 1963, Ed. n. 523, ano XII.

ENSINO GRATUITO. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 29 ago. 1964, Ed. n. 577, ano XIII.

ESCOLA METODISTA. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 20 dez. 1965, Ed. n. 704, ano XV.

ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 30 jun. 1965, Ed. n. 660, ano XV.

FESTA DA PIPOCA DA ESCOLA METODISTA. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, n. 1434, 9 jun. 1973, ano XXIII.

IGREJA METODISTA CONSTRUIRÁ NOVO TEMPLO. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 28 jun. 1969, Ed. n. 1052, ano XIX.

LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO TEMPLO METODISTA. **O Progresso**, Dourados-MT, 25 jun. 1966, Ed. n. 754, ano XVI.

NOVA COMISSÃO DO MOBRAL MUNICIPAL DE DOURADOS. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 5 abri. 1972, Ed. n. 1320, ano XXI.

ORDEM DAS ESCOLAS. Desfile de 7 de setembro. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 7 set. 1970, Ed. n. 1172, ano XX.

PINTURA DA ESCOLA METODISTA DO VARJÃO. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 27 out. 1973, Ed. n. 1473, ano XXIII.

PROGRAMA DA SEMANA DA PÁTRIA. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 30 ago. 1975, Ed. n. 1717, ano XXV.

TRAMITA NA CÂMARA MUNICIPAL. **Jornal O Progresso**, Dourados-MT, 19 set. 1964, Ed. n. 583, ano XIII.

A BÍBLIA E A INFÂNCIA. **Revista Bem-Te-Vi**, São Paulo-SP, jul. 1967, Ed. n. 3, ano 45.

COMEMORAÇÃO CÍVICA. **Revista Bem-Te-Vi**, São Paulo-SP, set. 1957, Ed. n. 9, ano 35.

HINO MÃE. **Revista Bem-Te-Vi**, São Paulo-SP, mai. 1959, Ed. n. 5, ano 37.

MAIO. **Revista Bem-Te-Vi**, São Paulo-SP, mai. 1959, Ed. n. 5, ano 37.

PÁGINA DA SAÚDE. **Revista Bem-Te-Vi**, São Paulo-SP, out. 1957, Ed. n. 10, ano 35.

Quadro

QUADRO 1. Teses e Dissertações da produção na UFGD com o uso de impressos e periódicos metodistas (2011- 2022). *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

QUADRO 2. Artigos na área da educação sobre a educação metodista (1988-2019). *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

QUADRO 3. Teses e Dissertações na área da educação sobre as escolas protestantes no Brasil (1982-2020). *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

QUADRO 4. Quadro 4 – Consulta aos Repositórios Institucionais de Teses e Dissertações na área da Educação do MS. *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

QUADRO 5. Grade Curricular do 1º grau nível 1ª a IV série em 1976. *In:* Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1976, p. 13) pela autora.

QUADRO 6. Calendário Escolar da Escola Metodista em 1976. *In:* Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (Informes Gerais, SED, Pasta n. 1, 1975, p. 14-15) pela autora.

Tabela

TABELA 1. Levantamento da produção na UFGD com o uso de impressos e periódicos metodistas (2011-2022). *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

TABELA 2. Levantamento da produção da pesquisa na área de educação em Periódicos/Congressos (1998-2005). *In:* Elaborado pela autora a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados.

TABELA 3. Levantamento da produção científica na área da educação sobre as escolas metodistas no Brasil (1982-2020). *In:* Elaborado a partir das buscas coletadas nos Banco de Dados pela autora.

TABELA 4. População Censitária de 1940-1960. *In*: IBGE – Censo Demográfico de Mato Grosso (1940 a 1960). Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

TABELA 5. Quantitativo de alunos da 1ª a 4ª série no período de 1972 a 1976. *In*: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (SED, Pasta n. 1, p. 41) pela autora.

TABELA 6. Quantitativo de alunos do Curso de Educação Integrada de 1974 a 1976 *In*: Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo das Escolas Recolhidas (SED, Pasta n. 1, p. 40) pela autora.